



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VIGILÂNCIA E SILENCIAMENTO DE GÊNERO:

O Sistema Nacional de informações (SISNI) espiando periódicos feministas (1975-1985)

ANDERSON EMANUEL BEZERRA NUNES

RECIFE
2023

ANDERSON EMANUEL BEZERRA NUNES

VIGILÂNCIA E SILENCIAMENTO DE GÊNERO:

O Sistema Nacional de informações (SISNI) espiando periódicos feministas (1975-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH – UFPE), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

Orientadora: Profa. Dra. Bartira Ferraz Barbosa

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes

RECIFE
2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

N972v Nunes, Anderson Emanuel Bezerra.
 Vigilância e silenciamento de gênero : o Sistema Nacional de
 informações (SISNI) espiando periódicos feministas (1975-1985) /
 Anderson Emanuel Bezerra Nunes. – 2023.
 195 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

 Orientadora : Bartira Ferraz Barbosa.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
 CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

 Inclui referências.

 1. História. 2. Ditadura. 3. Gênero. 4. Sistema Nacional de
 Informações. 5. Jornais. 6. Mulherio (Jornal). I. Barbosa, Bartira Ferraz
 (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-019)

ANDERSON EMANUEL BEZERRA NUNES

VIGILÂNCIA E SILENCIAMENTO DE GÊNERO:

O Sistema Nacional de informações (SISNI) espionando periódicos feministas (1975-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH – UFPE), sob a área de concentração em Sociedades, Culturas e Poderes, vinculada a linha de pesquisa Relações de Poder, Sociedade e Ambiente, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Aprovada em: 24/08/2023 (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Bartira Ferraz Barbosa
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
(Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
(Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Desde que nasci nunca parei de estudar. E quem veio de onde eu vim pode parar?

Foi folheando um livro didático de História, naquele *PE15/Rua do Sol*, que entendi minha posição de classe. Foi lá que entendi que as desigualdades que rodeavam a mim, a minha família e tantos outros, não eram naturais. Foi naquele instante que o mundo se abriu pra dentro de mim. Foi ali que vi o mundo a partir dos meus. Numa família em que avós, avôs e mãe não conseguiram sequer terminar a educação básica, a gente pode se dar ao luxo de não estudar?

Pelo ensinamento diário, pela trajetória de vida, pelo constante incentivo aos estudos, agradeço a **todos meus familiares**. Agradeço às minhas **vovós Nenê e Beatriz** pelo suor e lágrimas derramadas, pela canseira do trabalho laboral e doméstico diário, quase regra na vida de tantas mulheres pobres desse país. Agradeço a **vovô Silva** por labutar e sair de Surubim tão novo e filho de mãe solo, passar pelo podão de cortar cana, pelas máquinas de tecelagens da CTP e construir com tanto amor nossa família.

Agradeço à **Rosinha** por ser a inspiração mais próxima de meu trabalho: por ser a mãe presente, que abdicou de tantos sonhos e deixou de trabalhar pra cuidar de toda família e uma filha PcD. Agradeço a **Zé Adelson** por não ter perdido o prumo perante a perda prematura de seu pai; de manter, junto a sua mãe, uma família com dezenas de pessoas, dividindo o pouco que tinham. Agradeço-o ainda pelo operário que foi e é, consciente de seu lugar no mundo e do incentivo necessário ao estudo dos filhos.

Agradeço à **Vivi e Vitorinha** por serem a alegria que preencheu nossa casa. Irmãs-luz e gêmeas que me ensinam sempre que o melhor remédio pra curar a canseira da vida é uma risada gostosa e sem preconceito ao lado dos seus.

Agradeço à tia **Vaninha** pelo suor pioneiro derramado: pelo primeiro diploma da família, daquela que sempre estudou e trabalhou, enquanto perdia horas nos ônibus.

Agradeço à tia **Claudinha**, tio **Itamar** e tantos outros tios e familiares que marcaram minha trajetória até aqui.

Tantos familiares enfrentando diversas desigualdades e a vida insistia em normalizar isso: até o dia que encontrei afago naquela leitura didática de História. Ali eu entendi as raízes da desigualdade de classe, de gênero, racial e o preconceito capacitista que estavam na minha frente e que insistia em normalizar. Tudo era inventado. Dali meu destino foi marcado e traçou-se. A sociedade – o povo – tornou-se meu objeto de pesquisa diário: me decide historiador e entrei na UFPE.

Por isso, agradeço agora a maior universidade em linha reta da América Latina – pelo menos em meu coração: a **UFPE**. Pelo **fomento** dado aos alunos através de monitoria, trabalho técnico e administrativo e pesquisa, também sou grato. Sem um governo que investisse na educação, sem as bolsas de estudo que tive, o caminho seria ainda mais duro: obrigado aos **governos petistas**.

Dentro da Universidade, encontrei diversos docentes preparados para me auxiliar nessa jornada de conhecimento, por isso agradeço **a todos professores** que passaram em minha vida acadêmica, em especial aos orientadores e guias **Socorro Abreu e Lima, Bartira Ferraz, Christine Dabat, José Batista Neto, Marcus Carvalho, Patrícia Pinheiro**.

Sabendo quem eu sou, sei pra onde vou. Mas a jornada é árdua. Pelo afago do abraço, pelo ouvido que escuta, pela emoção de torcer pelas minhas vitórias e pela risada que desestressa agradeço a todos meus **amigos** e amores de vida. Agradeço aos amigos da UFPE que junto a mim viveram o fardo universitário, a pizza barata e o gole de café: especialmente **Vitória, Caio, Jeani, Marjorie, Lucas, Lorena, Demetrius, Helena**. Agradeço aos amigos de infância e alma por sempre me apoiarem e aguentarem com muita resiliência o perturbado que me tornei: especialmente **Rafinha, Sasha, Luiz, Joyce, Alex, Hayssa, Kaylane, Aline**. Ainda sou grato aos amigos professores cabenses: agradeço aos *marivalders* e *escolhinhers paralelers* por deixarem minhas segundas e sextas mais leves e cafeinadas. Agradeço às **equipes dos Colégios Otávio Novais e de Várzea Nova** pela compreensão e apoio constante, em especial nos últimos momentos de escrita dessa dissertação e através das gestoras **Geane, Hellen e Rosângela**. Ainda dentro do universo escolar **agradeço a todos meus estudantes**: vocês são a razão de muitos estresses, mas também de muito amor, aprendizado e alegria.

Por último e não menos importante, agradeço à **Dani** e à **Carbs Carbs** pelo cuidado e amor constante na divisão de nossa casinha paraibana e pela empurrada final pra essa dissertação nascer: pelo feijão posto e pelas caronas interestaduais, obrigado **Dani**; pelos sertões que você transpira, pela inspiração de vida que você é, por me mostrar que é possível amar levemente e que o mundo é minúsculo pra nós, agradeço à **mozi**.

Sou profundamente grato a todos e todas citados e tantos outros que passaram em minha jornada e coloriram minha vida com tons de felicidade, luta, conhecimento e amor. Se a vida é pesada lá fora e as desigualdades insistem em nos cercear, reconheço que é com vocês que identifico a minha – nossa – História e esperanço que uma nova História há de raiar para todos nós que insistimos em não aceitar que o presente seja uma repetição das agruras de outrora.

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética. A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano. A liberdade de comércio sem limite é licenciosidade do lucro. Vira privilégio de uns poucos que, em condições favoráveis, robustece seu poder contra os direitos de muitos, inclusive o direito de sobreviver (FREIRE, 2015, p.126).

RESUMO

O gênero sustentou e sustenta diversas relações de poder na sociedade. Não haveria de ser diferente no período ditatorial brasileiro de 1964. Variados trabalhos já apontam a importância das lutas femininas no período, em movimentos de resistências e combate ao regime. Ainda há aqueles que analisam a organização do aparelho estatal em relação às mulheres, sob a ótica da tortura ou da moral e dos bons costumes. Cabe um olhar historiográfico com mais acurácia sobre as ações ditatoriais em relação aos usos e debates de gênero e aos organismos e sujeitos que propunham esses debates, sendo inegável a centralidade da categoria gênero no debate público brasileiro e a confluência dessas questões com a Doutrina de Segurança Nacional ditatorial. Desse modo, esse trabalho busca compreender a organização do aparelho censório, investigativo e informativo do SISNI (*Sistema Nacional de Informações*) na perspectiva do gênero. Para isto, concentraremos nossa análise em relatórios ditatoriais, em relação à imprensa escrita e que contenham debates de gênero, presentes nos arquivos do SISNI no Arquivo Nacional, focando especialmente o fundo da *Divisão de Segurança e Informações*, do *Ministério da Justiça* (DSI/MJ) e o fundo do *Serviço Nacional de Informações* (SNI). Esse estudo desenvolver-se-á em dois eixos investigativos: primeiramente sintetizaremos algumas das questões e papéis de gênero feminino que foram vigiados de perto pelo monstro informacional da ditadura brasileira de 1964, que estavam presentes em periódicos feministas e alternativos do período, e que eram correlacionados à subversão, ao comunismo ou à propaganda adversa; em sequência observaremos como os tentáculos do SISNI atingiram um periódico de temática e produção feminista, o *Mulherio*. Compreendemos que essas intervenções investigativas e autoritárias visavam controlar a circulação de discursos gênero-dissidentes, impedindo às mulheres acessos a outras formas de ser e estar naquela sociedade. Ademais, o fluxo de controle informacional pretendido pelo regime ditatorial brasileiro indica que as tentativas de sufocamento aos debates de gênero de mulheres que lutavam por liberdades políticas, sexuais ou culturais na imprensa escrita era parte do próprio sentido de existência da Ditadura: o combate à dissidência de gênero era, na visão do aparelho informacional do regime, um combate direto ao malvisto comunismo e suas infiltrações na sociedade brasileira.

Palavras-chave: ditadura; gênero; Sistema Nacional de Informações; jornais; *Mulherio*.

ABSTRACT

Gender has shaped and continues to shape various power dynamics in society. This was no different during the Brazilian dictatorship of 1964. Numerous studies highlight the importance of women's struggles during this period, in movements of resistance and opposition to the regime. Some researchers analyze the organization of the state apparatus in relation to women, considering aspects of torture or morality and good manners. A more accurate historiographical perspective is needed to understand the dictatorial actions regarding gender debates and the organizations and individuals advocating for these discussions. The centrality of the gender category in the Brazilian public debate and its intersection with the dictatorial National Security Doctrine (DSN) are undeniable. This work aims to comprehend the organization of the censorship, investigative, and informative apparatus of SISNI (National Information System) from a gender perspective. To achieve this, our analysis will focus on dictatorial reports related to the written press and gender debates found in the SISNI archives at the National Archive, specifically concentrating on the Division of Security and Information of the Ministry of Justice (DSI/MJ) and the archives of the National Intelligence Service (SNI). The study unfolds in two investigative axes: first, we synthesize some of the issues and roles of women's gender that were closely monitored by the informational monster of the Brazilian dictatorship of 1964, as present in feminist and alternative periodicals of the time, correlated with subversion, communism, or adverse propaganda. Next, we observe how the tentacles of SISNI targeted a feminist-themed and produced periodical, *Mulherio*. We understand that these investigative and authoritarian interventions aimed to control the circulation of gender-dissident discourses, preventing women from accessing other ways of being and existing in that society. Furthermore, the flow of informational control intended by the Brazilian dictatorial regime indicates that attempts to suppress gender debates of women fighting for political, sexual, or cultural freedoms in the written press were intrinsic to the Dictatorship's existence: combating gender dissidence was, in the view of the regime's informational apparatus, a direct fight against the frowned-upon communism and its infiltrations into Brazilian society.

Keywords: dictatorship; gender; National Information System; newspapers; *Mulherio*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Organograma do <i>SISNI</i>	49
Figura 02. Golbery liberalizante sendo remetido pelo <i>SISNI</i>	52
Figura 03. Charge ‘Sexualidade é problema’	97
Figura 04. Paulinho, filho desta raça que não devia nascer e de Hecilda.....	111
Figura 05. A subversão dos seios	115
Figura 06. Feriado pra todos?	131
Figura 07. De quem depende a amamentação?	136
Figura 08. A dupla violação	137
Figura 09. “vou até o fim, só paro no dia que morrer”	140
Figura 10. Somos a favor das mulheres.....	141
Figura 11. CDDH de João Pessoa e lutas populares através da <i>Fundação Ford</i>	147
Figura 12. Beleza negra no <i>Mulherio</i>	152
Figura 13. Educação sexual da FCC no <i>Mulherio</i>	154
Figura 14. <i>Mulherio</i> não pode parar!.....	157
Figura 15. O voltamos que voltamos do <i>Mulherio</i>	159
Figura 16. Direitos e diretas, tudo ao mesmo tempo	160
Figura 17. Na entrada, a feliz noiva das diretas.....	161
Figura 18. Na saída, a feliz viúva das indiretas	161
Figura 19. Cartilha de educação sexual e a necessidade de união feminina	165
Figura 20. Cartilha de educação sexual: a saúde, o prazer, a vida e o corpo	166
Figura 21. Carmem Barroso continuava no <i>Mulherio</i>	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AEP	Assessoria e Educação Popular
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular Marxista-leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessorias de Segurança e Informação
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CC	Comite Central
CDDH	Centro para a Defesa dos Direitos Humanos
CECFP	Conselho Estadual Da Condição Feminina paulista
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPV	Centro de Pastoral Vergueiro
CS	Convergência Socialista
CSBH	Centro Sérgio Buarque de Holanda
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCDP	Divisão de Censura e de Diversões Públicas
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DS	Democracia Socialista
DSI	Divisão de Segurança e Informação
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América

FCC	Fundação Carlos Chagas
FF	Fundação Ford
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
GAC AP	Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado
HDBN	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Agênero, Pansexuais, entre outros.
MCB	Movimento Comunista brasileiro
MCC	Movimento Contra a Carestia
MCI	Movimento Comunista Internacional
MCS	Meios de Comunicação Social
MCV	Movimento Custo de Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MJ	Ministério da Justiça
MNU	Movimento Negro Unificado
MPF	Ministério Público Federal
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OCR	Optical Character Recognition (Reconhecimento de caractere óptico)
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Partido Comunista Cubano
Pcdob	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido Do Movimento Democrático Brasileiro

POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido Dos Trabalhadores
SBM	Sociedade Brasil Mulher
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SIGAB	Serviço de Informação ao Gabinete
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informações
UC	União Comunista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União da Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
WIDF	Women's International Democratic Federation (Federação Democrática Internacional das Mulheres)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO	19
2.1	O OFÍCIO DO HISTORIADOR ENTRE OS PRECEITOS DITATORIAIS E DE GÊNERO E A POLITICIDADE DESSAS CATEGORIAS	19
2.1.1	Seria o gênero um tema central do debate científico?	20
2.1.2	Seria o gênero uma boa categoria analítica?.....	23
2.1.3	Seria o historiador um denunciador?	30
2.2	O CONCEITO GÊNERO	33
2.3	O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS HISTÓRICAS DE GÊNERO	39
2.4	DETALHAMENTO METODOLÓGICO E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS ..	43
3	OS ‘SUJEITOS’ DESSA HISTÓRIA	46
3.1	O OLHO QUE TUDO VÊ: O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES.....	46
3.2	MULHERES: AS AGENTES DESSA HISTÓRIA	61
3.2.1	Mulheres em praça pública: a centralidade do gênero.....	62
3.2.2	Reverberação das vozes feministas: o feminismo de segunda onda e sua imprensa....	67
3.3	O SISNI ESPIA AS FEMINISTAS.....	81
4	USOS DE GÊNERO E VIVÊNCIA FEMININA EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL.....	87
4.1	CERCAMENTOS E DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO: MULHERES PÚBLICAS, DEBATES DE GÊNERO E A SEGURANÇA NACIONAL	94
5	O MAIS FEMINISTA DOS FEMINISTAS ESPIADO: O MULHERIO SEGUNDO O SISNI	130
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS.....	190

1 INTRODUÇÃO

1975, um ano importante para a mulher. De 19 de junho a 02 de julho, na Cidade do México, realizou-se a conferência mundial do Ano Internacional da Mulher. Reunindo representantes de 133 países, discutiu-se um plano a ser aplicado até 1988 em todos os países filiados na ONU. No Brasil o Ano Internacional da Mulher foi lembrado com muitas conferências: no Rio organizaram-se debates no auditório da ABI; e em São Paulo a Fundação Carlos Chagas publicou diversas teses sobre a situação da mulher no Brasil. Em dezembro, para palestras em Porto Alegre e contatos no Rio, chegava a própria secretária geral do Ano Internacional da Mulher Helvi Sipilä¹.

1975, ano que delimita o início dessa pesquisa; ano internacional da mulher; ano em que a “distensão” ditatorial proposta por Geisel é posta em prática em meio a diversas contradições. É deste ano até o ano de 1985 que focamos a análise de nossa pesquisa. Seguindo rigorosamente a nomenclatura da fonte, nosso exame se debruçou sobre relatórios, investigações, inquéritos, denúncias e demais processos e análises do *Sistema Nacional de Informações* (SISNI) presentes no Arquivo Nacional, selecionados especialmente do fundo do *Serviço Nacional de Informações* (SNI)² e do fundo da *Divisão de Segurança e Informações*, do *Ministério da Justiça* (DSI/MJ) – em sua série ligada aos movimentos contestatórios³. Buscamos com isso compreender as posições do sistema informacional da Ditadura, em relação aos usos e debates feministas e aos organismos e sujeitos que propunham essas discussões. Dentro da documentação do SISNI, focamos a investigação nos relatórios ditatoriais sobre a imprensa escrita alternativa e feminista⁴, durante o período de “distensão” da Ditadura Militar brasileira de 1964.

Marcos temporais em pesquisas acadêmicas servem ao rigor metódico e focal sobre o período estudado e suas fontes. Todavia, essas balizas temporais são como fronteiras entre países: existem, nos guiam, mas na concretude são muros delicados e imaginários. A história, especialmente falando das questões de gênero, precisa ser vista também como um longo processo humano, sem nenhuma teleologia, nenhum destino marcado e previsível. Parafraseando Braudel, o tempo histórico é como o oceano, suas marés e ondas. O tempo longo

¹ Programa Música e Informação: A História de 1975. Fundo Rádio Jornal do Brasil, Identificação: BR.RJANRIO.AA8.0.DSO-013, jan. 1976, gênero sonoro, 45min 56s. Arquivo Nacional.

² Identificados através do código *BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC* e devidamente digitalizados através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

³ Identificados através do código *BR.RJANRIO.TT.0.MCP* e devidamente digitalizados através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

⁴ Visitaremos relatórios ditatoriais que evocam jornais alternativos que debatem a questão da mulher ocasionalmente, como *Movimento* (1975-1981) e o *Opinião* (1972-1977). Adentraremos naqueles que são protagonizados e/ou falam abertamente de questões femininas como o *Brasil Mulher* (1975-1980), o *Nós Mulheres* (1976-1978) ou o *Maria Quitéria* (1977-1979) e alicerçaremos cronologicamente nossa análise com maior acurácia sob os relatórios ditatoriais direcionados ao maior e mais longo periódico feminista do período, o *Mulherio* (1981-1988).

nos guia como as correntes marítimas guiam os diversos mares: de forma lenta, com retornos e ciclos insistentes, mas, também, com transformações. Entre as correntes marítimas do tempo longo e os agitados, rápidos e nervosos movimentos da superfície oceânica, observamos as ondas que representam o tempo médio e conectam essa temporalidade com o tempo curto. Sendo esse último as perturbações de superfície, as cristas e espumas do mar que observamos e representam o tempo mais próximo de nós: o tempo curto. Nosso trabalho focalizará, principalmente, essa última temporalidade, sem esquecer, todavia, de sua relação com as outras temporalidades. Por mais que a visão humana contemple de maneira mais fácil as cristas de ondas e as espumas que chegam à costa, elas podem contar histórias ardentes, vívidas e perigosas. Por isso, torna-se sempre necessário observar a relação complexa e interconectada nesse oceano historiográfico apontado por Braudel. Sobre essa última temporalidade, podemos observar que

Lastly, the third part gives a hearing to traditional history - history, one might say, on the scale not of man, but of individual men, what Paul Lacombe and Francois Simiand called "l'histoire événementielle", that is, the history of events: surface disturbances, crests of foam that the tides of history carry on their strong backs. A history of brief, rapid, nervous fluctuations, by definition ultra-sensitive; the least tremor sets all its antennae quivering. But as such it is the most exciting of all, the richest in human interest, and also the most dangerous. We must learn to distrust this history with its still burning passions, as it was felt, described, and lived by contemporaries whose lives were as short and as short-sighted as ours. It has the dimensions of their anger, dreams, or illusions^{5 6}.

Assim, a temporalidade que apontamos aqui deve ser vista sempre como um processo, em parte, guiado pelos ideais de gênero assentados de outrora. Ademais, esse marco temporal, que aparece como relativamente óbvio, não pode ser visto apenas como uma datação importada: o debate de gênero não iniciou no Brasil no ano de 1975, muito menos sua censura. Violências que tolhem os papéis sociais femininos na sociedade são questionadas, por diversos sujeitos, desde sempre. A História nunca é direcionada por um só movimento. Todavia, esses questionamentos aumentaram de modo contínuo, passando a contestar e inquirir com vigor os padrões de gênero socialmente construídos, a partir da Revolução Sociocultural dos anos 1960 – que chega, com essa força, relativamente atrasada ao cone-sul americano, envolto em

⁵ BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, Vol. 1. University of California Press, 1996, p.21

⁶ Em tradução própria: Finalmente, a terceira parte faz um exame da história tradicional - história, poder-se-ia dizer, da dimensão não do homem, mas do indivíduo humano, que Paul Lacombe e François Simiand chamaram de a história dos acontecimentos (événementielle): perturbações da superfície, cristas de espumas que as marés/ondas da história conduzem às suas costas (ao seu litoral). Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas, por definição ultrasensível: o menor tremor aciona todos os seus sismógrafos. Sendo assim, é a história mais excitante de todas, a mais rica em humanidade, e também a mais perigosa. Devemos aprender a desconfiar desta história, com suas paixões ardentes, vivida, descrita e sentida por seus contemporâneos cujas vidas e visões de mundo eram tão limitadas quanto às nossas. Essa história tem as dimensões de suas raivas, sonhos e ilusões.

ditaduras. Na perspectiva feminista, esta revolução tomou visibilidade no Brasil através dos debates sobre a “questão da mulher”, em 1975⁷. O primeiro relato dessa parte do texto, exposto à época em um programa retrospectivo sobre o ano de 1975, demonstra o marco representativo deste período para a “questão da mulher”. Todavia, assim como todo “marco histórico”, há uma construção diversa ligada à datação: que, de fato, é marcada por lutas e questionamentos de pioneiras e pioneiros.

A confluência dos avanços das lutas feministas nos países centrais, suas reverberações pelo mundo, o marco do Ano Internacional da Mulher da ONU, a promessa de distensão no país⁸, além das mudanças socioeconômicas conquistadas pelas mulheres brasileiras, desde a década de 1960, auxiliaram este marco. Conforme aponta Ana Alice Alcântara Costa⁹, a literatura, em geral, costuma apontar o ano de 1975, com eventos patrocinados pela ONU, como marco fundante do feminismo brasileiro de segunda onda. Porém, desde antes grupos femininos atuavam no país: no início dos anos 1960, Pernambuco via renascer a *Federação de Mulheres do Brasil*¹⁰; já em 1972, o *I Congresso de Mulheres* teve participação de diversas feministas como Heleieth Saffioti e Carmen da Silva¹¹. Não queremos com a escolha desse marco reforçar a ideia de que importamos uma datação e que o feminismo brasileiro surge de modo extemporâneo. A metáfora do oceano e os eventos que citamos por último ajudam a demonstrar que, no Brasil, o debate sobre a “questão da mulher” já existia e, como em um processo, o ano de 1975 marca o levante de múltiplas ondas nessa costa, intensificadas pelos ventos de fora, mas que não chegam em um mar que outrora era sereno. Nesta contenda está o nosso tema de pesquisa. À época denominado como as “questões das mulheres” e que atualmente encontram-se, semântica e teoricamente, melhor dispostas através do que se denomina estudos de gênero.

Nossa escolha analítica inicial pelo ano de 1975 também é reforçada pelo ressurgimento e pela força que movimentos de esquerda e de setores democráticos tomam nesse período: movimentos de trabalhadores, grevistas e estudantis multiplicam-se; a eleição de 1974 é vencida majoritariamente pelo MDB. Assim, a Ditadura via-se encurralada diante de diversos

⁷ Maiores detalhes sobre o movimento feminista de segunda onda, no Brasil, podem ser observados em: SARTI, 2004.

⁸ O GLOBO, 1º caderno. *Geisel anuncia distensão gradativa e segura*, Rio de Janeiro, 30 de ago. 1974, n.14945, p.5.

⁹ Que chegou a ser Pós-doutora em Estudos Feministas e que, nas décadas de 1970 e 1980, foi militante feminista, no México, pelo *Movimiento de Liberación de La Mujer* e, no Brasil, pelo *Brasil Mulher de Salvador*.

¹⁰ SANTOS, T. *As mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)* (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2016. p.47-48.

¹¹ PEDRO; WOLFF, 2010, p.177-178.

movimentos oposicionistas e passou a agir de modo singular. Já o ano de 1985, marco final de nossa análise, fora escolhido por delimitar o final da Ditadura Militar de 1964, delimitando um novo período democrático ao país e novos modos de atuação aos movimentos feministas e aos militares.

Sobre a ideia de gênero, é interessante demarcarmos o conceito utilizado neste trabalho: aqui gênero nada mais é do que a nossa principal categoria em análise¹². Cientes de que os lugares sociais de ‘homens’ e ‘mulheres’, definidos pelos sujeitos no tempo e naturalizados estruturalmente, são artificiais, frágeis e mutáveis através das percepções e utilizações dos próprios seres, esse trabalho avança. Mas sem esquecer que as ideias de gênero construídas sociohistoricamente acabavam circunscrevendo, ou tentavam delimitar, o espaço feminino à economia do cuidado, ao espaço privado, especialmente ao lar, agindo assim de maneira feroz contra a plena liberdade feminina.

Como afirma Joan Scott, as ideias de gênero devem ser, ao mesmo tempo, vazias e transbordantes: “vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas”¹³. Assim, os arroubos censórios dos órgãos de informação, aqui investigados, aparecem como formas de delimitação e negação da liberdade feminina na construção de sua própria noção de ser e viver seu gênero. Censurar direta e indiretamente, investigar, prender, boicotar, impedir circulação de ideias: tudo isso conflui em um só objetivo de impedir o avanço da luta emancipatória feminina. É por isso que é imperativo trazer a noção de gênero ao centro do debate historiográfico, não mais como um penduricalho temático afastado das demais correntes de estudo.

Essa sociedade construída com a mulher em um lugar de subalternidade, silenciada política e sexualmente, é o que a Ditadura Militar de 1964 busca manter: qualquer desvio à norma socialmente aceita sobre o “feminino” poderia representar subversão, atentar contra à moral e os bons costumes e à segurança nacional. Comunismo e feminismo aparecem como faces da mesma moeda ao longo da documentação estudada: ambos representariam um mal à nação e à família brasileira. Na tentativa de sufocar esses “desvios”, a Ditadura agia tirando a plena liberdade feminina, nos mais diversos âmbitos. Neste sentido, é lúcida a afirmação da militante Miriam Suárez, sobre a Ditadura de Segurança Nacional¹⁴ da Bolívia que “ejercía

¹² SCOTT, 2016, p.12.

¹³ *ibid.*, p.38.

¹⁴ O termo aqui utilizado rememora e evidencia a similaridade ideológica das Ditaduras do Cone-sul.

violencia física y también simbólica contra las mujeres. La censura, la descalificación social, el desprecio por las mujeres militantes, producían heridas profundas, invisibles, pero dolorosas”.¹⁵ Como afirma Ana Duarte¹⁶, até hoje a relação entre a Doutrina de Segurança Nacional dos regimes ditatoriais da América Latina e as mudanças comportamentais das sociedades ainda é pouco analisada do ponto de vista histórico e é por isso que avançaremos nesse campo.

Assim, desenvolvemos nosso trabalho. Aqui buscamos introduzir a temática, com um breve resumo do trabalho. Na sequência, nosso estudo avança com um primeiro capítulo teórico-metodológico onde é abordado e aprofundado questões sobre: a concepção da ideia de “gênero”; a falta da centralidade das questões de gênero no debate historiográfico; o ofício do historiador em meio a politicidade social e científica; o estado da arte sobre a temática proposta, dentro da temporalidade pretendida; um detalhamento metodológico, com apontamentos sobre fontes documentais e bibliográficas. O segundo capítulo discorrerá sobre os sujeitos de nossa história: o SISNI e os periódicos alternativos e feministas, elencando o percurso histórico dos jornais e evidenciando as questões de natureza organizacional do meio informacional ditatorial. O terceiro capítulo, de natureza documental, busca esquematizar os temas sensíveis investigados pelo SISNI, numa perspectiva de gênero e delimitados pelo aparelho informacional como contestatórios, subversivos e/ou comunizantes – dentro do período estudado e em relação à imprensa escrita alternativa e feminista. O quarto capítulo, também de natureza documental, evidenciará de modo cronológico e extensivo como o SISNI investigou de perto o maior e mais longo periódico feminista, o *Mulherio* (1981-1988).

Um percurso tortuoso e pouco explorado sob o aspecto do gênero, mas que buscará contribuir com as nascentes pesquisas e com os demais estudos feministas que visam, como fim maior, uma plena compreensão e atitude igualitária perante as diferenças de gênero que sufocam as múltiplas possibilidades de ser e estar mulher, numa sociedade ainda profundamente patriarcal e machista.

¹⁵ PEDRO; WOLFF, 2010. p.267.

¹⁶ DUARTE, 2011, p.5.

2 DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo busca desenvolver com rigor teórico uma discussão sobre o ofício do historiador em aproximações aos debates de gênero e ditatorial. Além disso, desenvolveremos em detalhes a metodologia proposta para nossa investigação. A primeira parte deste capítulo busca questionar os limites entre a ciência e a política dentro da temática estudada, delimitando a escassez da categoria analítica gênero como mote central nos estudos historiográficos e científicos. O segundo segmento do trabalho busca discutir e avançar sobre o conceito de gênero, clarificando seu uso neste trabalho e sua discussão teórica nos meios científicos. O terceiro tópico do estudo busca destrinchar o estado da arte das pesquisas de gênero, em relação ao meio temporal aqui estudado. Para isso, será evidenciado os trabalhos dentro da historiografia e os diálogos possíveis com esta dissertação. A quarta e última parte proposta neste capítulo destrinchará a metodologia adotada no trabalho, evidenciando as fontes e as principais obras bibliográficas utilizadas para dissertar sobre a temática.

2.1 O OFÍCIO DO HISTORIADOR ENTRE OS PRECEITOS DITATORIAIS E DE GÊNERO E A POLITICIDADE DESSAS CATEGORIAS

Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer¹⁷.

Apesar de certo inconformismo social em relação aos hiatos de gênero (*gender gap*), ainda há bastante apatia apoderando-se de nossa época e impedindo avanços maiores. Parte da dificuldade é explicada pela falta de conhecimento histórico sobre a própria vivência feminina em sociedade. Este é um problema político-social, mas também é uma questão científica, ligada ao ofício do historiador. Por isso torna-se tão necessário discutir nosso trabalho ao encontro dessas temáticas: quem sabe assim despertamos as “centelhas de esperança” e estas ajudam a guiar um presente construtor de um futuro mais igualitário – quem sabe!? –. Sobre o ofício de historiador, dentro de um trabalho como o nosso, é interessante levantar três discussões, cada uma delas como subitens desta seção.

A primeira contenda proposta busca evidenciar a falta da centralidade da categoria gênero dentro do meio científico¹⁸ – mesmo que, implicitamente, a categoria seja constantemente

¹⁷ BENJAMIN, 1987, l.3894.

¹⁸ Mais à frente também discutiremos esse problema em relação à historiografia e a discussão da época.

evocada na realidade social, isso incluso a temporalidade ditatorial. A segunda discussão problematizará a ideia de gênero como categoria de análise, sendo a ideia de gênero um constructo categórico, generalizante e estruturante, enquanto a história demanda, cada vez mais, um estudo com mais especificismo, recorte e pormenorização. Já o terceiro debate buscará discorrer sobre o fazer científico/históriográfico, a partir da relação entre os pesquisadores e os seus objetos de pesquisa, muitas vezes bastante próxima (caso desta pesquisa e de tantas que analisam objetos de repressão/libertação).

2.1.1 Seria o gênero um tema central do debate científico?

Em relação à sua extensão territorial e sua população, o Brasil deve ser o país que menos produz notícias. As coisas de certo modo não acontecem. Nossa produção de fatos nunca é súbita ou abundante. É cumulativa. Ao cabo de anos e anos o Brasil produz uma notícia, fruto de inúmeros fatozinhos que atravessaram com uma cautela de camundongos esse palco já meio velho da pátria. Como disse ao meu amigo José Honório Rodrigues, eu tenho a maior admiração pelos historiadores nativos, que precisam dar forma à neblina e timbre aos cochichos. São os grandes ficcionistas do Brasil¹⁹.

O texto acima denominado “Exércitos Mendigos” e o artigo “As merendas dos generais”, publicadas no *Jornal do Brasil* pelo jornalista Antônio Callado, enquadraram na Lei de Segurança Nacional. Além de exaltar o ofício de historiador, o jornalista aponta o grave sufocamento das vozes e fontes discordantes do regime na imprensa e a luta necessária para que o mínimo de notícias seja reportado ao público. O excerto assinala assim a dificuldade científica dos historiadores que, muitas vezes, ao trabalharem com as fontes da época encontram-nas em códigos, incompletas ou silenciadas pelo contexto da época. Do ponto de vista da imprensa, a censura inicia-se por ligações e bilhetinhos que, em sua maioria, perderam-se no tempo e necessitam do testemunho individual daqueles que viveram à época. Por vezes, os próprios jornalistas realizavam autocensura em relação aos artigos publicados nos periódicos: como aponta Kushnir²⁰, de forma colaboracionista, como “cães de guarda” do regime nas redações, ou com autocensuras próprias de jornalistas cansados da tesoura censória.

Esse caráter fragmentário das fontes do período é ainda mais explícito se observarmos sob o ponto de vista do gênero. Não há preparo das fontes visando a fundos e coleções ligadas à temática de gênero em relação à censura da imprensa; muito menos havia uma divisão de relatórios e processos censórios objetivando apenas essa temática. Essa observação nos levará a constante necessidade de exame e reiteração cuidadosa das evocações das categorias de

¹⁹ CALLADO, Antônio. Exércitos mendigos. HDBN. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1967, ed.b2, p.6.

²⁰ KUSHNIR, 2001, 1.404.

gênero ao longo da História estudada e que são pouco focadas como tal²¹. Assim, o estudo aqui proposto avança para análise histórica das fontes de modo desagregado, amalhando ricas migalhas e montando a narrativa proposta.

Também há falta de centralidade da categoria na própria discussão da época e na historiografia política ligada aos processos de censura. Por mais que grupos a favor e contra as Ditaduras Militares latino-americanas, constantemente, utilizassem a luta das e pelas mulheres contra o adversário: desde grupos como o CAMDE²² ou a luta pelos “direitos das famílias”, passando pelas *Madres de la Plaza de Mayo*²³, incluindo o Movimento Feminino pela Anistia²⁴ ou as mães da periferia organizadas no Movimento Custo de Vida (Movimento Contra a Carestia)²⁵. A relação, a centralidade e a importância das mulheres nessas lutas políticas eram pouco explicitadas à época e são pouco exploradas na historiografia, principalmente em relação à censura e a constante vigilância à imprensa (que do ponto de vista do gênero ganha muito mais destaque sob a ótica da moral e dos bons costumes que do ponto de vista da política pública). Essa falta de centralidade do gênero na perspectiva historiográfica no Brasil será melhor debatida na terceira parte deste capítulo. Já esse problema, em relação ao debate da época, será explorado no capítulo sobre as temáticas censuradas nos periódicos impressos. Aqui focalizaremos a discussão do ponto de vista científico e teórico; do ponto de vista da ciência histórica.

[...]a proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descon continuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. Depois porque a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser medida pelos manuais, programas universitários e monografias), mostram os limites das abordagens descritivas que não

²¹ Diversos são os eventos históricos possíveis que são pouco observados do ponto de vista do gênero. Mais à frente utilizaremos o discurso do Deputado Federal Márcio Moreira Alves, proferido no dia 3 de setembro de 1968 e que desencadeia todo o processo que culmina com Ato Institucional nº5. O discurso muito utilizado como afronta às forças armadas é pouco estudado do ponto de vista do gênero, mesmo que ele evoque reiteradamente lugares de gênero.

²² CAMDE é uma sigla para designar a *Campanha da Mulher pela Democracia*, um movimento feminino de direita e conservador brasileiro, com profunda ligação e financiado pelo *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES). Foi um grupo que alicerçou e apoiou o golpe de 1964. Para mais detalhes, consultar: CORDEIRO, 2008.

²³ Foi um grupo de mulheres que quebraram o silêncio e denunciaram, de modo pioneiro, as violações dos direitos humanos perpetradas pela Ditadura Militar Argentina. Em frente à sede do governo do país, na Praça de maio, essas mulheres passaram a buscar seus filhos mortos e desaparecidos pela Ditadura daquele país. Para mais detalhes, consultar: PAULA, 2014.

²⁴ Foi um movimento político brasileiro liderado por Therezinha Zerbini e que lutou pela anistia política dos civis e militares brasileiros perseguidos, expulsos, presos e/ou exilados pela Ditadura brasileira de 1964. Para mais detalhes, consultar: PAULA, 2014.

²⁵ Foi um dos maiores movimentos de mulheres do país. Criticou abertamente a fome e a inflação que a maior parte da população brasileira enfrentava e criticou abertamente a política econômica brasileira, durante o governo Geisel. Para mais detalhes, consultar: MONTEIRO, 2015.

questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-los²⁶.

Acima, Joan Scott evidencia a marginalidade que os estudos de gênero encontram dentro da ciência histórica. Além disso, a autora elogia o *boom* das pesquisas de gênero, porém delimitando que suas abordagens continuam muito descritivas, faltando uma sintetização, uma esquematização teórica e conceitual própria aos estudos de gênero. Dessa forma, a ciência histórica, do ponto de vista do gênero, permanece presa aos cânones da disciplina, sem produzir novas teorizações ou avançar diante das existentes. Afora esse problema, o desenvolvimento das pesquisas de gênero, dessa forma, relega aos estudos um caráter de nicho, de marginalidade, sendo poucos os diálogos com temáticas consolidadas da historiografia, sobretudo a política. Logo, apesar da importância dessa ciência histórica descritiva, principalmente no nascimento desse campo de estudo, a autora afirma que do ponto de vista político e do poder institucional, o gênero visto dessa forma é pouco produtivo.

Esses usos descritivos do gênero foram utilizados pelos(as) historiadores(as), na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida em que os(as) historiadores(as) sociais se voltavam para novos temas de estudo, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias do gênero. Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos. Porque na aparência a guerra, a diplomacia e a alta política não têm explicitamente a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que trabalham sobre o político e o poder. Isso tem como resultado a adesão a certa visão funcionalista baseada, em última análise, sobre a biologia e a perpetuação da ideia das esferas separadas na escritura da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens). Mesmo se nesse uso o termo “gênero” afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são; ele não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo o “gênero” é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres²⁷.

Sob a perspectiva teórica e política, a ideia de gênero deve utilizar-se dos estudos descritivos, mas necessita ser cientificamente estruturada como uma categoria de análise própria: sem relegar teorias outras, mas criando seus próprios estatutos e métodos de pesquisa centrados, sempre, no gênero como categoria de análise. Assim, para compreender a organização da opressão feminina, torna-se necessário observar a construção do próprio significado do que é ser mulher e sua relação política, econômica e social (além do espaço privado) com o gênero construído de modo polar como masculino. Foi trazendo o conceito de gênero de modo analítico ao centro do debate que a autora feminista e marxista, Silvia Federici,

²⁶ SCOTT, 2016, p.12.

²⁷ SCOTT, 2016, p.14-15.

conseguiu deslocar-se da “ortodoxia marxista”, observando que a “opressão” das mulheres não era resíduo de uma relação feudal, mas, sobretudo, uma estratégia central para o processo de acumulação capitalista. Assim, “o trabalho não remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, a ‘escravidão do salário’, assim como foi o segredo de sua produtividade”²⁸.

A riqueza do trabalho historiográfico é evidenciada nesse exercício processual e reiterado de interpretação, explicação ou alguma atribuição de causalidade. Nas pesquisas de gênero da área não poderia ser diferente. Servir sempre ao trabalho descritivo seria empobrecer as pesquisas de gênero: estas necessitam organizar teorias sobre a realidade social compreendendo os porquês dos usos de gênero e suas relações com a construção da vida pública e privada. Sem demonização do trabalho descritivo, que aqui também será apresentado, nossa pesquisa priorizará o caminho analítico e, conforme apresentamos, essa análise terá o gênero alocado de modo central. Só com o gênero aparecendo como categoria fundamental do trabalho histórico é possível clarificar as relações de poder possíveis entre as categorias evocadas aos seres, do ponto de vista de gênero e suas diversas relações com o meio. Conforme aponta Joan Scott, é necessário tomar a “definição de gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícito, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade”²⁹.

2.1.2 Seria o gênero uma boa categoria analítica?

*[...torna-se necessário a pesquisa de gênero uma] análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise*³⁰.

As investigações de gênero necessitam ser relacionais, como podemos observar acima. Em uma dicotomia construída socialmente, com regramentos delimitados, a noção de gênero impera e estrutura diversas relações sociais. Não há outra forma de observar essas relações no tempo senão através de uma observação rigorosa sobre os padrões estruturais formadores da doxa social sobre o ser-mulher e sua relação com a sociabilidade dos seres. Logo, é preciso ter clareza generalizante sobre as normas socialmente “sugeridas” às mulheres, mas sem perder o

²⁸ FEDERICI, 2017, l.100.

²⁹ SCOTT, 2016, p.36.

³⁰ SCOTT, 2016, p.12.

rigor das especificidades empíricas. Assim, a ideia de gênero como categoria de análise acaba delimitando o conceito dentro de um constructo categórico, generalizante e estruturante, enquanto a história demanda, cada vez mais, um estudo com mais especificismo, recorte e pormenorização. Isto posto e assumido, parte dos estudos de gênero podem passar a ser questionados. Celeumas entre estudos generalizantes e empíricos não são novos na História. Mas será mesmo que esses termos são polos antagônicos e indissolúveis? Seria contraditório utilizar a ideia generalizante de gênero como categoria de análise, mesmo atento às especificidades empíricas? Ambas as perguntas parecem ser respondidas de modo negativo, pelo menos, conforme afirma o grande empirista E.P. Thompson:

Devo deixar claro, sem equívocos, que na discussão que se segue não ponho em dúvida a necessidade de procedimentos sincrônicos na análise social, econômica e (ocasionalmente) histórica. Esses procedimentos (uma visão geral de toda uma sociedade, “congelada” em certo momento, ou um isolamento sistemático de certas atividades selecionadas em relação ao todo) sempre foram utilizados pelos historiadores, e um rápido exame das revistas de nossa área (por exemplo, *Past and Present*, ou *Annales E.S.C.* ou a *Economic History Review*) mostrará que os vocabulários sincrônicos especializados foram usados para interrogar a “história” com mais frequência nas três últimas décadas do que em qualquer outro período anterior³¹.

Assim essa pesquisa avança, sendo necessário tomar cuidado para a categoria adotada não responder toda nossa pesquisa: se fosse o caso, nem análise documental seria necessária. Logo, o gênero como categoria de análise, generalista e estrutural, não pode aparecer jamais cristalizando temporalidades e sujeitos: retirando suas agências. Conforme aponta outro insuspeito, Marc Bloch, adotar categorias estruturais como guia apresenta como “verdadeiro perigo sua própria comodidade. Mal escolhido ou aplicado demasiado mecanicamente, o símbolo, que só estava aí para ajudar a análise, acabou por dispensar o ato de analisar”³². Todavia, o autor não chancela um *cancelamento* deste meio analítico. Pelo contrário, Bloch torna-se um ferrenho crítico das partições arbitrárias da análise histórica do homem e da falta de diálogo entre as ciências, propondo uma espécie de “história total”: sem negar a necessidade de um trabalho coletivo para que isso se efetive; além do fato de deixar claro que, na prática analítica, o historiador individual pode muito bem recortar seu objeto de análise³³.

O aparente dilema e indissolubilidade entre os termos da pesquisa é depurado, segundo o autor, através de um processo crítico e comparativo: “na base de quase toda a crítica inscreve-se um trabalho de comparação”, sendo necessário “ressaltar tanto semelhanças como

³¹ THOMPSON, 1981, p.82.

³² BLOCH, 2002, l.2595.

³³ *ibid.*, l.2398.

diferenças”³⁴. Esse trabalho comparativo, seja entre temporalidades, sujeitos ou tipologias teóricas/conceituais (logo abstratas), é parte principal do que Bloch chama de trabalho “crítico” do historiador. Em síntese, sobre esse mister, é necessário

[...]encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas³⁵.

Logo, dar nitidez para a categoria de gênero aqui adotada é sumariamente importante. Nessa perspectiva, conforme frisa Federici, torna-se necessário ter clareza que na polarização homem-mulher as “hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar”³⁶. A autora traz um conceito especialmente significativo para pensarmos essa pesquisa: em Federici, os cercamentos, apontados por Marx no *Capital*, deixam de ser fronteiras essencialmente geográficas e passam a dividir a solidariedade mútua, comum aos seres. Gênero agora representaria um fator de distinção que, historicamente, colocaria a mulher em uma posição inferior, complementar e polar ao homem.

Destarte, para a realização desse trabalho, compreenderemos a relação de gênero como uma relação de poder particular, diante de sua assimetria e durabilidade, sendo especificamente posto como uma relação de dominação, conforme aponta Thompson³⁷. Diante dos apontamentos, torna-se evidente que nosso estudo compreenderá o conceito de gênero como um empreendimento de longa duração, situado no domínio da “estrutura”. Cientes dos perigos reducionistas deste entendimento, que é generalizante, conforme já frisamos, parece-nos adequada uma definição do termo estrutura. Segundo Braudel³⁸, “a palavra estrutura, boa ou má, domina os problemas da longa duração”. Porém, uma análise que se utilize deste preceito deve estar ciente que estrutura é modelo, “ensaio de explicação”, e deve evitar engessar a autodeterminação dos sujeitos em suas atuações históricas. Portanto, “a pesquisa deve ser sempre conduzida, da realidade social ao modelo, depois deste àquela, e assim por diante, por uma sequência de retoques, de viagens”³⁹. Reforçando a ideia, Thompson afirma que a

³⁴ BLOCH, *op.cit.*, l.1896

³⁵ SCOTT, *op.cit.*, p.26.

³⁶ FEDERICI, 2017, l.119.

³⁷ THOMPSON, 2011, p.378.

³⁸ BRAUDEL, 1992, p.49.

³⁹ BRAUDEL, 1992, p.68.

sociabilidade é construída através de formas simbólicas de representação da vida que estão “inseridas em contextos sociais estruturados” repletos de “relações de poder, formas de conflito, desigualdades em termos de distribuição de recursos”⁴⁰. Pensando com essa lógica, do ponto de vista de gênero, três autoras de correntes opostas assemelham-se:

Há uma dialética entre o ser singular e o ser genérico, um somente se realizando por intermédio do outro. Esta concepção, retendo a complexidade do processo de constituição do sujeito/objeto, permite afastar qualquer *a priori* situado no indivíduo, assim como superar a “determinação social dos destinos pessoais”⁴¹.

Eu não acho que temos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas, em contrapartida, acho que devemos mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. É preciso nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram. Segundo a formulação de Michelle Rosaldo temos que procurar, não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa: “Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta”. Para fazer surgir o sentido, temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como ocorre a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”⁴².

De fato, não fica claro que possa haver um “eu” ou um “nós” que não tenha sido submetido, que não tenha sido sujeitado ao gênero, onde a generificação é construída, entre outras coisas, pelas relações diferenciadoras pelas quais os sujeitos falantes se transformam em ser. Submetido ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o “eu” não precede nem segue o processo dessa generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações[...]. Afirmar que o sujeito é ele próprio produzido em — e como — uma matriz generificada de relações não significa descartar o sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de sua emergência e operação⁴³.

Heleieth Saffioti, socióloga feminista e marxista; Joan Scott, historiadora influenciada por Foucault e Derrida; Judith Butler, filósofa contemporânea pioneira da teoria *queer*. Afora a tendência teórica em direção a uma maior individualidade dos sujeitos em suas ações perante os padrões de gênero, que aumenta conforme ordem das autoras citadas, todas evocam uma

⁴⁰ THOMPSON, op. cit., p.22.

⁴¹ SAFFIOTI, 1997, p.62.

⁴² SCOTT, 2016, p.27-28.

⁴³ BUTLER, 2000, l.157.

relação entre o “ser singular e o ser genérico”, ou entre o “sujeito individual” e sua “organização social”, ou ainda entre o “eu/nós dos sujeitos” e sua “matriz generificada das relações”. Há assim, sempre, nas exposições das cientistas, um padrão geral que se relaciona com o sujeito individual.

O que sobra de todas é um guia para evitarmos acomodações e resistência em nossos apriorismos, em ambos os polos do processo de subjetivação. A categoria gênero como vazia e transbordante, conforme aponta Scott, auxilia-nos nesse sentido: do ponto de vista da realidade, a categoria gênero é por si própria uma invenção humana, concreta, sem nenhuma significação transcendente a-histórica e a priori, logo ela tem o vácuo por gênese; todavia, perante o tempo corrente, por mais que a categoria pareça fixa e dada, ela é transbordante, diversa e infinita, definida pelos próprios sujeitos em suas relações com as possibilidades de ser e estar no mundo. Existe assim uma co-construção entre os dois polos: o “ser genérico” nada mais é do que o conjunto dos padrões convencionais e gerais que o tempo e os seres individuais, em conjunto, produziram e continuam produzindo de modo cumulativo, porém instável e em constante disputa.

Logo, a pesquisa histórica aqui proposta e as que têm a categoria de gênero como mote analítico principal, se preocupam, dentro do método analítico e empírico, com problemas concretos, com temporalidade e espacialidade próprias, mas que fazem parte de processos longevos/estruturais: que, no caso do gênero, têm conexões temporais e geográficas múltiplas, complexas e abertas.

Ou seja, o interior e o exterior não têm, de acordo com a perspectiva aqui adotada, existência autônoma, nem sequer em termos relativos. Nesta linha de raciocínio, homens e mulheres fazem a história, produzindo objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história que fazem⁴⁴

Com clareza da discussão anterior, ainda cabe avançar em uma breve discussão sobre os espaços sociais evocados perante lugares de gênero, onde as ideias patriarcais atuam e buscam delimitar as possibilidades de gênero circulantes. Sobre isso devemos considerar que

A esfera pública foi geralmente entendida como o domínio da razão e da universalidade cuja participação era reservada somente para os homens, enquanto as mulheres, seres (supostamente) inclinados a particularidades, e a conversas frívolas e afetadas, se supunham comumente mais indicadas à vida doméstica. Por isso, o caráter masculino da esfera pública burguesa não era um aspecto accidental: mas uma

⁴⁴ SAFFIOTI, 1997, p.60.

característica fundamental da esfera pública que, na sua própria concepção, foi gerada por um conjunto de suposições profundamente enraizadas na diferença dos gêneros⁴⁵.

A relação entre o espaço público e o privado aparece no excerto de modo central para compreender os espaços de gênero, sobretudo do ponto de vista político – caso de nosso trabalho. O patriarcado busca, de várias formas, admoestar mulheres de seus “devidos papéis sociais”, de seus “devidos locais sociais”. Circunscrever o espaço público e político institucional aos homens é estratégia antiga e persistente dos princípios patriarcais: o controle sob os discursos de gênero presente em nossas fontes segue essa lógica. Afinal, aqui interessa, sobretudo, os temas e o modo que o estado ditatorial investigou ou censurou conteúdos e ações de gênero dentro da imprensa nacional. Segundo Thompson, o estado cumpre sua autoridade através de “duas formas relacionadas, mas distintas de poder”, que descreve “como poder coercitivo e poder simbólico”.

Nos interessa na pesquisa, particularmente, o poder simbólico, visto sua aptidão em difundir “formas simbólicas que procuram cultivar e sustentar a crença na legitimidade”⁴⁶. O poder coercitivo, denominado por Thompson como aquele que faz o “uso real ou sob ameaça da força física”, interessa-nos em segundo plano. Sobretudo observando quanto do poder simbólico é subutilizado devido ao agir coercitivo. Ademais, conforme o autor, ambos poderes agem relacionados. Assim, a forma como o estado atua coercitivamente aparece por vezes na pesquisa. Todavia, a parte principal da análise irá se debruçar sobre o agir simbólico do estado em direção ao dito e não-dito sobre os meios de comunicação social e os agentes sociais presentes nestes.

São muito os trabalhos acadêmicos que demonstram esse poder estatal restrigente sendo exercido em relação às mulheres: todavia, é necessário apontar que eles enfocam, em sua maioria, a violência direta e psicológica da tortura. Os trabalhos de gênero andam sendo frutíferos, também, do ponto de vista das resistências. Aqui, pretende-se colocar a discussão sob a ótica das violências censórias e investigativas que têm como objetivo sustentar desigualdades categoriais e persistentes, desigualdades de gênero. A pesquisa privilegiou uma análise sobre as fronteiras/cercamentos sociais que a categoria de gênero, pretensamente aceita socialmente e reforçada pelos discursos circulantes e abafados pelos órgãos do SISNI, impõe às mulheres. Assim, a intervenção investigativa e censória ditatorial aparece como uma

⁴⁵ THOMPSON, 1998, p.71.

⁴⁶ THOMPSON, op. cit., p.23.

tentativa central de inibir mudanças latentes à categoria de gênero. Modificações essas constantemente requeridas pelos sujeitos da história pesquisada.

Nessa perspectiva, a tática de reforçar divisões categoriais e impedir (ou tentar impedir) lutas emancipatórias, libertárias e que demandam às mulheres o espaço público, é parte do objetivo das investigações e censuras de gênero presentes em nossa documentação. Em obra já citada neste trabalho, Silvia Federici relaciona a acumulação primitiva do capital e o processo de caça às bruxas. As mulheres medievais prestes a conquistar novas liberdades e ameaçando, em conjunto com alguns homens, as estruturas da própria sociedade feudal, acabaram sendo sufocadas de suas lutas pelos espaços públicos: foram rebaixadas como seres menos capazes, tiveram seu corpo objetificado através da legalização do estupro na França, perderam suas liberdades de trabalho e acabaram emparedadas ou em fogueiras, como bruxas hereges. A tática cercamentária e dicotômica entre os grupos sociais, presente em Federici, é um dos modos de atuação do gênero, mas também do racismo e do próprio capitalismo: dividindo os grupos sociais, impedindo a solidariedade mútua, “melhor” se governa. Sobre isso, é interessante observar que

O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização⁴⁷.

A difamação pura e simples também é parte da tática do regime ditatorial de 1964, especialmente em relação às mulheres militantes, que renunciavam de seu papel de mulher de família para “entregar-se às depravações ateístas e antifamiliares do comunismo”. Esse é um exemplo latente de como o gênero age para controlar os corpos femininos. As ideias de gênero vão sendo evocadas, reiteradas ou ceifadas em nossa documentação sempre visando a preservar os locais de gênero da mulher, através de um processo dualista onde os desobedientes dos preceitos e dos lugares definidos eram desumanizados: representavam o próprio anticristo, mereciam desprezo, correção e até tortura. Essa divisão dualística construída através das ideias de gênero, também aparece no campo científico/analítico. Para essa dicotomização, o principal perigo apresentado é o do credo na existência de uma ciência neutra e apolítica, em contraposição a uma “não-ciência”, eivada de politização e parcialidade. Diante do exposto, o gênero como categoria de análise parece pender muito mais ao local de “não-ciência”. Mas seria essa divisão adequada? Essa é a discussão que focaremos na seção seguinte deste capítulo.

⁴⁷ FEDERICI, *op.cit.*, l.388.

2.1.3 Seria o historiador um denunciador?

Quanto ao caráter ideológico do feminismo, afirmado por Soares⁴⁸, discutir este assunto seria retroceder algumas décadas, ou seja, transportar-se para um momento histórico em que ainda se acreditava numa ciência neutra. Se as abordagens feministas são denominadas ideológicas por esta autora, a ciência dos homens, a ciência oficial é neutra. Ora, nem no campo das ciências naturais se acredita mais nesta história de carochinha⁴⁹.

Seria ótimo se a última afirmação de Saffioti no excerto acima, feita no ano de 2001, fosse realmente consensual: facilitaria a vida de maior parte dos cientistas humanos que veem, na suposta neutralidade evocada perante a ciência, um método de desvalorização das humanidades, área da ciência embebida nas relações entre os homens, que são concretamente indissociáveis das realidades sociais que o cercam. Por mais que no fazer científico tentemos respeitar e almejar compreender uma realidade concreta e objetiva, a plenitude desse exame precisa encarar as subjetividades dos seres “investigados” e “investigadores”.

Diante do debate ainda posto, cabe discutir esse local de “não-ciência” que as ciências exatas e naturais relegam às humanidades e o local de nosso trabalho nesta contenda. Essa não deixa de ser uma discussão cercamentária/dicotômica, como acontece com a ideia de gênero que levantamos na seção anterior, mas cabe aqui sua particularização. Isso posto, cabe evidenciarmos, conforme discussão iniciada, que o local da “neutralidade” não cabe nos estudos de gênero: localizar as relações de poder entre os sujeitos generificados e construídos de modo polar, é demarcar os limites que objetificam as mulheres e criam empecilhos para uma plena liberdade destas. Há politicidade inerente na realização desse trabalho, não há como fugir desta. Por mais que o esforço pela neutralidade, principalmente do ponto de vista da análise de fontes históricas, seja válido e exista aqui, parece-nos que a crença de que isso seja plenamente possível e que realmente exista essa dicotomia entre os locais de ciência (neutra) e não-ciência (politizada), é um dos grandes dogmas daqueles que se veem como imparciais. Acreditar que é possível, no exame científico, realizar um processo de decantação, sedimentando em polos afastados o homem científico e o homem político, analisando-os de modo fragmentário, parece empobrecer os trabalhos. Quantas vezes essa crença não levou-nos a teorias tecnicistas que serviam apenas ao controle social?

Ora, *homo religiosus*, *homo æconomicus*, *homo politicus*, toda essa ladainha de homens em *us*, cuja lista poderíamos estender à vontade, evitemos tomá-los por outra coisa do que na verdade são: fantasmas cômodos, com a condição de não se tornarem

⁴⁸ Barbara Musumeci Soares, doutora em sociologia através da pesquisa intitulada “Mulheres Invisíveis: Violência Familiar e Formações Subjetivas”.

⁴⁹ SAFFIOTI, 2001, p.130.

um estorvo. O único ser de carne e osso é o homem, sem mais, que reúne ao mesmo tempo tudo isso⁵⁰.

Esse local de plena neutralidade da ciência existe como se a própria ciência fosse uma estruturação onipresente, onipotente e onisciente e que, em nenhum momento da História, tenha sido investigada e utilizada por homens com desejos e anseios políticos latentes – isso, inclusive, nas ciências “duras”. O ser humano, em sua totalidade, conforme aponta Bloch no último excerto, é o real objeto de nossa análise histórica. Ele é a nossa única realidade concreta e todas as divisões e recortes que realizamos em relação a essa concretude podem até ajudar o trabalho científico, mas não podem esquecer jamais o seu caráter fragmentário em relação ao todo existente. Crer que o *homo religiosus*, o *homo æconomicus*, o *homo politicus* ou o *homo singularis* são capazes de explicar, em primazia, a realidade dos seres é voltarmos a lógica de que seria possível a separação apriorística, para uma plena análise, do ser individual do ser genérico/categorial: do ponto de vista do gênero, ambos se complementam e auxiliam a compreensão das relações de poder generificadas; sob a ótica científica, em relação ao entendimento global do meio social, o mesmo é válido para os *homos* citados.

A par do que fora defendido, cabe ainda questionarmos se a politicidade presente em nosso trabalho não afetaria o resultado final deste: seríamos apenas uma espécie de denunciastas dos males projetados pelos ditadores em relação às mulheres? Há posto assim a problemática da relação entre o historiador e seu objeto de análise, que, em nosso caso, pode descambar a um bucólico “juízo” com sentença pré-definida, onde a máxima culpabilidade do opressor e a divinização do oprimido está dada. Além disso, privilegiar, como fonte principal desse trabalho, as documentações do opressor não seria penumbrar as resistências de gênero evocadas pelos sujeitos históricos na temporalidade estudada?

Diante de tantas questões, cabe esclarecer que não pretendemos montar um tribunal e acertar as contas com a História, mas não podemos nos enganar: estamos embebidos no dever de uma “denúncia”. Assim como Benjamin, estamos convencidos de que “os mortos” (as mortas) “não estarão em segurança” se o inimigo continuar vencendo⁵¹. Tendo clareza de nosso estado – jamais essência – de “denunciastas”, voltamos a nos indagar: como “denunciar” sem ser panfletário das ideias dos censores? Denunciar não pode ser apenas um redentor “acerto de contas”, ou pior, um ingênuo apontamento das motivações e atitudes dos vencedores. O primeiro coloca-nos numa posição teológica, senão, também, teleológica; o segundo coloca-

⁵⁰ BLOCH, 2002, l.2347.

⁵¹ BENJAMIN, 1987, p.224-225.

nos como simples reprodutores de discursos que estruturaram a própria desigualdade de gênero. Ainda hoje há os “cânones da censura”, que insistem em clamar pelos valores que “denunciaremos”⁵². Não podemos apenas reverberar esses discursos, sem contextualização: isso ampararia, em muitos, o reforço de ideias de gênero consolidadas.

Talvez soe genérico, mas assumir o lado “denuncista” e observar os perigos desse papel é um importante passo para a realização do trabalho: essa consideração ajuda a acurar a análise da documentação; sempre questionando, até que ponto, o que estamos interpretando é parte de um desejo nosso ou realmente um trabalho crítico de historiador. A final de contas, há uma inter-relação indelével entre o sujeito político e o sujeito cientista em nosso trabalho, todavia, não podemos contextualizar a documentação apenas conforme nossos desejos e anseios políticos, falseando o que é dito nestas: o método de análise deve sempre respeitar o que é observado no documento, contextualizando-o, mas nunca ignorando seu conteúdo. Além disso, o fato de esclarecer esse posicionamento é honesto com o leitor do trabalho, esclarece-o e também o coloca em local analítico: por conseguinte, o leitor fica consciente de que o proposto não é inquestionável (caso ainda não compreenda que toda ciência pode e deve ser inquirida, nem que seja para seu reforço); ademais, este também desenvolve sua capacidade crítica perante o exposto e os demais conhecimentos acerca da temática, que tenha sido acesso anterior.

Em relação à “denúncia” proposta, também é preciso ter clareza e buscar constantemente uma fuga do panfletário. Sem dúvidas, nossa investigação afasta-se um pouco dos periódicos feministas: eles aparecem em alguns anexos dos relatórios, de modo parcial e pré-selecionado pelos sujeitos que o investigam e que pretendem sufocá-los ideologicamente ou financeiramente. Os reinos de governabilidade e/ou policiais (em Foucault e Rancière) “tendem certamente a reduzir ou subjugar os povos. Mas essa redução, ainda que fosse extrema como nas decisões de genocídio, quase sempre deixa restos, e os restos quase sempre se movimentam”⁵³. Esses restos estão na própria documentação principal analisada, ademais, não podemos esquecer de sempre tentar contextualizar as temáticas e atores sociais que apareçam em nossa documentação: é de fácil acesso edições completas desses periódicos, entrevistas e

⁵² Conforme o rico trabalho de Carlos Fico sobre as cartas enviadas ao regime militar solicitando mais censura ou o debate levantado em parte do Trabalho de Conclusão de Curso deste que subscreeve, onde é demonstrado a centralidade dos debates de gênero, inclusive do ponto de vista moralizador e ligado aos valores patriarcais de família, dentro do debate público atual do Brasil. Para observar esses debates em detalhe observar as fontes: FICO, 2002; NUNES, 2019, p.8-15.

⁵³ DIDI-HUBERMAN, 2011, 149.

trabalhos monográficos sobre e das mulheres envolvidas nessa história, entre tantas outras ponderações possíveis e necessárias a um bom fazer dissertativo.

Podemos dizer que, de um modo geral, a crítica feminista historiciza a ciência, voltando-se para a análise de como as categorias de gênero têm historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente, justificativas e práticas de investigação ditas científicas. Busca, dessa maneira, “(...) identificar as maneiras em que os conceitos e práticas dominantes na atribuição de conhecimentos, e sua aquisição e justificação, sistematicamente prejudicam as mulheres e outros grupos subordinados”⁵⁴.

Diante dos questionamentos levantados, cabe reforçar que o próprio local de politicidade que esse estudo se insere ajuda a questionar os limites da dita imparcialidade da ciência e o quanto essa não-neutralidade, travestida de neutralidade, já atravessou as temporalidades e ajudou a sufocar as pretensões libertárias das mulheres e outros grupos oprimidos. Do ponto de vista histórico, são diversos os trabalhos onde autores renomados explicitam suas motivações e anseios políticos diante de suas pesquisas. Seja com o Marc Bloch, da *Estranha Derrota*, que evoca sua condição de judeu diante de um antisemita, ou que se autoafirma patriótico francês, ante um país invadido pelo Terceiro Reich⁵⁵. Seja com o Hobsbawm, que ao escrever sobre o período que viveu, afirma que “no que concerne aos episódios mais recentes discutidos aqui, procurei escrever sobre eles de maneira realista, ainda que não desapaixonadamente”⁵⁶. Todos esses trabalhos demonstram que honestidade intelectual e engajamento político não são contrários ao rigor metodológico da ciência: e é por isso que essa pesquisa avançará denunciando os males ditatoriais da investigação institucional de mulheres, contudo, sem esquecer de compreender os diversos mecanismos que envolvem essa tentativa censória e sua atuação prática e empiricamente observável.

2.2 O CONCEITO GÊNERO

Uma maneira de entender a tradição é vê-la como um conjunto de pressupostos de fundo, que são aceitos pelos indivíduos ao se conduzirem na vida cotidiana e transmitidos por eles de geração em geração. A tradição não é um guia normativo para a ação, mas antes um esquema interpretativo, uma estrutura mental para entender o mundo, [...]conjunto de pressuposições, crenças e padrões de comportamentos trazidos do passado e que podem servir como princípio orientador para as ações e as crenças do presente. Em certos contextos, a tradição pode ter um caráter manifestamente político: ela pode servir não somente como princípio normativo para ação, mas também como uma base para o exercício do poder sobre outros e para garantir-lhes a obediência. É neste aspecto que as tradições podem se tomar

⁵⁴ SARDENBERG, 2007, p.10.

⁵⁵ BLOCH, 2013, 1.82-85.

⁵⁶ HOBBSAWM, 2015, p.10.

"ideológicas": isto é, podem ser usadas para estabelecer ou sustentar relações de poder estruturadas sistematicamente de maneiras assimétricas⁵⁷.

Acima, o sociólogo John B. Thompson demonstra como o uso da tradição pode servir como exercício de controle e poder político em relações de poder assimétricas. Em consonância do que já explicitamos sobre gênero, o excerto ajuda a clarificar como a tradição de gênero, construída sócio-historicamente e presente na sociedade, serve para o controle dos corpos femininos. Evocar a tradição é invocar o que “sempre foi” e o que “deve ser” realizado no presente, naturalizando comportamentos que foram criados, têm origem e são de ordem não-biológica. Destarte, o gênero vem atuando nas mais diversas tradições sociais, significando a subjetivação de diversos sujeitos. Por conseguinte, essa parte do texto buscará expandir os debates de gênero já propostos, visando clarificar a compreensão do conceito neste trabalho, através da discussão teórica nos meios científicos. Do ponto de vista das tradições sociais, cabe considerar que

[...]o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente nas tradições judaica-cristãs e islâmicas⁵⁸.

É evidente na citação o caráter central e durável do gênero em sociedades como a nossa, judaico-cristã. Na construção da ideia de gênero em nossa sociedade, os papéis sociais são construídos de modos antagônicos, cercamentários. Quanto melhor definido são os limites entre um papel e outro, maior é a tendência de controle dos sujeitos. Essa propensão também é maior se pensarmos na capacidade de antagonização entre os polos e naturalização desses papéis: características que só podem se consolidar com o passar do tempo e a consolidação das tradições. Sócio-historicamente, essa divisão e a antagonização entre os polos serviram para melhor governar a sociedade (enquanto a tendência aglutinadora/unificadora servia para melhor lutar). A tônica do “dividir para governar, unificar para melhor lutar” aparece com ânimo na obra da filósofa feminista, Silvia Federici. Pensando no gênero, a autora evidencia que as “hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar”⁵⁹. Avaliar os usos do gênero em uma sociedade é observar como é construída sócio-historicamente essa divisão cercamentária e como ela serve aos regimes de poder. Sobre isso, “podemos decir que todo régimen desigualitario, toda ideología desigualitaria, reposa sobre una

⁵⁷ THOMPSON, 2002, p.163-164.

⁵⁸ SCOTT, 2016, p.31.

⁵⁹ FEDERICI, 2017, l.119.

teoría de las fronteras y una teoría de la propiedad”. Aqui importa-nos, sobretudo, o regime de fronteiras, divisional e cercamentário que vamos situando ao longo deste capítulo. Sobre as fronteiras, “es necesario determinar quiénes forman parte de la comunidad humana y política a la que estamos vinculados y quiénes no”⁶⁰.

O que será e o que não será incluído no interior das fronteiras do “sexo” será estabelecido por uma operação mais ou menos tácita de exclusão[...]. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação⁶¹.

O inumano, o fora da comunidade da teoria desigualitária do gênero cabe ao não-masculino: mulheres, LGBTQIAP+⁶². Em gradações, onde os corpos trans e travestis acabam como os mais dissidentes, cabe às mulheres um local de “semi-humanidade”: obedientes aos ditames de sua fronteira de gênero, ainda agenciam sociabilização. Mas há nessa sociabilização uma implícita imposição de valores que dificultam uma plena liberdade dos corpos femininos. Pensando nas fronteiras de inumanidade soerguidas, é interessante observarmos a fronteira “ideológica”, construída pelo opositor dicotômico da Ditadura, o “comunista” – seja ele liberal, social-democrata ou “apartidário”, o território cercamentário definido ao opositor, durante o regime de 1964, era o espaço do comunista.

Nesta perspectiva, os exércitos nacionais dos países subdesenvolvidos alinhados ao bloco capitalista liderado pelos EUA deveriam, primordialmente, cuidar da defesa interna contra a “subversão comunista infiltrada”. A fronteira a ser defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o inimigo seria, primordialmente, um “inimigo interno”⁶³.

A expressão fronteira ideológica parece não revelar toda a força com que o meio militar passou a observar, monitorar e censurar o pensamento divergente. Pensando em nossa documentação, é constante o termo guerra psicológica. Era como em uma guerra onde os órgãos de inteligência da ditadura passaram a observar a vivência dos opositores. Dessa forma, estes passaram a ser desumanizados, animalizados e tratados como inimigos máximos. Simples civis,

⁶⁰ PIKETTY, 2019, 1.197.

⁶¹ BUTLER, 2000, 1.175.

⁶² Para evitar anacronismo, cabe ressaltar que o termo aqui utilizado e que aparece algumas vezes no corpo textual, é uma terminologia específica de nossa temporalidade histórica. No período estudado é comum a utilização dos termos separados: gays, lésbicas e travestis; quando não os pejorativos ‘viado’ e ‘sapatão’.

⁶³ NAPOLITANO, 2014, 1.99.

em maior parte sem nenhum treinamento militar, tratados como inimigos de guerra em seu próprio país. Algo inimaginável para uma “Revolução” que se autodenominava como “irreversível” e que iria “consolidar a Democracia no Brasil”. Em nome da “Democracia”, contra o “perigo” comunista, civis passaram a ser perseguidos, contrariando qualquer regimento de guerra desde a Convenção de Genebra – isso se ousarmos considerar o que aconteceu no Brasil, naquele momento, como uma guerra.

Em qualquer aparência de avanço desse inimigo, os militares poderiam agir, afinal de contas, segundo estes, a “Guerra psicológica” era uma importante tática do comunismo internacional e poderia representar um grande risco àquela sociedade cristã. Além da força bruta, investigatória e censória, os órgãos militares, constantemente, utilizavam da tática difamatória para criar o ambiente de desumanização dos opositores, e isso inclui as mulheres opositoras, feministas ou não. Do ponto de vista do gênero, buscaremos escancarar a relação entre a Doutrina de Segurança Militar e o sufocamento das possibilidades dissidentes do gênero mais à frente, no terceiro capítulo dessa dissertação. Cabe aqui ressaltar o trabalho de Ana Rita Fonteneles Duarte, que em obras recentes busca demonstrar a constância da temática de gênero, através de debates sobre o lar, a família, a juventude, a religião, entre outros. Na própria Escola Superior de Guerra, esses debates tomam nota através de variadas monografias e relatórios produzidos com o intuito de garantir a Segurança Nacional⁶⁴.

Pensando o gênero, ainda cabe ressaltar duas questões teóricas importantes. A primeira envolve a aparência de onipotência da categoria, que pra alguns pode sugerir um caráter negativo perante a agência dos sujeitos. Já a segunda, envolve os evidentes avanços dos debates de gênero, desde a época proposta em nossa pesquisa, todavia, destacando os limites de quebra das fronteiras postas e que ainda permitem a desigualdade de gênero persistir: principalmente quando falamos dos locais políticos das mulheres e da dimensão pública/privada de sua atuação na sociedade.

Embora o simbólico pareça ser uma força que não possa ser contrariada sem psicose, o simbólico deve ser repensado como uma série de injunções normativizantes que asseguram as fronteiras do sexo através da ameaça da psicose, da abjeção e da impossibilidade psíquica de viver. E, além disso, que essa “lei” pode apenas permanecer uma lei na medida em que ela impõe as citações e as aproximações diferenciadas chamadas “femininas” e “masculinas”⁶⁵.

⁶⁴ DUARTE, 2013.

⁶⁵ BUTLER, 2000, 1.323.

A ideia de gênero como categoria vazia e transbordante, em Joan Scott, e toda reverberação que apontamos anteriormente, ajuda a compreender como a noção de gênero não teria a plena capacidade de retirar a agência dos sujeitos. Se ainda resta dúvidas, cabe considerar a simbologia que a tradição de gênero delimita aos sujeitos, segundo última citação. Nesta, Butler revela o caráter normatizador das tradições e sua capacidade de ameaça perante a agência dos sujeitos. Ameaça de “psicose”, ameaça de “abjeção”. Ameaça: ação com capacidade de intimidar, atemorizar os sujeitos. Capacidade, possibilidade, tendência, mas jamais determinação ou sina. Logo, reduzir as ideias de gênero que aqui utilizaremos a um simples mecanismo analítico que retira a agência dos sujeitos é errôneo e acaba empobrecendo o debate levantado.

Constantemente as agentes de nossa história – e das demais histórias, de cada pessoa, neste vasto planeta – tensionam os limites que as fronteiras de gênero tentam ditar às suas vidas. Não sem antes os cânones da tradição de gênero “solicitarem” sua adequação aos ditames do que lhe é “naturalmente” posto. Assim, o espaço do conflito torna-se um campo aberto na História, e cabe aos sujeitos as múltiplas remodelações possíveis a ideia de gênero, transbordando-a em significados. Ademais, esse front de conflito parece ser emulado constantemente na História, principalmente nos períodos onde as mulheres passam a requerer quebra nas fronteiras que separam as polaridades do gênero. Sobre essa consideração, o trabalho de Federici, mais uma vez, traz um bom exemplo histórico

À medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social passou a ser mais constante: nos sermões dos padres que repreendiam sua indisciplina; nos arquivos dos tribunais aonde iam denunciar quem abusava delas; nas ordenações das cidades que regulavam a prostituição; entre as centenas de não-combatentes que seguiam os exércitos e, sobretudo, nos movimentos populares, especialmente nos heréticos. [...]em resposta à nova independência feminina, vemos o começo de uma reação misógina, mais evidente nas sátiras dos fabliaux, onde encontramos os primeiros indícios do que os historiadores definiram como “a luta pelas calças”⁶⁶.

O combate demonstrado acima pode ser correlacionado com o próprio avanço do movimento feminista nacional e internacional, desde as lutas libertárias dos anos 1960: um combate que rememorava as conquistas legais alcançadas em diversos países, mas que evidenciava seus limites, tensionando a generificação e a persistência da estrutura ideológica do patriarcado nestas sociedades⁶⁷. Além de explicitar, com exemplo importante, o local do conflito de gênero e o movimento de “psicose” à qual as mulheres são submetidas quando requerem movimentos nas fronteiras de gênero, a citação de Federici ajuda a localizarmos o segundo problema levantado: até que ponto o avanço das lutas feministas do último século

⁶⁶ FEDERICI, 2017, l.716.

⁶⁷ PEDRO; WOLFF, 2010, p.175.

tensionou e modificou os limites fronteiriços da categoria de gênero, em relação às mulheres, sob a perspectiva política – especialmente pensando no clássico ordenamento social, que subentende os locais público e privado a determinados atores sociais.

Várias sociedades contemporâneas no seu conjunto, ou segmentos de sociedades, podem, eventualmente, ser hoje descritas como pós-patriarcais. Porém, como bem sabemos, mecanismos legais e culturais de subordinação das mulheres, que poderiam facilmente ilustrar os clássicos escritos feministas sobre patriarcado, continuam vigentes em muitos países. Mesmo no caso das sociedades em que profundas transformações dos sistemas sexo/gênero estão em curso, padrões androcêntricos persistem no ordenamento da economia, na sociabilidade cotidiana e, sobretudo, no plano das práticas políticas, que não se desvincilharam dos vestígios de patriarcalismo, em especial no que diz respeito à permeabilidade entre lógicas pública e privadas⁶⁸.

A reflexão acima, feita no ano de 2015 por Sônia Corrêa e José Eustáquio Alves, ampara a nossa discussão. Sobretudo pensando como um longo processo a luta das mulheres visando a tensionar a categoria de gênero pretensamente aceita socialmente. Conquistas femininas são visíveis nesse embate, mas a resistência sobre a posicionalidade da mulher permanece firme socialmente sob a ótica público/privado: a dupla jornada feminina continua relegando o trabalho do lar, primordialmente, às mulheres; a política permanece sendo um espaço majoritariamente masculino; o debate nas ciências, com exceção das humanidades, segue bastante masculinizado. A tentativa de derrubar essa fronteira de gênero é reiterada desde os movimentos feministas de segunda onda, mas os muros seguem soerguidos. Sobre esses grupos, cabe ressaltar que

[...]com a bandeira do “pessoal é político”, as feministas mostraram[...] como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de ‘esposa’, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas ‘pessoais’ só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas⁶⁹

Criado pela feminista Carol Hanisch, o lema “o pessoal é político”, lançado no ano de 1969, não só delimitou que relações de poder diversas com profunda opressão feminina são encontradas no mundo privado, como também esclareceu a relação entre esse mundo e o mundo público. Sob a ótica da própria ciência histórica, o reconhecimento da relação fronteira de gênero que expõe a mulher do espaço público e político ainda parece engatinhar. Como relata Scott, a história das mulheres foi logo reconhecida por maior parte dos historiadores não-feministas, todavia, estes preferiram compartimentar essa corrente historiográfica em uma fronteira separada dos debates conceituados da historiografia, como o econômico e o político.

⁶⁸ ALVES; CORRÊA, 2015, l.81.

⁶⁹ PEDRO; WOLFF, 2010, p.176.

Deixando a história das mulheres na mão de feministas, a maioria dos historiadores acreditava que essa não tinha relação direta com “a guerra, a diplomacia e a alta política”. Reforçando fronteiras de gênero, esses cientistas acreditavam que o “gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que trabalham sobre o político e o poder”⁷⁰. Reafirmar a relação da categoria gênero como objeto de análise histórica nesses espaços e o caráter político desse conceito, em sua relação passado-presente, é parte fundamental deste trabalho. Só assim, as fronteiras de gênero que insistem em sufocar as plenas liberdades femininas podem ser explicitadas. Enxergando a luta feminista como um processo que agencia novos significados à categoria gênero, cabe aos estudos históricos não só a compreensão do passado desse conceito, como também, e sobretudo, a relação deste com o presente.

Em suma, acreditar na centralidade do gênero como categoria de análise é defender sua indispensável vinculação com os mais variados processos de subjetivação dos sujeitos, isso incluso o espaço público. Instituídos no processo de diferenciação entre os sexos, a utilização do gênero em uma pesquisa histórica precisa se atentar a pelo menos três elementos, relacionados entre si:

[...] **primeiro** - símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias)[...]. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? **Segundo** - conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de forma categórica e sem equívoco, o sentido do masculino e do feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e, às vezes, têm confrontações abertas a seu respeito (quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as). [...] A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito[...]. O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Esse é o **terceiro** aspecto das relações de gênero⁷¹.

2.3 O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS HISTÓRICAS DE GÊNERO

Neste tópico buscaremos pormenorizar o estado da arte das pesquisas de gênero, em relação ao meio temporal aqui estudado. Para isso, será evidenciado os trabalhos dentro da

⁷⁰ SCOTT, 2016, p.12; *ibid.*, p.15.

⁷¹ SCOTT, 2016, p.27-28.

historiografia e os diálogos possíveis com esta dissertação. Podemos afirmar que há crescimento de pesquisas envolvendo temáticas de gênero e/ou feministas. Todavia, dentro de variadas possibilidades, certas nuances foram privilegiadas nos últimos tempos. A partir de um levantamento⁷², apontamos que maior parte dos trabalhos dentro desta temática têm como essência a busca por experiências, trajetórias de vida e resistência de indivíduos e coletivos⁷³, buscando correspondências que abarquem formas de trabalho e experiências tidas por minoritárias. Dentro desta especificidade, os estudos de gênero abarcam com ênfase a temporalidade ditatorial.

Não podia ser diferente, muito recentemente a historiografia começou a lançar luz sob grupos outrora marginalizados em suas pesquisas: somente em fins da década de 1960, a terceira geração dos *Annales* optou em priorizar uma história ligada “ao cotidiano e as representações”, ao “amor, a morte, a família, a criança, as bruxas, os loucos, a mulher, os homossexuais, o corpo”⁷⁴, entre outros. As feministas estadunidenses, na década de 1970, também corroboraram com o avanço dos estudos de gênero ao elevá-lo à uma nova categoria de análise, um novo jeito de se fazer história⁷⁵. O recente impacto dessas mudanças refletiu no aprofundamento dos estudos de gênero: que desembocam na atualidade, em sua maioria, sob o recorte das “experiências”.

Apesar da importância destas pesquisas⁷⁶ – que dão o devido protagonismo às figuras e grupos femininos de nossa História –, nosso trabalho dialoga de modo mais adequado com

⁷² Realizamos um levantamento bibliográfico relacionado às temáticas de gênero, através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa foi realizada através de filtros de títulos e resumos que contivessem as palavras-passe (no singular e plural): mulher; gênero; feminino/feminina; Ditadura; censura; imprensa; feminismo/feminista.

⁷³ Como exemplos na área podemos citar: CARVALHO, M. *Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer que não falei das flores* (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2017; SILVA, T. *Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão e resistência durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985)* (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2017; FAUSTO, L. *A mulher trabalhadora em Santa Maria durante o Estado Novo (1937-1945)* (Mestrado em História). Santa Maria: UFSM, 2015; BEZERRA, S. *No direito, o gênero: mulheres e experiências na Paraíba* (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2016; LIMA, G. *Memória, gênero e política: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura (1969-1972)* (Mestrado em História). Vitória: UFES, 2017; SANTOS, L. *O trabalho tecendo memórias: cotidiano das mulheres na cidade-fábrica de Rio Tinto (1948-2014)* (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2015.

⁷⁴ FLAMARION; VAINFAS, 1997, p.203.

⁷⁵ SCOTT, 2016, p.10-11.

⁷⁶ Além dos trabalhos já citados, temos como exemplo: GIRARDI, L. *Cinema sob mulheres. Experiência feminina no cinema brasileiro durante a ditadura* (Mestrado em Culturas e id. brasileiras). São Paulo: USP, 2018; SANTOS, T. *As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)* (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2016; ROVAI, M. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino* (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2012; KREUZ, D. *‘Elas têm um outro jeito de ser, de resistir’: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira* (Mestrado em História). Pelotas: UFPel, 2015.

aqueles que, de forma genérica, focam sua análise em objetos de estudo que são um "entreposto/meio"⁷⁷, que reformam, criam ou reforçam papéis específicos de gênero, que delimitam fronteiras entre os sexos. Neste recorte, as monografias levantadas apresentam estudos que envolvem moda, sexualidade, corpos, veículos de imprensa, a repressão estatal, entre outros. Levando em consideração o corte anterior e o temporal de nosso trabalho, afunila sobremaneira os estudos a serem levantados⁷⁸. Entre estes, investigando diretamente o aparelho estatal, numa perspectiva de gênero, não há nenhum estudo histórico que se questione sobre a violência censória do estado⁷⁹ sob às mulheres – senão sob a perspectiva da “moral e dos bons costumes”, restringindo-se a investigações ligadas às “diversões públicas”. Fora da área histórica, podemos apontar como inovadora a tese produzida por Denise Braga Sampaio, em 2021, que versou sobre a vigilância do SNI em relação ao movimento LGBTQIAP+, especialmente as mulheres lésbicas⁸⁰.

Ainda cabe ressaltar que pesquisas que direcionem a análise ao modo que a inteligência do SISNI observou periódicos alternativos e feministas em seus debates de gênero são diminutas. Todavia, há uma boa bibliografia fundamentada nos próprios periódicos feministas e que auxiliam nosso trabalho: Elizabeth Cardoso produz uma dissertação pioneira e que busca resgatar o tamanho da imprensa feminista (além dos tradicionais *Brasil Mulher*, *Mulherio* e *Nós Mulheres*) e suas diferenças ideológicas⁸¹; Maria Carboni busca balizar sua pesquisa na aparição do periódico *Maria Quitéria* e sua ligação intrínseca com o *Movimento Feminino pela Anistia* (MFPA)⁸²; Utilizando os três maiores e tradicionais periódicos feministas, Juliana Tamião buscou resgatar a trajetória do feminismo brasileiro do ponto de vista ideológico e com

⁷⁷ Aqui a documentação secreta de controle sob os meios de comunicação de massa, do estado ditatorial.

⁷⁸ NASCIMENTO, M. *A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai* (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2014; NÓBREGA, I. *(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios* (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2015; FERNANDES, A. *As mulheres em realidade: modelos femininos e histórias possíveis (1966-1976)* (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2017; MOTTA, E. *Vestindo corpos, tecendo femininos: gênero e construção de feminilidades em colunas de moda da imprensa porto alegre (1960-1970)* (Mestrado em História). São Leopoldo: UNISINOS, 2017; NASCIMENTO, J. *Erotismo e relações raciais no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica* (Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2017; LIVRAMENTO, T. *As mulheres na imprensa alternativa: gênero e feminismo nas páginas do jornal Movimento* (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2014. São os exemplos.

⁷⁹ Contudo, há diversas investigações sobre a violência estatal direta, sob o ponto de vista da tortura.

⁸⁰ SAMPAIO, D. *A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação* (Doutorado em Ciência da Informação). João Pessoa: UFPB, 2021.

⁸¹ CARDOSO, E. *Imprensa feminista brasileira pós-1974* (Mestrado em Jornalismo). São Paulo: USP, 2004.

⁸² CARBONI, M. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa - 1975-1979* (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 2008.

foco especial nas políticas dos corpos⁸³; Lilian Nascimento analisou o discurso ideológico presente nas páginas do *Mulherio* e suas contribuições na formação de subjetividades femininas e uma sociedade mais plural⁸⁴; o modo que a temática e a luta por políticas públicas direcionadas às mulheres foi abordado nos três maiores periódicos feministas é objetivo principal da dissertação de Mariana Fonseca⁸⁵.

Afora a pesquisa monográfica/acadêmica que nos propomos levantar, há pesquisas anteriores, ou que não são precisamente teses e/ou dissertações, que apontam documentações estatais como fonte principal de pesquisa e envolvem, até certo ponto, um estudo que se preocupe com questões de gênero: o trabalho da professora Ana Rita Fonteneles Duarte, através de pesquisas próprias e de investigações no *Grupo de pesquisas e estudos em História e Gênero* (GEPEHG - UFC) é pioneiro em relacionar o gênero com os princípios políticos da Ditadura de Segurança Nacional de 1964, no Brasil. Pesquisas recentes da autora apontam a temática e são a principal base de diálogo para esta dissertação.

Os próprios arquivos do SISNI ou ainda arquivos do DCDP, da Polícia Federal, do DOPS, referentes à imprensa ou outros movimentos de comunicação de massa, de diversos tamanhos, já chegaram a ser investigados. Todavia, estes, quando observados do ponto de vista político, pouco investem numa análise mais séria ligada ao gênero. Quando muito, algumas pesquisas acabam sendo realizadas sob a perspectiva da “moral e dos bons costumes”, com certa presença da noção de gênero na análise, todavia, sem centralidade – apontando, quase sempre, para a documentação censória cultural do DCDP. Entendemos que dispor os estudos de gênero somente sob à ótica da “moral e dos bons costumes” é reduzir demais a politicidade da mulher que já adentrava nos mais diversos espaços sociais, políticos, culturais e econômicos: a família e os costumes femininos são apenas partes do que pode ser questionado dentro dos estudos de gênero. É necessário anuir nos estudos históricos esta politicidade feminina, com risco de, ao ignorá-la, caímos em semelhante – jamais idêntico – precipício restritivo e normativo sobre o universo de estudo.

⁸³ TAMIÃO, J. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio - 1975-1988* (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 2009.

⁸⁴ NASCIMENTO, L. *A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro - 1981-1988* (Mestrado em História). Londrina – PR: UEL, 2015.

⁸⁵ FONSECA, M. *Páginas em luta: políticas públicas para mulheres como pauta em produções do jornalismo alternativo feminista brasileiro de 1970 e 1980* (Mestrado em Jornalismo). Ponta Grossa – PR: UEPG, 2019.

2.4 DETALHAMENTO METODOLÓGICO E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Este trabalho busca investigar as interdições censórias, investigativas e informativas que militares e civis trabalhando nos órgãos do SISNI (especialmente no SNI e na DSI/MJ), tentavam impor ao debate público dos periódicos feministas e alternativos que traziam constantemente debates de gênero. Para essa realização, minuciaremos nossa análise sob dois pilares: o primeiro evidenciará as temáticas sensíveis que eram investigadas pelos órgãos de informação como subversivas, comunizantes e contestatórias, cerceando as múltiplas possibilidades acerca do debate de gênero, na imprensa alternativa e feminista – indicando sempre como ocorria a atuação do SISNI; o segundo observará de modo cronológico e extensivo a organização e atuação do SISNI em relação ao periódico feminista *Mulherio* (1981-1988).

Para realizar o processo de análise levantado, privilegiaremos o período da distensão ditatorial, especialmente os anos de 1975 a 1983. Com o intuito de compreender o vínculo entre as relações de poder institucional e de gênero, este projeto se assenta em uma metodologia qualitativa e se propõe a detalhar, via análise documental, os arquivos do SISNI. Para chegar nesta síntese metodológica todo um caminho teórico fora traçado e é umbilicalmente relacionado ao método, por isso é de fundamental importância compreender a discussão teórica já levantada aqui.

Buscando compreender como o Estado controlou o poder simbólico dos meios de comunicação de massa, reforçando cercamentos de gênero e interditando a disputa perante a categoria, avançaremos sobre a documentação. Conforme afirmado, utilizamos como fonte primária informes, relatórios, investigações, inquéritos, denúncias e demais processos e análises do SISNI, presentes no Arquivo Nacional, selecionados especialmente do fundo do SNI e do fundo da DSI/MJ – em sua série ligada aos movimentos contestatórios. Examinamos a fonte através de questões diversas, como: o que pensava os agentes do SISNI em relação ao debate sobre sexualidade/costumes, política e trabalho feminino relatado pelos periódicos; como a fala exposta das lideranças femininas era vista pela inteligência governamental; a recepção feminina de notícias mereceu que avaliação dos serviços de inteligência; a imprensa feminista era avaliada de que forma pelos órgãos de informações.

As informações encontradas nas fontes documentais foram serializadas buscando pormenorizar a atuação do SISNI diante das principais temáticas censuradas/investigadas. Além disso, buscamos detalhar a forma que a Ditadura vigiava, desqualificava e tentava

silenciar aquelas mulheres que atuavam debatendo as questões de gênero na comunicação de massa, através do exemplo do *Mulherio*. Para complementar análises utilizamos periódicos disponíveis na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* e no site da *Fundação Carlos Chagas*, além de notas taquigráficas do Congresso Nacional. Ainda buscando complementação e, sobretudo, contextualização⁸⁶ à documentação, trazendo novas vozes ao debate, utilizaremos a literatura produzida sobre a Ditadura Militar de 1964, a censura à imprensa e às diversões públicas – no período –, os principais sujeitos e movimentos populares – do momento – e as questões de gênero⁸⁷. Se busca com isso uma resposta adequada aos objetivos da pesquisa, demonstrando a variabilidade simbólica da violência cercamentária de gênero à qual as mulheres estão expostas. Assim, as fontes utilizadas foram:

- a) *Série movimentos contestatórios*⁸⁸ do fundo arquivístico da DSI/MJ, devidamente digitalizado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): foi um dos fundos guia da pesquisa;
- b) *Fundo arquivístico do SNI*⁸⁹, presente digitalizado no SIAN: foi um dos fundos guia da pesquisa;
- c) *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*⁹⁰: com periódicos do período e tecnologia OCR;
- d) *Portal Mulherio da Fundação Carlos Chagas*⁹¹: página da internet que apresenta a história do mulherio e contém todas suas edições digitalizadas.
- e) *Notas taquigráficas do Congresso Nacional*: presentes no site da Câmara e do Senado;
- f) *Literatura diversa*: conforme discussões apontadas e bibliografia;

Em relação ao arranjo dos capítulos, torna-se necessário evidenciar que este teve como objetivo demonstrar a organização dos capítulos seguintes dessa dissertação, além de pormenorizar a metodologia e teoria adotada no trabalho: evidenciando as fontes e as principais obras bibliográficas utilizadas para dissertar sobre a temática. Isto ocorreu evidenciado o gênero como categoria central: apontando aspectos gerais do trabalho, o estado da arte da pesquisa de

⁸⁶ Segundo Carlos Bacellar, parte crucial e basilar da pesquisa histórica. Cf. PINKSY, 2008, p.63.

⁸⁷ Entre esses, são essenciais os estudos de: SCOTT, 2016; SAFFIOTI, 1995; BUTLER, 2000; FEDERICI, 2017; PEDRO E WOLFF, 2010; SKIDMORE, 1998; CARDOSO, 2004; TAMIÃO, 2009; ABREU E LIMA, 2004; DELGADO E FERREIRA, 2007; DUARTE, 2011, 2013, 2014; DREIFUSS, 1981; DOBERSTEIN, 2007; KUSHNIR, 2001; FICO, 2001; NASCIMENTO, 2013; CONTREIRAS, 2018; GELLACIC, 2014; KREUZ, 2015; SOARES, 2016; entre outros citados em nossa bibliografia.

⁸⁸ Código de identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.

⁸⁹ Código de identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.

⁹⁰ Que pode ser visitado através do link: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

⁹¹ Que pode ser visitado através do link: <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home>

gênero na temporalidade proposta, e sobretudo, discutindo a ideia de gênero para a historiografia. Um segundo capítulo, com título “os sujeitos dessa História: os periódicos alternativos e feministas e o SISNI” aparecerá na sequência. Este elencará o percurso histórico dos jornais alternativos e feministas e evidenciará as questões de natureza organizacional do meio informacional ditatorial. Tudo isso, dando ênfase distintiva ao período de distensão ditatorial que esse trabalho analisa.

O terceiro capítulo busca esquematizar a atuação do SISNI, perante temas sensíveis investigados e designados como subversivos, comunizantes e contestatórios, numa perspectiva de gênero. Isso ocorrerá dentro do período estudado e em relação a imprensa escrita alternativa e feminista, demonstrando a centralidade da categoria para o debate político da época e os cercamentos almejados pelo regime ao tentar sufocar o debate público. O quarto capítulo terá como mote analítico a organização informacional da Ditadura em relação ao periódico feminista *Mulherio*. Este visará observar com mais detalhes a censura/investigação desse periódico pelo SISNI: identificando os debates criticados pelos militares; a metodologia informacional perante o jornal; e a estratégia militar para sublimar os conteúdos propostos pelo periódico.

3 OS ‘SUJEITOS’ DESSA HISTÓRIA

Diante dos esclarecimentos teórico-metodológicos levantados, convém agora aprofundar nosso conhecimento acerca dos nossos sujeitos objetificados, a saber: o aparelho institucional ditatorial do SISNI e os periódicos alternativos e feministas. Vamos dividir esse capítulo em duas partes: sendo a primeira referente ao órgão informacional, neste início o SISNI será focado através dos seguintes tópicos: como surgiu e se institucionalizou o sistema; quais são seus principais órgãos e seu organograma; qual é a sua diferença em relação ao SISSEGIN; a relação entre a Doutrina de Segurança Nacional com o sistema e como o SISNI se comportou ao longo do processo de distensão e após a abertura democrática.

A segunda parte do capítulo invocará a história e percurso da luta feminista no Brasil, focando especialmente nos periódicos feministas, aqui focalizaremos a importância e a centralidade das lutas das mulheres em tempos ditatoriais; da imprensa alternativa; de como a Ditadura lidou com a imprensa ao longo dos anos; do surgimento dos periódicos feministas e do feminismo de segunda onda no Brasil; das diferenças ideológicas dos principais periódicos feministas; de suas trajetórias e principais sujeitos responsáveis pela publicação dos periódicos. Busca-se com esse esforço facilitar a compreensão geral do conteúdo e diversificar os sujeitos dessa história que, por vezes, eram generalizados pelo aparelho estatal através de alcunhas como subversivo, esquerdista e/ou comunista.

3.1 O OLHO QUE TUDO VÊ: O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

A importância deste devassamento (*dos órgãos de informação e segurança da Ditadura Militar brasileira de 1964*) não deve ser subestimada, se considerarmos, dentre tantos outros aspectos, que nada menos do que três presidentes da República passaram pela direção dos órgãos de segurança e informação. Geisel foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, e Médici e Figueiredo dirigiram o SNI. Espionagem, informação e repressão policial foram funções precípuas e fundamentais da Ditadura Militar, o que nada tinha de casual⁹².

Prefaciando a obra de Carlos Fico, Jacob Gorender relata acima a importância e o tamanho de duas das principais entidades da Ditadura Militar brasileira. Sabemos hoje que a regime de 1964 sustentou-se sob dois órgãos fundamentais: o *Sistema de Segurança Interna* (SISSEGIN) e o *Sistema Nacional de Informações* (SISNI). Costumeiramente elencados de maneira genérica e em conjunto como “porções da ditadura”, os dois sistemas apresentam organogramas e funções diferenciadas. O SISSEGIN, que não é objeto nem sujeito direto da nossa análise surge após o SISNI, e tem como função as ações de segurança interna, tendo poder

⁹² FICO, 2001, p.12.

especificamente repressivo. Esse sistema fora formado de modo interno, em reuniões sigilosas do *Conselho de Segurança Nacional* e sem divulgação pública em legislação regular ou excepcional, através de decretos ou atos institucionais, por exemplo. A implementação efetiva do SISSEGIN data da expedição do “Planejamento de Segurança Interna”, em 29 de outubro de 1970 e é dada perante diversos anseios militares diante da lentidão das operações realizadas através das polícias estaduais e a existência para os militares apenas de um órgão informacional⁹³. Em relação a estruturação do SISSEGIN, cabe destacar que o sistema era organizado a partir dos Comandos Militares e estes criaram:

[...]um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de "Zona de Defesa Interna" (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais⁹⁴.

Apesar da diferenciação entre os dois sistemas sustentadores do Regime ditatorial brasileiro de 1964, é necessário reiterar que não podemos acreditar na afirmação dos militares quando dizem que os órgãos informacionais não realizavam prisões, interrogatórios ou qualquer outra função executiva. Conforme aponta Carlos Fico, “parece claro que o SNI patrocinou diretamente prisões e interrogatórios”⁹⁵. Afora o principal órgão do SISNI, o SNI, realizando algumas medidas repressivas, ainda cabe ressaltar que as entidades informacionais ligadas diretamente as forças armadas⁹⁶ tinham dupla função clara: agindo também de modo repressivo⁹⁷. Diante de tantas siglas, cabe agora relatar o processo que levou a formação do SISNI e sua estruturação em maior detalhamento.

De modo geral, podemos afirmar que os órgãos de informação da Ditadura Militar de 1964 foram gestados, antes do golpe – e para a efetivação deste –, nos *Departamentos de Preparação Psicológica das Massas, Informações, Mobilização e Finanças, dos Grupos de Ação e de Estudo*, do IPES (*Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*)⁹⁸. Golbery do Couto e Silva, general que gestou os grupos de informações do IPES, fora o responsável por levar estes à estrutura estatal, logo após a consolidação do golpe, ainda em 1964: transformando-o no

⁹³ Para mais detalhes da criação, da organização e das operações do SISSEGIN, é indicado a leitura de FICO, 2001, p.111-148.

⁹⁴ FICO, 2001, p.120.

⁹⁵ FICO, 2001, p.112.

⁹⁶ O *Centro de Informações do Exército* (CIE), o *Centro de Informações da Marinha* (CENIMAR) e o *Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica* (CISA).

⁹⁷ DELGADO; FERREIRA, 2007, p.178-179

⁹⁸ DREIFUSS, 1981, p.380.

Serviço Nacional de Informações, o SNI, através da regulamentação do Decreto nº 55.194⁹⁹, de 10 de dezembro de 1964. Assim, o SNI fora o órgão primevo do sistema informacional e tornou-se central dentro do SISNI e fundamental para a estruturação da repressão ditatorial.

O general de Brigada Adyr Fiúza de Castro, um dos fundadores do CIE, explica o funcionamento do SNI e das Divisões de Segurança e Informações (DSI): '[O] SNI [era] uma coisa que foi criada pela revolução, mas que já existia como embrião. O SNI só tem um cliente: o presidente da República. Ele só informava ao presidente da República, a mais ninguém. Então, qualquer agência que quisesse uma informação do SNI lutaria com grande dificuldade, porque ele não se prontificava a informar nada. Mas recebia de todos. Criou uma estrutura nos diversos ministérios civis, com as Divisões de Segurança e Informações – as DSI –, que lhes remetiam as informações em canal direto, com cópia para o ministro da pasta, porque são subordinadas ao ministro. Então, a estrutura de informações do SNI era baseada nas DSI e nos agentes que contratava, ou nos informantes etc. E isso constituía uma rede muito extensa, porque havia agências exclusivas do SNI em todas as capitais. E recebia também informações do CIE, da Marinha e da Aeronáutica. Isso era o SNI, uma estrutura à parte. Agora, elaborava suas informações e entregava ao seu único cliente, que era o presidente da República. Então, se o ministro do Exército quisesse uma informação do SNI, não iria obter com facilidade. Teria que obter através do presidente. Se o ministro da Justiça quisesse, seria através do presidente'¹⁰⁰

Conforme citado, fica notória a centralidade e a independência do SNI dentro do SISNI e do regime ditatorial: e essas características só vão aumentando com o tempo. Golbery, o pai do 'monstro'¹⁰¹, viu de longe uma de suas principais transformações: após sua saída do serviço, Costa e Silva e Jayme Portella foram os responsáveis por ampliar as “atribuições do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das antigas *seções de segurança nacional*, que se transformaram nas *Divisões de Segurança e Informações (DSI)*”¹⁰², cada uma em seu determinado ministério civil. As DSIs funcionavam via duplo comando sendo subordinadas, ao mesmo tempo, pelo titular da determinada pasta civil vinculada e ao SNI.

Em junho de 1970, os órgãos de informações integram-se definitivamente, através da delimitação de missões do *Plano Nacional de informações* e sua efetivação no Sistema Nacional de Informações (SISNI)¹⁰³. Dentro desse grande ecossistema informacional ainda existiam outras entidades como as *Assessorias de Segurança e Informação (ASI)*, que atuavam diretamente nas estatais, autarquias e universidades produzindo informações ou ainda *comunidades complementares* ligadas aos estados da federação e aos municípios.

Outros órgãos fundamentais do SISNI eram os centros de informações ligados aos ministérios militares e que tinham função informacional e repressiva. Estes eram: o *Centro de*

⁹⁹ BRASIL, 2014, p.117.

¹⁰⁰ BRASIL, 2014, p.118-119.

¹⁰¹ Conforme nomenclatura dada pelo próprio Golbery em 1981 e que detalharemos mais tarde neste capítulo.

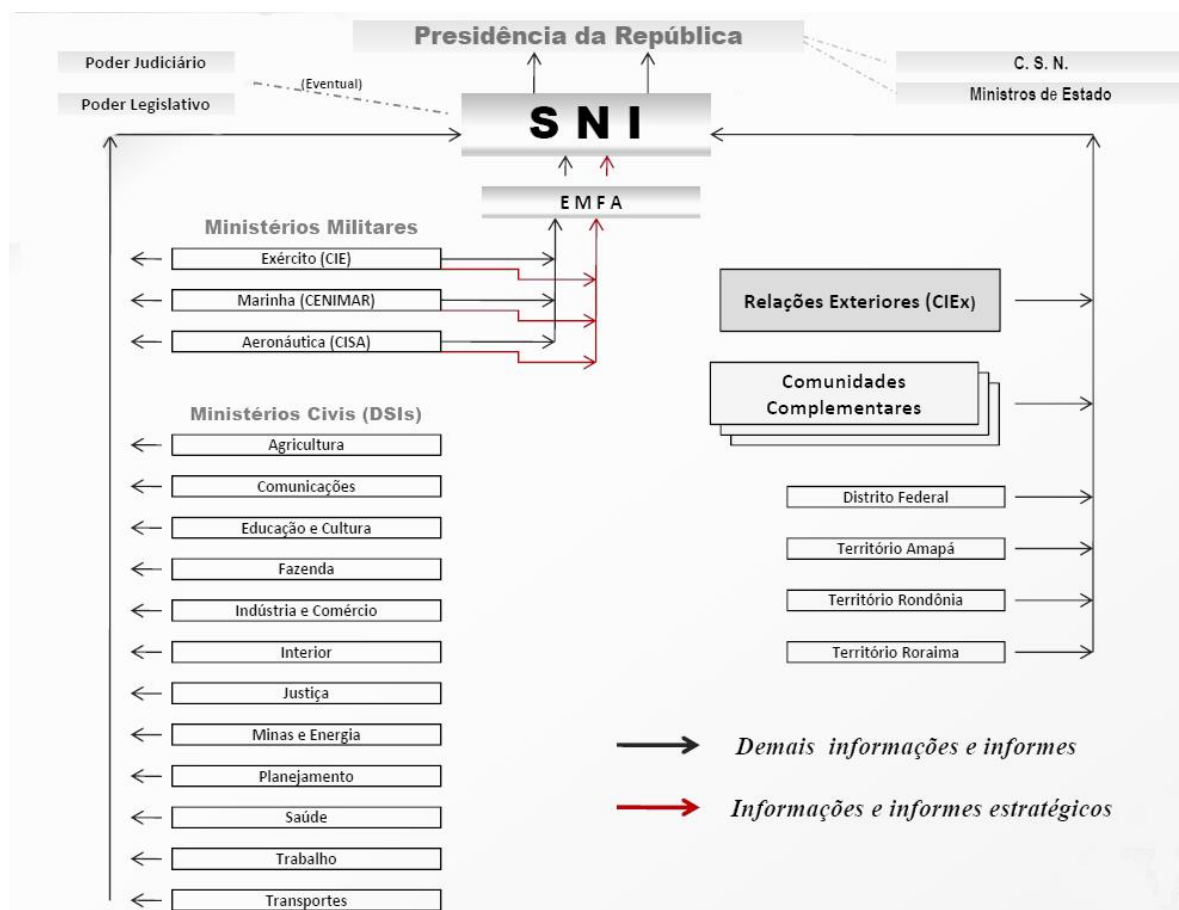
¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Ibid., p.177.

*Informações do Exército (CIE); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Demonstrando o caráter duplo da atuação desses órgãos podemos citar que ficava sob guarda do CIE a famosa Casa da morte de Petrópolis, onde foram mortos e torturados dezenas de indivíduos¹⁰⁴. Cabe destacar a existência não-oficial do *Centro de Informações do Exterior (CIEEx)*: este centro era conectado, ao mesmo tempo, à DSI do Ministério das Relações exteriores e aos centros militares (sem aparecer em seus organogramas oficiais), sendo o responsável por operacionalizar a Operação Condor¹⁰⁵.*

A *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo* gerou o seguinte organograma do SISNI:

Figura 1 – Organograma do SISNI



Fonte: Tomo I do Relatório Estadual da Comissão da Verdade de São Paulo¹⁰⁶.

¹⁰⁴ BRASIL, 2014, p.158.

¹⁰⁵ A Operação Condor era “um sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. Sob a inspiração **da doutrina de segurança nacional (DSN)**, de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram, de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado”. Para mais detalhes consultar o volume 1 do Relatório da Comissão Nacional da verdade, em: BRASIL, 2014, p.220 et.seq.

¹⁰⁶ ALESP, 2015, p.223.

Sobre o tamanho, importância e centralidade do SNI no fluxo informacional do SISNI e sua capacidade de influenciar políticas nos mais variados entes federados, podemos afirmar que o serviço:

[...]é um organismo poderoso que, liderando os serviços secretos das três forças armadas, se transformou em peça vital do processo decisório brasileiro. Pois, o SNI está presente, por intermédio de representação formal, em todos os ministérios (DSIs) e nas autarquias e empresas do Estado (ASIs), em todos os estados (delegacias) e nos municípios de maior expressão (representantes). Essa rede complexa e tentacular, apoiada por uma agência central dotada de recursos ilimitados e de moderna escola para a formação de agentes e analistas, exerce forte impacto no processo decisório dos governos federal, estaduais e municipais, fazendo-o diretamente (pareceres impositivos) e indiretamente (coerção difusa)¹⁰⁷.

A organização do SISNI permaneceu intocada desde sua organização final em 1970 até o final da ditadura de 1964. Todavia, sua importância, conforme descrita acima, merece uma melhor observação ao longo dos anos da ditadura. Não há como negar que o sistema informacional da Ditadura era basilar para o próprio regime: fundamentando-o ideologicamente e dando lastro, inclusive, às sevícias repressivas almejadas contra os subversivos¹⁰⁸. Cientes de que o SISNI, centralizado no SNI, foi um órgão essencial informacional e que haviam organizados, dentro do SISSEGIN, especializados na segurança nacional, não podemos negar que “o SNI tenha participado de ‘operações de segurança’, isto é, de prisões e interrogatórios que tantas vezes lançavam mão de tortura”¹⁰⁹. Isso fica ainda mais explícito quando observamos o tamanho exponencial que o órgão tomou após o processo de distensão ditatorial.

Iniciado por Ernesto Geisel, o processo de abertura “lenta e gradual” da Ditadura de 1964 ficou conhecido por distensão. Com a fiança do Golbery de Couto e Silva e o desgosto da linha dura ditatorial e seus vários representantes dentro do SISNI e SISSEGIN, o ditador passou a orquestrar, em meio a várias contradições, o processo que levaria o Brasil de volta a uma democracia. Foi em Geisel que a censura política aos periódicos foi suspensa, que o habeas corpus voltou a ser um meio legítimo, que o AI-5 foi revogado, que ocorreu a volta de maior parte dos refugiados políticos ao Brasil. Mas foi no mesmo governo que o Congresso Nacional foi fechado em 1º de abril de 1977 e foi editado o Pacote de Abril, medida governamental que instaurou a figura do senador biônico e evitou a derrota política que estava pra acontecer com a acachapante vitória da oposição emedebista no voto popular.

¹⁰⁷ MATHIAS, 2004, p.70

¹⁰⁸ DELGADO; FERREIRA, 2007, p.178

¹⁰⁹ Ibid., p.177

Ainda sob o governo que se autointitulava de *abertura* e moderado, foi editado mais uma lei de Segurança Nacional e “o gigantesco aparato de segurança continuou intocado: o setor de inteligência de cada instituição militar, o DOI-CODI do Exército, e o SNI com seus agentes dentro de cada Ministério”¹¹⁰. Por mais que o governo vocifere que seja liberalizante, a manutenção desses órgãos e a crescente ‘autoridade legal’ e ‘onipresença’ do SNI leva ‘qualquer militante da oposição’ a ter “fortes razões para ainda considerar a política uma ocupação perigosa”¹¹¹.

Contraditoriamente a abertura proposta por Geisel e levado por Figueiredo, o SNI sofreu sua maior expansão em pessoal e financeira nesse período. Todavia, o serviço e maior parte de seus servidores, com profunda ligação a linha dura ditatorial, rechaçava, criticava e chegou a realizar operações para minar a abertura democrática. Definitivamente, não havia unanimidade dentro do governo ditatorial em relação a abertura proposta.

Certas diferenças, porém, são notáveis: o SNI atingiu o seu auge, em termos de orçamento, pessoal, equipamentos etc., no mesmo momento em que o Sistema de Segurança Interna entrava em decadência. Este fenômeno seria incompreensível se não nos déssemos conta das diferenças aludidas. De fato, durante o governo Figueiredo, o SNI transformou-se numa espécie de quarta força armada, tamanho era seu poderio. Ora, nesta fase, já depois do governo de Ernesto Geisel, o Sistema Codi-DOI estava fragilizado. [...E] Geisel e Figueiredo precisavam eliminar os "bolsões sinceros, mas radicais" para implantar a distensão política, mas não poderiam prescindir de um órgão de informações¹¹².

Os primeiros passos da distensão e abertura, propostas por Golbery de Couto e Silva, desde o início foram criticados dentro do seio militar. A linha dura, por vezes, encarava esse processo político como uma traição da “Revolução” de 1964 e como um caminho errado para o Brasil, que, assim, abriria suas portas para a licenciosidade do comunismo. Exemplo histriônico e fotografia pioneira de como a linha dura passaria a observar Golbery e os liberalizantes da Ditadura é observado na carta do Major Aldebaran Alves de Souza, domiciliada em Copacabana. O Major realizou o envio do conteúdo dessa carta para o comandante da Academia da Força Aérea em Pirassununga (São Paulo), mas também para outras entidades governamentais, incluindo diversos reitores universitários. De tom crítico, Aldebaran chega a enviar uma imagem de Golbery como traidor sendo enforcado¹¹³ e afirma que o apoiador, fomentador e um dos principais ideólogos da Ditadura de 1964 era “aliado” do movimento comunista.

¹¹⁰ SKIDMORE, 1994, p.330.

¹¹¹ Ibid, p.331.

¹¹² DELGADO; FERREIRA, 2007, p.200.

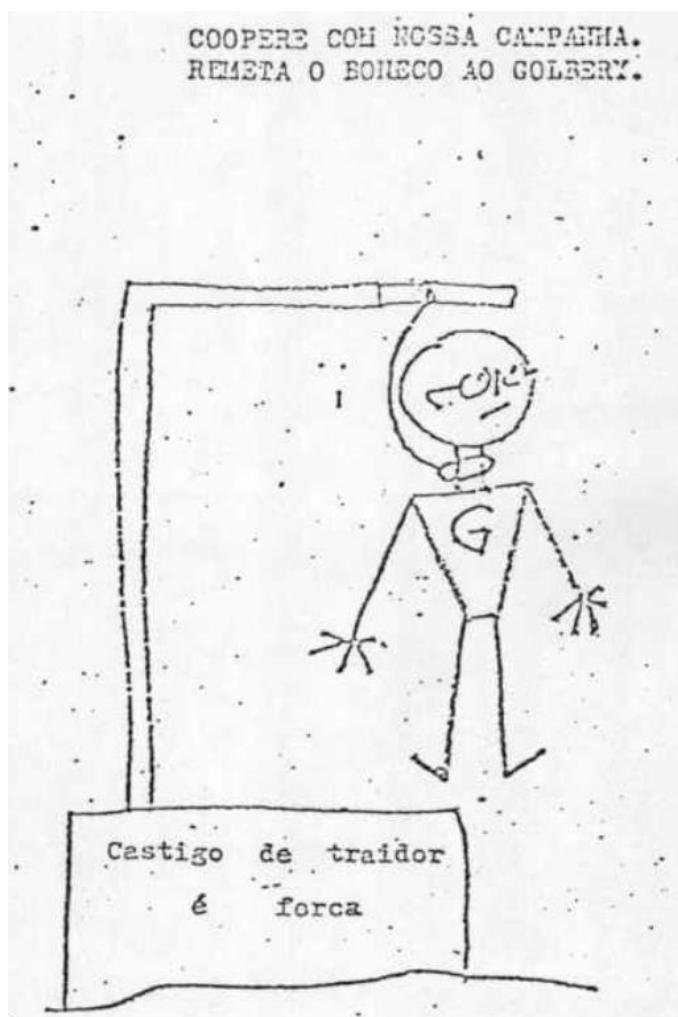
¹¹³ Imagem na página seguinte.

O Congresso, a C.N.B.B. e a imprensa insistem em que seja aberta uma C.P.I. para a localização de elementos subversivos desaparecidos. Já querem fazer inquéritos em nossos bravos órgãos de Segurança, sentinelas indormidas da pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Golbery. Pessoas com a vida pregressa seriamente comprometida por atividades comunistas, ou contrárias à Revolução de 1964, ou por corrupção e com parecer contrário dos Órgãos de Informações, são nomeadas para altos cargos do Governo.

[...]Companheiros da Revolução de 1964 - traída e aviltada por Golbery¹¹⁴.

Podemos encarar a carta do Major Aldebaran como ato isolado, ainda mais naquele ano de 1975, onde a abertura apenas engatinhava. Todavia, parece-nos que ela representa um sentimento nascente entre os mais radicais anticomunistas dentro dos órgãos informacionais e que só cresceu dali em diante – conforme evidenciaremos. Cabe ainda considerar que o desejo de Aldebaran, seja ele pessoa física ou pseudônimo de alguém ou algum grupo, foi atendido: o boneco de Golbery liberalizante foi remetido por vários órgãos do SISNI.

Figura 2 – Golbery liberalizante sendo remetido pelo SISNI



Fonte: Encaminhamento nº 024/AFA/75¹¹⁵

¹¹⁴ Encaminhamento nº 024/AFA/75. Fundo CISA, Identificação: BR.DFANBSB.VAZ.0.0-12908, 15 out. 1975, p.1-14. Arquivo Nacional.

¹¹⁵ Encaminhamento nº 024/AFA/75. Op. cit.

Enquanto a sociedade bradava por mais liberdade, votava na oposição, começava a reorganizar grandes manifestações de massa – incluindo movimentos de mulheres –, a comunidade de informações se radicalizou e “passou a ver em qualquer análise jornalística ou programa televisivo mais críticos a expressão de uma ‘evidente infiltração comunista nos meios de comunicação social’”¹¹⁶. Deixar o que consideravam “discurso comunista” reverberar era um crime de lesa-pátria para os radicais e levaria à comunização do país, incutindo na “opinião pública valores alheios, dissolutores e indignos aos costumes e tradições do povo brasileiro, sob a capa indisfarçável de uma evolução e conquistas sociais, as quais são apresentadas como inevitáveis e naturais”¹¹⁷.

O aparelho de segurança e informações era o nicho de maior resistência dentro do Estado. Este setor, quando conhecida a intenção liberalizante do governo, procurou elaborar mecanismos de bloqueio a ela, como exemplifica a seguinte passagem: ‘A abertura inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: [...] Conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional. O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão [...] No entanto, aí está o início da ‘abertura’. Em ação. Lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que[...] já andou demais [...]). Abertura assim é permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitivas, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as forças armadas [...]. Por tática, não se deve ir frontalmente contra a ‘abertura’, em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por ‘formação’ específica, cursos, escolha de novos elementos bons [...]) maior liberdade à boa imprensa [...]. Mas, deve-se cerceá-la para além disso [...]’¹¹⁸

Diante da intensificação da oposição contra a abertura política dentro da linha dura militar, Golbery apenas recrudescer sua liberalização durante o governo Figueiredo. Nesse momento, o principal e mais eficiente líder da linha dura na atuação contra Golbery foi o general e chefe do SNI, Octavio de Aguiar Medeiros. Ele e “seus colegas mais audaciosos”¹¹⁹ estavam preparados, inclusive, para atuar dentro de linhas terroristas: visto que “durante o ano de 1980 e o início de 1981 o Brasil foi sacudido por explosões. Nas bancas de jornais os jornaleiros recebiam bilhetes ordenando-lhes que parassem de vender publicações esquerdistas”. O terrorismo efetivado pela linha dura não passou pela costumeira tentativa de legitimação e estruturação legal e chegou inclusive a ameaçar com bombas as bancas que mantivessem a venda dos “esquerdistas”. Amedrontadas, maior parte das revendedoras cancelaram a compra dos periódicos listados e esses sofreram queda nas vendas e na arrecadação financeira.

¹¹⁶ FICO, 2001, p.181-182.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ MATHIAS, 1995, p.154

¹¹⁹ SKIDMORE, 1994, p.378.

Conforme aponta Skidmore, “o terror anônimo (oriundo do SNI ou da inteligência militar, segundo a maioria dos jornais) obteve o que a censura não conseguira”¹²⁰. Diversos jornais passaram por crise financeira e alguns fecharam a porta nesse período, por causa das ameaças as bancas, é o caso do *Movimento*, por exemplo. Diante de uma extrema-direita rebelada e contrária a liberalização dos militares e uma economia em frangalhos¹²¹, Figueiredo fez o último governo ditatorial brasileiro. Durante sua administração “a autonomia e influência operacional do SNI é maior do que a de todos os ministros militares”¹²². Ademais, o “setor mais organizado nessa ocasião era o SNI do Medeiros, onde estava o Newton Cruz, articulado com o CIE”. Esses órgãos “tinham sua própria dinâmica, agiam por suas próprias inspirações. Embora o Pires¹²³ e o Medeiros¹²⁴ apoiassem o Figueiredo, havia dentro do CIE e do SNI quem não aceitasse o processo de abertura”¹²⁵. Essa independência e raivosidade da extrema-direita e do SNI em relação a abertura política não tardou em agir: as bombas prometidas aos civis explodiram em vários lugares, bancas de jornais foram queimadas, mortes e atentados cresceram¹²⁶. A relação do SNI com esses radicais é destacada no Relatório da Comissão Nacional da Verdade da seguinte forma:

Alguns dos chefes do SNI eram membros ilustres do regime militar, como os ex-presidentes Emílio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo, além de Golbery do Couto e Silva, Ivan de Souza Mendes e Otávio Aguiar de Medeiros. Dentro da chamada comunidade de informações, o SNI revelou-se o único organismo a ter as funções definidas, que eram coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir informações sobre os opositores do regime. **Mesmo assim, abrigou oficiais como o coronel Freddie Perdigão Pereira, que executava ações clandestinas, nas quais não havia acatamento à disciplina e à hierarquia militar. Ele foi o responsável por várias mortes e atentados, como o que vitimou Zuzu Angel e o do Riocentro**¹²⁷ - grifo nosso -.

Um dos maiores atentados realizados pelos radicais anticomunistas foi o do Riocentro, na noite do dia 30 de abril de 1981, o ataque visava atingir com bombas o Centro de Convenções denominado Riocentro, onde estaria pra ocorrer uma série de shows em comemoração ao

¹²⁰ SKIDMORE, 1994, p.376.

¹²¹ Durante o governo do ditador João Batista Figueiredo o Brasil viu eclodir diversas greves em busca de melhores salários, além de enfrentar uma crise inflacionária e de desemprego. Sobre isso, cabe observar a série histórica brasileira catalogada pela *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico* (OCDE), em relação a inflação, que nos anos de Figueiredo foi de 101,7% em 1981, 100,5% em 1982, 135% em 1983, 192,1% em 1984 e 226% em 1985 (este último, ano em que entrega o governo à José Sarney). Dados levantados conforme: <https://data.oecd.org/chart/78ej>

¹²² Ibid., p.418.

¹²³ General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro do Exército de Figueiredo.

¹²⁴ General Otávio Aguiar de Medeiros, Ministro-chefe do SNI de Figueiredo.

¹²⁵ CASTRO; D'ARAÚJO; SOARES, 1995, p.119.

¹²⁶ Cabe destacar que muitos dos crimes realizados pelos radicais de direita foram feitos com a intenção de macular e culpabilizar a esquerda.

¹²⁷ BRASIL, 2014, p.118.

feriado de 1º de maio. Todavia, as bombas falharam e deflagraram pouco antes do plano ser posto em prática, chegando a matar um dos militares envolvido no ato. O atentado gerou uma inflexão no governo militar e refletiu nas possibilidades de não-abertura que rondavam o planalto. Golbery, à época Ministro chefe do Gabinete Civil da presidência da República, requereu uma investigação pública e completa para responsabilizar todos os militares envolvidos no ataque. Porém, a atitude de Figueiredo e dos militares do SNI contrastaram com o almejado pelo ministro e saíram vitoriosas: até hoje ninguém foi punido pelo ocorrido no Riocentro. Em 2014 o MPF tentou incriminar alguns dos envolvidos no atentado do Riocentro, mas o processo não andou. Sem chegar a admitir culpa direta, o General Newton Cruz, que “era chefe da Agência Central do SNI em Brasília” na época do acontecido, depôs ao MPF e “confessou que soube do planejamento do atentado antes de sua ocorrência e optou por não fazer nada para evitá-lo”¹²⁸.

Vetos, buscas, quebra da privacidade, perseguições pessoais, informações truncadas - tudo tem caracterizado a chamada comunidade que seu fundador agora arrependido, o general Golbery do Couto e Silva, ainda há pouco chamava de “o monstro que eu criei”¹²⁹.

Diante do impasse governamental e a falta de investigação do caso, Golbery, que à época já havia feito dezenas de desafetos no governo, decidiu deixar seu cargo ministerial em 6 de agosto de 1981. Não é difícil imaginar Freddie Perdigão, Otávio Medeiros ou Newton Cruz sonhando com o bonequinho desenhado por Aldebaran e que mostrava Golbery na força. A saída de Golbery do governo era a vitória dessa linha-dura que se apossava do SNI que outrora era organizado pelo próprio Golbery. Sem ter a menor ideia do tamanho que o órgão tomaria ao inaugurá-lo, o militar chegou a comentar, logo após sua saída do governo Figueiredo, que havia criado um “monstro”: o monstro que tudo via, o *Serviço Nacional de Informações*. Porém, essa vitória da linha-dura foi agri-doce: apesar da saída de um dos principais ideólogos da abertura, os radicais tiveram sua tática extremamente exposta em praça pública e foram paralisados pelas forças democráticas nacionais e os militares mais moderados.

A explosão do Riocentro colocara os militares direitistas na defensiva. Embora eles e seu aparato repressivo de segurança não tivessem sido tocados, contudo, haviam sido neutralizados. Os atos de terrorismo pararam, como para confirmar que a direita militar resolvera aguardar melhor oportunidade. Finalmente, os militares pró-abertura estavam prontos para reafirmar sua ‘fé na democracia’, com isso revigorando a marcha para a democratização¹³⁰.

¹²⁸ BRASIL, 2017, p.160.

¹²⁹ TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ). *A grande exceção*, Rio de Janeiro, 09 de out. 1981, ed.9790, p.5.

¹³⁰ SKIDMORE, 1994, p.379.

Buscamos até aqui demonstrar o caráter organizacional, a importância e as peculiaridades do SISNI e do seu órgão central, o SNI, ao longo dos anos ditatoriais de distensão. Agora, para melhor compreender a entidade que só fora extinto, de fato, no Governo Fernando Collor¹³¹ cabe uma análise mais acurada sobre o papel ideológico da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) na formação dos agentes e na própria existência do SNI. Essa Doutrina era o que lastreava, do ponto de vista das ideias, a formalização de um aparato estatal em luta constante contra os inimigos da nação. Para os agentes dentro do SISNI e do SISSEGIN “os comunistas estariam planejando fragilizar o arcabouço moral da sociedade brasileira, através da propagação de visões críticas sobre a família e o convívio social, para, assim, facilitar a tomada do poder. Como se vê, tratava-se de uma avaliação bastante equivocada”.¹³² A atuação da comunidade informacional da Ditadura chegava a culpabilizar de subversão, esquerdismo, comunismo, entre outras alcunhas semelhantes e que delimitavam o “inimigo”, até pessoas conservadoras.

O SISNI era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção. Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”[...]. Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo.¹³³

Esta pesquisa leva em consideração que a raiz ideológica dos pensamentos anticomunistas dos militares partiam de uma só fonte: a *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN). Essa atuou como agente legitimador, desde o início, da “ação salvacionista” – golpista – da Ditadura 1964¹³⁴. Baseada em “ideias e atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria”¹³⁵, esta Doutrina, em sua moral revolucionária, “justificou” boa parte das atitudes tomadas pela Ditadura – muito mais que o “juridiquês” ensaiado pelo regime, com seus “preceitos legais difusos e pouco precisos”. Sobre isso:

Carlos Fico apresenta a tese de que a censura à imprensa era “revolucionária”. Em relação ao argumento de que a censura à imprensa era ilegal, o autor se posiciona no seguinte sentido: ‘A afirmação sobre a inconstitucionalidade da censura da imprensa peca por não se dar conta da globalidade das ações repressivas, isto é, do já mencionado caráter de projeto que presidiu a institucionalização dos “sistemas” de segurança interna, de espionagem e de ‘combate à corrupção’. A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a instituição do

¹³¹ Sobre o fim do SNI já no período democrático e como esse seguiu, mesmo assim, investigando as temáticas e periódicos aqui estudados adentraremos com maiores detalhes e análises no próximo capítulo.

¹³² FICO, 2001, p.182-183.

¹³³ DELGADO; FERREIRA, 2007, p.179-180

¹³⁴ DREIFUSS, op. cit., p.142.

¹³⁵ Ibid., p.79.

“Sistema CODI-DOI”, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não. Evidentemente, para um regime que afirmava que ‘a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma’, a questão da constitucionalidade da censura da imprensa era um simples detalhe’. Esta leitura é a que parece ser a mais apropriada, uma vez que enfatiza o fato de a censura à imprensa ter se estruturado com base no arcabouço normativo geral da repressão e em preceitos legais difusos e pouco precisos. O autor, portanto, insere a censura em um contexto normativo mais amplo, próprio de um período autoritário e de exceção, no qual vigora uma legalidade ambígua e de fronteiras fluidas entre o legal e o ilegal, por ele denominada de ‘revolucionária’¹³⁶

Essa moral revolucionária, balizada na Doutrina de Segurança Nacional, passou a ser o principal guia dos empreendimentos ditatoriais. Ao contrário do que alguns podem imaginar, esse modelo ideológico não era apenas retórico. Fora ele que municiou os ditadores e seus asseclas “de convicções para agir e forneceu (enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes da comunidade certos sentidos justificadores da repressão”. Assim, os discursos, relatórios, informes e demais papeladas baseadas na DSN constantemente “vivificava, recriava e sustentava ações”¹³⁷ ditatoriais. Investigando a formação dos agentes loteados no SNI¹³⁸, Dmitri Felix do Nascimento demonstra a profunda preocupação do oficialato militarista em produzir um escopo político e “técnico” para os agentes atuantes nos setores de informações.

Para estes, os desígnios repassados deveriam estar dentro da chamada “guerra total” e “revolucionária”, da DSN. Dentro dessa lógica, é evidente a importância da guerra interna contra as guerrilhas, todavia, com seu esfacelamento ao longo dos anos de chumbo, a atenção passa a ser melhor direcionada às novas “infiltrações comunistas” gestadas agora na sociedade através das “guerras psicológicas”¹³⁹. A constante formação política dos militares e seus asseclas, segundo os ensinamentos da DSN, produzia um “caráter de classe” que moldava toda a instituição ditatorial, sendo o *Sistema Nacional de Informações* responsável por reproduzir, através de seus agentes e com eles, a confluência ideológica de defesa do regime “revolucionário” e contra o comunismo internacional. Nessa “guerra total” a sociedade está cada vez mais cindida entre dois polos antagônicos e excludentes.

[...]segundo Alfredo Buzaid, o mundo estaria dividido entre os partidários do materialismo – difundido especialmente com base nas ‘ideias ateístas’ de Nietzsche e Marx – e os defensores do espiritualismo, este fundado na ‘fê, nas confissões religiosas e na tradição do cristianismo’. Diante desse embate, a ‘Revolução de 31 de março’ teria se posicionado ‘intransigentemente’ em defesa da ‘doutrina

¹³⁶ CARVALHO, 2014, p.88-89.

¹³⁷ FICO, 2001, p.21-22.

¹³⁸ Desde sua forma embrionária, dada através da transferência de arquivos, pessoal e táticas do *Departamentos de Preparação Psicológica das Massas, Informações, Mobilização e Finanças* para o que seria o *Serviço Nacional de Informações*.

¹³⁹ NASCIMENTO, 2013, p.53-58.

espiritualista’. [... *Isto significaria*], “uma tomada de posição em face do materialismo dialético pregado pelo comunismo”¹⁴⁰.

As falas de Alfredo Buzaid reforçam a visão dualista de interpretação do mundo, advinda da Doutrina de Segurança Nacional. Nos guias de formação dos militares que adviriam ao SNI essa visão dicotômica de mundo era constantemente reforçada. Esse reforço dualista era posto, inclusive, do ponto de vista geográfico: onde o ocidente e seus países capitalistas eram vistos como libertadores, e o oriente e suas nações comunistas seriam opressoras. Essa dada “opressão” seria reforçada nos países comunistas através de uma propaganda alienante. Segundo guia estudado por Dmitri Nascimento, a própria Ditadura não negava a importância e o papel da propaganda institucional na influência das massas: inclusive utilizando-a. Todavia, a propaganda no oriente tiraria do indivíduo sua liberdade e capacidade reflexiva: “o grupo governante raciocina por ele e ele apoia a decisão do grupo governante. Ele se condiciona”¹⁴¹; enquanto a propaganda da Ditadura Militar brasileira e dos países ocidentais apenas sugestionava e chegava a clarificar as escolhas individuais dos sujeitos, que seriam plenamente livres. Essa ‘propaganda’ positiva do Ocidente e seus representantes liberais buscava criar e reverberar um discurso em uníssono na sociedade brasileira, com foco especial nos meios educacionais e nas comunicações.

Assim, tanto na Educação quanto nas Comunicações, percebe-se a unificação do discurso em torno da doutrina de segurança nacional[...]. Um conceito crucial na doutrina de segurança nacional é o de integração nacional, visto como uma meta psicossocial. O termo é usado para traduzir um processo complexo que produz uma classe de homens que representam o cidadão ideal para o ‘novo’ Brasil. Este homem processa uma nova consciência, uma dignidade nacional, uma atitude patriótica, um espírito cívico cooperativo. Essa atitude baseia-se nos valores fundamentais da civilização brasileira [conforme entendiam os formuladores da doutrina] entre os quais estão a dignidade humana, liberdade, respeito pela família, moralidade, fé religiosa, disciplina, respeito pelos heróis pátrios, unidade, e um sentimento por um destino comum¹⁴².

A centralidade das comunicações, especialmente na imprensa alternativa e feminista, na conformação de um sujeito ideal, brasileiro e ocidental – e na consequente contrapropaganda do sujeito errôneo, comunista, subversivo, gayzista e/ou feministas – é inegável e terá análise prática nos nossos próximos capítulos. Foquemos agora na formação ideológica dessas ideias. Desse modo, ainda cabe considerar que a positivação desse cidadão ideal patriótico e ocidental poderia ser maculada, a qualquer momento pelo polo antagônico e “monstruoso” comunista. Esses eram inimigos geograficamente externos, pertencentes ao oriente, mas também eram

¹⁴⁰ CARVALHO, op. cit., p.81.

¹⁴¹ NASCIMENTO, 2013, p.54-55.

¹⁴² MATHIAS, 2004, p.199

infiltrações e oponentes internos. Diante da guerra permanente contra esse inimigo e suas diversas táticas aliciadoras “censurar os meios de comunicação e as expressões culturais era uma das mais relevantes armas que o Estado detinha”. Afinal de contas, como a luta é “essencialmente, psicológica”, logo ela é “travada no plano das ideias e da cultura”. Cabia aos militares enfrentar essa batalha ou deixar o inimigo manipular a opinião pública inicialmente, para depois conquistar o poder¹⁴³.

A formação dessa sociedade ideal e o progresso almejado pela Ditadura Militar de 1964 passava, irremediavelmente, por uma sociedade construída de modo coeso do ponto de vista dos valores, penumbrando qualquer negatividade que poderia macular o governo ou o ocidente. Em geral, a busca por coesão e ordem social é comum a todo governo, todavia, o que a Ditadura buscava era metamorfosear a realidade brasileira: negando conflitos latentes e longevos, como a luta por terras, a luta por igualdade racial e de gênero, a luta por melhores condições de trabalho, etc. Logo, a Doutrina de Segurança Nacional balizou os órgãos informacionais e de segurança da Ditadura numa tentativa de silenciar os inimigos e criar um consenso, uniformizando os sujeitos.

A preocupação com a construção e institucionalização de regimes políticos necessariamente tem como ponto de partida a manutenção da ordem social, e, para isso, papel importante é reservado à formação do consenso, à construção e reprodução de valores sociais que garantam a coesão do grupo. Pensando sobre isso, uma frase de Médici chamou nossa atenção: ‘sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho’¹⁴⁴.

Não há dúvidas de que essa sociedade vista por Médici no jornal noturno é uma irre realidade, construída de modo narrativo através de seleções específicas da realidade e com silenciamento das agitações. Tudo isso com baliza e garantia através da atuação do aparelho investigativo e censório ditatorial. Contudo, por mais que em alguns jornais a tranquilidade fosse a tônica, na base social e nos periódicos alternativos conflitos diversos poderiam ser vistos. Dentro da lógica ditatorial, esse inimigo deveria ser silenciado ligeiramente ou passaria por um processo de deslegitimação. Além do consenso acerca do cidadão e da sociedade desejada, a construção da concordância sobre o sujeito e a coletividade errônea era fundamental nessa invalidação. Em relação a isto, os agentes do SISNI agiam através de uma desconfiança sistemática sobre os sujeitos que investigavam. Carlos Fico buscou sintetizar algumas técnicas utilizadas pelos investigadores do sistema. Seriam essas: a reiteração de fatos e informações,

¹⁴³ CARVALHO, 2014, p.82

¹⁴⁴ MATHIAS, 2004, p.20-21

busca qualquer indício pra culpabilizar o investigado; acusar os sujeitos de desvio moral¹⁴⁵; denunciar desequilíbrio mental¹⁴⁶ nos opositores; o discurso dos militares como vítimas; a retórica da espionagem como mal menor e irremediável diante da atuação dos subversivos.

Em relação às mulheres a pecha de amante era facilmente levantada pela comunidade informacional para indicar desvio moral (além do político). Segundo Carlos Fico, os temas sexuais sempre foram utilizados “pela espionagem para desqualificar o ‘inimigo’. No caso da espionagem militar, não surpreende que o adultério e o homossexualismo tenham sido considerados práticas desabonadoras”¹⁴⁷. Para os eclesiastas sobravam acusações de quebra do celibato, já aos políticos de oposição a pecha poderia ser a homossexualidade, “professoras universitárias de esquerda teriam amantes. Nessa linha, uma das formas de o ‘movimento comunista internacional’ propagar-se seria pelo incentivo do uso de drogas e pela valorização da ideia de ‘amor livre’”.¹⁴⁸ A ligação negativa do ponto de vista moral com a politização dos sujeitos era a tônica dentro dos órgãos informacionais e isso cresceu ao longo da Ditadura atingindo seu auge durante o processo de distensão e abertura.

Quando se viram em fase decadente, lançaram mão de tópica tradicional de fundo ético-moral (a família fragilizada, os valores morais degenerados). Porém, além desses efeitos de sentido, outra coisa brotava do discurso comum das comunidades. Trata-se da identidade do grupo, numeroso e poderoso, que se reconhecia na avaliação que superestimava a força do ‘inimigo’; na suposição do acerto da criação do SISSEGIN, que corrigiu os erros do combate assistemático do passado; na difamação dos mesmos ‘vilões’ e ‘traidores’; no enaltecimento de ‘heróis’ comuns etc; grupo que se reconhecia como comunidade de puros, ‘força autônoma’ ou ‘linha dura’, porta-vozes especialistas que, por isso mesmo, os demais militares não podiam ignorar – até que o reconhecimento se quebrasse. Suas mensagens não foram simples informações. Advertiam, indicavam os riscos de opções liberalizantes, incutiam temor com sua simples existência. Construíram, também, uma identidade sobre ‘eles’, isto é, sobre nós, impondo-nos rótulos ora de subversivos, ora de corruptos; ora de inocentes úteis, ora de inertes. Assim eles agiam¹⁴⁹.

¹⁴⁵ O desvio à moralidade encontrava nas acusações de anomalia sexual e de gênero sua preferência dentro do aparelho informacional ditatorial.

¹⁴⁶ Essa acusação atingia sobremaneira e de modo específico as mulheres: rapidamente tachadas de loucas em suas lutas. Sobre isso, o exemplo de Zuzu Angel é fundamental. Esta “mãe de uma vítima mortal da repressão: inconformada com o desaparecimento de seu filho[...], resolveu redigir um documento no qual previamente identificava os autores de um seu possível assassinato. De fato, algum tempo depois, ela morreu - em acidente suspeitíssimo. A comunidade de informações, preocupada com a acusação que logo passou a ser feita à área de segurança (isto é, a de que a repressão teria planejado o sumiço da incômoda mãe que não parava de denunciar a morte de seu filho), pressurosamente produziu uma ‘informação’, sugerindo[...] exame aprofundado, pelos órgãos que operam no campo interno, do **quadro clínico mental** de Zuzu Angel antes de seu falecimento, tendo em vista os indícios, em suas declarações escritas, de mania de perseguição e fixação mórbida na lembrança de seu filho”. Para mais detalhes: FICO, 2001, p.103.

¹⁴⁷ FICO, 2001, p.102.

¹⁴⁸ DELGADO; FERREIRA, 2007, p.180

¹⁴⁹ FICO, 2001, p.218.

Sobre o conjunto de informações geradas pelo SISNI cabe reforçar sua relação muito próxima ao SISSEGIN e as sevícias e atos radicais, conforme levantamos, mas também sua proximidade e aceitação pelos moderados da Ditadura de 1964. Duas estruturas tão elementares do funcionamento governamental não funcionariam durante tanto tempo sem o apoio dos que estavam a liberalizar a política no Brasil: “essa ‘aliança ambígua’” entre os órgãos de informações e segurança e os moderados “fundava-se num ‘mal-entendido mais ou menos consciente’, qual seja, a admissão, pelos moderados, do caráter indispensável da espionagem e da repressão que, não obstante, concomitantemente, eram por eles condenados quando se excediam (tortura, assassinatos, atentados).¹⁵⁰

Buscamos até aqui detalhar a estrutura do SISNI no Brasil, bem como sua fundamentação teórica e existencial baseada na Doutrina de Segurança Nacional. Dentro da guerra “total” emulada pelo aparelho ditatorial nossa pesquisa focalizará, especialmente, o *front* psicológico, visto que era este “um dos pontos mais destacados pelos militares em reuniões de treinamentos, especialmente porque para os militares a ação psicológica era a principal arma do comunismo internacional”¹⁵¹. Ademais, é esse o campo que eles investigam quando observam assuntos ligados ao debate público proposto pela imprensa nacional, caso dos periódicos alternativos e feministas investigados por eles.

3.2 MULHERES: AS AGENTES DESSA HISTÓRIA

Por mais que estejamos investigando documentos construídos por um SISNI estatal e masculinizado; há nesta papelada evocações, recortes e menções diretas sobre mulheres e coletivos femininos. Seria inglório e bastante pobre, do ponto de vista analítico e científico, ignorar ou não se aprofundar diante dessas mulheres. Por isso, essa parte do capítulo é construída pra identificar essas agentes de nossa história. Iniciaremos esse processo demonstrando a centralidade do gênero feminino e de suas lutas nesta temporalidade histórico. Após isso, evidenciaremos a ascensão do feminismo de segunda onda e do jornalismo alternativo e feminista no Brasil. Tudo isso sem esquecermos de sempre detalhar a multiplicidade desse movimento¹⁵² que, para Heleieth Saffioti, seria semanticamente melhor definido como feminismos, pluralizado.

¹⁵⁰ FICO, 2001, p.21.

¹⁵¹ NASCIMENTO, 2013, p.49.

¹⁵² O mote de nosso trabalho de nosso trabalho levou-nos, naturalmente, a privilegiar nossos atores sociais na perspectiva do gênero. Ao longo do texto buscamos interseccionar, vez ou outra, questões raciais e de classe de suma importância pras análises. Todavia, isso aconteceu com ciência de que, por privilegiarmos o gênero como

3.2.1 Mulheres em praça pública: a centralidade do gênero

Senhor Presidente, senhores Deputados. Todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das forças armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, **o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência.** No entanto, isso não basta. **É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa, por parte de mulheres de parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo.** Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os alcos dos estudantes. **Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também – sempre falando de mulheres – às moças, aquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a nação. Recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam.** Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das forças armadas, falando e agindo em seu nome. Creio senhor presidente, que é possível resolver esta farsa, esta “democracia”, este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não compactuam com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Cratús que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores¹⁵³ - *grifos nosso*.

Acima, você pode ler na íntegra o Discurso dado pelo Deputado Márcio Moreira Alves, no dia 3 de setembro de 1968, em sessão plenária. No momento em que o Brasil fervia com movimentos estudantis, de trabalhadores, diversas greves como as ocorridas em Osasco e Contagem, e críticas ao governo militar alastravam-se, as falas do Deputado logo incendiaram de vez um meio militar que estava prestes a explodir. Os círculos militares e quartéis de todo país receberam cópias do discurso, gerando cólera generalizada nas mais diversas patentes. Aproveitando-se da má recepção do discurso no meio militar e do fato do congresso não punir o deputado, o governo federal edita, em dezembro do mesmo ano, o Ato Institucional nº 5: dando início aos Anos de Chumbo. Em discurso tão importante, merece ser evidenciado a centralidade do gênero em toda fala. Por mais que acreditemos que os anos 1975 marquem o ano internacional da mulher, os movimentos femininos e feministas no Brasil gestaram desde antes e são rememorados na fala do Deputado.

principal categoria analítica, há uma delimitação e um limite analítico ao longo do trabalho que pode ser expandido por leituras do período que envolvam questões de classe e raça, por exemplo.

¹⁵³ BRASIL. *Diário do Congresso Nacional - seção I, suplemento ao nº 154 (Capital Federal)*. Quarta-feira, 4 de setembro de 1968. Câmara dos Deputados. 161ª sessão da 2ª sessão legislativa da 6ª legislatura em 3 de setembro de 1968. p.9.

As mães da passeata dos 100 mil, peitando a sexta sangrenta de semanas atrás e solicitando a soltura de seus filhos; os clubes de mães; as mulheres guerrilheiras; as senhoras da Campanha da Mulher pela Democracia, da União Cívica feminina ou da Cruzada Democrática feminina; as mulheres nas associações de bairros, nas comunidades eclesiais de base ou no Movimento Contra o Custo de Vida. Por toda parte, nas variadas matizes políticas dos anos 1960 e 1970, mulheres já demandavam espaço no debate público. Compreender a centralidade da categoria gênero e a atuação feminina no espaço público é observar a existência desses movimentos, muito além de uma visão de que apenas houve cooptação dessas mulheres: acreditar no último é trabalho simples e parte do próprio senso comum sobre as fronteiras que cerceiam as mulheres de compreensões sociopolíticas próprias.

A ideia de se criar a CAMDE pouco antes das eleições de 1962 partiu declaradamente de três indivíduos: Leovigildo Balestieri, vigário franciscano do bairro de Ipanema, Glycon de Paiva e do General Golbery do Couto e Silva. Eles convincentemente argumentavam que o Exército fora minado pelo 'vício do legalismo' que só mudaria se legitimado' por alguma força civil, e que as mulheres da classe média e alta representavam o mais facilmente mobilizado e interessado grupo de civis. A razão imediata para a criação da CAMDE consistia na necessidade de se formar um efetivo "coro popular" para impedir a posse de Santiago Dantas como Primeiro-Ministro, através do estímulo a repercussões desfavorável à sua nomeação e organizou-se contra ele a "Caravana a Brasília"¹⁵⁴.

A citação acima versa sobre o uso dos movimentos femininos pelos golpistas de 1964. Aproveitando-se da visibilidade dessas lutas, os autointitulados "democratas" visavam construir um consenso anticomunista, projetando ideias anticonstitucionais. Tanto o apontado, quanto seu complemento, que relembra a primeira reunião da CAMDE sendo realizada no auditório de *O Globo*, no Rio – o mesmo jornal manteve o grupo em evidência –, tendem a demonstrar uma instrumentalização dos movimentos femininos: retirando as agências das mulheres dessa História. De fato, a turma do Golbery aproveitou-se do movimento das mulheres para golpear a República nacional, mas é muito simplório encarar estas como simples massas de manobra.

Tornar-se-ia necessário pensar essas mulheres além da lógica de pura cooptação. Observar àquelas mulheres como seres políticos, dispostas ao debate público e que aparecem nesse meio através de sua posicionalidade social e de classe: mães e donas de casa atônitas e com medo de um suposto avanço comunista naquela sociedade; mulheres de classe média alta e burguesas que eram contrárias às reformas populares e de base propostas pelo governo João Goulart e agiam de modo conservador para manter seus privilégios. Assim, essas agentes

¹⁵⁴ DREIFUSS, 1981, p.296.

políticas partiam ao espaço público, discutindo política com objetivos claros: há, assim, convergência de ideias com os golpistas – não falamos aqui de simples instrumentalizações¹⁵⁵.

Ademais, cabe ressaltar que o texto evidencia o poder que a posição de gênero traz ao debate público. As mulheres definitivamente não deveriam ser os principais sujeitos da política institucional nacional, todavia eram vozes potentes no meio social, principalmente quando “respeitando” seus locais de gênero privados: a mãe; a esposa. A dona de casa, que passou a lutar pelo bem-estar de sua família passou a ser ator social importante na história pública do país. Aquela reunião e primeiro protesto do CAMDE, com o objetivo de impedir Santiago Dantas de tomar posse, definitivamente “não sustou a nomeação, mas estabeleceu o poder das mulheres para influenciar a opinião pública”¹⁵⁶

Logo, observar as “questões da mulher” e os crescentes movimentos femininos/feministas do momento como minoritários e de pouco alcance seria ignorar os fatos levantados. Até sujeitos masculinos, como Márcio Moreira ou os torturadores aqui explanados, constantemente evocavam questões fronteiriças de gênero para dissuadir a opinião pública sobre os mais variados pontos. Não admitir a centralidade do gênero nessa temporalidade torna-se pior quando observamos que essa posição acaba por ignorar toda a importância histórica dos movimentos políticos das mulheres, historicizando e resgatando memórias apenas da politicidade masculina. As mães brasileiras lembradas pelo Deputado Márcio Moreira, eram aquelas que peitavam o estado ditatorial e se manifestavam exigindo a libertação de seus filhos, na Passeata dos 100 mil. Eclodindo antes do aumento da repressão estatal e da consolidação do aparelho informacional e de censura, a Passeata dos 100 mil foi um dos movimentos que assinalou de vez a fronteira intransponível que o regime militar passou a transmutar aos mais variados sujeitos e movimentos. A parca liberdade, repleta de coragem, que levou ao movimento, passou a ser encarada pelo regime como um perigo de Segurança Nacional: ao fim, na visão militar, aqueles movimentos serviram a uma propaganda adversa coordenada contra o governo e estavam cooptados pelo Movimento Comunista Internacional. Sobre o movimento, o próprio “Costa e Silva fazia o alerta: ‘Não permitirei agitações estéreis e dirigidas pelos órgãos internacionais contra a tranquilidade da família brasileira, consoante compromissos da Revolução de 31 de março de 1964’”¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Mais detalhes sobre essa discussão podem ser observados em: CORDEIRO, 2008, p.80-95.

¹⁵⁶ CORDEIRO, 2008, p.89.

¹⁵⁷ HDBN. Diário de Pernambuco, “Costa e Silva coloca tropas federais à disposição dos Estados”, Recife, 27 de junho de 1968, ed.148, p.2.

A fala do Ditador recobra a figura da família: instituição fundamental para compreendermos a dinâmica de funcionamento do regime, a partir da ótica do controle das fronteiras de gênero. Constantemente é alçada ao debate público a construção dessa instituição, que seria o pilar de nossa sociedade. Em contínuo perigo, a família necessitava de proteção do regime ditatorial e dos viris varões, diante da impregnação da subversão comunista nos mais diversos cantos da sociedade: era agir nessa luta ou observar a falência da instituição. Nessa luta divinificadora, os papéis de gênero eram muito bem desenhados: cabia ao homem detentor do conhecimento salvacionista pátrio cristão – e ao regime, também masculinamente construído –, prover a família e seus valores morais; já as mulheres e os filhos representariam o elo frágil familiar, necessitando de maior cuidado e auxílio para não serem violentados pelas ideias subversivas. Assim a fronteira de gênero é mais uma vez balizada e a mulher, novamente, privada do espaço político. Essa posição sobre o feminino, naturalizada no longo tempo, não difere do pensamento explicitamente exposto pelo último ditador de nossa recente Ditadura. Para este:

‘A mulher deve ser a companheira do homem e nada tem de querer ocupar os mesmos lugares (do homem)’. Esta foi a reação do presidente João Figueiredo à proposta que lhe fez a deputada Beth Azize (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, sobre o lançamento de uma mulher à sucessão presidencial¹⁵⁸.

“Figueiredo é contra mulher na sucessão” era a manchete exposta na capa do Diário de Pernambuco, em pleno ano de 1984, e que convidava o leitor a avançar na leitura da notícia. Reforçando lugares de gênero, o ditador explicitava a visão hegemônica dos militares e de muitos na sociedade, que viam com maus olhos mulheres em papéis centrais da política nacional. Inclusive, a exposição do presidente foi dada diretamente a uma mulher importantíssima do ponto de vista político institucional: Beth Azize, a primeira mulher a assumir a chefia de um executivo estadual¹⁵⁹. Desse modo, Figueiredo delimitava que a Deputada e demais políticas mulheres ocupavam um espaço de gênero errôneo na sociedade, não à toa coube a Beth reagir ao retrogrado ditador: disse explicitamente a este que “o senhor é muito machista, presidente”; e ainda abraçou secamente o homem após convite para entrada ao PDS, ao final do encontro, respondendo-lhe que ainda “tinha compromisso com o povo”.

Apesar da força de Beth Azize ser notória na notícia, o jornal mal criticou as falas do presidente, fazendo o famoso jornalismo declaratório e reforçando que posições de mulheres, como a da Deputada, não eram as mais corretas disposições de gênero naquela sociedade. Afinal

¹⁵⁸ HDBN. Diário de Pernambuco, “Lugar de mulher é em casa”, Recife, 24 de fevereiro de 1984, ed.54, p.A-3.

¹⁵⁹ HDBN. Última Hora, “Beth assume Governo”, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1983, ed.10902, p.2.

de contas, o caminho de Azize pra chegar onde está era o caminho de “uma advogada solteira de 40 anos”. Implicitamente, o fato de não ter família era evocado nas páginas do periódico e indica uma fronteira de gênero facilmente compreendida pelos leitores. Diante do exposto, cabe ressaltar que os locais de gênero propostos pelos ditadores e seus órgãos informacionais eram comuns aos de parte da sociedade civil: inclusive os periódicos não-alinhados, simples cidadãos e até oposicionistas.

O Código Civil de 1916[...] privilegiava o lado paterno em detrimento do materno, permitia a anulação do casamento adiante da não-vingindade da mulher (mas não do homem), afastava da herança a filha de comportamento “desonesto” e não reconhecia os filhos nascidos fora do casamento, que eram considerados “ilegítimos”, identificava o status civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados – ou seja, ao casar, a mulher perdia sua capacidade civil plena, não podendo praticar uma série de atos sem o consentimento do marido. [...] *Este* prevaleceu plenamente em vigor até 1962, quando foi revogado pelo “estatuto da mulher casada” (Lei 4.121/1962), que avançou no tratamento paritário entre os cônjuges, mas não eliminou todos os privilégios do “pátrio poder” (poder dos pais/homens), permanecendo diversos tipos de assimetria de gênero, como no caso das mulheres que eram consideradas “concubinas”. A chamada “Lei do concubinato” (Lei nº 8.971) só entrou em vigor em 29/12/1994¹⁶⁰.

Observe como desde a instituição legal do Código Civil de 1916 – que obviamente fora construído de acordo com padrões sociais já instituídos no longo prazo – o local da mulher fora demarcado de forma limitadora: mulheres casadas eram tuteladas por seus esposos, assim como era realizada a sujeição dos menores, dos alienados e dos indígenas. Essa realidade, do ponto de vista legal, passa a ser mudada pelo “Estatuto da Mulher casada”, promulgado por João Goulart apenas no ano de 1962. Os preceitos legais do estatuto representavam um avanço, porém este ocorria de modo parcial: retirava a mulher do grupo dos incapazes, mas continuava a delimitar locais de gênero. Ao marido cabia: “a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar”; “o direito de fixar o domicílio da família”; o dever de “prover a manutenção da família”. Já à mulher incumbia a adoção dos “apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta”.

Assim, cabe ressaltar que a fronteira de gênero entre o público e o privado, não nasce no período que estudamos, nem é exclusiva do regime ditatorial de extrema-direita apontado: apesar de diversas nuances, os cercamentos de gênero são uma constante nos principais dispositivos legais do país. Isso desemboca, inclusive, no presente: mulheres ainda têm pouco espaço na política institucional; suas campanhas recebem menos verbas; e a tese elencada por

¹⁶⁰ ALVES; CORRÊA, 2015, 1.235.

Figueiredo em 1984, de que a presidência não seria local feminino, só cai mais de 25 anos depois, com a eleição de nossa primeira e única presidenta.

ANTECEDENTES

De 1964 a 1975 o Movimento Feminino foi inexpressivo, limitando-se a certas manifestações literárias ou teatrais. O único fato mais expressivo foi a criação de uma comissão de mães, em 1968, para lutar pela libertação dos presos no XXX Congresso da UNE realizado em IBIUNA/SP. Teve, porém, curta duração e atuação discreta. A partir de 1975 o Movimento Feminino renasceu. A ONU declarou 8 de março o ‘Dia Internacional da Mulher’¹⁶¹.

À vista do exposto, fica evidenciado como a categoria gênero era operacionalizada de modo central naquela sociedade, inclusive, com mulheres tangenciando e tensionando as fronteiras do gênero que tentavam cercar suas liberdades públicas. Assim, a posição desse trabalho é clara: mulheres e questões de gênero, constantemente, ocuparam o espaço público pré e pós-1975. Essa perspectiva, inclusive, acaba sendo contrária aos próprios relatórios estudados, conforme acima demonstrado: crer que o movimento feminino e suas questões só surgem a partir de 1975 é ignorar o que fora apresentado anteriormente neste trabalho.

3.2.2 Reverberação das vozes feministas: o feminismo de segunda onda e sua imprensa

A ciência e a própria sociedade costumam indicar a luta das mulheres feministas em ondas: elas nunca param de existir, todavia, como um tsunami, por vezes atingem o litoral onde a sociedade se erige de tal maneira que o requerido pelas mulheres se amplifica de modo particular. Sendo esses requerimentos específicos e a luta tendo força, afirmamos que houve ao longo da História três grandes ondas¹⁶² do movimento feminista. A primeira onda feminista no Brasil foi marcada pela luta política feminina em relação ao direito ao voto e à igualdade educacional e teve como grande expoente a figura de Bertha Lutz, entre as décadas de 1910 e 1930. A terceira onda tem como marco histórico a década de 1990 e caracteriza-se por um posicionamento pós-estruturalista, um foco na micropolítica e uma compreensão feminina em suas especificidades raciais, sexuais etc.

A Segunda onda é a que deságua em nossa pesquisa e a que aqui evidenciaremos. Datada das décadas de 1960 a 1980, essa onda é marcada pelo lema “o pessoal é político” e o foco dado as questões de cunho privado das mulheres trazendo-as ao debate público, elencando causas e respostas públicas a estes problemas, incluindo na pauta, pela primeira vez, a questão da

¹⁶¹ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

¹⁶² Existe um debate acadêmico e político sobre a existência ou não de um feminismo de quarta onda, surgido por volta dos anos 2010 e caracterizado pelo *ciberativismo*, pela interseccionalidade de variados feminismos e pela mobilização social através de coletivos instituídos de modo fluído e pouco burocrático.

sexualidade. Ainda cabe reforçar que essa onda fora crítica ao legalismo retórico que não garantiu através do avanço legal, proposto pelo feminismo de primeira onda, uma igualdade de gênero plena. Para a historiografia mais tradicional, esse feminismo de segunda onda tem como marco, no Brasil, o ano de 1975 (Ano Internacional da Mulher, proposto pela ONU): momento em que houve a realização de diversos eventos públicos para debater a questão das mulheres em todo território nacional; em especial o promovido no Rio de Janeiro pela *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), com apoio direto da ONU e que fundou o *Centro da Mulher Brasileira* (CMB).

Uma das coordenadoras do encontro (*Conselho Nacional de Mulheres realizado em outubro de 1972 no Rio de Janeiro*), Rose Marie Muraro, relata de que maneira ele se pôde se concretizar, ilustrando bem todos os condicionamentos e os limites impostos pela conjuntura daquele momento: **“Em junho de 1971 eu conheci a Heleieth Saffioti, fui a Araraquara conversar com ela, eu apavorada de ser fichada pelo SNI, mas começamos a discutir *Mulher e sociedade de classes*. Na mesma época encontrei Romi e comecei a frequentar as reuniões do Conselho, que era outra coisa, um pessoal de classe dominante. A própria Romi tinha muitos contatos na área de governo, mas era uma pessoa muito solidária e legal. Quando ela resolveu fazer aquele encontro em outubro de 1972, entregou-me a coordenação da parte intelectual, dizendo que eu chamasse pessoas de todo o Brasil para participar. Mas só consegui trazer a Heleieth, de intelectual mais conhecida, algumas atrizes que se dispuseram a dar testemunho de vida – a Leilah Assumpção, a Leila Diniz, a Odete Lara, e a Zuzu Angel, um pouco antes do filho dela ser morto pela repressão –. Era uma gente que incomodava ao sistema e quiseram me prender na época. A Romi foi chamada ao DOPS oito vezes durante a preparação do encontro. Duas dessas vezes para salvar o meu pelo, porque eu estava prestes a ser presa. Foi quando ela reuniu todas as correspondentes internacionais e ameaçou dizendo ‘agora prendam, mas vão ter de levar-nos todas juntas e isso vai ficar registrado internacionalmente!’.** Conseguimos fazer um congresso onde se brigou muito[...], ele ocupou a primeira página de todos os jornais de 1972. E, obviamente, depois disso não conseguimos fazer mais nada porque ficamos na mira da repressão”¹⁶³ – grifos nossos –.

Acima é possível ler um relato de Rose Marie Muraro, uma das pioneiras do feminismo brasileiro em sua segunda onda e autora do famoso livro *A Mulher na Construção do Futuro*. Na sua exposição, Rose conta-nos um dos marcos fundantes do Feminismo de Segunda onda em sua observação como agente da história: o Encontro do *Conselho Nacional de Mulheres*¹⁶⁴, organizado por Romi Medeiros da Fonseca e realizado em outubro de 1972, no Rio de Janeiro. Romi era famosa advogada e jurista e tinha facilidade de acesso aos políticos direitistas da Ditadura brasileira. Durante a organização do encontro, a advogada foi chamada ao DOPS cerca de oito vezes e escutou a seguinte frase: “a senhora é uma pessoa distinta, mas anda muito mal

¹⁶³ GOLDBERG, 1987, p.89.

¹⁶⁴ Uma entidade “reconhecidamente conservadora e com laços de proximidade com o regime” ditatorial, cf. PEDRO; WOLFF, 2010, p.177-178

acompanhada”. O mau acompanhamento de Romi poderia ser observado através dos nomes da própria Rose Marie, de Heleieth Saffioti e Carmem da Silva¹⁶⁵; todas “fichadas” pelo SNI.

O encontro de 1972 já tinha caráter feminista e parece delimitar melhor o feminismo de segunda onda brasileiro, sem identificar uma data e um evento marcado pelo endosso do primeiro mundo, através da ONU. Diferentes estudiosas já apontam o evento como marco inicial do feminismo de segunda onda nacional, caso de Anette Goldberg¹⁶⁶, Joana Pedro¹⁶⁷ e Céli Pinto¹⁶⁸. Esta última especifica que o evento de 1972 já se diferencia do “feminismo bem-comportado” da primeira onda e inaugura o “feminismo malcomportado”, aquele que começa a “enfrentar questões consideradas tabus”. Além do evento público, o ano de 1972 marca o início das reuniões privadas de mulheres da classe média para debater livros feministas estrangeiras, como as obras *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e *A Mística Feminina* de Betty Friedan¹⁶⁹. Outro marco fundante do feminismo nacional de segunda onda e que também era discutido nesses debates de mulheres “foi o trabalho de Heleieth Saffioti, *Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade*, apresentado em 1967, como tese de doutorado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo [e] publicado em 1969”¹⁷⁰.

O ano de 1972 é marcado por dois eventos de naturezas completamente diversas que dizem muito da história e das contradições do feminismo no Brasil: o primeiro deles foi o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros. O segundo foram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil¹⁷¹.

Sobre os grupos privados de estudo, devemos considerar a existência dos seguintes:

No Rio de Janeiro, havia o grupo ligado a Branca Moreira Alves, constituído por profissionais liberais que posteriormente se constituiria no Grupo Ceres, e outro constituído por estudantes de graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica-PUC. Em São Paulo existia um grupo criado por Maria Malta Campos constituído basicamente por intelectuais. Simultaneamente também é criado em São Paulo o grupo integrado pela crítica literária Walnice Nogueira Galvão, juntamente com a socióloga Célia Sampaio, a antropóloga Betty Mindlin, a historiadora Maria Odila Silva Dias. Posteriormente esses dois grupos se unem. Outros grupos surgem também em várias outras cidades do país. Geralmente eram mulheres articuladas a partir da experiência do feminismo internacional de uma delas.¹⁷²

¹⁶⁵ PEDRO, 2006, p.257-258

¹⁶⁶ GOLDBERG, 1987, p.45-90.

¹⁶⁷ PEDRO, 2006, p.257-258.

¹⁶⁸ PINTO, 2003, p.41-55.

¹⁶⁹ A edição brasileira do livro *A Mística Feminina* só foi possível graças ao conhecimento e intermédio de Rose Marie Muraro, cf. PEDRO, 2006, p.257.

¹⁷⁰ TAMIÃO, 2009, p.22.

¹⁷¹ PINTO, 2003, p.46.

¹⁷² PEDRO, WOLFF, 2010, p.177-178.

Esses grupos tinham como representação, mulheres intelectuais e de classe média em geral que tinham vasto contato com o exterior. Muitas delas tinham saído para estudar fora do Brasil e foi através desses intercâmbios que conheciam e traziam obras de feministas internacionais para debater no Brasil. Diante de vasto exemplo, cabe considerar o ano de 1975 não como marco fundador do feminismo de segunda onda brasileira. Antes disso, o *Ano Internacional da Mulher*, assim como contexto de liberalização política do país, iniciado em 1974, foram catalizadores de um movimento que já existia nacionalmente. Sobre a confluência de fatos que gerou o *boom* do movimento feminista, a partir de 1975, devemos considerar que:

Esse é um momento de avanço da resistência ao regime militar, fortalecida pela ampla vitória da oposição (concentrada no Movimento Democrático Brasileiro- MDB) nas eleições parlamentares de 1974 e na crise econômica. Nos anos seguintes, os movimentos sociais de resistência ao regime militar seguiram ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, a exemplo dos negros e dos homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas a associações de moradores e clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches, trabalho doméstico e sexualidade. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assumiu novas bandeiras como os direitos reprodutivos, a sexualidade e o combate à violência contra a mulher. Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização.¹⁷³

Desta forma, aglutinado aos outros movimentos por direitos, cresceu o feminismo da segunda onda brasileira. Além da aproximação com os outros movimentos identitários, houve uma obliteração temporária das divergências ideológicas, seja entre as vertentes feministas que lutavam no período, seja com os outros movimentos que juntaram forças nesse momento. Uma das grandes instituições que auxiliaram essas aproximações e resguardaram os grupos que lutavam por direitos perante uma ditadura sanguinária foi a Igreja Católica, especialmente na figura de clérigos ligados à teologia da libertação. A aproximação entre as mulheres politizadas da época e a igreja católica fez a questão da sexualidade ser profundamente refreada. A pauta da sexualidade também era malvista pela esquerda tradicional. Diante das divergências internas, de uma abertura política prometida, mas ainda a acontecer, e um aparelho estatal montado para esmorecer o inimigo subversivo, a decisão considerada mais prudente, e que de fato aconteceu, foi a de aproximação entre as lutas por direitos civis em suas pautas convergentes.

As lutas libertárias nacionais aconteciam em encontros, panfletagens, debates, passeatas, entre tantos outros métodos. Entre estes estava a divulgação das ideias dos grupos

¹⁷³ PEDRO, WOLFF, 2010, p.182

em boletins ou periódicos alternativos. A imprensa alternativa brasileira cresce nesse sentido e tem profunda ligação com os partidos políticos clandestinos. O *Movimento* recebe “antigos militantes da Polop, da Dissidência e da Ala Vermelha”, além de “remanescentes do Colina, da ALN, ex-membros da AP que rejeitaram a fusão com o PCdoB e alguns intelectuais do PC”¹⁷⁴. O *Em Tempo* era o local de trabalho e encontro entre os jovens que fundaram em 1979 a *Democracia Socialista* (DS), com ligação à IV Internacional. O *Opinião* teve, em maior parte de sua história, uma ligação direta e secreta entre o editor-chefe e o comitê central da *Ação Popular* (AP)¹⁷⁵. Dentro do *Amanhã* estavam a Polop, a Ala Vermelha (dissidência estudantil do PCdoB) e alguns jornalistas trotskistas¹⁷⁶. O *Brasil Mulher*, através da nova diretoria eleita para a *Sociedade Brasil Mulher* em 1977, teve, a partir da sétima edição, uma ligação direta com o PCdoB¹⁷⁷. Assim, a imprensa alternativa tornou-se palco principal da luta emancipatória e de esquerda no Brasil, contra a Ditadura, seja para os militantes independentes, seja para os partidários. Não havia de ser diferente para as feministas, para essas:

[...]o uso da imprensa como forma de propagação das ideias feministas foi fundamental para que um número maior de mulheres tivesse acesso a outras formas de textos que não somente os livros. Os jornais, de modo geral, debatiam a situação feminina, política e social do país, considerando as lutas por creches, a luta contra a carestia, os direitos trabalhistas, a questão da contracepção, e a denúncia da violência doméstica, como suas principais pautas. A essência da escrita é outra: é denunciar, contestar, debater. Questionar e debater o cotidiano, as estruturas sociais, é esse o sentido político desses jornais[...]. Este é o sentido da imprensa alternativa feminista: promover o debate amplo, rompendo com a limitação da liberdade de expressão, inserindo, como forma de problemática social, o debate feminista juntamente com as denúncias de gênero¹⁷⁸.

Desse modo os periódicos feministas surgiram. Havia uma dupla missão em suas linhas editoriais: a primeira envolveria os assuntos ligados aos direitos femininos; a segunda envolvia a luta por mais liberdade diante da Ditadura. Assim, essa pioneira imprensa evitou, em seus primeiros números, abordar temáticas divergentes dentro da esquerda. Na perspectiva dos jornais feministas podemos apontar como pioneiros na história brasileira o *Nosotras* (1974) e o *Brasil Mulher* (1975). Diante de sua ligação ao MR-8, da prisão política de seu pai historiador e comunista Caio Prado Júnior e da prisão e morte do seu amigo Rubens Paiva, Danda Prado decide autoexilar-se em Paris. Na metrópole Danda funda em 1972 o *Grupo Latino-Americano de Mulheres* e esse passa a editar em 1974 o *Nosotras*. Em entrevista à Cardoso a feminista diz

¹⁷⁴ KUCINSKI, 2001, p.190.

¹⁷⁵ O periódico chegou a ter seu projeto submetido dentro do comitê central da AP.

¹⁷⁶ Para mais detalhes consultar KUCINSKI, 2001.

¹⁷⁷ CARDOSO, 2004, p.93-94.

¹⁷⁸ TAMIÃO, 2009, p.40.

Eu e a Lúcia Tosi rodávamos o *Nosotras* em mimeógrafo. Tinha até partes escritas à mão, por falta de verba; o dinheiro investido vinha do bolso das participantes e das assinantes. A distribuição era feita por uma prima minha. Nos mandávamos para ela, e depois ela enviava para as assinantes no Brasil, via correio. A gente tinha medo da ditadura, por isso eu mandava pilhas de correspondência para ela como trabalho de teses ou coisa assim[...]. A diretora da publicação era a francesa Nathalie Stern, porque se tivéssemos problemas no Brasil ela não poderia ser presa, ela nem entendia português. Minha prima morava em Campinas [SP], numa fazenda. Ela embrulhava cada jornal em um envelope e mandava; essa é grande vitória dela. A lista de assinantes nós fornecíamos.¹⁷⁹

Enquanto o *Nosotras* tornou-se pioneiro vindo do exterior, o *Brasil Mulher* foi o primeiro periódico feminista editado e difundido do Brasil, especificamente de Londrina (PR), por Joana Lopes e Therezinha Zerbini. A partir desses, diversos periódicos feministas passaram a difundir suas ideias, desde a Ditadura de 1964 até os dias atuais. Segundo Elizabeth Cardoso tivemos um número de 75 periódicos feministas, sendo eles divididos em duas gerações, conforme detalhamento em tabela abaixo:

Tabela 1: Principais características da primeira e segunda geração da imprensa feminista e suas diferenças		
Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cíveis, maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Fonte: Dissertação *Imprensa feminista brasileira pós-1974* escrita por Elizabeth Cardoso¹⁸⁰

¹⁷⁹ CARDOSO, 2004, p.79-80.

¹⁸⁰ CARDOSO, 2004, p.68.

Antes mesmo do surgimento de uma imprensa especificadamente feminista, os alternativos já abriam espaço para o debate de gênero. Um dos maiores alternativos, o *Opinião*, deu voz, ainda em janeiro de 1973, a cineasta Norma Bahia Pontes e a poetisa Rita Moreira, para que elas pudessem criticar o patriarcalismo e a aliança da imprensa nacional com esta estrutura social. O debate feminista continuou ao longo do ano, com publicações de Branca Moreira Alves e artigos discutindo os caminhos nacionais para o movimento feminista e em defesa aberta ao aborto¹⁸¹. O espaço em alternativos como o *Opinião* ou a *Crítica* estava aberto e ampliando as vozes feministas, não tardou para as mulheres observarem a necessidade de criar sua própria imprensa.

Mesmo com receio do aparelho informacional e de segurança da Ditadura as feministas iniciaram seus trabalhos na imprensa. Como demonstramos nesta parte do capítulo, Rose Marie Muraro tinha receio em ser “fichada no SNI” e, diante do “monstro”, Danda Prado preferiu editar seu jornal no exterior, com diretora francesa, enviando o periódico ao Brasil sempre envolto em papelada diversa. Existia uma coragem entre essas pioneiras frente a uma Ditadura ferrenha diante daqueles que discordavam do modelo militarista, cristão, patriarcal e capitalista de seu regime. Por mais que a censura prévia à imprensa tenha acabado em 1975, as investigações do SISNI e a atuação do SISSEGIN continuaram focalizando a imprensa brasileira, especialmente a alternativa.

Nesse pano de fundo social os periódicos feministas floresceram, a abertura estava recentemente posta pelo governo, mas não estava clara pros militantes políticos que viram no início da década de 1970 um governo endurecido e que continuavam a observar o autoritarismo diante deles. Assim, fica fácil compreender a posição inicial das feministas na primeira geração de seus periódicos, em focalizar questões gerais de interesse de toda sociedade e que tivessem consenso entre a esquerda brasileira. Foi nesse momento em que surgiram o *Brasil Mulher* (1975), o *Nós Mulheres* (1976) e o *Correio da Mulher* (1980). A tensão entre as pautas feministas e a dos partidos é notória, pois:

[...]para as lideranças partidárias, eminentemente masculinas, as pautas feministas colocavam questões como a possibilidade de desvio de luta geral para questões específicas, o medo da perda de apoio por parte da Igreja Católica e da classe operária a partir da discussão sobre o aborto e sobre a violência doméstica, respectivamente, além do próprio questionamento das estruturas partidárias marcadas pela hierarquia de gêneros e baixa participação feminina. Para as mulheres, coloca-se a questão da possibilidade ou não de exercer a militância feminista dentro dos partidos.¹⁸²

¹⁸¹ GOLDBERG, 1987, p.77-81.

¹⁸² DUARTE, 2019, p.6.

Desse modo, a preocupação partidária em relação às feministas fundamentar-se-ia em relação a possibilidade de um desvio da luta “principal”, contra a Ditadura de 1964, mas também sobre a radicalidade dos questionamentos de gênero que atingiriam as próprias estruturas partidárias e de aliados, como a Igreja Católica. Coube ao movimento feminista independente, nesse primeiro momento, ceder. A pauta de gênero colocada em segundo plano e arrefecida de sua radicalidade, em nome da “luta geral” pela abertura política e fim da Ditadura, foi escolha das próprias feministas. Esse posicionamento foi reforçado pelo elo em comum entre os partidos políticos de esquerda, as feministas partidárias destes e as feministas independentes: a luta por creches: “reivindicar creches era, naquele momento, uma palavra de ordem consensual”.¹⁸³

Esse “armistício” das feministas mais radicais, desde cedo, demonstra fragilidade e gera tensionamento entre os grupos e a própria imprensa feminista. Algumas das feministas, acabam pendendo as suas filiações partidárias e mantendo-se na imprensa através da lógica da primeira geração dos periódicos feministas. Outras, a partir da década de 1980, fundam um novo jeito de se portar como feminista no Brasil: nasce a segunda geração de periódicos feministas, que não deixaram de discutir questões político-institucionais, como o processo de abertura, as eleições diretas e a constituinte; mas que também focalizaram, sem medo, os tabus em relação as questões específicas das mulheres – sua sexualidade, seu corpo, o direito ao aborto, sua participação na política, a violência que sofria diariamente, etc.

Naturalmente as pautas feministas foram se impondo e desagradando a esquerda mais tradicional. Entre 1980 e 1981, estourou no país uma série de feminicídios de repercussão nacional, como o da cantora Eliane de Grammont, da empresária Eloísa Ballesteros Stancioli, ou ainda o julgamento do feminicídio causado por Doca Street à sua companheira, Ângela Diniz, entre 1979 e 1981. Além do horror do assassinato, os feminicídios tiravam a humanidade das mulheres, visto a justificativa legal de uma suposta “legítima defesa da honra”, costumeiramente utilizada nos tribunais pelos assassinos. Era latente a luta pela defesa da vida das mulheres e, nesse sentindo, surge o grupo *SOS-Mulher* em diversas praças do Brasil, como São Paulo, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro¹⁸⁴. Esse grupo visava respaldar mulheres ameaçadas com abrigo, ajuda jurídica e financeira, além de propor seus jornais informativos.

A luta dentro dessa pauta e da sexualidade não agradava a esquerda mais tradicional, ligada a luta de classes. Para esses grupos “a luta era uma só, ‘não há violência contra a mulher, mas sim contra o homem e a mulher da classe operária’”. O alternativo gay *Lampião de Esquina*

¹⁸³ CARDOSO, 2004, p.56.

¹⁸⁴ Para mais detalhes do grupo e dos casos de feminicídio indicamos a leitura de MEDEIROS, 2011.

indicava que a visão do grupo de extrema-esquerda MR-8 sobre o grupo *SOS-Mulher* era negativa, visto que o SOS “transforma violência na família em caso de polícia e faz o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher”. O mesmo grupo, criticando as lutas identitárias e sexuais no *III Congresso da Mulher Paulista* afirmava “de um lado as lésbicas, do outro o povo brasileiro”.¹⁸⁵ Aliás, esse evento é fundamental para entender a insurgência da segunda geração de periódicos feministas.

Dois acontecimentos históricos catalisaram e simbolizaram a mudança de postura da imprensa feminista como consequência de rupturas internas do movimento feminista: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados respectivamente em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo. Esses dois eventos foram palco da ruptura do movimento feminista com os partidos de esquerda e com as questões de classe. E inauguraram uma nova fase no movimento feminista, em que prevaleceram o conceito de gênero, a abertura de entidades feministas autônomas e o aprofundamento dos temas específicos da mulher. O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação gigantesca era momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe. [Durante o congresso] lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento¹⁸⁶.

O tumultuado congresso demonstrou que a antiga aliança feminista com partidos de esquerda já estava débil e o *III Congresso da Mulher Paulista* reforçou a divergência entre os grupos, demonstrando a impossibilidade de conciliação entre as visões dos antigos aliados. Nesse encontro, além das críticas às lésbicas no congresso e a luta do SOS-Mulher, houve um boicote direto do PCdoB que “convocou um outro Congresso na mesma data (7 e 8 de março, de 1981) para tentar esvaziar o evento feminista e pressionar a dupla militância a se posicionar ao lado do partido”¹⁸⁷. Dentro da imprensa feminista aqui relatada, cabe destacar os três principais periódicos feministas o, já citado, *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio*. Os dois primeiros ligados à primeira geração dos periódicos feministas brasileiros e, o último, com ligação à segunda geração.

O *Brasil Mulher* tem sua origem datada do ano de 1975, no encontro entre Joana Lopes, diretora do *Brasil Mulher* até a sua sétima edição, e Therezinha Zerbini, líder do *Movimento*

¹⁸⁵ PEDRO, WOLFF, 2010, p.185-186

¹⁸⁶ CARDOSO, 2004, p.69-70.

¹⁸⁷ CARDOSO, 2004, p.71.

Feminino pela Anistia (MFPA). Apesar da divergência, as duas topam unir-se para publicar um jornal feito por mulheres para as mulheres. Todavia, há uma diferença ideológica entre as duas e Zerbini decide sair da *Sociedade Brasil Mulher*, já na segunda edição do periódico, fundando o *Maria Quitéria*. Zerbini, descontente da linha editorial inicial do *Brasil Mulher* – muito ligado a questões “feministas” – decide criar o periódico *Maria Quitéria*, como difusor das ideias do MFPA. Reivindicando a posicionalidade não-feminista – o que cabe uma discussão própria –, o jornal trazia a mulher ao centro do debate público, assumindo participação política e lutando basicamente pelo processo de anistia. Diante dessa Therezinha e seu MFPA órgãos informacionais da Ditadura viam um evidente comunismo.

Por vezes buscaram caracterizá-lo como braço político de entidades de esquerda, algumas delas até sem registro e em articulações pouco prováveis ou grotescas. Num dossiê elaborado pelo *Centro de Informações do Exército* (CIE) com data de agosto de 1978, concluiu-se que o Movimento era relacionado ao Partido Comunista Brasileiro por apresentar “uma atuação em perfeita consonância com as diretrizes emanadas do PCB”. A apresentação do mesmo documento, no entanto, diz que o MFPA é “[...]tutelado pelo Comitê de Defesa dos Prisioneiros Subversivos, recebendo contribuição das entidades Anistia Internacional e Tribunal Bertrand Russel, organismos de frente do MCI”. A utilização de tutela como forma de definir a ação política do MFPA faz pensar sobre a não aceitação por parte dos órgãos de informação e repressão da existência de um movimento desenvolvido de forma independente por mulheres naquele momento. As tentativas de proteção, portanto, se tornam compreensíveis a partir dessa busca constante pelos órgãos de repressão de responsáveis sobre aquela ação¹⁸⁸

Advogada, mulher católica e de classe média, Zerbini fora atingida pelo regime ditatorial, logo em seu princípio: seu marido, um general legalista, acabou reformado e tendo seus direitos políticos cassados; já ela ficou presa por cerca de oito meses. As acusações eram infundadas, nem ela e nem o marido tinham inclinações comunistas, havia ali uma mulher com motivação e vontade política específica e bem clara. Ademais, para Zerbini não havia motivos para discutir os problemas da mulher e seu jornal deveria focar no debate sobre a anistia e assuntos gerais do país. A advogada, ao longo de toda sua trajetória política sempre negou qualquer proximidade sua com o feminismo e o comunismo de modo veemente. Já Joana Lopes, por mais que estive inserida num contexto de evitar assuntos tabus, queria debater os problemas da mulher em seu *Brasil Mulher*.

Brasil Mulher tem como estruturas fixas: Editorial, Anistia, Emancipação, Os Fatos Estão Aí, Educação no Brasil, Trabalho, Direito, Rosa dos Ventos, ‘Arte e Comunicação’ e ‘Brasil Correio’. Uma característica marcante e peculiar do Brasil Mulher são as capas, às vezes com olhar de denúncia social e política, outras com imagens de mulheres em seu cotidiano. Essa estrutura se mantém fixa até o número seis, com pequenas variações¹⁸⁹

¹⁸⁸ PEDRO, WOLFF, 2011 p.248

¹⁸⁹ TAMIÃO, 2009, p.29.

A estruturação e os conteúdos presentes no *Brasil Mulher* indicam sua fuga dos assuntos tabus, ligados à sexualidade feminina, posicionando-o na primeira geração de periódicos feministas. A posição de Joana Lopes era central no jornal: era em sua casa, na cidade de Londrina (PR) que ficava sediado o jornal e a *Sociedade Brasil Mulher*. Por sua atuação nesse jornal e na *Folha de Londrina*, Joana acaba sendo detida seis vezes e tendo uma longa ficha dentro do SNI. Visando sua segurança e de sua família, além de maior qualificação do periódico, Joana decide transferir a sede do jornal para a redação paulista. Em entrevista à Elizabeth Cardoso, López detalha essa mudança do jornal para a capital paulista e sua mudança para o local, logo na sequência:

O jornal muda para melhor com a ida para São Paulo. A mudança dá força para a Sociedade, que passa a ter mais participação, as mulheres se apossam mais. Os textos ficam mais consistentes, mais debatidos internamente antes da publicação, o jornal ganha força editorial. Ele sai da sua pré-história. Depois, fui demitida da Folha de Londrina e por motivos de segurança tive que deixar o Paraná. Fui expulsa da cidade pelo Exército e tive que sair do Paraná, do dia para a noite, com dois filhos, e fui morar na redação paulista do Brasil-Mulher.”¹⁹⁰

O *Brasil Mulher*, entre os três maiores jornais feministas aqui apontados, foi o palco das maiores disputas políticas e teóricas. Das suas 16 edições, podemos afirmar que houve dois momentos teóricos no jornal. O primeiro abarcava as 7 edições iniciais e buscava conciliar as questões das mulheres com a luta ampla contra a ditadura. Essa linha editorial passa a ser disputada, visto que o jornal funcionava como uma associação, com diretoria eleita democraticamente. O maior momento de tensão ocorreu entre as edições 7 e 8, onde o periódico passou sofrer pressões de movimentos que pensavam em questões globais, antes de objetivar as questões de gênero, caso da AP (Ação Popular marxista-leninista) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

Nesse período o jornal chegou a ficar seis meses sem circular. Já o segundo momento do jornal da maior ênfase nas questões de classe e nas lutas partidárias focos do PCdoB, trazendo em sua linha editorial, mulheres como “Madá Barros, Rosalina Santa Cruz, Rosa Guillon, Amelinha de Almeida Telles, Ângela Borba e Iara Prado. Todas representantes de organizações/partidos políticos de esquerda: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Movimento Revolucionário – 8 de Outubro (MR-8) e Ação Popular (AP)”¹⁹¹.

Rosalina Leite destaca que os dois jornais (*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*) se assemelhavam em sua orientação política, tentando conciliar as lutas gerais e as

¹⁹⁰ CARDOSO, 2004, p.88.

¹⁹¹ TAMIÃO, 2009, p.24-32.

específicas que marcaram a trajetória do feminismo como um movimento social que se consolidou em um período de crise política. Durante o tempo de sua existência, os dois jornais reafirmam constantemente sua identidade feminista, porém o fazem geralmente na defensiva, argumentando que o feminismo não separa a luta pela emancipação das mulheres da luta pela emancipação humana, que a luta das mulheres não é contra os homens, mas a favor de novas relações igualitárias, etc.¹⁹²

Dentro da mesma geração, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* tinham linhas editoriais semelhantes. Chegaram a publicar, em abril de 1977, uma edição extra em conjunto para comemorar o dia Internacional da Mulher¹⁹³. Outrossim, o *Nós Mulheres* pautou uma reunião entre as mulheres que produziam o jornal para discutir uma possível união com o *Brasil Mulher*. A principal opositora a união foi a própria Joana Lopes que alegou que a dinâmica redacional do *Brasil Mulher* já era bem fixada, “elas já tinham o hábito de trabalharem juntas, eram jornalistas profissionais, com um projeto definido. Ademais, não passavam de quatro ou cinco pessoas que ficariam meio perdidas na dinâmica anárquica da massa de mulheres que circulava pelo *Nós Mulheres*”¹⁹⁴.

Maria Lygia Quartim de Moraes, colaboradora do *Nós Mulheres*, revela que seu periódico tinha uma política organizacional anárquica. Feito por uma “massa de mulheres”, o jornal tinha um corpo editorial grande e diversificado: “em termos socioeconômicos, tínhamos as filhas de famílias ricas, as casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia”. Entre essas, havia militantes do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), da *Vanguarda Popular Revolucionária* (VRP) e da *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares* (VAR-PALMARES). Os preceitos marxistas eram comuns nos textos, todavia, aquele era um espaço sem grandes ordenamentos dogmáticos, sem um centralismo que guiasse essas mulheres. Não havia assim uma “cooptação” partidária: o contínuo e longo debate, com possíveis redebates, marcavam a organização dos artigos do periódico. Nesse periódico, “reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais. Nesta direção (*este*), não se distingue muito dos outros órgãos de imprensa de oposição dedicados a mulher, como o *Brasil Mulher*”¹⁹⁵.

[... O] mais duradouro e o mais feminista dos jornais feministas, *Mulherio*, nasceu já no final do ciclo alternativo, em 1981, e continuava a existir em janeiro de 1990, quase dez anos depois. Foi editado por Adélia Borges, que havia trabalhado em Movimento e posta na lista negra das grandes empresas jornalísticas, depois de participar da greve dos jornalistas de 1979, como dirigente sindical. Contava com o suporte material da Fundação Carlos Chagas, fugindo, portanto, do modelo organizativo da imprensa alternativa dos anos de 1970, apesar de semelhanças em conteúdo, postura e padrão

¹⁹² PEDRO, WOLFF, 2011, p.343-344.

¹⁹³ CARDOSO, 2004, p.94.

¹⁹⁴ TAMIÃO, 2009, p.33.

¹⁹⁵ TAMIÃO, 2009, p.34.

editorial. Ao contrário de seus antecessores, *Mulherio* ‘não é porta-voz de nenhum grupo feminista ou instituição de pesquisa em particular’¹⁹⁶

O terceiro e último grande alternativo feminista que propusemos nesse capítulo é o *Mulherio*, que já se encontra na segunda geração dos periódicos feministas e fala, abertamente, das questões sexuais e outros temas tabus, mais específicos das mulheres. Acima, o trecho que lembra do “mais feminista dos jornais feministas”, o *Mulherio*, é escrito pelo Profº Drº Bernardo Kucinski, em sua pioneira tese sobre a imprensa alternativa, defendida em 1991 e reeditada, revista, atualizada e lançada pela Editora da *Universidade de São Paulo* (USP) em 2001. Além do pioneirismo na tese, Kucinski foi sujeito da história aqui contada: Kucinski teve sua irmã, Ana Rosa Kucinski, presa e morta pela Ditadura Militar de 1964; além disso, teve participação direta na imprensa da época, com reportagens publicadas na *Veja* denunciando a tortura governamental brasileira, além de ter participação nos alternativos *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*.

Cabe ressaltar o pioneirismo e importância do autor antes de discordar do trecho em que ele aponta “semelhanças em conteúdo, postura e padrão editorial” do *Mulherio* com os outros alternativos da imprensa feminista. Diante do vasto trabalho que catalogou uma imensa imprensa alternativa em todo o Brasil, Kucinski não percebeu que o fato do periódico ser o “mais feminista dos feministas” colocava-o em uma posição editorial diferente dos feministas originais. O próprio autor, ao orientar a dissertação de Elizabeth Cardoso, que criou a divisão geracional dos periódicos feministas, deve ter notado a singularidade do *Mulherio* entre esses alternativos feministas.

Também se torna necessário retificar que o jornal já não funcionava mais na década de 1990. O *Mulherio* irá ter 40 capas, debutando através de uma edição zero destinada aos meses de março/abril de 1981 e concluindo sua história na edição de número 39, datada de abril/maio de 1988. Publicado ao longo de todos esses anos, o *Mulherio* tornou-se o mais longo dos alternativos feministas e saiu do mercado editorial depois que perdeu o patrocínio da *Fundação Ford*. Inês Castilho, jornalista responsável pelo periódico nessa sua fase final, ainda tentou publicar, junto da mesma equipe, o periódico *Nexo: feminismo, informação e cultura* que terá apenas duas edições datadas de junho e julho de 1988, respectivamente.

Fundado após a lei de Anistia e a adoção do pluripartidarismo, ambos em 1979, o *Mulherio* nasce em um momento histórica de mais abertura, onde a necessidade de união plena

¹⁹⁶ KUCINSKI, 2001, p.72.

entre a esquerda não era mais posta: a relação com o MDB e com a igreja católica ainda existia, mas não era mais tão próxima e estas últimas não eram mais a única salvaguarda da esquerda dentro da institucionalidade. Esse momento político, o financiamento e apoio da *Fundação Carlos Chagas* e da *Fundação Ford* facilitam a autonomia requerida e posta em prática pelo *Mulherio*. Com uma equipe mais profissional, o periódico foge da linguagem dogmática de seus antecessores e passa a divulgar artigos refletindo sobre a sexualidade, o corpo e as emoções femininas, sem deixar de falar das questões referentes à política institucional, como questões ligadas a abertura democrática e as Diretas já. Abaixo, Juliana Tamião resgata o modo que o periódico debatia o corpo feminino, através de uma reportagem de Mariza Correa, publicada no *Mulherio* de número 1.

A proposta do *Mulherio* foi, através do debate sobre o corpo, desmistificar antigas concepções sobre o corpo e a sexualidade feminina.

“Sou noiva, 25 anos, e adiei a data do casamento. Tudo porque tenho o clitóris muito desenvolvido. Ele é bastante saliente, e os lábios da vagina não o cobrem, por isso, gostaria de saber se existe alguma operação que acabe com esse problema?”

Capricho responde: *“Sim a operação para diminuir o tamanho do clitóris existe (,,) é uma cirurgia relativamente simples, com resultados satisfatórios e sem complicações (...)”.*

Mulherio responde: *Sim esta operação existe, ela foi inventada pelos médicos no século passado para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina que fossem considerados desviantes dos rígidos padrões de comportamento imposto as mulheres daquela época. (...) Ao descobrirem que o clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo feminino os médicos criaram no ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino. Masters Johnson, em suas pesquisas a respeito da sexualidade, mostraram que a remoção da extremidade do clitóris, que possui nervos ligados ao sistema nervoso geral do corpo, leva à perda da sensibilidade erótica da mulher e pode conduzir à frigidez nas relações sexuais. Quando as mulheres começam a discutir sobre seu corpo, a partir de suas próprias experiências, e não mais guiadas pelos manuais do médico ginecologista, a redescoberta do clitóris como fonte de prazer foi uma conquista importante. Outra foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher – como varia o volume dos seios ou a largura dos quadris. Assim, o que se costuma chamar de ‘crescimento exagerado do clitóris’ pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal¹⁹⁷*

Sob a liderança de Fúlvia Rosemberg, Adélia Borges e Inês Castilho e a participação de mulheres plurais, do ponto de vista ideológico, como Carmem Barroso, Carmem da Silva, Heleieth Saffaioti e Lélia Gonzalez, o feminismo do *Mulherio* inaugura uma nova etapa entre os periódicos feministas. Por vezes a linha editorial perpassa pelo feminismo de igualdade – visto nos alternativos feministas de antes – lutando por uma igualdade plena entre homens e mulheres. Todavia, o feminismo da diferença apareceu em variadas matérias no periódico, identificando diferenças de gênero que colocavam as mulheres como vítimas da violência

¹⁹⁷ TAMIÃO, 2009, p.113.

patriarcal, que identificavam as especificidades do *ser mulher* em relação à sua sexualidade e seu corpo. Além disso, essa vertente feminista também foi prioridade no jornal do ponto de vista da diferenciação das variadas mulheres de nossa sociedade: questões de classe, de raça e de orientação sexual foram comuns no periódico.

3.3 O SISNI ESPIA AS FEMINISTAS

A ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada, mas não foi estudada a fundo. Num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo do Aiatolá Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força da autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os outsiders, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar (proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres). Essas ações e sua programação têm pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação de um poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres. Eles podem nos dar ideias sobre os diversos tipos de relações de poder que se constroem na história moderna¹⁹⁸.

Diante do exposto até aqui, foi possível observar como o aparelho estatual ditatorial organizou-se em relação a algumas mulheres da nossa história: Therezinha Zerbini e seus *Maria Quitéria* e *Movimento Feminino pela Anistia* foram vistos como cooptados pelo comunismo e a agência da mulher foi ignorada; Romi Medeiros, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti resolveram organizar um dos primeiros encontros feministas de segunda onda no Brasil e como resultado a ‘ficha’ de todas no SNI ficou extensa e as idas à delegacia foram recorrentes; Danda Prado teve que se autoexilar; Joana Lopes chegou a enfrentar seis prisões antes de ser expulsa de Londrina pelo exército.

Retornando aos ensinamentos de Joan Scott, amplamente discutidos em nosso capítulo inicial, essa pesquisa reafirma o gênero como categoria principal de análise histórica, trazendo-o a temporalidade autoritária brasileira inaugurada em 1964. Conforme aponta a autora, a relação entre as ideias de gênero e os regimes autoritários ainda parece pouco explorada e, por vezes, é ignorada como um controle fora do regime: que, por si só, não teria significância suficiente para pensar o poder imediato e político desses governos. Todavia, essas definições de gênero são politicamente construídas e seus usos, em discursos e na realidade mais próxima,

¹⁹⁸ SCOTT, 2016, p.34-35.

auxiliam na própria construção dos regimes autoritários. Nesta contenda, diante da pouca exploração e aproximação entre os debates de gênero e autoritarismo governamental no Brasil, esse trabalho busca avançar: cientes de que o controle dos debates de gênero e do protagonismo feminino era objetivo basilar da Ditadura Militar brasileira de 1964, e estava integrado na ideia da Doutrina de Segurança Nacional, dentro da construção de uma sociedade militarista, patriarcal, capitalista, cristã e ocidental (valores inseparáveis, entre si). Não havia interesse do governo pelas pautas feministas de igualdade, ao contrário, a mulher poderia até trabalhar fora e ajudar na economia brasileira, mas para ela continuava legado o papel feminino de mãe, protetora dos lares: estava posta a dupla jornada de trabalho. O não-empenho do governo em relação às lutas feministas é evidente quando analisamos suas comunicações com a ONU em relação a Década da Mulher

É importante observar que embora o Brasil tenha comparecido com representação oficial à *Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher* realizada no México, em julho de 1975, o governo não considerou necessária a formulação em âmbito de Estado de uma política global visando implementar os objetivos fixados para a Década nas recomendações aprovadas pela Conferência. Como assinala Barroso¹⁹⁹, a baixa prioridade que a questão da mulher recebia na política nacional foi admitida nas respostas dadas pelo Governo brasileiro ao questionário da ONU sobre a implantação nacional do *Plano Mundial de Ação da Década da Mulher*, no período de 1975 a 1976, onde se afirmava que: ‘(...)as estratégias globais e os mecanismos de ação não têm sido considerados necessários, uma vez que a posição da mulher na sociedade brasileira vem evoluindo naturalmente, dentro do processo global de desenvolvimento. Com o processar do desenvolvimento econômico e o consequente desenvolvimento intelectual vão-se atenuando e diminuindo as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher na consideração das funções sociais. Esta é a evolução natural que derrubará os preconceitos existentes ainda em quase todo o mundo’.²⁰⁰

As não-medidas propostas pelo governo e o “natural” avanço da sociedade em direção à desigualdade de gênero, deixam claro a falta de interesse na pauta igualitária. Além da dupla jornada de trabalho, nessa resposta o governo ignora a violência doméstica, a violência estética, e toda repressão sexual que vivem as mulheres no Brasil. Ainda convém considerar que a comunicação pública do governo com um órgão institucional oficial era extremamente protocolar e nada propositiva, enquanto nos porões dos órgãos de informação e repressão, as respostas dadas as mulheres que atuavam no debate público brasileiro ou se posicionavam como feministas seguia outra lógica: eram silenciadas, presas, tinham sua vida devassada, etc. Sobre a política de conscientização feminina acerca de sua desigualdade, proposto pelas feministas, os órgãos informacionais eram taxativos:

¹⁹⁹ Carmem Barroso, uma das editoras do *Mulherio*. Citada através de sua obra: BARROSO, Carmem. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

²⁰⁰ GOLDBERG, 1987, p.96-97.

A conscientização das mulheres e o seu controle através de organizações específicas está dentro do quadro do período pré-revolucionário que consiste, como vimos, de:

- ‘uma intensa ação psicológica visando difundir a ideologia e criar um clima favorável ao Movimento’;
- ‘organização de uma infraestrutura que objetive o controle físico e espiritual da população’.

Não devemos esquecer que as mulheres compreendem 50% da população brasileira. Deve ser esperado um incremento das atividades do Movimento Feminino em 1980²⁰¹.

Ao ler o último excerto é interessante observar o modo como os movimentos de mulheres eram vistos e a literal aproximação que os militares faziam destes com o movimento comunista. Para os agentes de informação do regime, o movimento das mulheres era parte de uma grande conspiração comuno-contestatória de uma fase pré-revolucionária. Esse conluio unia não só os movimentos femininos e seus periódicos – por vezes, de fato, ligados a partidos comunistas e/ou de esquerda –, como também reunia grupos que, nem por resquício, deveriam ser considerados comunistas: como a *Rede Globo* e seu *TV Mulher* ou a *Folha de São Paulo*. Contra esse grande “plano pré-revolucionário” e o potencial “dano”/“ruptura” que ele poderia gerar na sociedade, as investigações sobre os movimentos feministas e as ideias de gênero propagadas nos meios de comunicação social foram intensificadas.

O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações políticas. A documentação produzida por órgãos de informação sobre esse tema, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, ainda é pouco explorada pela pesquisa histórica brasileira, mas traz importantes elementos para pensar tanto a própria dinâmica dos grupos espalhados por todo o território brasileiro como as representações construídas sobre a organização de mulheres pelos órgãos de repressão. A maior parte dos documentos analisados associa o feminismo ao que seriam organizações de fachada para a ação do movimento comunista, assim como aconteceu com o movimento ambientalista e o de direitos humanos surgidos no processo de abertura política. Essa construção, embora reducionista, revela aspectos da especificidade da luta das mulheres no Brasil, desde sempre envolta com os desafios da luta da esquerda contra a ditadura, pela democracia, e/ou contra o sistema capitalista, seja pela via revolucionária ou através de reformas sociais e econômicas.²⁰²

Além de simples paranoia ditatorial de alguns poucos agentes deslocados, as investigações contra essas mulheres aconteciam aos montes e era parte central da tática dos órgãos informacionais da Ditadura buscando zonear um país livre de ideologias adversas e comunizantes. É isso o que vem demonstrando a pioneira pesquisa de Ana Rita Fonteneles Duarte, acima citada, e o que buscamos reforçar até aqui e nos próximos capítulos dessa dissertação. Do ponto de vista do gênero, há farta pesquisa em relação às torturas ou a censura da moral e dos bons costumes, perpetradas pelo aparelho estatal informacional e repressor com

²⁰¹ Informação nº 253 S/102-A5/CIE, op. cit.

²⁰² DUARTE, 2019, p.15.

objetivo de controle e silenciamento dos modos simbólicos da gênero-dissidência. Todavia, essas pesquisas não entregam todas as formas de organização do aparelho estatal em relação ao gênero feminino.

As relações que aqui estudamos vão além: são estruturações da própria política pública do regime, em seu sentido de ser e existir. Há uma tendência historiográfica em pensar a atuação do aparelho informacional da Ditadura em relação aos periódicos que falavam dos assuntos das mulheres, através de uma ótica culturalista e uma ligação às questões morais – ignorando a politicidade disto e/ou sua centralidade em relação aos ideais do próprio regime. Parte disso é explicado pela natureza e organização das censuras na Ditadura Militar brasileira de 1964. Carlos Fico costuma apontar as estruturas organizacionais da censura e os organismos “legais” de sua sustentação para tipificá-las em dois tipos: a censura política e a censura às diversões públicas.

Segundo o autor, enquanto a censura política, ligada essencialmente ao SIGAB e aos órgãos informacionais do SISNI, focava sua atuação à imprensa; a “censura das chamadas ‘diversões públicas’²⁰³, isto é, teatro, cinema, espetáculos musicais e até mesmo circo”, objetivava a “defesa da moral e dos bons costumes”²⁰⁴. Todavia, na prática, a aplicação difusa da legislação para sustentar a censura à imprensa²⁰⁵ e a constante aparição de questões ditas “morais”²⁰⁶ nessa imprensa faz com que este trabalho não use completamente desta interpretação. Em nossa pesquisa, encontrou-se um gráfico das proibições determinadas aos periódicos atingidos pela censura prévia²⁰⁷, ainda em 1972. Esse demonstrou que estavam sendo observados, no âmbito da imprensa, não só temas ligados a política institucional – como as questões indígenas, da anistia ou da sucessão presidencial – como também questões ligadas ao uso de “tóxicos” e a “moral” e os “bons costumes”²⁰⁸. Sobre isso ainda podemos afirmar que:

Autores como Carlos Fico frisam a importância de distinguir entre esse tipo de censura e aquela realizada à imprensa, uma vez que a censura moral nunca deixou de existir no Brasil e durante a ditadura era legalizada, ao contrário da censura à imprensa que era “revolucionária”, destinada ao estado de sítio, embora tenha ocorrido durante todo

²⁰³ Essa censura cultural era organizada pela *Divisão de Censura de Diversões Públicas* (DCDP); enquanto as censuras políticas seriam responsabilidades do *Serviço de Informação ao Gabinete* (SIGAB), das *Divisões de Segurança e Informações* (DSI) – especialmente a ligada ao *Ministério da Justiça* – e demais órgãos do *Sistema Nacional de Informações* (SISNI).

²⁰⁴ DELGADO; FERREIRA, op. cit., p.191.

²⁰⁵ Apontada pelo próprio Carlos Fico, cf. DELGADO; FERREIRA, op. cit, p.188-189.

²⁰⁶ Que considerar-se-á nessa pesquisa, também, como censura política.

²⁰⁷ No documento eram expressamente expostos os periódicos: O pasquim; Tribuna da Imprensa; Notícia (AM); Política (RJ).

²⁰⁸ Ofício nº 002/73-SIGAB/DG. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-0296, 22 jan. 1973, p.3-4. Arquivo Nacional.

o regime, mesmo que de forma não assumida. [... *Aqui compreende-se*] as duas censuras como políticas, uma vez que a censura moral articula-se plenamente com preceitos da Doutrina de Segurança Nacional que embasou diversas ações do regime²⁰⁹.

Cabe considerar que analiticamente a divisão possa ter rendido muitos frutos, mas na realidade de nossa documentação, a bifurcação censória não é tão óbvia assim: e, ao estudar gênero, essa divisão empobrece a análise. A DSI do Ministério da Justiça vê, com o passar dos anos, um incremento de suas investigações. Pensando na política de cercamentos de gênero, há documentos que indicam uma atuação ambivalente do órgão: ora rememorando preceitos da moral e dos bons costumes; ora degradando a posicionalidade política e pública das mulheres gênero-dissidentes. Sendo todos os procedimentos investigatórios centrados em uma só base: a Doutrina de Segurança Nacional. Ainda é importante reiterar que os órgãos de informação do regime ditatorial são parte do processo de censura. Todavia, há uma diferenciação na atuação dos órgãos ao longo da temporalidade ditatorial.

O estudo de Beatriz Kushnir aponta que com a criação efetiva da Polícia Federal e da DSI do Ministério da Justiça – através do decreto n. 64.416/69 –, a concentração do poder investigativo e censório ficou fortemente centralizada no Ministério da Justiça, principalmente ao longo governo Médici. Mesmo quando fora transferido a execução das censuras de “diversões públicas” para o DCDP, este último ficou apenas “como um executor de ordens”²¹⁰. Em relação a censura prévia à imprensa, podemos afirmar que esta nunca ficou sob a responsabilidade do DCDP²¹¹, sendo o SIGAB este encarregado. Este órgão “esteve fora de qualquer organograma”²¹², sendo disposto entre o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Federal. Diante da não instituição oficial do órgão e das lacunas sobre sua organização, afirma-se que o SIGAB estava no “âmbito do ministério da Justiça, pois a polícia federal era diretamente subordinada à pasta”²¹³. A atuação do nebuloso órgão é por vezes relatado no trabalho de Kushnir através de bilhetinhos sobreviventes, bastante utilizados no período, e a memória daqueles trabalhadores que vivenciaram essa censura²¹⁴. Todavia, a vida útil do órgão é datada: em 1975 acaba a censura prévia à imprensa no Brasil e o órgão perde sentido em

²⁰⁹ DUARTE, 2014a, p.73.

²¹⁰ KUSHNIR, 2001, p.125-127.

²¹¹ Ibid., p.202. DOBERSTEIN, 2007, p.58.

²¹² KUSHNIR, op. cit., p.125.

²¹³ DOBERSTEIN, op. cit., p.59.

²¹⁴ Sobre isso, cabe considerar que documentos do SIGAB também aparecem em meio aos relatórios da DSI/MJ. Ademais, é necessário garantir que avançaremos na discussão sobre o organograma dos órgãos de censura e informações do governo, através da construção de um capítulo próprio: inserido anteriormente a este capítulo, em nossa dissertação final.

existir. E de Geisel até Figueiredo, a pressão política dos órgãos informacionais e do governo centra-se de vez no SNI através dos ilegais ataques da extrema-direita, dentro do próprio governo e através de milícias, conforme apontamos na primeira parte deste capítulo.

Cabe reiterar que esse trabalho compreende os órgãos de informação do regime ditatorial, tão citados e objeto principal de nossa análise, como admoestadores da livre circulação de ideias, pessoas e coletivos. Afinal o sistema, que cresceu vertiginosamente durante a distensão de Geisel e a abertura final de Figueiredo, agia através da “fiscalização sistemática e velada no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”.²¹⁵

Buscou-se nesta parte, demonstrar os sujeitos da nossa História: o aparelho informacional do SISNI e os periódicos alternativos e feministas. Além disso, reforçamos a centralidade da luta feminina e dos discursos de gênero na temporalidade estudada. Ficou evidente até aqui que o debate feminista já era comum nesse momento histórico e as fronteiras de gênero eram constantemente espaços de disputa dos sujeitos estudados. Ainda cabe pensar mais profundamente o porquê dos jogos retóricos e uso das questões de gênero entre os militares do meio informacional – reforçando a proximidade desta lógica com as ideias de Segurança Nacional –. Além das próprias mulheres aqui levantadas, a utilização dos locais de gênero transpassa a fala de muitos homens políticos da época, desde os ditadores e seus asseclas, até os opositores, como o Moreira Alves que inicia esse capítulo. Assim, pensar a utilização desses discursos e a prática desses agentes políticos é identificar a disputa nas fronteiras de gênero em relação aos papéis femininos nessa sociedade. Assim, buscar-se-á aprofundar essas questões nas partes seguintes desta dissertação: inicialmente identificando como as temáticas libertárias de gênero incomodavam e magnetizavam a atuação do aparelho estatal informacional; a posteriori observando como o SISNI focalizava sua atuação em relação aos periódicos feministas, especificadamente o *Mulherio*.

²¹⁵ DELGADO; FERREIRA, op. cit, p.190.

4 USOS DE GÊNERO E VIVÊNCIA FEMININA EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL

É praticamente impossível seguir a pista – extensa, complexa, labiríntica – da violência-nossa-de-cada-dia imposta à mulher. Mas, em grandes linhas, ela se inicia precisamente com os: ‘deixo-não deixo’; ‘quero-não quero’; ‘gosto-não gosto’; ‘concedo-nego’; ‘permito-proíbo’; ‘zelo-peloque-é-meu’. E por aí prossegue através dos: ‘isso não é coisa de mulher’; ‘proibida a entrada de mulheres desacompanhadas’; ‘inteligência feminina é voltada para o miúdo e o imediato, não fale do que não entende’; ‘candidatos exclusivamente do sexo masculino’; ‘lógica de mulher’; ‘ela é eficiente como homem’; ‘por sua própria natureza, mulher é emocional e instável’; ‘ela pensa com o coração e os ovários’; ‘fora do casamento e da maternidade mulher não se sente realizada’; ‘preferimos empregar mulheres porque rendem mais, pedem menos salário e não fazem reivindicações, mas em cargos de chefia não, porque os homens não admitem ser mandados por mulher’[...]; ‘não alugamos a mulheres sós para manter a moral do prédio’; ‘mulher dirigindo automóvel é aquela desgraça’; ‘devia ser proibido, as feministas são neuróticas e frustradas’; ‘ora meu bem não esquente sua cabecinha com problemas, deixe comigo que eu resolvo’; ‘mulher ambiciosa perde a feminilidade’; ‘mulher tem de ser delicada como uma flor’[...]; ‘e por que meu jantar não está pronto e onde estão minhas meias e falta botão na minha camisa e me traz um cafezinho e leva pra lá essas crianças que estão fazendo um barulhão dos diabos’. [...]E já que o estupro é inevitável, relaxe e goze. De preferência em cima do fogão, porque lugar de mulher é na cozinha²¹⁶.

O sufocante texto de Carmen da Silva, colunista do periódico feminista *Mulherio*, demonstra a permanente violência à qual mulheres estão sujeitas. Violências diversas, naturalizadas e cercamentárias, que tentam limitar as múltiplas possibilidades de ser/estar mulher em uma sociedade. Este excerto aparece anexado em relatório da DSI/MJ como ‘prova’ de que o *Mulherio* estaria propondo “assuntos de interesse da mulher” de “forma contestatória”²¹⁷. Essa informação evidencia o modo como as questões de gênero – aqui especificadamente do ponto de vista feminino – passam a ser vistas nos órgãos de informação da Ditadura de Segurança Nacional brasileira: a contestação das fronteiras traçadas pelo costume social e que são pretensamente aceitas como consenso passou a ser digno de investigação – evidenciar o caráter de disputa perante o processo de generificação, buscando implodir as fronteiras impostas às mulheres era parte do trabalho do *Mulherio* e demais periódicos que traziam as questões de gênero ao debate público; o meio informacional da Ditadura busca sufocar e delimitar melhor esse debate, através de sua visão de mundo.

Dentro dessa perspectiva, nesse capítulo, buscaremos evidenciar algumas das temáticas investigadas pelos órgãos de informacionais da Ditadura Militar de 1964, especialmente dentro dos relatórios presentes na DSI/MJ e em relação à imprensa escrita e alternativa. Assim, busca-

²¹⁶ SILVA, Carmen. Pequenos e grandes assassinatos. *Jornal Mulherio*, ano 1, n 2, julho/agosto 1981. In: Informação nº 272/04 DSI/MJ/219881. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-308, 14 ago. 1981, p.99. Arquivo Nacional.

²¹⁷ Informação nº 272/04 DSI/MJ/219881, **op. cit.**, p.87.

se evidenciar como o gênero era operado de modo central dentro dos órgãos de informação, não somente na perspectiva da “moral e dos bons costumes”, mas também do ponto de vista político/institucional. Para essa realização organizaremos o capítulo através da indicação de conteúdos investigativos do SISNI que aproximavam as pautas das mulheres ao movimento comunista e a contestação dos padrões sociais e do regime. Dentro desse recorte, ainda será possível observar como o aparelho informacional espiava temáticas acerca das liberdades e lutas feministas e a amoralidade disto perante aquela sociedade.

Logo este trabalho demonstrará os diversos cercamentos que são construídos e buscam enquadrar categoricamente as mulheres. Os enquadramentos sobre as formas de “ser mulher” perpassam as vivências femininas ao longo de suas vidas: em uma violência simbólica que, à conta gotas, restringe as liberdades das mulheres e que por vezes revela-se em violências diretas. Segundo Saffioti²¹⁸, a violência de gênero, em relação às mulheres, desenvolve-se a partir da “função patriarcal” que é desempenhada por homens²¹⁹ que “detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade pra punir o que se lhes apresenta como desvio”.

O escrito de Carmen deixa exposto o constructo histórico que delimita a noção de gênero, na perspectiva da própria mulher. Historicizar os papéis de gênero²²⁰, evidenciando as relações de poder que delimita-os é parte imperativa deste trabalho. Conforme evidenciamos no capítulo inicial dessa dissertação, a própria noção de gênero necessita de protagonismo nas pesquisas históricas tornando-se, ela própria, uma “categoria de análise”²²¹. Dentro do que propomos, ainda cabe localizar o debate em um espaço-tempo adequado à pesquisa histórica: aqui o Brasil ditatorial em momento de “distensão” (1975-1983). Em tempos de movimentos feministas²²² contestatórios aflorando em todo o cone-sul, é notória a ação do aparelho estatal ditatorial nas delimitações dos papéis de gênero. Neste sentido, a Ditadura trabalhava de modo múltiplo no sufocamento das múltiplas possibilidades de ser/estar mulher em uma sociedade. Entre

²¹⁸ SAFFIOTI, 2001, p.115.

²¹⁹ Ou até mulheres que, por diversos fatores, podem assumir o papel opressor deste em relação a outra mulher.

²²⁰ Este trabalho analisa, sobretudo, os papéis de gênero localizadas na fronteira feminina – cientes de sua correlação de poder com a masculina. Evitaremos aprofundamento numa discussão de gênero ligada a orientação sexual masculina – heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, etc.: entende-se com isso que há um aprofundamento necessário para estas questões. Todavia, aproximações necessárias, principalmente do ponto de vista documental, apareceram algumas vezes em nosso trabalho.

²²¹ SCOTT, 2016, p.12.

²²² Muitas mulheres, à época – e inclusive hoje –, não aceitavam o rótulo de feministas. O termo era constantemente atacado e caráter pejorativo diante do que se esperava de uma mulher naquela sociedade: ataques advindos da Ditadura, mas também de setores tradicionais da esquerda. Apesar de requererem o rótulo de femininas, essas mulheres, muitas vezes, exerceram um papel contestador e de feministas.

violências físicas e simbólicas, o aparelho estatal era construído visando desqualificar as subjetividades femininas dissidentes do padrão esperado: mulheres políticas, militantes, solteiras, lésbicas, entre outras, passaram a conviver com a constante desqualificação de seus caminhos de vida.

Isto posto, cabe observar que o aparelho estatal se organizava, em relação ao gênero, de duas formas, correlacionais: do ponto de vista físico, mais direto, dos órgãos de repressão, com as humilhações e torturas especificamente desenhadas pelo status de *ser mulher*; e na perspectiva simbólica, através dos órgãos de informação que agiam visando o silenciamento/sufocamento das cizânias possíveis e demandadas socialmente, em relação às mulheres. Não cabe aqui uma separação tácita desses contornos, eles nos servem apenas como meio analítico. Na prática, a tortura era guiada e também guiava os debates de gênero que eram sufocados pelo aparelho informacional: uma militante era presa por desobedecer ao seu local de gênero, o ambiente privado; assim como esse fato endossava as políticas de censura perante ideias que deslocavam a mulher desse mesmo cercamento²²³.

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu estás fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto[...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas[...]. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda.²²⁴

Me chamo Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Apelido Dorinha-Dora-Dorinha ou Doralice. Tenho 30 anos, nasci e me criei no Brasil, pra onde irei voltar, apesar de você[...]. Sou um boi marcado, uma velha terrorista[...]. Pisei no calcanhar do monstro, e ele virou sua pata sobre mim, cego e incontrollável. Fui uma das vítimas inumeráveis do machão crioulo, monstro verde-amarelo[...]. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro. A apologia da violência. A luta pelo poder absoluto. A destruição do outro, da antítese da sua alma negra. O sacrifício dos bebês. Onde já se viu jabuticaba de asa, meu filho? Eu tinha comido um besouro. Ele zumbia dentro de mim furioso, pra me lembrar de ser e de querer. Aceitar, resignar é bom, traz brisa fresca, café com leite de manhã, muita fartura. Aurora, lugar de mulher donzela é na barra do marido e lugar de puta safada é no puteiro, uai. Pra que é que nós estudamos aritmética no Exército? Pra saber que 2 mais 2 são 4 e que não existe pecado sem expiação. Moça donzela você não quis, puta safada também não quer. Minha querida, esse bicho não existe. Perdão, meu capitão, eu sou gente. Pra mais além do meu sexo²²⁵.

²²³ E como relata nosso capítulo acerca dos sujeitos de nossa história: o aparelho informacional também tem responsabilidade direta sobre casos de tortura.

²²⁴ BRASIL, 2014, p.400.

²²⁵ RAMOS; UCHÔA, 1976, p.317-318.

Acima lemos dois depoimentos de mulheres torturadas pelo aparelho de repressão da Ditadura Militar. Isabel Fávoro é a dona do primeiro depoimento. Torturada e induzida ao aborto pelo terror vivenciado nas dependências do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, a professora e ex-militante do VAR-Palmares evidencia, em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, como os papéis de gênero são evocados e delimitam o próprio processo de tortura. Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dorinha, é a dona do segundo depoimento. Torturada nas dependências do DOPS no Rio de Janeiro, teve que se exilar no Chile e fugir deste país, em direção à Alemanha, quando explode o golpe contra Allende. É na Alemanha que escreve, aos 30 anos, o depoimento acima. A destruição do outro, almejada pelo regime ditatorial, marca sua vida para sempre de modo sufocante. Não só com a tortura física sofrida e os xingamentos apontados, a desterritorialização apontada à Dora não a permite fixar morada em lugar algum: não bastava Brasil e Chile não serem mais possibilidade de vida para a jovem; na Alemanha estava padecendo processo judicial por entrada ilegal. Entre tantos problemas, acaba sendo internada em clínica psiquiátrica e não aguenta mais: pouco depois do depoimento, aos 31 anos, resolve pôr fim ao seu sofrimento ao atirar-se sobre o vagão de um trem em movimento, na cidade de Berlim.

Mulher decente. Puta. Ou ainda, moça donzela e puta safada. Os dois depoimentos evidenciam o caráter dicotômico que o gênero é construído no meio militar e que reverbera na própria sociedade da época. Sobre isso, Leonor Calvera, famosa feminista argentina, conta que em seu país – também uma Ditadura de Segurança Nacional – “nenhuma mulher queria ser confundida com as feministas, *‘guerrilleras, amargadas y de conducta lesbiana’*. Ser protagonista de sua própria história significava ser masculinizada, ou seja, tomar um lugar destinado aos homens”²²⁶. É explicitado assim, a relação das ideias desse constructo de gênero entre o meio militar e civil. Àquelas que não correspondem ao padrão de gênero disposto socialmente, logo pendem ao outro lado. Sem direito a nuances, individualidades, especificidades, essas mulheres tinham sua humanidade roubada. Era o céu ou o inferno e pior, sem direito a purgatório. Àquelas que demandavam novas identidades, o perigo era imenso: para Dorinha que não quis ser nem moça donzela, nem puta safada, foi lembrado que esse tipo de “bicho” não existia. Afinal de contas, o que ela seria? Uma inexistência? Na ausência de humanidade, a garota soçobrou.

²²⁶ PEDRO, WOLFF, 2011, p.63.

Nessa variedade de formas em que atuou o aparelho estatal de Segurança Nacional brasileiro de 1964, é notório na historiografia diversos estudos e depoimentos que demonstram a profunda violência da tortura e evidenciam como o gênero operou centralmente nesta²²⁷. Já os estudos históricos, na perspectiva simbólica dos entraves aos debates de gênero, realizados pelos órgãos de informação da Ditadura, ainda engatinham. O horror da tortura vem sendo melhor estudado, mas os locais de fronteiras sobre o *ser mulher* compartilhavam de ideias semelhantes e retroalimentavam ambas atuações dos aparelhos ditatoriais. Nos relatos de tortura era comum observar “referências explícitas” de que aquelas mulheres “havam se afastado de seus ‘lugares de esposa e mãe’ e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino”²²⁸. Na imprensa aqui investigada, relatos em convergência e em divergência a essas ideias também eram relatadas: e os casos de divergência acabavam ganhando espaço nos diversos relatórios de informação produzidos, anexados e/ou centralizados no SNI, através dos diversos órgãos do SISNI.

Assim, defendemos que é notório a atuação do aparelho estatal com o objetivo de sufocar ideias dissidentes dos padrões de gênero: e que essa ação não era simplesmente de ordem cultural, mas também política. Aliada a ideia da Doutrina de Segurança Nacional, o regime ditatorial via, nas divergências sobre os locais femininos, elocubrações comuno-contestatórias: é comum na documentação que segue a percepção militar de que o movimento comunista, após o fracasso das guerrilhas no Brasil, adotava estratégias psicossociais de conquista, visando derrubar o regime e seus valores cristãos. Entre esses valores estava o papel das mulheres naquela sociedade. Assim, “a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, partes do sentido do poder”²²⁹ dessa Ditadura, e derrubar a fixidade e consenso sobre o gênero socio-construído sob a ótica cristã/ocidental tornar-se-ia dolo de Segurança Nacional. Logo, defender a *doxa* social sobre os locais adequados às mulheres passava a ser parte da defesa do próprio regime.

Aí, o sindicato foi cercado por militares a cavalo, nós ficamos com muito medo de sair de lá dentro[...]. Nós recebemos um sermão. Ele [delegado] disse: “você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como você estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então você vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] É interessante ver em como você se coloca na tua condição de mulher e você

²²⁷ Do ponto de vista da tortura, as obras que demonstram as especificidades e horrores das sevícias em relação as mulheres são diversas. As fronteiras de gênero, inclusive, ceifavam a “virilidade masculina” esperada dos homens, aproximando seus corpos de corpos femininos e/ou homossexuais. Esse flagelo é profundamente documentado no volume I do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p.400-435) e em obras monográficas como em CONTREIRAS, 2018.

²²⁸ BRASIL, 2014, p.404.

²²⁹ SCOTT, 2016, p.37.

consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá. Aí foi perfeito: nos enquadrámos e pronto. E [é interessante ver] como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha²³⁰.

Como exposto, tocando nos desejos, nas possibilidades e subjetividades mais íntimas das mulheres os discursos propalados pelas figuras do regime e sociedade adstrita, reforçava os lugares de gênero naquela sociedade. Além de reforço, impedir a propagação das ideias gênero-dissidentes e subversivas sobre as posições femininas nessa sociedade, também era de fundamental importância ao regime. Essa era a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, aproxima-la às questões de gênero, sob o ponto de vista político é fundamental. Afinal a lógica militar era que sob

[...]princípios religiosos, familiares e patrióticos nos quais se baseia nossa civilização cristã. [...]os agentes comunistas utilizam todos os meios, desde a chantagem e a coação psicológica, até o uso de tóxicos e frequentemente do apelo sexual, pregando e praticando o amor livre[...]. O inimigo age principalmente no plano psicológico[...]. **Lutando contra toda ideia crítica, os militares têm a convicção de estarem destruindo o comunismo internacional**²³¹ - grifo nosso -.

Contudo, é notório que refletir sobre estes problemas, nesta sociedade, é tocar em feridas de longo tempo, muitas vezes ignoradas pelo saber científico e popular – quando não reforçados por estes – e que continuam a se perpetuar em nossa sociedade. As relações de poder no tocante ao gênero são calcadas essencialmente no que podemos definir como “estrutura patriarcal”, e esse poder atua de diversas formas em nossa sociedade. Continuando nosso enfoque no que consideramos “violência simbólica”, ponderamos que as políticas públicas podem atuar sobremaneira na desconstrução e/ou construção/reforço dessa estrutura patriarcal: à época estudada e na atualidade o conjunto de atos políticos institucionais, fatidicamente, vêm contribuindo mais para o segundo²³².

²³⁰ BRASIL, 2014, p.405.

²³¹ COMBLIN, 1978, p.48-49.

²³² A temporalidade de distensão será foco de nosso trabalho. Todavia, aqui, poderíamos discorrer sobre diversas notícias recentes para endossar o ponto, entre essas podemos citar: CARVALHO, Ketryn. “*Ideologia de gênero é violência contra a criança*”, diz Damares Alves. *Observatório G - Portal Uol*, 31 ago. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/idgeneroviencia>>. Acesso em: 10 set. 2020; CARAM, Bernardo. *Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus. Folha de São Paulo*, 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://folha.com/evd3gomj>>. Acesso em: 10 set. 2020; O GLOBO. *MEC vai fazer projeto de lei contra 'ideologia de gênero'*, 03 set. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/2kgcBmR>>. Acesso em: 10 set. 2020; URIBE, Gustavo. *Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus Em escola de filha, Bolsonaro ataca 'ideologia de gênero' e admite problemas na educação. Folha de São Paulo*, 09 ago. 2020. Disponível em: <<https://folha.com/vdfyw23h>>. Acesso em: 10 set. 2020; O POPULAR. *Projeto que proíbe ensino de ideologia de gênero nas escolas em Goiás é aprovado na CCJ*, 10 set. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/plgoiasidgenero>>. Acesso em: 10 set. 2020; DIÁRIO DO GRANDE ABC. *Câmara aprova proibição de diversidade sexual nas escolas*, 13 set. 2020. Disponível em: <<https://outline.com/AmFn5T>>. Acesso em: 13 set. 2020.

Questionar os papéis de gênero, na atualidade, vem sendo interpretado por muitos setores como o “sintoma de uma ‘desordem’ social grave, que precisa ser combatida”. Segundo estes, se entende que a educação e os meios de comunicação são culpados por dilapidar pilares fundamentais da identidade masculina e feminina, sendo as crianças “vulneráveis à ideologia de gênero”²³³. Uma lógica que ecoa desde o tempo ditatorial – e antes deste – e chega ao aqui e agora. Em longo arrazoado, sobre o PL 1859/2015, o deputado Izalci Lucas (PSDB/DF) afirma que a “ideologia de gênero” é formada pela aproximação da “obra teórica *queer* de Judith Butler” e o marxismo. Chegando a defender que a “terminologia do ‘gênero’ levaria à destruição da família e à implantação do comunismo – dois objetivos que, de acordo com a argumentação, estão umbilicalmente ligados”²³⁴. O temor pela família e a aproximação da discussão de gênero ao marxismo, proferido em 2015, parece discurso propalado na própria época que estudamos. Em busca da inalteração dos padrões de gênero, as ideias defendidas desde outrora, buscam reforçar o que resta da estrutura patriarcal e os privilégios que essa relega aos homens: acabar com as regalias “naturais” – naturalizadas – que homens auferem nesse sistema tornar-se-ia ultraje, senão crime. E não é ilógico essa reação conservadora em relação aos privilégios de gênero, afinal

As questões que o feminismo está levantando são as mais subversivas possíveis, mais subversivas que a luta de classes. Além das preocupações de ordem econômica, pela primeira vez é contestada de maneira consequente a estrutura de base de uma opressão e exploração milenar: a família. Tudo é questionado, toda a forma de viver²³⁵.

Logo, essa luta parece justa àqueles que acreditam que seus privilégios sejam imanes e naturais e, assim, buscam mantê-los. Guardiões da moral e dos bons costumes; heróis da censura política e pública em relação aos corpos femininos; esses grupos permanecem vivos em nossa sociedade. Diante do exposto, entendemos que este capítulo auxiliará os estudos de gênero a implodir a fixidade da categoria, a partir de documentação pouco explorada neste sentido e que peremptoriamente cerceia as liberdades femininas: impedindo que debates progressistas diversos, em relação a vivência feminina, avancem na sociedade. Ademais, este trabalho aparece com importância, assim como outras pesquisas de gênero, em momento de profundo ataque à temática. Baseada em moralidade pretensamente histórica, de que as identidades de gênero são assim ‘desde sempre’, esses ataques buscam manter uma ordem que penumbra as possibilidades dos seres²³⁶ e que é contrária a carta constitucional – que apresenta

²³³ MIGUEL, 2016, p.599.

²³⁴ MIGUEL, op. cit., p.606-607.

²³⁵ COSTA, 1980, p.351.

²³⁶ Quando não descamba em violência direta.

como objetivo pétreo da nação “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”²³⁷. Como afirma Hobsbawm, “é tarefa dos historiadores tentar remover essas “vendas” que “turbam a visão” daqueles crenes em seus “mitos de autojustificação”²³⁸. É consciente destes pontos e das responsabilidades envolvidas que este capítulo passa a ser construído.

Neste capítulo nos interessará, especialmente, a violência simbólica que o estado ditatorial perpetra sobre os papéis femininos, em relação as temáticas que poderiam ou não ser ditas – sobre elas e para elas – através dos meios de comunicação social²³⁹. Neste sentido, o trabalho pioneiro da historiadora Ana Rita Fonteneles Duarte, que busca aproximar as “estratégias psicossociais” – da Doutrina de Segurança Nacional – das questões de gênero e da comunicação social será de suma importância²⁴⁰. Como nossos guias, os documentos presentes no Arquivo Nacional, selecionados no fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) – especialmente em sua série ligada aos movimentos contestatórios²⁴¹ – serão utilizados: buscando aqui, narrar como o debate de gênero era frontalmente espiado pelo meio ditatorial, tanto moralmente, quanto politicamente, e como o controle das temáticas discutidas socialmente era parte do projeto de Segurança Nacional do país contra o bicho-papão do “comunismo”.

4.1 CERCAMENTOS E DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO: MULHERES PÚBLICAS, DEBATES DE GÊNERO E A SEGURANÇA NACIONAL

Para iniciar esse trajeto, buscamos evidenciar a constante correlação que o aparelho informacional da Ditadura observou entre as lutas feministas publicizadas na imprensa e a Segurança Nacional contra o Movimento Comunista Internacional. Serializamos as informações obtidas e tanto os relatórios que apontavam propaganda adversa, quanto os que designavam propaganda política ou ainda os que taxavam atentados à moral e aos bons costumes, indicam que o SISNI observava atitudes comunizantes nas atividades feministas e nos debates de gênero propostos.

²³⁷ BRASIL. *Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988*, Art. 3º, Inc. IV.

²³⁸ HOBBSAWM, 1998, p.47.

²³⁹ Devido à extensividade do arquivo, em relação aos diversos meios de comunicação social, propomos uma análise que foque especialmente nos que façam referência à imprensa escrita.

²⁴⁰ DUARTE, 2011; 2013; 2014a; 2014b.

²⁴¹ Identificados através do código *BR.RJANRIO.TT.0.MCP* e devidamente digitalizados através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Conforme apontado no capítulo sobre as sujeitas de nossa História há clara ligação do movimento feminista brasileiro com forças à esquerda, comunistas ou não. O próprio MDB de Montoro, que apoiara financeiramente mulheres ligadas ao *Mulherio*, que não descontava salários de trabalhadores grevistas, entre tantas outras ações, era um representante à esquerda da Ditadura Militar brasileira de 1964. Assim, a visão militar que aqui destrincharemos não era baseado em suposições ficcionais: antes disso, o que ocorreu no meio informacional militar foi uma generalização reducionista, censória, ditatorial e criminosa em relação aos movimentos feministas insurgentes.

Assim, essa observação tática dos militares e sua tentativa de cercear os debates de gênero aparece como tentativa de findar qualquer tipo de mudança maior em relação à liberdade feminina (e o suposto comunismo que estes, constantemente, observavam nos mais variados debates feministas): com uma crença de que a continência e o coturno teriam força suficiente para paralisar, controlar ou ainda findar a história das lutas feministas. A frase guia e de força delimitada pelos militares e presente por toda parte da documentação investigada era a de que “a ‘Revolução’ de 64 (*sic*) é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil” (*sic*). Esse lema ajuda a explicitar o sentido e as atitudes dos militares. A “Revolução de 1964” funcionaria teleologicamente, com fim definido e irreversível, diante do aparelho estatal repressor e censório: qualquer tentativa de subversão à ordem almejada pelo regime seria reprimida, e isso computa, obviamente, as ideias dissidentes de gênero.

Acreditando conter o que viam como “perigo” a história e valores nacionais, os militares confiavam que estavam contendo e controlando o volver histórico, em direção ao progresso. Todavia, por mais que tentasse, o regime nunca conseguiu conter plenamente as dissidências que afluíam no lamaçal de terror institucionalizado. Sobre essa crença, cerca de um século e meio atrás, Hegel já havia evidenciado: não há possibilidade de fim “determinado” ou controle pleno da História. Realizando sua teorização sobre a História do ponto de vista da capacidade do espírito universal, o autor afirmava que este “não morre de morte natural; ele não se afoga na vida senil do hábito”²⁴²: assim, não haveria possibilidade de a história delimitar um evento final e conviver com uma imutabilidade de condições, a partir deste.

Algumas sociedades acreditam que atingiram o fim da História, ou que isso seria possível através do sufocamento das reivindicações das classes dissidentes. Assim, a Ditadura Militar realizou um processo purista de limpeza ideológica e acreditava que ao final de sua

²⁴² HEGEL, 1999, p.69.

“revolução” entregaria um país verdadeiramente “democrático”, ou seja, límpido de qualquer controvérsia e luta de classe: inclusive pensando classe além do ponto de vista econômico das classes sociais. A lógica dicotômica vista reiteradamente entre as classes econômicas é observada, também, na dialética das lutas entre grupos minoritários e seus contraditores: caso dos negros, das mulheres, dos LGBTQIAP+²⁴³, etc.

A tentativa de controle dessa história é notória no primeiro excerto dessa seção com o lema militar, por vezes repetido na documentação, que afirmava que aquele momento histórico tinha direção, e que esta seria imutável em sentido unívoco à consolidação do que acreditavam ser uma “democracia”. É nessa tentativa de controle da História, de sufocamento dos discursos dissidentes de gênero, que esse trabalho se insere. Agora, nesta seção, cabe consolidar essa tese, através do enquadramento das ideias e usos de gênero presentes na imprensa escrita e que foram investigadas pelo aparelho informacional, por meio de uma observação que liga essa discussão pública, diretamente, ao comunismo ou a subversão da ordem que, indubitavelmente, levaria a comunização da sociedade.

Lembremos a epígrafe desse capítulo. Aquele trecho do jornal feminista *Mulherio*, datado da edição de julho/agosto de 1981, relatando as micro-violências cotidianas que cerceiam a realidade feminina, assim como todo o conteúdo do periódico, eram classificados como inadequados aos interesses da mulher: visto o seu caráter contestatório e a constante promoção de “literatura esquerdista”²⁴⁴. A literatura esquerdista e comunista, de fato, é lembrada ao longo da edição do *Mulherio* anexada. Em artigo assinado por Heleieth Saffioti e de título “Do machismo ao Socialismo”, a professora de Araraquara cita a sua recente visitada à Cuba em entusiasmo, relatando a situação da mulher no país e as conquistas lá obtidas no combate ao machismo. Já no artigo “Mitterrand e as mulheres”, assinado por Helena Hirata, é relatado a nova onda de esperança que toma a França com a ascensão ao poder do Partido Socialista.

A mudança repentina do estado de espírito do francês após sete anos de um governo de "austeridade", o fim da apatia consequente ao fracasso das esquerdas nas eleições de 1978 foram motivo de uma ressurreição espantosa e rápida dos movimentos de mulheres. Embora nem todas as reivindicações dos movimentos feministas sejam contempladas no programa de François Mitterrand, a efervescência das eleições já trouxe a luz novas associações, novos projetos, como se a alegria da vitória bastasse para dar novo folego a reorganização do movimento autônomo de mulheres. Cansadas de sofrer as consequências da crise econômica sobre seu emprego e sobre seu poder

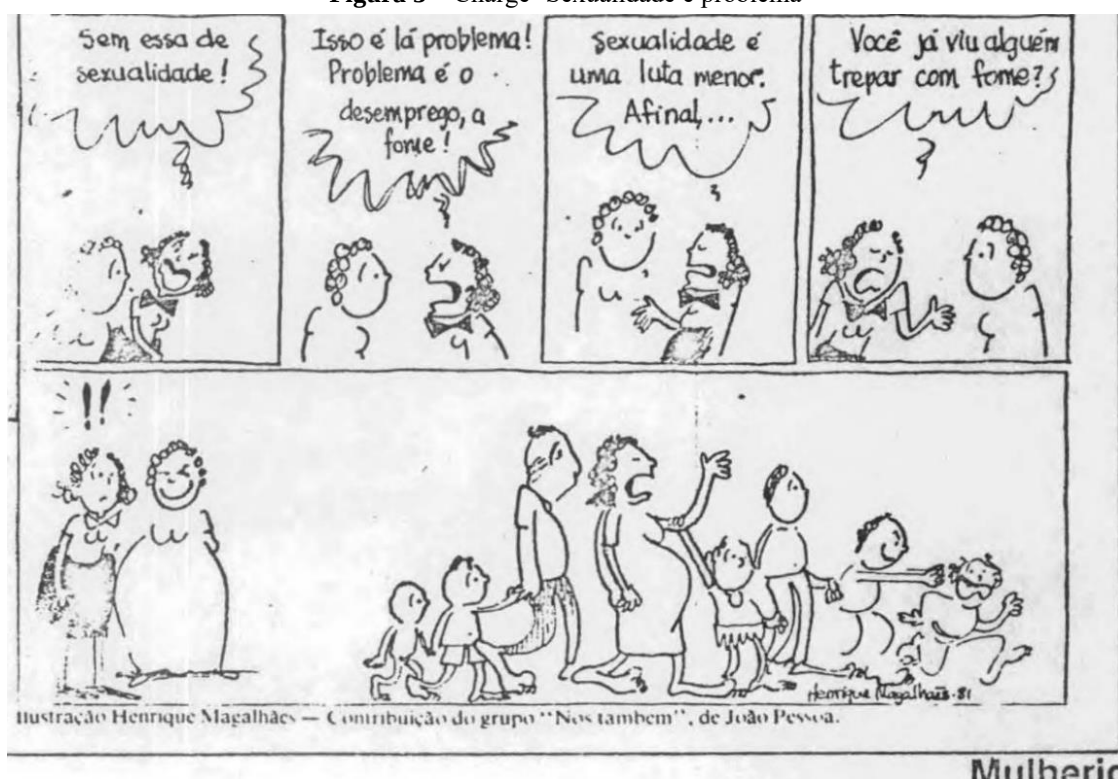
²⁴³ Reforçamos que o termo aqui utilizado, para demonstrar de forma mais concisa a gênero-dissidência, não era expressão requerida pelos sujeitos dessa história no período estudado. Naquele tempo os termos mais utilizados eram: gays, lésbicas, travestis; ou os pejorativos viado, sapatão.

²⁴⁴ Informação nº 272/04/DSI/MJ/219881. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-308, 14 ago. 1981, p.87. Arquivo Nacional.

aquisitivo, pela primeira vez na França a maioria das mulheres de menos de 50 anos votaram nos candidatos da esquerda²⁴⁵.

Longe de promover uma receita exata, *a la Pâtisserie*, é observável nas páginas do *Mulherio* que parte do caminho para a liberdade feminina – ou que pelo menos a esperança para uma sociedade mais igualitária – passava por uma governança à esquerda. O exemplo cubano e francês reiteram essa ideia e ajudam a entender o enquadramento que o SISNI dá ao periódico. Mas é extremamente reducionista e errôneo acreditar que o *Mulherio* seria um jornal pra pura promoção de literatura esquerdista e promoção do Movimento Comunista Internacional, como prega o regime.

Figura 3 – Charge ‘Sexualidade é problema’



Fonte: *Mulherio* nº 2²⁴⁶

A independência do periódico já fora discutida no capítulo 2 dessa dissertação e era observável nas demais temáticas levantadas pelo mesmo e que se encontram no anexo do mesmo relatório da DSI/MJ. Na charge acima, é observável um dos temas mais importantes do feminismo de segunda onda: a sexualidade. Assunto ignorado duplamente pelos homens políticos da época: aos governistas, mulheres tratando de assuntos sexuais beirava o ultraje e ia de encontro aos preceitos morais do que seria ‘ser-mulher’; já as instituições tradicionais de esquerda, em sua maioria, viam nos debates sobre a sexualidade feminina uma desvirtuação

²⁴⁵ Informação nº 272/04/DSI/MJ/219881, op.cit.

²⁴⁶ Informação nº 272/04/DSI/MJ/219881, op.cit.

pequeno-burguesa das lutas realmente necessárias para o país. Um ano antes da publicação da charge pelo *Mulherio*, a relação bélica entre os movimentos revolucionários e da esquerda tradicional com as correntes feministas independentistas podia ser observada no *Segundo Congresso da Mulher Paulista*²⁴⁷.

Prevendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas[...]. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. A atitude sectária destes grupos que se recusavam a entender as especificidades das lutas feministas e o conjunto de demandas do movimento foi motivo para os enfrentamentos. Para estas organizações, as feministas eram pequeno-burguesas e falavam uma linguagem elitista. A insistência das feministas em discutir sexualidade, violência, exploração era inoportuna e divisionista²⁴⁸.

Essas divergências puderem ser analisadas, *in loco*, pelo próprio governo através de seus órgãos de informação: o evento, com presença de feministas diversas, algumas ligadas a partidos e organizações políticas como o PMDB, PT e a Convergência Socialista, fora observado. Os militares notificaram em relatório do SNI²⁴⁹, inclusive, o tumulto que a bibliografia acima aponta e que acabou acarretando “ferimentos em algumas participantes”. Documento do *Centro de Informações da Aeronáutica* (CISA), reitera o conhecimento militar dos desacordos dos movimentos²⁵⁰ à esquerda, em relação as “questões da mulher”. Mesmo assim, os órgãos de informações insistiam no caráter de integração que esses movimentos representariam e o perigo ao regime que essa união representava. Para os militares, as cerca de 52 entidades presentes no evento tinham um único objetivo maior: “reunir as mulheres em um movimento unitário”²⁵¹.

Unidade, “a qualidade ou o estado de ser um ou único” ou ainda “a qualidade de ser uno, de não poder ser dividido”²⁵². Um conglomerado comunista, único, unindo todas pautas contestatórias, incluso as pautas das mulheres: esse era o medo governista que os leva a constante investigação dos discursos gênero dissidentes que analisamos nos periódicos. Para os órgãos de informação, esse trabalho unitário do movimento comunista era algo internacionalmente organizado e visava unificar as lutas dos movimentos sindicais, estudantis, feministas, dos bairros periféricos e a imprensa democrática. Afinal, “a tática atual do Partido

²⁴⁷ Evidenciamos os detalhes dessa celeuma no capítulo 2 dessa dissertação.

²⁴⁸ PEDRO; WOLFF, 2010, p.185.

²⁴⁹ Informação nº 910/119/ASP/80 – Assunto: II Congresso da Mulher Paulista. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80002987, 07 abr. 1980, p.1-7. Arquivo Nacional.

²⁵⁰ Informação nº 116/A-2/IV COMAR – Assunto: II Congresso da Mulher Paulista. Fundo CISA, Identificação: BR.DFANBSB.VAZ.0.0-01219, 25 mar. 1980, p.1-3. Arquivo Nacional.

²⁵¹ Informação nº 910/119/ASP/80, *op. cit.*

²⁵² Definições levantadas através do Dicionário Oxford languages by Google.

Comunista Brasileiro, do MR-8, da ‘União Comunista’ e de todas as demais organizações é a formação de uma ampla ‘Frente’ para a derrubada da ‘Ditadura’ Militar”²⁵³.

Cientes da cizânia entre os variados movimentos feministas, os órgãos de informação, reiteravam o caráter unitário destes com a esquerda tradicional e o perigo social eminente disto, para a sociedade tradicional brasileira. Todavia, a percepção negativa e cerceadora em relação as discussões sexuais femininas aproximam, do ponto de vista ideológico, parte dos opositores, afastando as feministas independentes. Na charge do *mulherio* citada, é argumentado que a sexualidade não seria um problema: logo não mereceria ser discutido – porque não silenciada? A tese de que as discussões sexuais seriam lutas menores, “pequeno-burguesas”, já que ninguém “trepava com fome”, rememora a celebre frase de Therezinha Zerbini, do *Movimento Feminino pela Anistia* de que não fazia “sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade”.

A ideia não se sustenta sob o mínimo conhecimento sobre a realidade do país à época, de sua sociedade e alguns simples cálculos de matemática básica. Afinal, se não trepassem por causa da fome, a população brasileira não passaria dos cerca de 90 milhões, em setembro de 1970, para os impressionantes 146 milhões, em setembro de 1991²⁵⁴. Com uma taxa superior aos 2% ao ano, não teve fome material que cessasse o apetite sexual do brasileiro: em pleno período inflacionário de profunda corrosão do bolso nacional^{255 256}, nossa população crescia – e a charge do periódico que levantava questões da mulher de modo contestatório evidencia isso.

Passou a ameaça comunista?

Com o declínio das ações terroristas —assassinatos, assaltos, atentados a bomba, ativação de núcleos guerrilheiros rurais, sequestros — a sociedade brasileira tem sido levada a acreditar que a ameaça comunista não passou de malograda aventura. Entretanto, isto é, apenas, meia verdade: — a ameaça comunista através de ações terroristas malogrou, porém, em contrapartida, permitiu às chamadas organizações subversivas extraírem do fracasso, fecundos ensinamentos, e partirem para um trabalho realmente eficaz, o chamado ‘*trabalho de massa*’, capaz de conduzi-las[...]. Houve, portanto, e somente, simples mudança de tática. O inimigo não esmoreceu e não diminuiu, ao contrário, amadureceu e aumentou. O inimigo não veste uniforme de campanha e não usa arma de fogo. Quando é detido assume, ora ares de intelectual,

²⁵³ Encaminhamento nº 146/79/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 06 jun. 1979, p.28. Arquivo Nacional.

²⁵⁴ SIMÕES, Celso Cardoso Silva. Breve histórico do processo demográfico. *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 39-73, 2016. p.41.

²⁵⁵ MUNHOZ, Dercio. *Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30*. Revista de Economia Contemporânea, v. 1, n. 1, 1997. p.61.

²⁵⁶ Com taxas de crescimento dos preços na casa dos 40%, em meados de 1970, chegando a assustadores 77,3% em 1979 e aos 110% em 1980 – isso sem contar a hiperinflação de mais de 1000% da década posterior.

ora de obtuso cidadão. Se é do sexo feminino, sua fisionomia procura inspirar inocência e candura, comportando-se como autêntica vestal²⁵⁷.

Afora a discussão necessária sobre o arquétipo construído na documentação de mulher militante falseando castidade (na tentativa de manipulação masculina), foquemos agora na ideia de “trabalho de massa” que os militares observavam na tática militante oposicionista. Esse “trabalho” seria parte fundamental da reorganização comunista depois da derrocada final do movimento de Guerrilha, marcado pela morte generalizada e ocultação dos cadáveres na região do Araguaia, até 1974. É perceptível no excerto, a orientação dos órgãos informacionais de que a ação comunista deixou esse *ringue* da luta armada e passou a ser realizado no campo *psicológico* do trabalho de massas. Essa percepção passou a orientar a política da Ditadura desde cedo e ajudou a intensificar as investigações do SNI em direção à imprensa, aos movimentos de massa, além dos tradicionais partidos e organizações de esquerda. Almejando a irreversibilidade de sua “Revolução”, fundamentando o que acreditavam ser uma “democracia”, os militares viam como essencial a luta constante pela aniquilação da divergência aos valores da sociedade brasileira: aí incluso o rebelamento discursivo e prático das minorias oprimidas.

Essa lógica perpassa diversos documentos e é reiterado ideologicamente nas diversas Ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas. Para maior esclarecimento dessa concepção vamos focalizar em detalhes alguns dos documentos produzidos pelo SISNI e que demonstram a mudança de tática comunista em direção aos “movimentos sociais”. Em junho de 1976, o CIEX difunde dentro do sistema informacional ditatorial um informe detalhando a penetração comunista na Argentina e no âmbito internacional. O apontamento afirma que há uma conspiração comunista muito bem planejada, com diversas táticas/instrumentos e plenamente em curso, por todo o planeta. Essa operação comunista tem como objetivo “colocar nossos homens em todas as partes”. Para organizar esse objetivo, os comunistas passariam a atuar como *Organizações de Fachada*²⁵⁸.

Estas organizações – destinadas a atuar como instrumentos da política soviética – não apresentavam abertamente pautas da intervenção ou ajuda dos comunistas, nem de nenhuma entidade. São realmente organizações de ‘fachada’, já que seus verdadeiros propósitos estão camuflados por uma fachada de ideais sociais geralmente aceitáveis para a opinião pública. Em realidade aparecem como organizações democráticas e em defesa dos ‘Direitos Humanos’ e das ‘liberdades públicas’, porém servem para apontar em um determinado momento, anúncios ou propostas do comunismo

²⁵⁷ Encaminhamento nº 146/79/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 06 jun. 1979, p.56. Arquivo Nacional.

²⁵⁸ Informação nº 172/76. Fundo CIEX, Identificação: BR.DFANBSB.IE.0.0.0015, 09 jun. 1976, p.19-29. Arquivo Nacional.

internacional ou dos partidos em um determinado país, e incidir na opinião pública, mediante declarações que contenham, entre outros comunicados válidos, o conceito chave que o comunismo deseja promover.

Diversas foram as organizações internacionais que surgiram no mundo ocidental e que seguiam a lógica da ‘fachada’, segundo o documento. A *Federação Internacional de Mulheres Democráticas*²⁵⁹ (WIDF) estava entre essas entidades de fachada e era considerada uma das mais longevas e com maiores articulações no mundo. Assim, os militares coligavam e observavam as mulheres e suas pautas dentro de uma tática comunizante de organizações sociais e, para eles, era óbvio que a WIDF, apesar de carregar o termo democracia em seu nome, “executa uma série de operações táticas que tendem ao aniquilamento dos Estados democráticos e ao estabelecimento de estados pró-soviéticos”. A atitude da organização e das demais organizações de fachada estariam inspiradas em “uma diretiva do poder soviético”, transmitida aos sindicatos operários, desde 1950, delimitando que “o partido bolchevista, tem que trocar suas táticas, seus métodos de luta, passar de formas legais para ilegais, travar compromissos, acertar convênios com outros partidos, outros movimentos, manobrar, retirar-se ordenadamente, para avançar depois com mais êxito”²⁶⁰. Delimitando como se organizava as organizações sociais de fachada do comunismo, em relação ao feminismo, o relatório afirma que:

Para o setor internacional feminino fundou-se a *Federação Internacional de Mulheres Democráticas*, com sede em Berlim Oriental, que desenvolve suas atividades sob ‘slogans’ teóricos inofensivos como o de ‘interessar a todas as mulheres do Mundo, sem distinção alguma, na luta contra a miséria, a guerra e a opressão, assim como, reivindicar seus direitos a liberdade, ao progresso e a justiça como cidadãs, mães e trabalhadores’. Porém, de fato, a maior parte das declarações desta entidade internacional apoiam a política comunista de cujas linhas jamais se afastaram. Essas declarações concluem que as únicas realizações positivas são as soviéticas, enquanto são censuradas as dos países ‘capitalistas’ e ‘colonialistas’. A *Federação Internacional de Mulheres Democráticas* tem realizado numerosas jornadas pró-infância, porém também campanhas ‘anticolonialistas’ e suspeitosamente ‘pró-paz’ utilizando ‘slogans’ de procedência soviética.

Às mulheres da WIDF era até aceitável às campanhas pró-infância, mas o posicionamento político anticolonial e pró-paz era rapidamente coligado à tática bolchevique. A crítica à luta pela paz da entidade e dos demais órgãos de fachada era dada diante da utilização do slogan da “coexistência pacífica” entre os países capitalistas e comunistas. Para os seguidores da Doutrina de Segurança Nacional, os comunistas eram bestiais e objetivavam o

²⁵⁹ Por tradução do espanhol, os militares indicam o órgão por esse nome. Todavia, ele é mais reconhecido no país como *Federação Democrática Internacional das Mulheres*. Ao relatar a entidade, daqui pra frente, utilizaremos a silga original WIDF que vem do inglês *Women's International Democratic Federation*.

²⁶⁰ Informação nº 172/76. Fundo CIEX, Identificação: BR.DFANBSB.IE.0.0.0015, 09 jun. 1976, p.19-29. Arquivo Nacional.

fim da sociedade ocidental e seus valores “democráticos” e cristãos: não há possibilidade de conciliação pra quem constrói sua vida diante de uma lógica de guerra permanente. O documento deixa claro que, ao pregar a coexistência pacífica com a URSS, as organizações de fachada visavam:

[...]ganhar tempo e semear a desunião e o caos entre as nações do Mundo livre, mediante a interferência dirigida e provocada por modos de ação que abrangem desde a promoção do intercâmbio comercial, cultural, científico, técnico, juvenil e político. [...]toda essa técnica na atualidade está garantida e sustentada por uma série de movimentos que tendem a preparar de uma ou de outra maneira a chegada do marxismo-leninismo no Ocidente e a propiciar posturas e dar bases ideológicas às ações que aspiram a criar interferências nos Estados livres.

No capítulo 2, sobre os sujeitos da história, Médici aparece pegando seu controle remoto, observando a tranquilidade noticiada no Brasil e feliz com o aspecto pacífico de união nacional. Uma paz construída a base de investigações, torturas e censuras, mas que é plenamente crível na visão militarista: faz parte da razão do regime manter essa aparente “paz” e a integração social e de valores. Diante dessa sociedade-átomo, indivisível em sua união, não há qualquer divergência: não há preconceito de classe, raça e/ou gênero; há uniformidade e cordialidade entre os sujeitos. A simples crítica a algum problema social ou, pior, a atuação constante de grupos críticos é indubitavelmente vista como propagadora de desunião e caos. Sendo o objetivo final da desarticulação social a chegada do “marxismo-leninismo”. Essa consideração é reiterada pela passagem que especifica o ataque aos “costumes ocidentais” perpetrados pelo Movimento Comunista Internacional nos meios de comunicação de massa:

O comunismo internacional atua nos meios de comunicações mediante a *Organização Internacional de Jornalistas*, com sede em Praga. [...] **A ação desta organização está destinada a criar um clima, por meio de publicações, contrário aos costumes ocidentais e democráticos e ataca ao ‘imperialismo americano’**, porém cala ao que realmente ocorre na União Soviética. No campo das comunicações sociais, atua juntamente com a *Organização Internacional de Rádio-Difusão*, também com sede em Praga – grifo nosso.

Endossando a visão do CIEIX, o CIE elabora estudo sobre a subversão no Brasil no ano de 1979 e difunde-o dentro dos órgãos informacionais e de repressão em abril de 1980. Numa retórica profundamente crítica à Abertura Democrática posta em prática pelos últimos ditadores do regime, o documento deixa claro a posição linha dura dos órgãos informacionais da Ditadura de que estaria tudo dominado pela subversão comunista depois do início da distensão: “sob o falso pretexto de ‘abertura’ permitiu-se a excessiva liberalização dos MCS” (meios de comunicação social), “que, além dos ataques ao Regime, atingiram objetivos fundamentais na ofensiva desenvolvida contra a moral e os bons costumes”. Essa “escalada subversiva atingiu

praticamente todos os MCS, aí incluídos a imprensa (escrita, falada e audiovisual), o teatro, a literatura, as artes plásticas, a música e a fotografia”²⁶¹.

Os esquerdistas se valem da ‘abertura’ no setor da censura para fazerem, abertamente e sem o ônus da responsabilidade, a propaganda de ideias marxistas. **Na torrente de ideias, slogans e distorções da verdade com que, diária, contínua e maciçamente o brasileiro é atingido pelos diversos meios de comunicação social (MCS), reside uma das principais armas do comunismo para facilitar a consecução de seus objetivos.** Em 1979, valendo-se do quadro político-conjuntural, os esquerdistas de todas as gradações desenvolveram uma intensa campanha propagandística das ideias-força e objetivos da esquerda, **indo muito mais além em sua ação nefasta pois pretende reescrever, a sua feição, a história dos fatos brasileiros e, em particular, a história dos últimos quinze anos.** Desse modo, pode-se aquilatar o mal que é causado pela infiltração comunista nos diversos MCS, e, em particular, na Imprensa escrita, pois a ação criminosa dos elementos marxistas ultrapassa os limites das disputas ideológicas e políticas para **prejudicar a cultura de toda uma Nação**, traindo a Memória Nacional que é substancialmente alicerçada sobre o que se escreve, se diz, se filma, se teatraliza, se elabora, enfim, nos diversos MCS, na época em que acontecem os fatos²⁶² – grifos nosso.

Logo, a missão divinificadora de varrer o comunismo do país, ao aparelho informacional, estava inconclusa naquele momento. A derrota final do comunismo de guerrilha era insuficiente e tornar-se-ia necessário atuar contra o comunismo que se agigantava nos meios de comunicação social. A história, a moral e a cultura nacional estavam em disputa e cabia aos órgãos informacionais atuarem e alertarem o governo do problema. Diante de 15 anos de controle sufocante não era momento de deixar o inimigo obter vitórias e passar a vencer a guerra. Para os órgãos informacionais, além da proliferação e domínio dos alternativos nanicos, contribui para a continuação aos ataques subversivos contra o regime: a morosidade e a condescendência do judiciário e demais autoridades perante o indiciamento dos agitadores; e a “continuidade das contribuições financeiras de entidades governamentais (Federal/Estadual/Municipal) que anunciam em publicações do esquema comuno-contestatório”.

No relatório de monitoramento da subversão também há enfoque claro em relação ao gênero: há longo arrazoadado sobre o “movimento feminino”. O CIE observa toda a movimentação acontecida, desde 1975, em relação ao movimento de mulheres: citando o MFPA, de Terezinha Godoy Zerbini, que tinha objetivos “muito mais ligados a mobilização e a arregimentação das mulheres do que propriamente na busca da anistia, que foi usada como um fator altamente emocional”; ou ainda o CMB, criado após ciclo de debates promovidos pela

²⁶¹ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

²⁶² Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

ABI e o escritório da ONU no Rio de Janeiro. Além dos fatos do Ano Internacional da mulher, “foram surgindo jornais específicos para tratar dos assuntos do Movimento Feminino: *Nós Mulheres*, cuja publicação foi suspensa em 1979 por falta de verba; *Brasil Mulher*; *Maria Quitéria*, órgão do Movimento Feminino pela Anistia”. Observando o movimento feminino como algo unitário, o documento volta a utilizar a relação da WIDF com o movimento de mulheres brasileiros para identificar aproximação com o comunismo.

Em 1979 o Movimento atinge uma nova fase de crescimento. Em 8 de março de 1979, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foi realizado em São Paulo o *I Congresso da Mulher Paulista*. Paralelamente foi realizado um Encontro Nacional de Mulheres. Ambos os eventos contaram com a presença de entidades estrangeiras, ressaltando-se a participação da *Federação Internacional de Mulheres Democráticas* (WIDF), entidade do MCI sediada em Berlim/RDA; da *Amnesty Internacional* (AI) e da Seção Feminina do *Partido Comunista Italiano* (PCI). Um dos resultados do Encontro e do Congresso foi a criação do *Jornal Maria Brasileira*²⁶³.

Mulheres lutando por direitos e em união as entidades comunizantes do exterior: um perigo. Além disso, nesse mesmo ano, o relatório observava que a rede globo lança o programa *Malu Mulher*, um seriado que aborda, conscientemente ou não as “lutas que se propõe o movimento feminino”. Dentro dos partidos brasileiros, o relatório aponta que o PCB sempre foi o “que mais se preocupou” com a causa das mulheres. O partidão participou do *Congresso Mundial de Mulheres*, realizado em outubro de 1975 e financiado pela WIDF, através da representação de Zuleika D’Alembert e Ana Montenegro, apresentando o *Dossiê da Mulher Brasileira*. Além disso, essas militantes realizaram encontros na Europa em todos os anos, de 1976 a 1979, para debater “a maneira de impulsionar o trabalho feminino”.

Além de aproximar os encontros de mulheres no Brasil às organizações de fachada vistas como comunistas pelo aparelho informacional, o CIE passa a coligar a imprensa alternativa e feminista (e até a grande imprensa) ao PCB. Tudo se inicia no Comitê central do PCB que, “a fim de que o partido possa desempenhar um papel efetivo na mobilização de amplas massas femininas e manter-se vinculado a elas, exercendo um papel dirigente e orientador”, decide renovar a organização partidária e cria uma *plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher*, que é amplamente divulgada no periódico *Voz Operária*²⁶⁴ de nº159.

São reivindicações específicas da mulher em torno das quais se desenrolarão as atividades de conscientização, mobilização e arregimentação, como sejam igualdade de direitos, igualdade de salários, os problemas dos filhos para as mulheres que

²⁶³ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

²⁶⁴ Periódico ligado ao PCB.

trabalham, creches, educação, prostituição, abusos dos patrões contra as empregadas, sexualidade, etc., das quais transcrevemos:

- Eliminação de toda e qualquer discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil ou maternidade;
- Melhoria de condições gerais de trabalho e sua adequação a presença da mulher na empresa;
- Reconhecimento da categoria de empregada doméstica e direito de livre associação;
- Reconhecimento da maternidade como função social;
- Criação de creches, parques infantis, jardins de infância destinados a guarda de crianças, inclusive das deficientes;
- Fim do arrocho salarial;
- Combate a carestia;
- Melhoria dos serviços públicos (água, transporte, esgotos, combate a poluição);
- Prioridade a medicina preventiva;
- Pelas liberdades democráticas;
- Fim da legislação de exceção;
- Fim das torturas e perseguições políticas;
- Anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos, exilados e perseguidos políticos;
- Eleições livres e diretas para todos os níveis do executivo e do legislativo;
- Convocação da assembleia nacional constituinte;
- Estímulos a participação da mulher na vida social e política do país.

Pautas extremamente importantes às mulheres naquele período político e que envolviam questões gerais em relação ao regime ditatorial eram indicados na resolução do PCB. Temáticas tão amplas e diversas, mas que após divulgação no *Voz Operária* e reverberação em outros jornais tornar-se-ia prova clara de que havia um esquema contestatório posto em prática, com centralidade no PCB. O simples fato de repetir temáticas de luta, serviria para identificar esse esquema. Como causa e consequência, o aparelho informacional pouco se esforça pra identificar as peculiaridades e a independência de cada periódico e de cada militante, da mesma entidade, de outras ou das causas, que escrevem em cada um dos jornais citados.

Após a publicação na *Voz Operária* nº 159, de junho de 1979, a referida Resolução começou a circular entre os militantes e setores ligados ao PCB, em decorrência do que surgiram várias publicações em jornais da grande imprensa e em jornais alternativos, dando amplo noticiário sobre a participação das mulheres em diversos eventos[...]. Assim, o *Jornal Do Brasil*, de 02 de agosto de 1979, publicou uma entrevista de Herbert Marcuse, sobre a questão das mulheres, sob a responsabilidade de William Waack da qual extraímos o seguinte excerto: ‘acredito que as mulheres tenham algumas qualidades diferentes da do homem, antitéticas²⁶⁵ até. As mulheres tem mais receptividade e mais emocionalidade. É claro que essas qualidades não são naturais: elas foram criadas dentro de uma sociedade. Valem, contudo, como segunda natureza feminina, e como tal devem ser aproveitadas para transformar o mundo. [...]o objetivo final não deve ser apenas a igualdade perante o homem, e sim a libertação de todos os homens’²⁶⁶.

²⁶⁵ O documento oficial indica anti-ética, o que nos parece um erro, diante da construção e significado de todo o exposto. Na citação, indico a correção para antitéticas.

²⁶⁶ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

Afora a reverberação das lutas, estava o discurso que conquistava 50% da população brasileira, que eram as mulheres e que poderia arregimentar de vez a luta do PCB e do comunismo internacional. Ademais, a fala do Marcuse evidenciava para o CIE que a luta feminina poderia representar a libertação de todos os brasileiros do subjugo ditatorial. Além do *Jornal do Brasil*, outros periódicos foram citados por tratar da ‘participação das mulheres em diversos eventos’, coincidentemente, após a nova resolução do PCB. O *Coojornal* noticiou, em agosto de 1979, o lançamento da obra *Mulher Brasileira: a caminho da libertação* que versava sobre “a problemática da mulher em suas verdadeiras dimensões, [...]ficando evidenciadas análises sobre a desigualdade com que é tratada a mão-de-obra feminina”. Já a *Folha de São Paulo*, em 30 de agosto de 1979, decidiu noticiar a novidade nas plataformas das chapas para eleição da diretoria da UNE: o *Grupo Mutirão*, “que é composto por elementos da *Tendência Proletária*” e do PCdoB, “deu voz às mulheres universitárias, incluindo uma condenação formal a toda discriminação contra as trabalhadoras e ao machismo”.

Durante o mês de agosto, o *Em Tempo* era observado por publicar três matérias diferentes em relação ao movimento feminino. A primeira expunha a criação do grupo sul-riograndense *Movimento das Mulheres para libertação*, que mantinha contatos nacionais e internacionais e que definia que lutava “contra o sistema capitalista, por estarem as suas integrantes convictas de que a opressão às mulheres é parte da opressão que sofre a sociedade, onde poucos exercem o domínio sobre muitos”. A segunda noticiava o *I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo* e os debates propostos nesse. A última expiação do jornal direcionava-se a matéria *As Mulheres se organizam* que foi feita “sob a orientação de Elisabeth de Souza Garcia, militante do POC”. Neste artigo,

[...]fica caracterizada a veiculação de ideias tais como: a *Associação das Mulheres* foi criada em 1976, vinculada ao *Jornal Nós Mulheres*. Fica clara a ideia de que não há incompatibilidade entre o movimento feminista e o movimento da mulher para transformação da sociedade. Portanto, **é desejável uma dupla militância nestes dois sentidos, uma vez que não há contradição em a mulher ser socialista, democrata e feminista, em razão de que essas coisas estão ligadas a uma origem comum**, que é a opressão a mulher, uma das formas que caracteriza a sociedade de classes – grifos nosso.

Dentro do processo de abertura democrática, o questionamento do movimento de mulheres foi assim observado pelo CIE. Do mesmo modo foi notado a atuação dos periódicos. Todos dentro de uma lógica subversiva e dentro da nova organização de atuação, através de organizações de fachada. Para os órgãos informacionais, ficava claro que as pautas de gênero propostas pelos periódicos levantados era parte de um esquema comunizante e a correlação com

as organizações de fachada internacionais e os partidos políticos nacionalmente, eram parte evidentes do esquema. A conclusão do CIE sobre o movimento feminino é taxativa:

A conscientização das mulheres e o seu controle através de organizações específicas está dentro do quadro do período pré-revolucionário que consiste, como vimos, de:

- ‘Uma intensa ação psicológica visando difundir a ideologia e criar um clima favorável ao Movimento’;
- ‘Organização de uma infraestrutura que objetive o controle físico e espiritual da população’.

Não devemos esquecer que as mulheres compreendem 50% da população brasileira. Deve ser esperado um incremento das atividades do Movimento Feminino em 1980²⁶⁷

Diante de metade do contingente populacional do país, da pauta libertária e da nova organização dos movimentos de esquerda, a linha dura do SISNI não deixou de observar a organização da luta feminista e dos grupos marginalizados. Em junho de 1984, prestes a renascer a democracia brasileira, a visão dos órgãos informacionais indicava reforço da posição anticomunista e sua justaposição à luta das minorias. Em pedido de busca, o comandante do 5º *Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado* (5º GAC AP) solicita algumas informações sobre os “movimentos populares” à polícia federal do Paraná. Eivado de moral revolucionária, anticomunista e anti-minorias, o documento é repleto de perguntas autorrespondidas previamente pelo próprio comando do 5º GAC AP. Fundada em 1894 e reconhecida como Brigada Militar desde 1972, a divisão militar mantém a retórica “revolucionária” até os dias atuais: esta tem orgulho de afirmar, em site governamental atualmente online, que participou “da *Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 (sic)*, contribuindo para a plena reintegração das Forças Armadas e para a garantia dos poderes constitucionais”²⁶⁸.

Antes de perpetrar as questões chaves de seu pedido, o documento afirma já ser dado conhecido do sistema informacional que, naquele momento, os “movimentos populares” têm se destacado “e sensibilizado a opinião pública”, além do fato de que “vem crescendo de importância dos chamados ‘movimentos populares’, como um dos instrumentos considerados para o” *Movimento Comunista brasileiro* (MCB). Após os dados já conhecidos dentro do SISNI, a brigada militar lança seus cinco questionamentos à polícia federal:

- a) A designação de ‘movimento populares’, nessa área, tem sido **usada pelos partidos políticos, pela imprensa e/ou a igreja para identificar a participação popular nas questões de cunho político-ideológico/contestatório ao Governo** e ao regime?
- b) **As organizações subversivas**, como os partidos políticos e a própria igreja progressista[...], **consideram que os ‘movimentos populares’ são representados pela ação isolada ou pela ação conjunta das ‘minorias oprimidas’?** (as ‘minorias

²⁶⁷ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

²⁶⁸ 5º GAC-AP. *Bem-vindo ao grupo Salomão da Rocha*, s.d. Disponível em: <https://5gacap.eb.mil.br/images/ATV2022/Cartilha_de_Apresentacao/Guia_5_GAC_AP.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

oprimidas' estariam articuladas em movimentos, como: **Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimento dos Desempregados, Associação de Moradores,** etc.).

c) Existe indícios ou tentativas de qualquer entidade ou órgão, a nível regional, pretender **manipular os 'movimentos populares'**?

d) Como as OS²⁶⁹ ou os partidos políticos de oposição **utilizam os 'movimentos populares' para a defesa de suas 'questões sociais e para sensibilizar e recrutar as classes sociais'**? Quais os partidos mais atuantes e interessados nessa **manipulação popular**?

e) A **ideia de sensibilizar as massas marginalizadas ou de periferias** de grandes centros **teria surgido na 'Igreja Progressista'** (IV Congresso Internacional Ecumênico de Teologia – São Paulo - Mar 80) e **depois aproveitadas pelas OS?**²⁷⁰ – grifos nossos.

Há um claro direcionamento das perguntas, ainda mais levando em consideração o posicionamento do 5º GAC AP ao citar os “dados” já conhecidos sobre a temática. Enquanto a terceira questão emanada pela brigada pergunta se há manipulação nos “movimentos populares”, a quarta já quer saber quais partidos estão mais atuantes e interessados nessa manipulação. Não há uma dúvida genuína nesse questionamento, o almejado pelo pedido de busca é apenas endosso e detalhamento. Ademais, cabe considerar a reiteração dada às possíveis manipulações que a oposição pode exercer sobre a massa popular: parece que para alguns membros dos órgãos informacionais seria impossível imaginar mulheres, negros e/ou moradores periféricos se auto-organizando ou tendo consciência social a partir de sua vivência. A sensibilização e/ou recrutamento dessas massas pelos opositores parece algo dado e posto com muita facilidade pelos manipuladores: os sujeitos “populares” são assujeitados de suas próprias vivências.

O suposto uso das massas sociais pelos partidos já era observável dentro do aparelho estatal informacional ao longo de todo o período de distensão. Analisando propaganda adversa no *Voz Operária*, em outubro de 1979, os órgãos informacionais identificaram um editorial denominado *movimentos sociais e luta pela democracia*, onde o periódico “procura creditar aos movimentos reivindicatórios as recentes conquistas democráticas, tanto que tais movimentos estariam agora ‘causando sérias inquietações nos escalões governamentais’”²⁷¹. E é notório que a atuação dos movimentos, realmente, inquietava o governo e gerava relatórios e mais relatórios de informação e táticas, legais ou ilegais, de confronto: no momento da abertura o governo fugiu da tortura institucional, mas não deixou de utilizar (ou, ao menos, ganhar terreno) com as ameaças e a atuação efetiva da linha dura e suas milícias; ou ainda buscou

²⁶⁹ Sigla utilizada pelo meio informacional da Ditadura e que significa *Organizações sociais*.

²⁷⁰ Pedido de busca nº 046-S/2-5º GAC AP. Fundo DI/DPF, Identificação: BR.DFANBSB.ZD.0.0.0004A-0001, 06 jun. 1984, p.1-5. Arquivo Nacional.

²⁷¹ Propaganda Adversa - “Voz Operária” nº 161 ago. 79. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1694, 19 out. 1979, p.1-16. Arquivo Nacional.

descredibilizar, levar a justiça ou retirar verbas orçamentárias públicas aos movimentos que seguiam a linha contestatória.

Dentro da mesma análise do *Voz Operária* era observado a atuação do PCB em relação às mulheres: “a matéria *Igualdade de direitos da mulher tem grande peso na luta pela democracia* é uma entrevista da *Voz Operária* com Zuleika D’Alambert”. Nesta, a escritora destaca que a *plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher* do PCB, divulgada na edição nº159 do *Voz Operária*, era um avanço na luta feminista e comunista: o documento seria “a chave de toda a nossa tática e de toda a nossa estratégia. É a ligação do problema da mulher com o problema da democracia, em consonância com a nossa linha política geral”. Para o SISNI essas considerações levavam a conclusão de que seria manifesto que “o PCB insiste na pregação da tática de explorar politicamente qualquer movimento reivindicatório”, sendo focal ao partido a “intensificação das atividades do movimento feminino” como meta.²⁷²

O documento já analisado dentro do CIEIX, o do CIE, o último da DSI/MJ e outros tantos do SISNI, até aqui reforçam a ideia da união entre a luta das mulheres e a luta anti-ditadura e anti-capitalista. Essa lógica é inegável diante do observável na documentação, do ponto de vista do gênero, mas também na ótica das lutas das minorias. Ainda observando as mulheres dissidentes de seus papéis políticos, fora anexado ao SNI, em outubro de 1975, a relação entre o Movimento Feminista, no Paraná, e a luta em relação à anistia, com ligação direta entre essas e o MFPA, através da figura de Terezinha Zerbini que esteve em Londrina (PR). Dentro do relatório que investigava as infiltrações comunistas nos diversos setores, a líder do MFPA, uma das fundadoras do *Brasil Mulher* e a chefe do *Maria Quitéria*, era citada: mesmo diante de sua posicionalidade de mulher católica, de classe média, conservadora do ponto de vista social e que se autoafirmava como ‘não-feminista’.

Infiltração comunista nos diversos setores de atividades (infiltração nos órgãos de comunicação social):

[...]sobre a campanha que vem sendo desencadeada pelo movimento feminista, no Paraná, a favor da anistia aos presos e exilados atingidos pela ‘revolução de 1964’ (sic), a coordenadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), Terezinha Godoy Zerbini, de São Paulo, em setembro último, esteve em Londrina/PR, para travar contatos com lideranças do movimento naquela cidade, oportunidade em que compareceu a diversas palestras estudantis locais, assim como à câmara municipal, tendo, nessas ocasiões, abordado problemas políticos-revolucionários. Os Jornais ‘Panorama’ e ‘Folha de Londrina’ vêm dando apoio ao sancionado movimento²⁷³.

²⁷² Propaganda Adversa - "Voz Operária" Nº 161 ago.79. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1694, 19 out. 1979, p.1-16. Arquivo Nacional.

²⁷³ Informação nº 1596/16/ACT/75. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-75087522, 30 out. 1975, p.3. Arquivo Nacional.

Nestes encontros no sul do Brasil, Zerbini convive com Joana Lopes, que na época trabalhava na *Folha de Londrina*. As duas decidem juntas lançarem o *Brasil Mulher* e diante das divergências ideológicas, Zerbini sai do periódico e lança o seu *Maria Quitéria* como porta-voz do MFPA. Personagens de nossa História com trajetórias destacadas no segundo capítulo desta dissertação, têm suas divergências apagadas diante de um sistema informacional que observava toda a atitude ligada à luta feminista e demais lutas de minorias como algo adverso, subversivo ou até comunizante. Sobre o *Brasil Mulher* de Joana Lopes, o aparelho estatal é taxativo:

Aparentando ser uma publicação destinada especificamente a um público feminino, constitui-se, no entanto, numa tribuna de pregação de ideias políticas nem sempre originais. Segundo expressa declaração de sua editora, Joana Lopes, a finalidade real desta publicação é conscientizar a mulher brasileira de sua função na sociedade, ambicionando a chamada "libertação da mulher". O editorial, todo vazado segundo o jargão marxista, não deixa dúvidas quanto a função doutrinária do jornal. O conjunto de matérias apresentado, de cunho político, resulta numa mensagem global decalcada em princípios ideológicos bastante nítidos pelo seu notório engajamento²⁷⁴.

Assim o regime observava a ação do periódico *Brasil Mulher*. A atuação pela libertação feminina era completamente obnubilada por qualquer viés ideológico mais à esquerda presente no jornal. A autora, uma das agentes de nossa história detalhada no capítulo 2 desta dissertação, chega a ser detida e expulsa de sua cidade, Londrina, pelo exército e muda sua trajetória familiar, fugindo para São Paulo. Cabe ainda considerar que Joana Lopes, a mulher que sai da *Sociedade Brasil Mulher* após sete edições e a tomada editorial do jornal por figuras ligadas ao PCdoB e AP, é completamente silenciada dessas suas convicções pessoais e taxada apenas como uma doutrinadora marxista.

Na lógica aglutinadora que o aparelho informacional observava a oposição, fica evidente a tese do SISNI de que havia uma união do movimento feminista e de sua imprensa, com outros movimentos ligados aos direitos humanos. Em 30 de julho de 1978, o mesmo *Brasil Mulher*, de forma corajosa, divulgou em sua edição de número 13 relatos de *Criméia Alice Schimidt de Almeida* e *Hecilda Mary Fonteles de Lima* em relação às torturas que sofreram dos órgãos de repressão da ditadura brasileira.

O *Brasil Mulher* publica o depoimento de duas ex-presas políticas, que deram à luz aos seus filhos em meio a interrogatórios e tortura. Durante todo o tempo em que estiveram presas, grávidas, as duas ouviram seus torturadores gritarem: ‘filho desta raça não deve nascer!’; Mas os filhos desta raça nasceram.
[...*Hecilda diz*] Me mantive calada o que o fez mudar o tom da voz, passando a chamar-me de ‘mãe desnaturada’, acusação que ouvi repetidas vezes, inúmeras vezes, sem descanso, durante toda a fase do IPM.

²⁷⁴ Informação nº 0361/77-SI/SR/DPF/PR. Fundo DPF/MJ, Identificação: BR.DFANBSB.ZD.0.0.0001B_0094, 19 jul. 1977, p.16. Arquivo Nacional.

[...] Um deles se aproximou, dizendo: 'Ela não quer que o filho nasça no regime de ditadura militar!'. Passou a me bater no rosto, no pescoço. Desmaiei, despertando com água gelada que 2 soldados me jogavam no rosto[...]. Começou perguntando coisas da minha vida: origem de classe, casamento, aspirações. Opiniões sobre virgindade, divórcio, educação de filhos. Uma conversa amena que, segundo ele, estava sendo registrada por computador que lhe facilitaria saber os meus "pontos vulneráveis". Passou a olhar-me de forma estranha, mandando que eu me despiße. Resisti à ordem, argumentando. Levantou-se e dizendo que eu era "boa moça", começou a enrolar-me os fios a partir das pernas, amarrando-os um pouco abaixo dos seios. Prendeu-me as mãos e voltou para o aparelho passando a mexer os botões. Comecei a sentir dores indescritíveis e sensações diversas: frio, calor, asfixia. Foi iniciado o interrogatório²⁷⁵.

Figura 4 – Paulinho, filho desta raça que não devia nascer e de Hecilda



Fonte: *Brasil Mulher*²⁷⁶

Já na fase coordenada por Amelinha de Almeida Teles, o *Brasil Mulher* divulga essa reportagem que é obviamente espiada pelo SISNI. Antes de adentrarmos na visão do aparelho informacional sobre o relato público dessas mulheres, cabe identificar a atuação do aparelho de repressão em suas falas: cientes de que, conforme apresentamos nos capítulos iniciais desta dissertação, havia uma correlação ideológica profunda entre as entidades ligadas ao SISSEGIN e ao SISNI. Diante da posição de gênero pretensamente aceita socialmente de mãe, o *Brasil*

²⁷⁵ Encaminhamento nº 246/78/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1539, 30 out. 1978, p.1-18. Arquivo Nacional.

²⁷⁶ CSBH/FPA. Filho desta raça não deve nascer?. *Brasil Mulher*, São Paulo, jul. 1978, nº 13, p.8.

Mulher trabalha sua retórica e deixa claro que havia uma desumanização das mulheres e de sua maternidade dentro dos porões da ditadura, caso estas tivessem sua politicidade à esquerda.

A ‘raça’ das comunistas tinha sua posição de mulher e de mãe constantemente criticadas pelos torturadores: perguntas sobre seus posicionamentos de gênero em relação ao casamento, virgindade ou suas aspirações de vida; chamando-as de mães desnaturadas; e chegando a deixar claro que seus filhos não mereciam nascer. As sevícias que essas mulheres relatam não são criticadas em nenhum momento pelo aparelho informacional. Ao contrário, a DSI/MJ busca apenas explicitar a politicidade “não-humana” desses sujeitos: eram subversivos e estavam mancomunados através de um esquema que visava somente derrubar o governo, “criando fatos reais ou mesmo irreais”. Para os órgãos informacionais, o esquema era explicitado visto a similitude da reportagem saída inicialmente no *Brasil Mulher* e depois publicada “com mais detalhes” pelo jornal *Resistência*.

Ademais sabe-se, consoante os registros existentes nos órgãos de informações e segurança, que **os componentes militantes nos citados jornais e outros de chamada imprensa alternativa ou nanica, são, quase todos, integrantes de organizações subversivas** extintas ou neutralizadas.

[...]Tais fatos vêm demonstrar, irrefutavelmente, um esquema montado através de uma rede de publicações jornalísticas, que **atua explorando os temas de ‘direitos humanos’, ‘torturas’, ‘anistia’ e outros para, deturpando ou criando fatos reais ou mesmo irreais, incutir um espírito antirrevolucionário no povo**²⁷⁷ – grifos nossos.

É evidente que a temática dos direitos humanos era utilizada pela oposição diante da falta de respeito que o aparelho institucional sistematicamente demandava aos sujeitos discordantes e dissidentes. Por mais que o SISNI queira incutir que o debatido naqueles periódicos seria uma deturpação a frase que afirma que os periódicos e as militantes estavam “criando fatos reais ou mesmo irreais” é sintomática: é possível criar fatos reais? Afinal, os fatos citados pelos periódicos eram reais ou irreais? Evitando aprofundar-se em temática que afundaria no lamaçal da culpabilidade, o aparelho informacional preferiu utilizar essa linguagem difusa para lançar suspeição às vítimas e aos periódicos que denunciavam os fatos.

Diante da reiteração da veiculação da matéria que relatava às sevícias passadas por Hecilda e o detalhamento com tortura que outras mulheres e homens passaram, a edição do *Resistência*, citada dentro do “esquema de contestação ao regime”, acabou sendo apreendida “pelas autoridades da Polícia Federal, em virtude do conteúdo altamente contestador, subversivo e antirrevolucionário”. Um aparelho ditatorial montado de modo a ver todos os

²⁷⁷ Encaminhamento nº 246/78/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1539, 30 out. 1978, p.1-18. Arquivo Nacional.

sujeitos dicotomizados entre os bondosos ocidentais e perversos orientais, ficou colérico diante da lógica reversa apontada diante da exposição das torturas perpetradas pelo Estado brasileiro.

[...]O artigo sobre torturas, impresso em 10 páginas, narra as sevícias que teriam sido impostas a Paulo Cesar Fontelles de Lima, Izabel Marques Tavares da Cunha, Humberto Rocha Cunha e Hecilda Mary Veiga, todos integrantes da SPDDH²⁷⁸, de forma a incriminar e apresentar como “monstros bestiais”, todos os integrantes dos órgãos de segurança, inclusive o SNI, que não vacilam em torturar, vilipendiar e até mesmo assassinar, mulheres grávidas e “inocentes estudantes”, dando destaque ao fato que tais acontecimentos se desenrolaram a apenas 500 metros do Palácio do Planalto, dentro da dependência do Ministério do Exército.²⁷⁹

Como afirma o famoso ditado Narciso acha feio o que não é espelho e, não podendo negar plenamente os fatos, o SNI preferiu relativizar os papéis apontados aos estudantes e a eles mesmo, que seriam inocentes e bestiais, respectivamente e apenas entre aspas. O movimento de mulheres e de outras minorias também era observado em consonância com o crescimento do *Partido dos Trabalhadores* e Luiz Inácio Lula da Silva. Essa possível aliança entre os movimentos populares e o avanço petista era espiado dentro do SISNI como a abertura de um momento revolucionário. O *Em Tempo* afirmava, nas páginas anexadas pelo órgão informacional, que:

Sem dúvida, um fenômeno assim teria uma enorme repercussão política, comparável ao processo revolucionário atual na América Central e a revolução política em curso na Polônia. Um PT que ganhasse o apoio dos trabalhadores, das minorias oprimidas, das mulheres e da juventude, provocaria um colapso político no seio do monstro imperialista.²⁸⁰

A aliança dos trabalhadores, das minorias, da juventude e das mulheres sob a liderança do PT seria, para o *Em Tempo*, algo revolucionário na medida do que estava acontecendo na Nicarágua Sandinista, que encerrará a ditadura de 4 décadas dos Somoza e inspirava outras possíveis revoluções de guerrilha em El Salvador e Guatemala; ou ainda algo próximo a democracia autogestionária e proletária que os trabalhadores ensaiaram organizar na Polônia entre 1980 e 1981. Comentando a crise política e econômica que o país vivia naquele tempo, a mesma edição do *Em Tempo*, evidenciava o poder das manifestações femininas e sua centralidade naquele momento político: diante da crise inflacionária e de empregos foram elas que se organizaram e conseguiram “expor diante de Figueiredo uma faixa em protesto contra a carestia, tumultuando e retirando o caráter festivo” de uma inauguração que o presidente

²⁷⁸ Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos

²⁷⁹ Informação nº 459/78/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1219, 31 mai. 1978, p.71-111. Arquivo Nacional.

²⁸⁰ Trotskistas declaram aberto o movimento revolucionário impulsionado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-573, 03 nov. 1981, p.3-22. Arquivo Nacional.

realizava no Rio de Janeiro²⁸¹. Esse incidente causado pelas mulheres ao governo demonstraria, ao jornal, a doença que o regime estava passando naquele momento e tinha relação com a própria doença do ditador: que infartou pouco depois do evento e da faixa em protesto. A relação do PT com as mulheres e as minorias oprimidas também era explicitado por Lula na Convenção Nacional do partido, realizada em 27 de setembro de 1981 e que também fora divulgada pelo *Em Tempo* evidenciando a “clara a opção socialista do PT”.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por esse país. Frente a cultura machista que respiramos, as estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, **reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e Mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras super exploradas.** A luta das mulheres deve ajudar, a nós homens, a nos reeducarmos, na direção da **sociedade igualitária que queremos construir juntos.** Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligasse da luta global de todos brasileiros por sua libertação. A questão feminista não interessa só às mulheres e não se reduz a conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são mais paliativos burgueses[...]. **Há, em nosso país, uma discriminação racial genericamente velada. (...) Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço** em nossa sociedade. **Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como o caso de polícia.** Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, **convocando as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.** [...]Somos **solidários a causa indígena**²⁸² – grifos nossos.

Diante dos movimentos organizados dos sujeitos sociais, das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, do relatado pelo *Em Tempo* e do discurso de Lula – que ainda acrescentava às minorias oprimidas os homossexuais e os indígenas –, a DSI/MJ acreditava que estava declarado de forma “aberta” que “os trotskistas consideram iniciado um movimento revolucionário impulsionado pelo PT”. Assim, o SISNI observava todo e qualquer movimento popular e minoritário com suspeição: eles estavam dominados ou manipulados pela oposição; todos estavam organizados com o fim último de derrubar o governo; essa adversidade e essa subversão tinham ligações entre si e diretamente com o comunismo internacional; por causa disso, a qualquer momento, o governo poderia cair e o marxismo tomaria conta do país.

A visão linha dura hegemônica dentro do SISNI chegou a observar subversão, contestação ao governo e/ou propaganda comunista dentro de simples discussões sexuais reportadas nos meios de comunicação social. Em relatório sobre a subversão no Brasil em 1979, o CIE indicava que havia encontrado “pelo menos um caso de atividade contra a moral da

²⁸¹ MACHADO, João. A Crise no coração do poder. *Em Tempo*, São Paulo, 12 de outubro de 1981 in: Trotskistas declaram aberto o movimento revolucionário impulsionado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Op. cit.

²⁸² Trotskistas declaram aberto o movimento revolucionário impulsionado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-573, 03 nov. 1981, p.3-22. Arquivo Nacional.

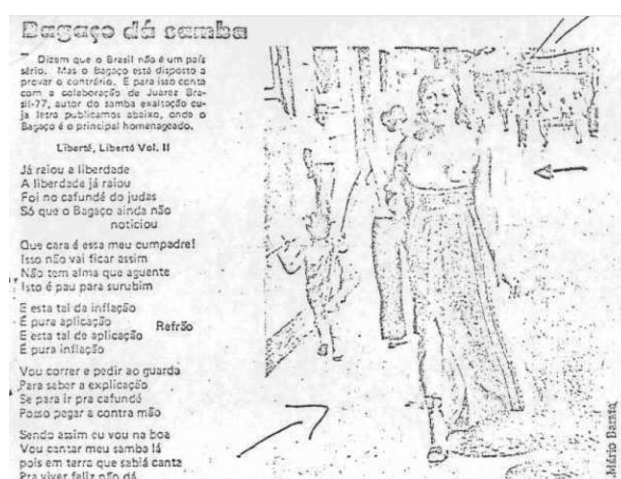
sociedade”, em uma exposição de arte, realizada “sob o beneplácito de setores culturais” do município do Rio de Janeiro e onde ocorreu a apresentação de “três pinturas pornográficas onde avultava a figura de um pênis”²⁸³. Dentro da imprensa escrita, a simples representação da liberdade social representada por uma mulher que mostrava publicamente seus seios mereceu, em 9 de março de 1978, espionagem e crítica do SISNI.

Foi colocado em circulação o exemplar de janeiro/fevereiro de 1978 do **jornal Bagaço**, um dos expoentes da “imprensa nanica”. **Dentro da linha de propaganda comunista e contestação ao Governo Revolucionário** seguida pela citada imprensa, destacam-se no referido número os seguintes tópicos:

- a) Relação de subversivos desaparecidos[...]. (**anexo**)
- b) Artigos com referência às mortes dos subversivos *Stuart Angel* e *Antônio Marcos Pinto De Oliveira*[...].
- e) Foto de mulher com os seios à mostra, caminhando pela rua[...]. (**anexo**)²⁸⁴ – grifos nossos.

Neste informe fica explicitado a proximidade e a correlação observada dentro dos órgãos informacionais entre as pautas sexuais e libertárias, com a pauta política. Especificamente, entre a exposição de seios e a exposição de informações sobre desaparecimento e morte de “subversivos”. Ambos mereciam ser enquadradas pelo aparelho informacional e eram fichados como “propaganda comunista” e de “contestação ao governo revolucionário”. Outro fato que chama atenção no documento é a seleção de diversas matérias dentro do jornal que seriam parte dessa linha propagandística, mas que são ignoradas no anexo reportado ao sistema informacional, caso das matérias que relatam as mortes de *Stuart Angel* e *Antônio Marcos Pinto De Oliveira*. Enquanto essas não são anexadas, o seio subversivo o é.

Figura 5 – A subversão dos seios



Fonte: *Bagaço*²⁸⁵

²⁸³ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

²⁸⁴ Encaminhamento nº 207/78/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1219, 09 mar. 1978, p.1-9. Arquivo Nacional.

²⁸⁵ BAGAÇO, Rio de Janeiro, jan./fev. 1978, nº 2 in: Encaminhamento nº 207/78/DSI/MJ. Op. cit.

Dentro da dissidência sexual em relação aos gêneros, o discurso de Lula e documentos citados ao longo do capítulo já explicitam a observação do regime de que havia uma correlação de forças somadas entre os movimentos minoritários. Nessa perspectiva, o lançamento do jornal *Lampião de Esquina*, divulgado com êxtase pelo *Correio Braziliense* em 10 de março de 1978, passou a ser um problema para a Ditadura. Segundo o CIE:

Verifica-se da leitura da notícia que o citado jornal, embora dando ênfase a questão homossexual, pretende ainda **abrir lugar na imprensa alternativa** ('nanica') **para 'setores discriminados** na sociedade, **como por exemplo, as mulheres**, os indígenas e os negros...' [...]. As indicações da breve notícia permitem antever a circulação dirigida de mais uma publicação que **abranjerá temas atentatórios à moral e contestatórios a ordem e ao regime**, ao se propor a **defender não só homossexuais como atividade normal, mas, também, 'setores marginalizados' da sociedade.**²⁸⁶
– grifos nossos.

Assim haveria um duplo problema no lançamento do periódico: a defesa da normalidade da homossexualidade e a defesa dos “setores marginalizados” socialmente, como mulheres, indígenas e negros. A correlação de força entre essas demandas seria, obviamente, atentatória à moral e aos bons costumes daquela ditadura, mas também tornar-se-ia claro sinal de contestação à ordem e a própria existência do regime.

[...]mais do que a propaganda do jornal a ser lançado, é notado **um esquema de apoio a atividade dos homossexuais**. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em **órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas**. Aliando-se a este fato a **intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos** e de ‘ocupar um lugar certo - inclusive politicamente –’, pode-se estimar **alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema**²⁸⁷ – grifos nosso.

Três meses antes do lançamento oficial do *Lampião de Esquina*, os órgãos informacionais já observavam sua gênese e a exposição temática da homossexualidade. Acima é relatado a visão do SISNI em relação a matéria sobre a *Imprensa gay* e o lançamento do *Lampião de Esquina*, publicada na revista *Isto É* nº 53, de 28 de dezembro de 1977. A revista, que segundo o documento já havia se tornado “conhecida pela defesa das ideias-força esquerdistas”, estaria dando “encorajamentos aos homossexuais que ainda vivem às escondidas”. Dentro da matéria reportada, Valdo Pereira, “criador de cartão de crédito gay”, declara abertamente que “torce para seu futuro filho ser homossexual”. A normalização da dissidência sexual homossexual passava assim a ser problema de segurança nacional, visto a intenção destes em organizarem-se em *movimentos* e a provável aliança do nascente grupo com os comunistas. Deixando claro o incomodo do aparelho informacional da Ditadura em relação

²⁸⁶ Informação nº 483S/102-A11/CIE. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1219, 06 abr. 1978, p.199-2. Arquivo Nacional.

²⁸⁷ Informação nº 1676S/102-A11/CIE. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1219, 29 dez. 1977, p.147-150. Arquivo Nacional.

à abertura política iniciada, e a possibilidade que essas temáticas “imorais” davam pra o país se abrir às ideologias esquerdistas, o relatório era claro: “se é verdade que maior liberdade foi dada a imprensa[...], não é menos verdade que o uso exagerado dessa liberdade, deve ser coibido quando estão em jogo preceitos morais e éticos que são o sustentáculo da família brasileira, principal célula de resistência ao avanço de ideologias espúrias”.²⁸⁸

Nesse sentido, as questões da homossexualidade são um paralelo interessante da temática e aparecem por diversas vezes na documentação: tanto do ponto das lésbicas, quanto dos gays. A proximidade entre essas questões e as questões feministas aparecem nos periódicos aqui estudados, mas em diversos outros da imprensa alternativa: tudo isso sendo atentamente observado pelos militares, seja através dos conteúdos, seja através das ligações políticas daquelas e daqueles que atuam nos jornais, ou até por causa de questões técnicas. Para a DSI/MJ, o *Jornal do Gay* publicava “notas e reportagens ligadas ao homossexualismo tentando conceitua-lo como atividade normal que precisa ser assumida pelos que a praticam e reconhecida pelos demais”.²⁸⁹

Há assim, mais uma quebra dos padrões de gêneros sugeridos, dessa vez com a sexualidade masculina. O cercamento de gênero que via no homem o varão que daria esteio à família, seus filhos e mulher, era plenamente quebrado com esse tipo de jornal difundindo suas ideias. Para os arautos da segurança nacional, essa posição seria moralizante, pró-família, mas também uma posição de segurança nacional. Na lógica militarista estudada, pensava-se a família como um pilar daquela sociedade e esta era almejada apenas de modo nuclear e heterossexual, ignorando a monoparentalidade (tão comum a várias mães solas) ou a homoparentalidade. Ademais, fugir do padrão familiar do regime e daquela sociedade era ceder ou fomentar ideias amorais e comunistas. Dentro desse pensamento, as investigações seguem:

A publicação [*do Jornal do Gay...*] torna com excelente propaganda, a pederastia e a homossexualidade atraentes para a juventude. Esta publicação divulga lugares de encontro de pederastas, protege e incentiva a anormalidade sexual e principalmente procura **criar um "movimento"** que ampare, proteja, legalize e torne a homossexualidade tão normal, à sociedade, quanto as relações sexuais entre as pessoas de sexos opostos.

A revista espanhola (*Lambda*) postada para o Círculo Corydon[...] dá acontecer a identidade de interesses que o movimento "Gay" julga comuns com os do movimento Feminista.

²⁸⁸ Informação nº 1676S/102-A11/CIE. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.PRO-1219, 29 dez. 1977, p.147-150. Arquivo Nacional.

²⁸⁹ Informação nº 490/78/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-306, 09 jun. 1978, p.135-136. Arquivo Nacional.

Das duas publicações - em virtude do anormal e pornográfico nelas contidos para difusão, principalmente a juventude: conclui-se que o movimento "Gay" procura expandir-se com adesões da juventude brasileira²⁹⁰.

Assim, tornar-se-ia claro para a DSI/MJ que havia uma intenção de criar-se um “movimento gay” – mais um movimento social minoritário – e que a imprensa destinada a esse público visava crescer a adesão ao movimento homossexual perante a juventude: o que seria crime diante da formação familiar, mas também dentro da lógica da adesão de movimentos contra o próprio regime. A citação da similitude de pauta entre movimento feminista e movimento gay reforçaria essa lógica dentro dos meios informacionais. Editado pelo Círculo Corydon, o *Jornal do Gay* era observado não só como integrante de um movimento internacionalista e homossexual, próximo ao movimento feminista, mas como tudo isto seria “consoante” com as teses marxistas-leninistas:

Também o fato de o “Jornal do Gay” ser impresso nas oficinas da PAT - *Publicações e assistência técnica LTDA*, que imprime uma grande variedade de jornais da “Imprensa Nanica”, de conhecida linha contestatória e subversiva, **vem demonstrar um esquema perfeito, consoante as teses marxista-leninistas, que visam a derrocada das instituições, não só políticas como sociais, do mundo ocidental - grifo nosso.**²⁹¹

Assim, a união *feminismo-movimento gay internacional* ainda é complementada com uma suposta aliança às ideias marxista-leninistas. Afinal, na lógica de Segurança Nacional era objetivo do comunismo internacional a derrocada das instituições ocidentais: entre essas, a família. Não precisava de provas, esta era a tese e qualquer coisa confirmaria o marxismo-leninismo: neste caso, apenas o local de impressão dos periódicos. Esse ponto de vista técnico era suficiente para os órgãos militares de informação aproximarem esses assuntos “morais” à politicidade comunista. Para realizar essa aproximação, além do conteúdo liberalizante social e contestador politicamente, os investigadores evocavam a gráfica de impressão de diversos periódicos alternativos, a PAT – *Publicações e assistência técnica LTDA*.

Nessa gráfica eram prensados periódicos como *Movimento*, *Maria Quitéria*, *Brasil Mulher*, *Jornal do Gay*, *Opinião*, *Nós Mulheres*, *Extra!*²⁹², entre outros. Dentro da lógica militarista, qualquer alternativo impresso nas dependências da gráfica acabaria denunciado como comunista. Mesmo sobre o insuspeito *Jornal do Gay*, repleto de eventos festivos para a comunidade LGBTQI+ e evidenciando mecanismos capitalistas de inclusão, como o Cartão de

²⁹⁰ Encaminhamento nº 143/79/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 06 jun. 1979, p.1-16. Arquivo Nacional.

²⁹¹ Informação nº 490/78/DSI/MJ, *op. cit.*

²⁹² Cf. CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975 – 1979*. São Paulo, PUC-SP, 2008, p.43.

Crédito Gay, a pecha comunizante era evidenciada. Ao jornal cabia noticiar, ensinar e naturalizar eventos e fatos como: o roteiro gay do sul, que ensinava onde badalar e ‘caçar’ em Florianópolis; a criminalização e processo penal de um casal anti-gay estadunidense – Anita Bryant e Briggs –; o fato de Edgar Hoover ser um ‘excelente’ profissional como chefe do FBI e assumir sua homossexualidade. Já aos órgãos de informação cabia observar nisso, de alguma forma e conforme os mecanismos citados, algum ensinamento de Marx e Lênin.

Nas citações, de dois documentos diferentes com intervalo de cerca de um ano, a lógica militar diante da aliança entre os *insurgentes* movimentos gay e feminista reforçam-se: se o instituto espanhol *Lambda*, envia seu boletim informativo ao Círculo Corydon, que edita o *Jornal do Gay*, logo haveria ali uma internacionalização do movimento – é interessante rememorar aqui também a ideia das organizações de fachada do ponto de vista internacional. Não só um movimento Gay, mas uma aproximação com um movimento feminista: desmoralizando ainda mais os padrões de gênero. Inclusive, essa afinidade entre as organizações é apenas sugestionada, visto o exemplo catalão: onde houve, de fato, uma união, na cidade de Barcelona, do movimento feminista da cidade com a *Frente De Liberação Gay Da Catalunha*. Essa aproximação é citada, conforme o *Lambda*, da seguinte forma:

Y estos paralelismos en lo que atañe al trato que mujeres y gays recibimos del Gobierno, podríamos hacerlos en gran cantidad de aspectos en nuestra existencia social, política y cotidiana. La misma opresión por parte de una sociedad machista. La misma negación al propio cuerpo. Dificultades en el trabajo – la mujer infravalorada, el gay, presentado como tal, también infravalorado – y un largo etcétera. La lucha de la mujer por su liberación tiene muchos puntos de coincidencia con la lucha del gay por la suya y es por eso que los movimientos feministas y gays unen sus fuerzas en la lucha contra todo aquello que atenta a nuestras libertades²⁹³.

Diante do exposto, mais uma vez é reforçado a ideia de que precisamos tomar todo cuidado ao separar a análise das questões sexuais e políticas, em nossa documentação. É necessário assim, pensar a questão das investigações e censura sociais na lógica revolucionária de Carlos Fico, não na lógica divisionista, do ponto de vista legal, do mesmo. Por mais que os preceitos legais utilizados pelo regime fossem diferentes, o nexo por trás deles era o mesmo. Pensar globalmente, conforme os próprios militares pensavam a estratégia comunista pós-guerrilha é fundamental e o próprio Fico conseguiu fazer isso pensando na “moral Revolucionária”. Dentro dessa lógica, o trabalho vem expondo como a categoria gênero estrutura diversas manifestações investigativas e censórias. Corroborar pra esse entendimento, estudos de gênero feitos em outros períodos históricos: conforme aponta Federici, em sua

²⁹³ Encaminhamento nº 143/79/DSI/MJ, *op. cit.*

análise da sociedade feudal, não dá para pensar as organizações heréticas apenas do ponto de vista religioso, visto que os grupos demandavam mudanças estruturais diversas e a religião estrutura muitas das relações sociais, incluso a relação de gênero. Nessa perspectiva, as mulheres que falavam abertamente de sexualidade no Brasil também eram alvo da pecha comunista.

Na Bandeirantes, na primeira vez que fui chamada à censura, a censora-chefe de São Paulo era a Dra. Judite. E a primeira coisa que ela disse foi:

– Eu não sabia que você era tão moça.

Ela já ficou muito pau da vida que eu era tão moça.

– Aqui neste país você não vai ensinar coisa de comunista

– Mas não sei que coisas de comunista que eu tô (sic) ensinando?

– Educação sexual! Isso é coisa pra comunista!

– Eu não sabia que só comunista trepava.²⁹⁴

A fala acima é recortada de uma entrevista, feita por Henfil e Ricky com a apresentadora Xênia, no *Pasquim*, e que se encontra em outro relatório da DSI/MJ, datado de 12 de fevereiro de 1981. O documento buscava demonstra a contaminação da comunicação de massa por assuntos inadequados, perante a ordem social almejada pelo governo ditatorial. Para os informantes, além de revistas, como *Playboy*, *Status* e *Ele e Ela*, “exclusivamente pornográficas, tem se verificado, ultimamente, a difusão, com grande intensidade, desses assuntos proibidos, não só pelos veículos da imprensa alternativa, como também por órgãos da chamada grande imprensa”. A preocupação dos órgãos de informações e a atuação da “Dra. Judite” demonstram a paranoia “comuno-contestatória” presente na atuação censória e evidenciam como agentes do regime esperavam que uma “moça” se portasse: definitivamente, longe de debates sexuais.

Uma das pioneiras do feminismo na televisão, Xênia Bier – pseudônimo de Vilma Barreto –, era apresentada pelo *Pasquim* como “a primeira a falar de sexo na TV (e a primeira a ser proibida de falar de sexo na TV!)”. Na entrevista a Ricky e Henfil fica claro como seus posicionamentos eram visualizados pelo governo: o moralismo social chegava a conectar, diretamente, o comunismo com as questões da educação sexual. Fichada como “cadela soviética”²⁹⁵, a ácida entrevista da autora toca em suas experiências sexuais, na experiência com a censora-chefe de São Paulo e na cassação de seu programa.

²⁹⁴ Publicação pela imprensa de assuntos contrários à moral e aos bons costumes. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-485, 12 fev. 1981, p.1-37. Arquivo Nacional.

²⁹⁵ FEFITO. *Morre Xênia Bier, primeira feminista assumida da TV brasileira, aos 85 anos*. Portal Splash - Uol, 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/XeniaUOL>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

O que eles alegaram pra cassar o programa?

XÊNIA — Essa cassação veio em seguida a um programa em que abordei, com muita dignidade, o coito anal. Treze anos de programa me davam o direito de dizer que o coito anal é uma relação entre opressor e oprimido. Isso não vinha de nenhuma carga de preconceito, vinha de uma imensa correspondência que eu recebia em que as mulheres se submetiam ao coito anal com o maior nojo e repulsa, mas se submetiam, senão o marido procurava outra fora, e ela perdia sua fonte de renda que era o marido. Cassaram o programa. Quase empacotei no DOI-CODI de São Paulo, (para o gravador). Alô, alô, Carlinhos de Oliveira, tô ganhando de você: tive duas pancreatites, as duas por causa de problemas com a censura.

Escrachada, Xênia revela o tratamento que uma mulher livre dos cercamentos sociais que a categoria de gênero pretensamente aceita socialmente acaba sofrendo. Falando publicamente a favor da liberdade sexual feminina, coube a apresentadora um quase “empacotamento” no DOI-CODI. Suas atitudes perante as questões de gênero e sua constante luta pela liberdade sexual feminina eram facilmente vistas como uma das estratégias psicossociais do “movimento comunista internacional”: não é à toa a acusação da Dra. Judite, perante a Educação Sexual feita por Xênia na TV. Sendo a Doutrina de Segurança Nacional a liga teórica fundamental que liga essas questões feministas com o comunismo.

Consideradas subversivas, inadequadas pelo regime ditatorial e por parcelas da população, como fica explicitado nas mobilizações pró-Golpe ou mesmo nas manifestações de apoio à censura governamental, **as mudanças comportamentais e identitárias deveriam ser enfrentadas através de uma “estratégia psicossocial” ainda pouco analisada historicamente.** É possível identificar alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças representadas por “maus comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais²⁹⁶ – grifo nosso.

Ainda cabe um aprofundamento das questões elencadas como tipicamente libertárias do ponto de vista comportamental²⁹⁷ – sexual, em sua maioria –. Até aqui buscamos elencar apenas aquelas que são explicitamente delimitadas pelo SISNI como comunistas, esquerdistas, marxistas, contestatórias ao regime e que se englobavam numa lógica de união de movimentos minoritários diversos. Movimento feminista, movimento gay e lésbico, movimento de negros, movimento indígena, movimento de desempregados, diversos grupos identitários, estavam “tomando consciência” de suas condições sociais de oprimidos e, para os órgãos informacionais, poderiam unir-se, a qualquer momento: com intervenções diretas de partidos e organizações de fachada do comunismo internacional, para derrubar o governo e a moralidade social.

²⁹⁶ Duarte 2011, p. 5.

²⁹⁷ Coisa que realizaremos, em parte, no capítulo seguinte, através da observação da atuação do *Mulherio* e suas pautas perante o SISNI.

Voltemos ao pedido de busca feito pelo 5º GAC AP à PF. Diante das perguntas feitas pela brigada militar e que já elencamos anteriormente no capítulo, a Polícia Federal posiciona-se com informações que demonstram, efetivamente, a coesão ideológica presente dentro do SISNI. No documento é observável que a PF reforça o posicionamento dos órgãos informacionais, indicando que, naquele ano, os movimentos populares já estariam dominados pela oposição: “os líderes ou mentores ideológicos” dos movimentos populares, “em sua maioria, integram os quadros dos partidos políticos de oposição, como, *Partido Do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)*, *Partido Dos Trabalhadores (PT)* e *Partido Democrático Trabalhista (PDT)*”. Ademais, independente do movimento popular está ligado ao feminismo, aos negros, aos desempregados ou aos moradores da periferia, era notório que todos se caracterizavam por “estabelecer o confronto com o Governo Federal, no encaminhamento da solução de seus problemas”, mesmo que procurando “manter sua identidade própria”²⁹⁸.

Para complementar a óbice posta aos ditadores, era observável pela polícia que havia um esquema entre os governantes oposicionistas para apoiar e até encobrir ações supostamente criminosas dos movimentos populares: esses governantes, “simpatizantes de suas causas”, deixariam de “reprimi-los quando põem em risco a integridade dos patrimônios públicos e privados”. Uma plena confluência antigovernista estava posta e visaria a derrubada do governo e seus valores: ao menos o primeiro caiu pouco menos de um ano após o pedido de busca. Para o SISNI, essa super-reunião entre igreja progressista, movimentos populares e minoritários, partidos oposicionistas, imprensa e organizações de fachada, indicam as novas estratégias do MCI em buscar seus objetivos, de forma coesa e unívoca, através de frentes.

O seu autor acha justo que ‘...nas atuais circunstâncias de enfraquecimento da ditadura e também para condução das lutas que o povo terá de travar para conquistar o seu direito a comer, a viver, a vestir, a morar e a se educar, **que se procure estruturar um instrumento político que corresponda tanto à experiência frentista das lutas sociais** como à existência de correntes ideológicas diferentes no seio da massa urbana e rural’. Para a consecução desse objetivo, achar o signatário, que, além da proposição de marcos programáticos de mínimos, é necessário a ‘...**definição do inimigo que é claramente a aliança entre a tecno-burguesia de estado, as empresas multinacionais e os seus aliados no empresariado e nas forças armadas...**’²⁹⁹.

Acima a DSI/MJ explicita a organização partidária através da formação de frentes, proposta pelo então ex-deputado Federal Márcio Moreira Alves: o homem que em 1968

²⁹⁸ Pedido de busca nº 046-S/2-5º GAC AP. Fundo DI/DPF, Identificação: BR.DFANBSB.ZD.0.0.0004A-0001, 06 jun. 1984, p.1-5. Arquivo Nacional.

²⁹⁹ Encaminhamento nº 059/79/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-294, 16 abr. 1979, p.3-7. Arquivo Nacional.

desafiou as mulheres a boicotarem o militarismo e acabou desencadeando o processo que levaria ao AI-5 e sua cassação. O malquisto militante estava enviando cartas, em abril de 1979, que endossavam a ideia de criação de uma frente para derrotar os ditadores militares e seus demais aliados – a tecno-burguesia de estado, as multinacionais e seus congregados no empresariado nacional. Essa frente respeitaria as variadas diferenças dos grupos que uniria, diante do objetivo unívoco de derrota da Ditadura. Além disso, unir-se-ia diante das lições já evidenciadas daqueles que já se uniram nas lutas sociais. Em relação a esses grupos sociais, suas ausências nos poderes legislativos e seus avanços recentes, o Deputado cassado afirma que

A ausência de operários, de camponeses, de negros e de mulheres nas Assembleias Legislativas e no Parlamento brasileiro é um retrato entristecedor do pouco desenvolvimento da consciência política dos oprimidos. Na Câmara dos Deputados, expurgada em 1964, apesar da maioria artificial do PTB, não havia líderes operários e o único negro que assumiu a sua personalidade racial e se preocupava com a imensa tragédia das populações de origem africana que no Brasil foram espoliadas não apenas do fruto do seu trabalho como das suas culturas e línguas, era um sociólogo, Guerreiro Ramos. Neste sentido, aliás, **as bancadas oposicionistas resultantes das eleições de 15 de novembro de 1978 são uma representação do considerável progresso da consciência popular** ao longo dos anos da ditadura. [...] **Na Assembleia Estadual paulista sentar-se-á uma das líderes do Movimento do Custo de Vida.** assim como **na do Rio de Janeiro tomará lugar Heloneida Studart**, a primeira militante feminista a ser eleita no Brasil. Mesmo **a Deputada Júlia Marise, eleita por Belo Horizonte**, embora não tenha, ao longo da sua curta vida pública, dado demonstrações de nítida participação nas lutas dos oprimidos, representa um progresso: não é mulher, filha ou Irmã de ninguém. É uma política que se afirmou pelos seus próprios méritos e ocupa um lugar que conquistou. **A mais promissora tentativa de unir a nível nacional os representantes das aspirações populares que já ocorreu na nossa história foi a Frente Parlamentar Nacionalista**³⁰⁰ – grifos nosso.

A fala de Márcio era exposta em um documento chamado de *como fazer uma frente* e deixava a Ditadura alerta em relação ao esquema que ela já observara ser, claramente, uma atitude do movimento comunista internacional, na tentativa de golpear seu governo e o que eles definiam como “democracia” no Brasil. A estratégia das lutas psicossociais, organizadas através dos partidos e de organizações e temáticas de fachada, difusas e que esconderiam o marxismo-leninismo dentro de lutas mais gerais e ligadas as classes sociais oprimidas, ganhava força na formação das frentes. Essa “nova estratégia do MCI” acabou conhecido dentro do meio informacional da ditadura como *estratégia pacífica* e era delimitada diante do fracasso da estratégia armada. Presente em vários documentos, a reiteração sobre esse ponto é enorme e demonstra a preocupação do meio informacional diante da eminente vitória dessa tática. Para o SISNI, essa estratégia era caracterizada pelos seguintes termos

³⁰⁰ Encaminhamento nº 059/79/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-294, 16 abr. 1979, p.3-7. Arquivo Nacional.

- Preconizada pela ‘coexistência pacífica’;
- Busca o poder pela infiltração nos poderes do Governo, principalmente, no Legislativo;
- Exige apoio popular formalizado pela formação de ‘frente’, votos e pressões de base e de cúpula.
- Confunde-se com a oposição lícita empunhando bandeiras que correspondam às aspirações populares e diz-se democrática e nacionalista.
- Coloca o partido como vanguarda da classe operária; não exige estrutura militar paralela, porém seus quadros são preparados para qualquer forma de luta³⁰¹.

Na defesa dessas ideias, as organizações do comunismo internacional estabelecer-se-iam e aproveitavam para tomar o poder dos países “democráticos”. A relação com as organizações de fachada internacionais coliga-se com o quarto termo apontado acima. No caso do exemplo argentino apontado pelo CIEX em junho de 1976, as mulheres daquele país, com o auxílio das organizações do exterior, estavam empoderadas dessa estratégia pacífica.

[...]A *União de Mulheres da Argentina* (UMA), que conta com cerca de meia centena de filiais no país. Tem como finalidade declarada ‘ajudar a mulher argentina no campo cultural, político e social, em problemas do lar e da família e na luta pela paz’. Na prática, procura ocupar a direção de agrupações femininas alheia ao PC para indispor a consciência feminina em teorias comunistas e orientar sua ação em favor de seus interesses e em apoio da política da URSS. Esta organização está aderida a *Federação Internacional Democrática de Mulheres* (WIDF), fundada sob a direção comunista. Na Argentina conseguiu-se infiltrar elementos em diversos partidos de esquerda não marxista e a criar um agrupamento denominado ‘Mulheres Políticas’, do qual participam representantes de diversos partidos não comunistas. [...]A violência permanente, disfarçada de “coexistência pacífica”, aspira a destruição dos estados democráticos, a vitória do marxismo-leninismo e a implantação do Estado totalitário soviético, sob a máscara de governo de liberação nacional.³⁰²

É evidente no documento a visão militarista de um *modus operandi* que prega paz e ‘coexistência pacífica’ dentro da política, e, ao mesmo tempo, organiza os grupos sociais, aqui mulheres, disfarçando-se dentro dessas pautas supostamente democráticas e de libertação das minorias nacionais. Dentro do Brasil, o grupo *União Comunista* (UC), liderados por João Quartim de Moraes e com lideranças conhecidas nacionalmente como Aloysio Nunes Ferreira, também apontava estratégia semelhante: utilização de frentes, união das minorias oprimidas e teoria marxista-leninista. Ao se fundar como entidade política, saída do coletivo *Debate*, a UC afirma que

[...]doravante, portanto, nossa revista não mais falará em nome do *Coletivo Debate*, mas como órgão teórico-político da União Comunista, organização capaz de influenciar setores significativos do movimento social não somente por suas ideias, mas por sua **ação direta sobre diferentes frentes de luta do movimento dos explorados e oprimidos.**

A *Plataforma pela União dos Comunistas Brasileiros* alinha **três tarefas básicas, susceptíveis de virem a transformar em vitórias as derrotas passadas:**

- 1) ligar-se à luta de massas;

³⁰¹ Sumário geral para acompanhamento. Fundo DPF/Juiz de Fora - MG, Identificação: BR.DFANBSB.HE.0.IVT-0096, 08 out. 1981, p.18. Arquivo Nacional

³⁰² Informação nº 172/76. Fundo CIEX, Identificação: BR.DFANBSB.IE.0.0.0015, 09 jun. 1976, p.19-29. Arquivo Nacional.

- 2) desenvolver a luta ideológica[...];
 3) lutar pela reunificação dos marxistas-leninistas **num partido revolucionário da classe operária e de todos os explorados e oprimidos do Brasil**[...] ³⁰³

A atuação da UC, sob liderança de figuras importantes, como João Quartim – que havia participado antes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e observara que o sectarismo fragmentário dos comunistas levou a eminente derrota da estratégia de guerrilha – era observado com atenção pelos SISNI. Em junho de 1979, ficava claro para o CISA, que a *plataforma pela união dos comunistas* era parte da estratégia de frentes, que visava a reunião de toda classe operária e “todos os explorados e oprimidos do Brasil”. O órgão informacional indica que era diante do trabalho pela unidade que o grupo tomaria expressão, através da união “no movimento sindical, no movimento estudantil, na imprensa ‘democrática’, no movimento feminista e nos movimentos de massa nos bairros periféricos” ³⁰⁴.

Do ponto de vista do movimento feminista, a investigação ainda aponta que a recém criada UC já atuava, desde o coletivo e a *Revista Debate*, dentro das pautas feministas: na revista lançada em 29 de maio de 1978, Alice Paiva e Helena Oliveira assinavam o artigo *O feminismo no Brasil, hoje*; já Francisca Pereira escrevia a matéria *Imprensa feminina*, na edição de 24 de dezembro de 1976; Joana Almeida, no exemplar de 17 de janeiro de 1975, escrevia uma *Contribuição a uma análise marxista da questão feminina*; em 20 de novembro de 1975, *Alguns aspectos da situação da mulher brasileira* era lançado como artigo por Maria Ribeiro. Era evidente assim que a organização, de fato, já atuava e tinha diretrizes sobre o movimento de mulheres: o proposto não era apenas simples recurso retórico. Além da UC, o CISA também relata no documento a atuação MR-8 perante a ideia de Frente. Nessa disposição, o MR-8 havia aprovado desde 1976, em seu I congresso, a *Plataforma de Resistência* que indicava como metas políticas: a “derrubada da ditadura militar”; as “liberdades democráticas”; luta “contra o arrocho, por melhores salários, contra a carestia”; ações “contra a discriminação da mulher”.

O mesmo grupo, naquele 1979, reiterava na sua ideia frentista denominada *Programa Socialista da Revolução Brasileira* (PSRB) e que delimitava como objetivo da frente, mais uma vez, a “absoluta igualdade de direitos entre o homem e a mulher” ³⁰⁵. Noutro documento, datado do mesmo ano, o SNI define que a nova estratégia do MR-8, delimitada no PSRB “já adaptado

³⁰³ Informação nº 167/D/CISA-BR/79. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 04 jun. 1979, p.28-126. Arquivo Nacional.

³⁰⁴ Informação nº 167/D/CISA-BR/79. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 04 jun. 1979, p.28-126. Arquivo Nacional.

³⁰⁵ Informação nº 167/D/CISA-BR/79. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 04 jun. 1979, p.28-126. Arquivo Nacional.

ao atual estágio da subversão no Brasil, no qual o ‘trabalho de massa’ e a formação do ‘Partido Revolucionário dos Trabalhadores’ substituiu o ‘militarismo’ da década dos 60”³⁰⁶. Fazendo autocrítica e repudiando o militarismo da década de 1960, que afastou os comunistas das bases sociais, o MR-8 passaria a pautar, dali em diante, sua atuação no *massismo*. Sobre a organização dessas frentes, o CISA e o SNI eram categóricos:

A tática atual do *Partido Comunista Brasileiro*, do MR-8, da *União Comunista* e de todas as demais organizações é a formação de uma ampla ‘Frente’ para a derrubada da ‘ditadura’ militar[...]. A unificação da esquerda numa ampla Frente Popular — ou qualquer outra denominação semelhante [...*seria um*] ‘salto de qualidade’ a que se refere Lênin em seus escritos e virá acrescentar um maior grau de dificuldade, aos órgãos do Sistema Nacional de Informações, na tarefa de definir e identificar os limites da subversão do regime[...]”³⁰⁷.

O resultado do trabalho dessas “frentes” foi o desenvolvimento, em torno do MDB, de uma federação de oposição que congrega as forças opositoras, [...*atuando*] através dos ‘autênticos’ do MDB, do clero progressista e todas suas pastorais, dos órgãos de comunicação social, de diversas organizações de frente, tais como: Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), Centro Brasil Democrático (CEBRADE), Movimento do custo de Vida (MCV) e de diversas entidades legais infiltradas como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras”³⁰⁸.

Seguindo a lógica militarista sobre a atuação do MCI é interessante especificar que nas atuações em frentes ou “super-frentes”, as organizações de frente ou de fachada eram primordiais, visto seu caráter e prestígio que as distinguia como, supostamente, não-comunistas, “convertendo-se assim em eficazes instrumentos de ação, tendo em vista que a atividade está revestida de humanitarismo e neutralidade”³⁰⁹. Todavia, para o CIEX “atrás dos fins ‘humanitários’ e fins ‘benéficos’, está o aparato do Partido Comunista, que trata de conseguir, mediante os ‘idiotas úteis’³¹⁰, o consenso para seus objetivos imediatos”³¹¹.

³⁰⁶ Encaminhamento nº 011/16/AC/79. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.KKK-81001308, 30 jul. 1979, p.1-99. Arquivo Nacional.

³⁰⁷ Informação nº 167/D/CISA-BR/79. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 04 jun. 1979, p.28-126. Arquivo Nacional.

³⁰⁸ Encaminhamento nº 011/16/AC/79. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.KKK-81001308, 30 jul. 1979, p.1-99. Arquivo Nacional.

³⁰⁹ Informação nº 172/76. Fundo CIEX, Identificação: BR.DFANBSB.IE.0.0.0015, 09 jun. 1976, p.19-29. Arquivo Nacional.

³¹⁰ Não é central no debate, mas cabe considerar as reverberações da aliança direta entre a Doutrina de Segurança Nacional, a atuação dos órgãos informacionais e a atualidade. O termo ‘idiotas úteis’, por exemplo, era e ainda é muito utilizado pelos militares. Em maio de 2019, quando estudantes protestavam contra os cortes educacionais perpetrados pelo governo Jair Bolsonaro, este respondeu: “...a maioria ali é militante. Se você perguntar a fórmula da água, não sabe, não sabe nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis que estão sendo usados de massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais no Brasil”; cf. BATISTA, Henrique; ORTE, Paola. *Bolsonaro chama manifestantes pela Educação de idiotas úteis. Valor econômico*, 15 mai. 2019. Disponível em: <<http://glo.bo/3rwsNT9>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

³¹¹ Informação nº 172/76. Fundo CIEX, Identificação: BR.DFANBSB.IE.0.0.0015, 09 jun. 1976, p.19-29. Arquivo Nacional.

Segundo os órgãos informacionais, aquela tática de união, de frente, unia-se agora ao esquema de propagação de ideias, em massa, devido ao amadurecimento e aumento do contingente comuno-contestatório da nação – mesmo em época de abertura democrática e derrota das guerrilhas. Logo, mesmo nesta distensão, aos órgãos informacionais, não haveria de existir abertura possível as ideias dissidentes do ponto de vista das “minorias oprimidas”, como os juízos feministas, que teriam potencial destrutivo àquela sociedade tradicional. Não à toa, a vigilância aos periódicos que veiculavam questões de gênero e ao movimento feminista aumenta consideravelmente no período que investigamos – o mesmo diagnóstico é válido as demais questões civis contestatórias, como é o caso do movimento LGBTQIAP+ ou o movimento negro: isto fazia parte da “guerra total” contra o comunismo, seguindo a lógica da *Doutrina de Segurança Nacional (DSN)*.

A dicotomização proposta na DSN entre os “bons, cristãos e ocidentais” e os “perversos, ateus, comunistas”, ajuda-nos a compreender essa organização do SISNI em relação às feministas, sua imprensa e demais minorias que lutavam por melhores condições de vida. Na obra *Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici aponta que é o capitalismo um dos grandes usufrutuários dessas dicotomizações sociais, especialmente como meio de justificação da exploração das classes subalternas. Em sua investigação, a contrarrevolução puxada pela Igreja Católica e sua inquisição, gerou um clima de suspeita máxima em relação ao “outro”, em uma crescente dicotomização dos pares sociais e perseguição sumária. Seria as ideias “ateístas” de Nietzsche e Marx, apontadas por Buzaid, os novos ideais “heréticos”, como a dos cátaros perseguidos pela santa igreja católica?

Como naquele tempo, a construção do inimigo segue um processo onde a oposição ao oponente sempre tende a um dualismo/maniqueísmo, onde há um reforço constante do *ethos* próprio do opressor, como também da noção deste em relação ao inimigo. Parece próprio de regimes e táticas autoritárias e opressoras o uso dos cercamentos sociais como instrumentos de poder, sendo o cercamento de gênero fundamental para a consolidação destes: em um processo onde é comum a desumanização do diferente. Convém uma teorização própria que pense os usos gerais das ideias de gênero e outras representações de desigualdades estruturais em regimes autoritários, todavia, cabe aqui essa consideração empírica e um outro paralelo: o de suspeição generalizada aos dissidentes – ou suspeitos disso. Ainda pensando a inquisição, podemos elencar como um de seus principais legados a generalizada “cultura de suspeita que depende da denúncia anônima e da detenção preventiva e trata os suspeitos como se sua

culpabilidade já tivesse sido demonstrada”³¹²: algo semelhante aos documentos analisados nesse trabalho, onde a pecha de comunista e de desertor do regime está colocado sobre tudo e todos, sem o mínimo possível de defesa – e por vezes sem ligação com a realidade. Sobre esse clima de guerra constante é interessante observar a própria fala dos militares:

No ambiente confuso da luta ideológica do mundo atual, não basta que o militar seja adestrado e dotado de moral. É necessário também que sua mente — o verdadeiro campo de batalha em que se desenrola a guerra revolucionária — seja esclarecida, a fim de fortalecer-se contra a propaganda facciosa do inimigo interno, que busca confundi-la, objetivando dividir e desinformar, objetivo essencial ao sucesso do que pretende³¹³.

Em sumário para acompanhamento do ‘MCB’ (*Movimento Comunista brasileiro*), em pleno mês de outubro de 1981, anos após o fim das guerrilhas, é possível identificar a preocupação militar em relação as organizações sociais (identificadas como ‘OS’). Estas estariam “empenhadas no trabalho de massa dentro do quadro de um período pré-revolucionário”³¹⁴. Este trabalho seria realizado por “intensa ação psicológica, objetivando difundir a ideologia e criar um clima favorável ao movimento revolucionário” e a “organização de uma infraestrutura que objetive o controle físico e espiritual da população”. Segundo o documento, entre diversos pontos, o programa das OS envolveria do fim da censura à Imprensa, a luta “pelos direitos da mulher e do negro”. Os militares costumavam observar toda a dissidência, toda a luta por direitos civis, como impostura planejado pelos comunistas: em seus termos, com a utilização de “organizações de fachada” ou “de frente”. Entre essas organizações do MCB estariam o *Movimento Feminino pela Anistia*, o *Movimento Custo de Vida*, o *Centro da Mulher brasileira* (CMB), associações de mulheres e associações de donas de casa. Esses “movimentos femininos” ainda difundiriam suas ideias através de suas representações em periódicos como “Nós mulheres”, “Brasil mulher”, “Maria Quitéria”, “Fala Companheira” e, na TV, por programas como “TV mulher” e “Malu mulher”³¹⁵.

Mais uma vez, os órgãos informacionais reforçam um caráter de unidade que não é factível: aglutinando diversos movimentos e produções que, na realidade, tem pouco de “comunista” ou, no mínimo, são espaços de embate de ideias, além do comunismo. Essa retórica militar estendeu-se por todos periódicos e jornalísticos feministas investigados e eram perigo

³¹² FEDERICI, *op.cit.*, l.1303.

³¹³ Encaminhamento nº 146/79/DSI/MJ. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-242, 06 jun. 1979, p.61. Arquivo Nacional.

³¹⁴ Sumário geral para acompanhamento. Fundo DPF/Juiz de Fora - MG, Identificação: BR.DFANBSB.HE.0.IVT-0096, 08 out. 1981, p.1-181. Arquivo Nacional.

³¹⁵ Sumário geral para acompanhamento. Fundo DPF/Juiz de Fora - MG, Identificação: BR.DFANBSB.HE.0.IVT-0096, 08 out. 1981, p.1-181. Arquivo Nacional.

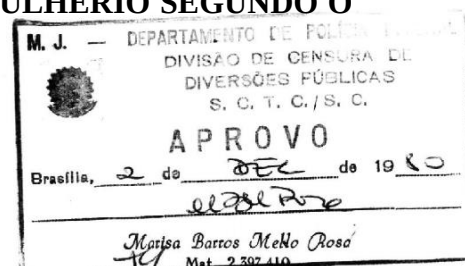
eminente na sociedade, afinal de contas, “mulheres representam 50% da população e constituem extraordinário fator de pressão”³¹⁶. Diante do acompanhado até aqui, a preocupação dos militares dos órgãos informacionais baliza-se em algumas poucas ligações de alguns desses periódicos com grupos de linhas marxistas – isso quando não se baseia em conexões desconexas, errôneas e que, ao fim, indica apenas um preconceito às pautas dos grupos identitários. Ao fim, o SISNI age ignorando toda a divergência entre os meios comunicacionais e as mulheres que os produzia. Dentro da crítica a atuação dessas mulheres e dos discursos gênero-dissidentes, a única ligação constante entre os movimentos é a posicionalidade política dessas mulheres, que em diferentes matizes, participavam do debate público. Ao fim, essa parece ser uma das principais preocupações dos órgãos informacionais: a participação feminina em movimentos políticos diversos, com suas vozes deliberadas em uma imprensa específica e com a assunção de diversas falas questionadoras. Mulheres questionadoras, logo bruxas? Aqui, não. Aqui subversivas e comunistas.

Desse modo, esse capítulo buscou evidenciar a atuação do aparelho informacional em relação aos periódicos alternativos e feministas. Demonstrando temáticas observadas e o *modus operandi* do SISNI, na perspectiva do gênero feminino. Cabe um aprofundamento em relação a isso: é o que realizaremos no próximo capítulo. Nele buscaremos focalizar de modo cronológico nossa análise: evidenciando a constância da observação do SISNI em relação ao periódico feminista *Mulherio*, suas temáticas e a proposta de debates público levantadas pelas mulheres que organizavam aquele que fora o mais longo jornal feminista da História.

³¹⁶ Sumário geral para acompanhamento. Fundo DPF/Juiz de Fora - MG, Identificação: BR.DFANBSB.HE.0.IVT-0096, 08 out. 1981, p.18. Arquivo Nacional

5 O MAIS FEMINISTA DOS FEMINISTAS ESPIADO: O MULHERIO SEGUNDO O SISNI

Minha nega meteu na cabeça esse tal feminismo
 Acho que deu 'caroço' na moringa dela...
 Eu já disse que quero mulher pra me fazer carinho
 Cuidar da minha roupa e mexer com as panelas...
 Eu tinha um amigo que achava
 Que toda mulher deve ter os mesmos privilégios
 E que devem ter os direitos iguais...
 Uma noite a cabrocha que é 'boa'
 Foi a reunião para emancipação
 E de lá se mandou... e não voltou nunca mais³¹⁷



O samba acima é da autoria de Lauro Muller, chama-se *Nega Feminista* e fora aprovado pela censora Maria Barros Mello Rosa, da *Divisão de Censura e de Diversões Públicas* (DCDP) em 2 de dezembro de 1980. O selo de aprovação do órgão indica condescendência com a letra que adverte às mulheres e aos homens as posicionalidades sociais que cabia às primeiras. De atitude cercamentária do ponto de vista do gênero, a letra da canção indica uma mulher parceira, que cuida da roupa, mexe as panelas e fica em seu lugar “natural”, o lar; ao mesmo passo que demonstra a mulher feminista, que sai de casa, que debate política e emancipação e que teria largado seu esposo sem aviso prévio. A significação dada às feministas na canção faz parte da *doxa* social da época, que indicava a essas mulheres características insulares perante os grupos sociais mais tradicionais. Em relação às feministas cabia a pecha de solteironas, mães ausentes, lésbicas, entre outros adjetivos “negativos”.

Por mais que o órgão de censura cultural concordasse com a letra da canção e que o órgão informacional do SISNI pactuasse da lógica cercamentária às mulheres, três meses após aprovação, em março de 1981, saía às bancas a edição de número 0 do *mais feminista dos periódicos feministas: o Mulherio*. Essa edição era uma curta carta de intenções do jornal, com apenas 4 páginas, que visava propagandear ao público o que estava por vir e os objetivos do periódico. Da segunda geração da imprensa feminista brasileira, segundo a divisão de Elizabeth Cardoso, o jornal já discute, abertamente, as questões sexuais e outros temas tabus, mais específicos das mulheres.

Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto “mulher”, antes relegado as páginas de culinária e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e

³¹⁷ Parecer nº 3922/80. Fundo: DCDP. Identificação: BR.DFANBSB.NS.CPR.MUI.LMU-4224, 04 dez. 1980, p.22. Arquivo Nacional.

manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação³¹⁸.

Figura 6 – Feriado pra todos?



Fonte: *Mulherio*³¹⁹

A edição do periódico já demonstra o avanço feminino nas pautas da imprensa escrita, todavia, evidenciando seus limites e os padrões de gênero existentes dentro da imprensa nacional e no povo brasileiro. Lançado bimestralmente, o jornal cresce em sua dimensão, que passa a ter mais de 20 páginas em maior parte das edições, e também em seu alcance popular: atingindo todas as regiões do país e tornando-se o periódico feminista mais longo da imprensa alternativa brasileira. Não tardou para o periódico, seu conteúdo “contestatório” e as mulheres que construíram tudo isso, chamarem atenção do SISNI.

Diante de sua posicionalidade contestatória de gênero e ao regime ditatorial, da aliança com feministas de esquerda e comunistas, da ligação com organizações internacionais, o jornal rapidamente fora identificado como subversivo. Perante essas considerações, das demais propostas nos capítulos anteriores e conscientes de que o jornal surge no ano de 1981 – muito próximo a abertura democrática –, buscaremos, nesse capítulo, demonstrar como o SISNI passou a espiar o *Mulherio* e suas alianças dentro e fora do país. Em pedido de busca emitido pela agência central do SNI datado de julho de 1981, ou seja, entre a edição 1 e 2 do *Mulherio*, o periódico já é definido como um veículo da imprensa alternativa que divulga propaganda adversa³²⁰. Citado entre grandes expoentes da imprensa alternativa como o *Pasquim*, o *Movimento*, a *Hora do Povo* ou o *Coojornal*, o *Mulherio* já despertava o interesse dos órgãos informacionais desde seu início. Além da observação e nichamento do periódico entre os

³¹⁸ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mar./abr. de 1981, nº 0, p.1.

³¹⁹ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mar./abr. de 1981, nº 0, p.4.

³²⁰ Pedido de busca nº 1515/43/AC/81. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.CCC-85012204, 23 jul. 1981, p.1-10. Arquivo Nacional.

alternativos e adversos, o pedido de busca deixa claro a tática militarista informacional de buscar qualquer mínimo de indício para perseguir a imprensa e seus debates. Esses indícios poderiam aparecer sob qualquer um dos dados solicitados

Esta AC/SNI vem elaborando apreciações sob o ponto de vista da propaganda adversa divulgada pelos citados Órgãos.

DADOS SOLICITADOS

- a. Data ou época da fundação de cada um.
- b. Dados sobre os fundadores.
- c. Vinculação do jornal ou da equipe que o compõem com organizações de esquerda.
- d. Dados sobre o esquema de distribuição.
- e. Penalidades sofridas antes de 1980.
- f. Caso exista nessa área outros jornais alternativos além dos citados, encaminhar os dados dos itens acima acompanhados de um ou mais exemplares.
- g. Outros julgados tais e oportunos³²¹.

Encaminhamentos, informes, buscas, relatórios e diversa papelada acumulava-se dentro dos órgãos informacionais. Numa força tarefa que tinha tentáculos por toda parte, os órgãos informacionais buscavam o mínimo de ligação e suspeição para culpabilizar todo e qualquer opositor ou dissidente como subversivo, esquerdista, propagandista adverso – ou realizador de qualquer crime perante a segurança nacional e a moralidade do povo brasileiro. Desse modo, fica claro entender a intencionalidade dos dados solicitados pelo SNI: a culpa já estava presumida, o que eles queriam agora era reforço de ideia; qualquer mínima ficha puxada dentro do SISNI indicaria a óbvia culpa do investigado. Sobre a organização do *Mulherio*, não houve demora de os órgãos informacionais listarem toda sua equipe naquele momento:

Figuram no expediente do jornal, além da jornalista responsável, *Adélia Borges*, as seguintes pessoas:

- a. Conselho Editorial *Carmem Barroso, Carmem Da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro Da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília De Andrade, Mariza Correa e Ruth Cardoso.*
- b. Redação *Adélia Borges, Fulvia Rosemberg e Marília De Andrade* (editoras); *Marlene Rodrigues* (editora de arte); *Cláudia Jaguaribe, Esmeralda Vailati Negrão, Fernanda Arantes, Hermínia Brandão, Ireda Cardoso, Laís Tapajós, Maria Alice Campos Rodrigues e Maria Otília Bochini* (colaboradoras).³²²

Um agente do SISNI com conhecimento do seu arquivo, diante desses nomes, rapidamente classificaria o jornal como “esquerdista”, “adverso” e/ou “comunista”. Mesmo sem conhecimento prévio, bastava o agente pesquisar o nome das responsáveis pelo jornal, dentro do próprio SISNI, que a classificação viria: e veio. Os antecedentes das colaboradoras

³²¹ Pedido de busca nº 1515/43/AC/81. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.CCC-85012204, 23 jul. 1981, p.1-10. Arquivo Nacional.

³²² Informação nº 0288/19/AC/81. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-81019229, 12 ago. 1981, p.1-28.

do *Mulherio* fichados pelo SISNI eram vários. Adélia Borges, jornalista responsável do jornal, havia sido presa pelo DOI/CODI/II e X ou pelo DEOPS/SP segundo documento do CISA³²³. Ao acompanhar esquerdistas nos jornais, o SNI informava que:

Foram demitidos da empresa *O Estado De São Paulo* os jornalistas de esquerda: *Oswaldo Martins, Sergio Mota Melo, Carlos Alberto Sardemberg e Eduardo Brito Cunha*. **Permaneceram os seguintes jornalistas considerados esquerdistas: Leila Ribeiro**, por ser membro do sindicato dos jornalistas, *Cecilia Thompson e Adélia Borges, amante de Sérgio Buarque De Holanda*³²⁴ – grifos nosso.

Carmem Barroso, participante do conselho editorial do jornal, era um dos “subversivos brasileiros” que havia participado de seminário sobre o Brasil em Great Neck, subúrbio de Nova York. Ademais, Carmem havia participado “no México, junto com a comunista Terezinha Godoy (Zerbine)³²⁵”, em junho de 1975, da *Reunião Internacional de mulheres*³²⁶. Quatro meses antes de lançar o *Mulherio*, a mesma ainda seria convidada e Irene Cardoso, da redação do jornal, iria para um Fórum organizado por várias entidades, como, o “jornal *O Trabalho*, a *Convergência Socialista*, o *Movimento Negro Unificado* e o jornal *O inimigo do rei* (anarquista), objetivando iniciar uma *Campanha Nacional pela legalização do aborto*”³²⁷. Heleieth Saffioti, do conselho editorial, além de conhecida comunista, tinha ligação direta com a *Federação Democrática Internacional das Mulheres* (WIDF), para o SISNI “uma organização de Frente do *Movimento Comunista Internacional* (MCI)”³²⁸.

Assim, o SISNI tinha conhecimento que a jornalista responsável pelo *mulherio* era esquerdista, ex-presa da ditadura e “amante de Sérgio Buarque de Holanda”. O corpo editorial tinha jornalistas com ligações às frentes do MCI, já o corpo redacional era composto por gente que participava de fóruns sobre aborto junto de entidades trotskistas (CS). Não era uma ligação, eram várias. Logo a DSI/MJ e o SNI confirmaram o que já era previsto diante do *modus operandi* do SISNI: em 12 de agosto de 1981, o SNI afirmou que o *Mulherio* divulgava assuntos

³²³ Encaminhamento nº 0340/CISA-RJ. Fundo CISA, Identificação: BR.DFANBSB.VAZ.0.0-38974, 28 dez. 1978, p.1-4. Arquivo Nacional.

³²⁴ AC 3060/119/ASP/77. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-81015413, 05 ago. 1977, p.832.

³²⁵ Terezinha Zerbini não era comunista de forma alguma. Discussão sobre seu perfil conservador encontra-se no capítulo 2 dessa dissertação.

³²⁶ Resposta pedido de busca nº 0257/CISA-RJ. Fundo DSI/MRE, Identificação: BR.DFANBSB.Z4.DPN.PES.PFI-0770, 15 abr. 1977, p.30-31.

³²⁷ Relatório periódico de informação nº 026/10/80-SI-DPF/SP. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-80005437, 10 nov. 1980, p.1-4.

³²⁸ Informe nº 045/320/ARJ/80. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.CCC-80002295, 13 fev. 1980, p.1.

de interesse da mulher apenas de forma contestatória e “promovia o socialismo”; dois dias depois a DSI/MJ reiterou o informe³²⁹.

Está circulando o nº 2 do jornal *Mulherio*, de publicação bimestral e relativo aos meses de julho e agosto de 1981. A redação situa-se na *Fundação Carlos Chagas* (FCC), Av. Prof. Francisco Morato, 1565, São Paulo/SP, tendo como jornalista responsável Adélia Borges, registrada no Ministério do Trabalho sob o nº 10.680 - SJESP 4549. A referida publicação, propondo-se a divulgar assuntos de interesse da mulher, o faz de forma contestatória, promovendo o socialismo e propagando literatura esquerdista.³³⁰

Após a “confirmação” da promoção e propaganda do socialismo e do esquerdismo e a defesa da tese de que o *Mulherio* estaria introduzindo assuntos do meio feminino de forma errônea, a DSI/MJ anexa ao seu relatório a edição de nº 2 do periódico. Ao longo das 23 páginas do jornal, torna-se interessante pensar o que ali “confirmaria” a afirmação tão convicta do meio informacional. Desta edição, já selecionamos a reportagem de Carmem da Silva sobre as micro-violências cotidianas que cerceiam a liberdade feminina para iniciar o capítulo anterior. Agora, cabe observar, assim como fez o SISNI, o conteúdo presente nas páginas dos jornais e aprofundar a compreensão sobre a visão do órgão informacional e das agentes sociais que escreviam aquele periódico.

Muitas mulheres no mundo todo estão insatisfeitas com os serviços de saúde que lhes são prestados. As queixas são muitas e variadas. No Brasil, a maioria das mulheres da zona rural e das periferias urbanas não contam nem com a mínima atenção pré-natal. E mesmo as privilegiadas, que podem pagar consultas particulares, também enfrentam problemas[...]. Há problemas gerais que afetam, ainda que de forma distintas, mulheres de todas as classes: a falta de anticoncepcionais seguros e sem efeitos danosos a saúde, a ilegalização do aborto, a esterilização forçada, a violência dentro e fora da família, a falta de atenção aos problemas de saúde causados pelo trabalho que as mulheres executam, especialmente o trabalho doméstico, o recurso aos tranquilizantes e outras drogas para aplacar inquietações causadas por situações de vida desumanas, a patologização de fatos normais da vida, como a gravidez, o parto, a amamentação, a menopausa, etc.[...]. **Na discussão sobre controle da natalidade, chegou-se rapidamente a um consenso que a luta da mulher é anti-imperialista, antirracista e anti-sociedade de classe** – grifos nosso.

Sob o título *um congresso saudável*, Carmem Barroso escreve sobre a conferência de mulheres ocorrido em junho de 1981, na cidade de Genebra, e que debatera a situação feminina na perspectiva da saúde, da sexualidade, do controle de natalidade e do aborto. Há no texto uma crítica clara da autora a falta de acesso público à saúde pré-natal às mulheres. Além disso, esta aponta a solução que as próprias mulheres delimitaram dentro do congresso para a resolução de seus problemas: a luta anti-imperialista, antirracista e anti-sociedade de classe. Um

³²⁹ Informação nº 272/04/DSI/MJ/219881. Fundo DSI/MJ, Identificação: BR.RJANRIO.TT.0.MCP.AVU-308, 14 ago. 1981, p.99. Arquivo Nacional.

³³⁰ Informação nº 0288/19/AC/81. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-81019229, 12 ago. 1981, p.1-28.

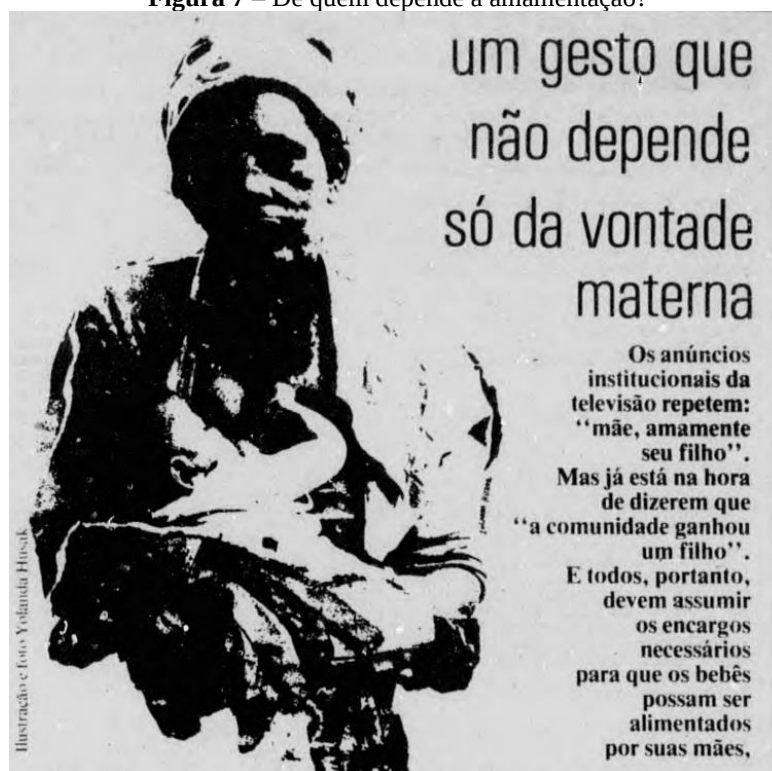
posicionamento genuíno e radical entre essas mulheres e que entrecruzava valores cruciais ao governo ditatorial.

Também é compreensível o posicionamento do SISNI diante do periódico quando Carmem Barroso relata a última plenária do evento e indica que houve a aprovação da moção acerca da “luta pelo aborto livre e gratuito em todos os países”, além da aprovação do “protesto contra a censura ao programa da Marta Suplicy”. Mais um valor abominável ao SISNI e uma crítica direta a atuação censória que a Ditadura ainda exercia perante a cultura e os contantes cortes a participação da sexóloga Marta Suplicy no programa *TV Mulher* da rede globo. Críticas à censura do programa e a atuação da Ditadura na perspectiva da saúde feminina continuaram tônicas na edição do *Mulherio*. Sobre a censura à sexóloga o periódico afirmava:

Quem liga a televisão na Rede Globo às 10h40 da manhã tem a agradável surpresa de encontrar Marta Suplicy falando, com naturalidade, de assuntos muito importantes, mas que costumavam ser segregados às alcovas: orgasmo, prazer, clitóris, etc. Sua postura feminista transparece na constante ênfase dada a igualdade entre os sexos, ao respeito à integridade pessoal e ao tratamento de assuntos raramente debatidos em nossos meios de comunicação de massas, como as múltiplas manifestações da violência institucionalizada contra as mulheres. Atuando há mais de um ano, Marta tem conquistado a simpatia e admiração de grande número de pessoas, que escrevem muitas cartas diariamente. Preocupados com a investida da censura contra o programa, os grupos feministas de São Paulo (Frente de mulheres feministas, Associação das mulheres, Sociedade Brasil mulher, grupo nós mulheres, pró-mulher, SOS mulher, centro da mulher brasileira e grupo F. De reflexão) encaminharam ao diretor da TV mulher a seguinte manifestação: “as integrantes dos grupos organizados de mulheres acima citadas vêm através desta expressar seu apoio à sexóloga Marta Suplicy, objeto de críticas injustas e descabidas, por causa do trabalho de esclarecimento e educação sexual que realiza no programa TV Mulher”; [...]“num país onde ainda predominam os preconceitos em relação a tudo que se refere à esfera sexual, ele responde certamente é uma necessidade. Nada há de vergonhoso ou de intrinsecamente mal no sexo, que precisa ser encarado com mais naturalidade e não ocultado e reprimido como se fosse uma tara. A sexualidade é parte integrante da personalidade humana e tratá-la de forma discriminatória é criar atitudes pouco sadias, além de pouco democráticas”.

Além de buscar normalizar a fala pública e franca sobre sexualidade feminina no espaço público, o periódico lança apoio direto, com reunião de outros grupos feministas, a favor da sexóloga e contra a censura ditatorial. Ao final da matéria, que se torna manifesto, o *Mulherio* posiciona-se de modo enfático contra àqueles que impediam o debate sobre sexualidade e agiam de modo discriminatório: estes não eram saudáveis, muito menos democráticos. Falavam dos arautos civis dos bons costumes, porém, sobretudo, da Ditadura que utilizava a máquina pública para silenciar o debate feminista. *Amamentar: um gesto que não depende só da vontade materna* era o nome dada a coluna Inês Castilho que criticava abertamente a campanha institucional de aleitamento proposto pelo governo, com patrocínio da UNICEF.

Figura 7 – De quem depende a amamentação?



Fonte: *Mulherio*³³¹

Buscando “conscientizar” as mães sobre a importância do aleitamento materno, a UNICEF e órgãos governamentais decidiram publicizar, nas redes de televisão de todo o país, uma campanha institucional que ignorava completamente a dupla jornada de trabalho feminina. Imposta socialmente a maior parte das mulheres, a aliança e obrigatoriedade entre os trabalhos profissional e doméstico atinge as mães de recém-nascidos de maneira ímpar. O cuidado demandado por uma criança quando jogado apenas sobre as costas das mães gera estafa e culpabilização. Afinal, quem consegue dar conta de tanta demanda e, ao mesmo tempo, manter-se feliz como demonstra o comercial institucional? Além da pressão acerca do papel materno direcionada de forma perversa às mães, Inês Castilho critica abertamente a morosidade e a falta de organização governamental e patronal em relação a obrigatoriedade da disponibilização de creches. De forma realmente “contestatória”, a autora afirma:

Uma imagem colorida: em ambiente de requintado bom gosto, a mãe amamenta seu bebê. Uma voz recomenda: “amamentar é dar carinho e proteção ao seu filho”. Uma jovem mulher sai alegremente de casa. Rápidas sequências no ambiente de trabalho. Ainda alegremente, está de volta a casa. A mesma voz (masculina) de novo recomenda: “enquanto estava no trabalho você não podia amamentar, mas agora que está em casa não se esqueça... Amamentar é dar carinho e proteção ao seu filho”.

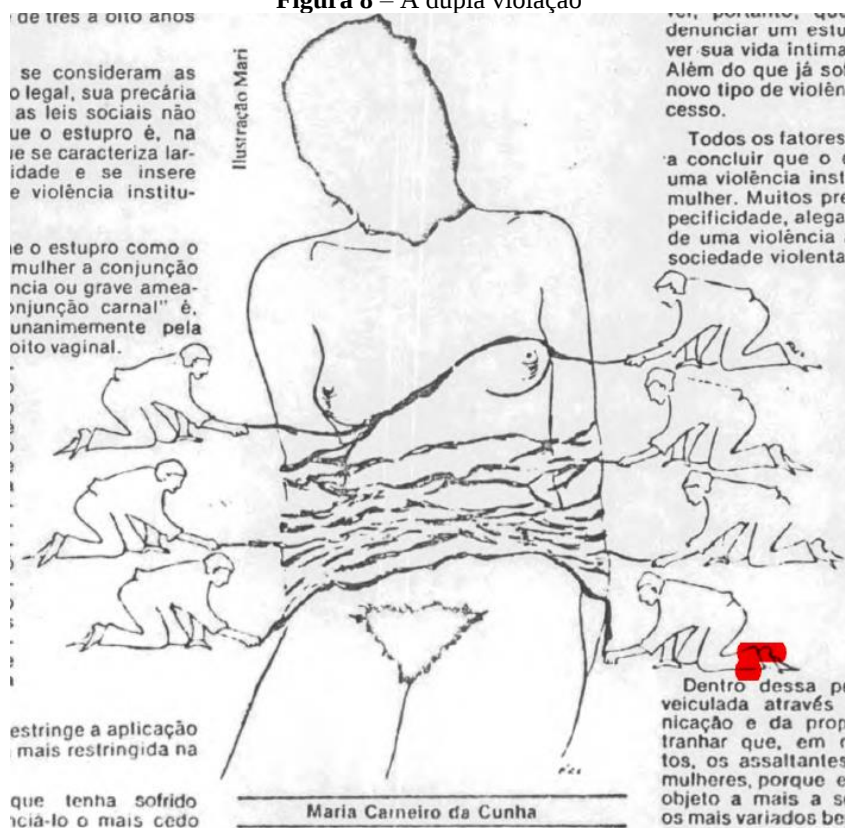
Veiculados por todo o país, esses anúncios são parte de uma campanha nacional de incentivo ao aleitamento materno, é patrocinado pela UNICEF — fundo das Nações

³³¹ FCC. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago. de 1981, nº 2, p.12.

Unidas para infância — e por órgãos governamentais. Ensinados por pessoas bonitas e saudáveis em ambientes confortáveis, destinam-se principalmente as mães da população carente. Ingenuidade ou má-fé? **A lei que obriga todas as empresas (com mais de 30 trabalhadores com idade acima de 16 anos) a manter em creches (para bebês de zero a seis meses) e dar à mulher duas meias horas diárias para amamentar seu filho nem sequer é lembrada.** Muito pelo contrário: a mulher é considerada a única responsável pela amamentação. Seu (nosso) abandono nos infinitos cuidados com as crianças, as barreiras sociais, carência alimentar e falta de saúde, nada disso está refletido naquelas imagens coloridas — daí não nos reconhecermos mais. Resta saber como nos desvencilharmos da culpa que elas, então sedutoramente, nos oferecem. **Tudo indica que o verdadeiro responsável por esse tipo de anúncio é o enraizado hábito do autoritarismo.** Quando as principais interessadas no assunto foram ouvidas, numa pesquisa realizada entre as mulheres pobres do Recife e de São Paulo, ficou claro o equívoco. O representante da Unicef na *Comissão Nacional de incentivo ao aleitamento materno*, Gerson da Cunha, viu-se obrigado a declarar: “uma campanha de estímulo ao aleitamento materno que deixa com sentimento de culpa de mães que estão impossibilitados de amamentar é um verdadeiro desastre” – grifos nosso.

Campanha estatal desastrosa e com responsabilidade indicada no “hábito do autoritarismo”, a tanto tempo enraizado socialmente. Somado ao autoritarismo, o periódico indicava que um estado fraco e que não conseguia punir criminosos estupradores, devido falhas na lei, era um dos responsáveis pela perpetuação dos valores patriarcais que, costumeiramente, violavam a liberdade e o corpo feminino.

Figura 8 – A dupla violação



Fonte: *Mulherio*³³²

³³² FCC. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago. de 1981, nº 2, p.15

Nessa perspectiva, Maria Carneiro da Cunha é a responsável por escrever o artigo *A estuprada, de vítima a ré*. Neste ela demonstra porque é tão comum o alto número de mulheres violadas que não buscam ajuda legal para lidar com os criminosos sexuais. Diante de uma legislação frágil e que abre brecha ao machismo, constantemente, os advogados dos acusados utilizam-se dessas falhas legais e sociais para “de todas as formas descaracterizar o crime, recorrendo aos argumentos baseados na vida pregressa da vítima”. A partir daí, há uma linha de defesa que indica à vítima um suposto e falso consentimento ou, pior, “um comportamento dito irregular, que é prostituta habitual”. Nesses e em tantos casos de crimes contra mulheres com conotação sexual “a vítima passa à categoria de ré, pois a sua vida e o seu comportamento é que são realmente julgados e não os do acusado”.

Além da crítica às campanhas institucionais que servem muito mais a categoria patronal que às mulheres, da legislação morosa e pouco efetiva, da condenação à censura exercida pelo estado e alguns cidadãos ao debate público das questões sexuais femininas ou da reprovação contra a violência cotidiana a qual a mulher é sujeitada, havia ao longo de todo jornal um ajuizamento anti-imperialista, antirracista e anti-sociedade de classe. Além das reprimendas ao que ocorria no Brasil, haviam entusiásticos exemplos citados, do ponto de vista internacional, em relação às conquistas femininas.

Helena Hirata, relata no artigo *Mitterrand e as mulheres*, a nova onda de esperança que tomava a França com a ascensão ao poder do Partido Socialista. A autora afirmava que a maioria das mulheres com menos de 50 anos estavam “cansadas de sofrer as consequências da crise econômica sobre seu emprego e sobre seu poder aquisitivo” e haviam, “pela primeira vez na França, votado nos candidatos de esquerda”. A esperança que tomava as mulheres dentro da França socialista era semelhante a que tomava as cubanas após o avanço revolucionário no país socialista. Em artigo intitulado *Do machismo ao Socialismo*, Heleieth Saffioti cita a sua recente visita à Cuba em entusiasmo, relatando a situação da mulher no país e as conquistas lá obtidas no combate ao machismo. Entre elogios a ampla formação laboral das mulheres cubanas, que iam além do comum trabalho doméstico brasileiro, ou a comemoração em relação a liberdade sexual cubana, a autora afirmava, em contraste com a realidade brasileira, que havia em Cuba “um profundo respeito pela criança e pela mãe que trabalha fora do lar”. Visto que,

A infraestrutura de serviços para a guarda e cuidado das crianças é significativa[...]. As crianças são recebidas nas creches aos 45 anos de idade e permanecem durante o dia inteiro até os 6 anos de idade. Nas creches as crianças recebem alimentação, roupas, cuidados médicos, recreação e educação. É assegurado um litro de leite diário

a toda criança cubana, esteja ou não em creche, até os seis anos de idade. Somente os filhos de trabalhadores têm direitos a creche”

Segundo o órgão informacional o jornal estaria eivado de literatura esquerdista e comuno-contestatória e essas matérias poderiam ser exemplo disto, todavia, após os exemplos das mudanças às mulheres em países de esquerda, o periódico resolve trazer um exemplo de luta das mulheres ianques. Em momento histórico profundamente dicotomizado para grande parte dos atores sociais, a lógica do *Mulherio* demonstrava uma pluralização em sua interpretação social. A divisão dualística do mundo proposto pela *Doutrina de Segurança Nacional* não tinha significância direta na perspectiva de avanços sociais que essas mulheres observavam ao longo do globo. Como observamos, qualquer alusão à esquerda gerava ações dentro do aparelho estatal. O mesmo acontecia dentro da esquerda tradicional, desvios burgueses e colonialistas eram observados por muitos militantes sociais em relação às lutas minoritárias. Até na cultura havia esse policiamento ideológico – nessa lógica, a guitarra elétrica, instrumento *ianque*, quase fora banida do país³³³.

QUE TAL COPIAR OUTROS HÁBITOS DA MATRIZ?

Quem teve a oportunidade de fazer compras nos supermercados, lojas e *drugstores* de algumas cidades americanas no início dos anos 70 deve se lembrar dos adesivos colados em algumas mercadorias: “Este produto explora a mulher”. Era o caso de desodorantes “íntimos”, dos produtos para emagrecer ou qualquer outro, que em sua embalagem, no nome ou na propaganda discriminasse a mulher. Grupos feministas distribuíam os adesivos para grande número de mulheres levarem em suas bolsas na hora das compras e colarem nas mercadorias. Era possível, assim, a cada uma, no seu cotidiano, exercer o direito de crítica e protesto, alertando suas colegas consumidoras. Já que não hesitamos em copiar os hábitos de consumo da matriz, que tal desenvolvermos algumas ideias sugeridas por suas primeiras vítimas?

Escrito por Maria Malta Campos o artigo *que tal copiar outros hábitos da matriz*, apesar de trazer o exemplo estadunidense, tinha uma linha “contestatória” daquele país defendida: o protesto público de mulheres contra produtos que exploravam a mulher. Mulheres atuando politicamente, com alinhamentos à esquerda ou não, apoiando políticas públicas de maior liberdade e cuidado sexual, contestando as verdades, dogmas e a politicidade nacional. Esse era o problema do *Mulherio* para os órgãos informacionais. Era ele que ensinava que se você estava “recebendo salários menores do que os de seus colegas homens para exercer funções iguais”, você deveria “abrir um processo trabalhista contra a empresa. Afinal a máxima de ‘salário igual para trabalho igual’ é consagrada pela lei”.

³³³ No dia 17 de julho de 1967, Elis Regina e outros artistas da MPB realizaram uma *Marcha contra a guitarra elétrica*. O protesto marcava uma luta anti-imperialista contra o instrumento e a música estadunidense e europeia, que estariam tomando o lugar da música nacional.

Ainda nesta edição do periódico anexa no SISNI, Maria Tereza Moraes aponta um exemplo contestatório do ponto de vista nacional: “Marli Pereira Soares, 27 anos, empregada doméstica” era mártir; por sua luta ela dizia “vou até o fim, só paro no dia que morrer”. Esta

[...]vivia anônima em seu barraco em Belford Roxo, Baixada Fluminense, com os dois filhos menores e o irmão Paulo, de 18 anos, até o dia 12 de outubro de 1979, quando sua casa foi invadida por oito homens da PM. Depois de amarrarem espancaram Paulo na frente de Marli e das crianças, arrastaram-no para fora de casa e o mataram a tiros. **Marli decidiu não calar. Denunciou, apontou alguns assassinos em reconhecimentos feitos cara a cara numa longa peregrinação por quartéis e delegacias, deu entrevistas, botou a boca no mundo, enfrentou a barra.** De repente, nome e foto nos jornais. Virou símbolo de coragem, de ratinho que enfrenta um leão, mulher que desafia o arbítrio e a violência. Ameaçada de morte por aqueles que mataram seu irmão, continuou e conseguiu que suas denúncias dessem origem a um processo para apurar o assassinato – grifos nosso.

Sob o título *Marli, um símbolo da resistência*, Maria Tereza Moraes mostrava como exemplo, como símbolo, como contestadora, uma mulher simples, periférica e que não se calou perante violência policial. Durante a apuração do caso e sua reverberação em todos os cantos do mundo, Marli não deixou de ser uma jovem simples, que recebia reprimenda da mãe por ser “mulher símbolo de coragem no mundo inteiro”, mas ter medo de barata. Além disso, tornou-se uma das cinco mulheres que “mais se destacaram em todo o mundo, segundo a revista francesa *F Magazine*”, afinal, ela tinha “pavor de barata, de polícia não”.

Figura 9 – “vou até o fim, só paro no dia que morrer”



Fonte: *Mulherio*³³⁴

³³⁴ FCC. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago. de 1981, nº 2, p.16

Figura 10 – Somos a favor das mulheres



Fonte: *Mulherio*³³⁵

Por mais que o aparelho estatal investigasse e tentasse silenciar, o jornal pervertia os ordenamentos de gênero propostos naquela sociedade. Os artigos citados representam as temáticas comuns do *Mulherio* e mereciam estar nas páginas de um periódico feminista: assim como as demais “contestações” e/ou propagandas “socialistas” e “esquerdistas” deveriam. Todavia, não era essa liberdade que o aparelho informacional ditatorial brasileiro queria permitir. Sob a constante pecha da subversão, da amoralidade ou da propagação de um suposto comunismo, o *Mulherio* continuou a ser espiado pelo SISNI ao longo dos anos ditatoriais – e até depois.

“Somos a favor das mulheres”, era o que tinha escrito numa placa de uma protestante que empunhava seu cartaz em praça pública e que o *Mulherio* fazia questão de indicar em suas páginas para marcar um posicionamento claro: longe de qualquer atitude dogmática “socialista” e/ou “contestatória”, a luta do periódico era ideologicamente delimitada pelas necessidades e lutas das mulheres de todo o país. Mesmo diante da clareza de suas páginas, o *Mulherio* voltava

³³⁵ FCC. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago. de 1981, nº 2, p.3

a ser acusado, em 18 de novembro de 1981, de “proselitismo das palavras-de-ordem das diversas organizações subversivas” e “ostensiva contestação ao regime”.

1. Este centro informa que o *catálogo da Imprensa Alternativa e Episódica do Brasil*, editado pela ABI em 1979, fornece **dados genéricos sobre 453 jornais alternativos existentes no Brasil**.

2. Este informe limitar-se-á àqueles jornais que fazem proselitismo das palavras-de-ordem das diversas organizações subversivas em atuação no território nacional ou ostensiva contestação ao atual regime, num total de 18 (dezoito) jornais legais: *O Trabalho, Voz da Unidade, Convergência Socialista, Em Tempo, Frente Operária, Correio Sindical da Unidade, O Amigo do Povo, o Batente, Jornal CDA, A Luta no Campo e na Cidade, Mulherio, Companheiro, Tribuna da Luta Operária, Hora do Povo, Resistência, o Povão, Movimento, Pasquim*³³⁶ - grifos nosso.

Portando uma lista da *Associação Brasileira de Imprensa* com cerca de 453 jornais alternativos que existiam, naquele momento no país, o CISA seleciona 18 para elencar como os mais perigosos para o regime, para os órgãos informacionais. Entre esses 18 jornais eram citados o *Mulherio*, mas também o *Pasquim*, o *Movimento*, o *Em Tempo*, entre outros. A acusação para todos era a realização de “ostensiva contestação” ao governo ditatorial e/ou a realização de “proselitismo das palavras de ordem” das organizações subversivos. Havia assim um aparelho informacional e repressivo organizado para espiar periódicos pelo simples fato de criticarem o governo ou utilizarem “palavras de ordem” que, de alguma forma, lembrassem organizações de esquerda e servisse à uma suposta “doutrinação” na formação de prosélitos.

Afirmar que os periódicos estavam realizando proselitismo (doutrinação) era comum nos documentos estudados. Sendo a acusação desse proselitismo acontecer através da utilização de palavras de ordem, ainda mais comum. No jargão militarista, os termos “proselitismo” e “palavras de ordem” são intrinsicamente ligados aos relatórios informacionais que querem acusar, criticar um organismo social e/ou pessoa. Em julho de 1981, o SNI buscava, entre os principais termos para compreender os “esquerdistas” as táticas, as estratégias e as palavras de ordem de partidos (como PCB, PCdoB, MR-8, etc.) e como estas estavam passando isso para as suas organizações sociais (O.S.)³³⁷. Perceber essas palavras de ordem nas organizações sociais, incluindo a imprensa, era ligar diretamente esses periódicos a um ato doutrinário e subversivo (independente de ligação direta e até ideológica entre os partidos e as OSs).

Termos tão comuns ao meio militar que, até os dias atuais, estão presentes em seus manuais. Em Glossário para uso no exército, em sua quinta edição, de 2018, o Estado Maior

³³⁶ Informe nº 0664/CISA-RJ. Fundo CISA, Identificação: BR.DFANBSB.VAZ-0-0-35457, 18 nov. 1981, p.1-8.

³³⁷ Encaminhamento nº 03/116/ASV/81. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.PPP-81001853, 09 jul. 1981, p.1-11.

das Forças Armadas indica que a denúncia dos agitadores das massas é realizada “por meio de palavras de ordem, das falhas e fracassos do governo e das instituições”³³⁸. Segundo o mesmo material, a guerra subversiva visa destruir a “estrutura psicossocial, política, econômica, científico-tecnológica e militar de um determinado regime, ao mesmo tempo em que despende esforços para difundir o proselitismo da organização militante e atrair para si, de forma progressiva, o apoio popular”.³³⁹

Atravessando o tempo, a denúncia proposta pelo CISA colocava o *Mulherio* como difusor do “proselitismo das palavras-de-ordem das diversas organizações subversivas” ou de “ostensiva contestação ao atual regime”, ao lado de periódicos que realmente tinham ligação direta com “organizações subversivas” que realizavam o “ataque ostensivo”: caso da *Voz da unidade*, da *Hora do Povo*, da *Tribuna da Luta Operária* e do *Convergência Socialista*, que tinham ligações diretas com o PCB, MR-8, PCdoB e CS, respectivamente. Mas também com jornais bem independentes. Caso do *Batente*, periódico apartidário, formado apenas por grupos de base da “região de Osasco, oriundos em sua maioria da Ação Católica Operária e da Frente Nacional do Trabalho,” e que não “aceitavam as formulações rígidas de tática e estratégia que dividiam cada vez mais sectariamente os grupos de esquerda”³⁴⁰. Ou ainda do *Pasquim* um dos gigantes alternativos, fundado por humoristas cariocas que davam a tônica e a independência editorial do jornal³⁴¹.

Ademais, a negação da independência desses jornais chegava a coligar o *Mulherio* com o *Pasquim*, que como afirmava Ziraldo “havia envelhecido mal” ao longo de sua existência e agia, em geral, com desdém em relação ao feminismo: o “*Pasquim*, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral ‘anticlasse média moralista’. Especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis, frequentemente, associavam feminismo à frustração sexual”³⁴². Postura semelhante aos periódicos da esquerda tradicional que, conforme já discutimos em capítulos anteriores, encaravam parte da luta feminista como divisionista e pequeno-burguesa. Essa tentativa de aglutinar diversas entidades com periódicos, movimentos e demais organizações feministas também fora observado pela professora Ana Rita Fonteneles Duarte, que afirma que

³³⁸ ESTADO-MAIOR, 2018, p.23-24

³³⁹ ESTADO-MAIOR, 2018, p.365.

³⁴⁰ KUCINSKI, 2001, p.84.

³⁴¹ Ibid., p.12-24.

³⁴² Ibid., p.70.

um dado chama a atenção: o mapeamento das vinculações dos grupos aos partidos de oposição e organizações de esquerda, além de jornais e sindicatos. Essa classificação não é criada de forma aleatória, mas corresponde a um entendimento mais ou menos consolidado, entre os setores de vigilância, dos movimentos feministas como braços desses partidos e organizações, articulados para combater o regime. Naquele momento, o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) e o MDB eram apontados como os mais interessados, mas não somente. Há menções ao PDT, PCdoB e PCB³⁴³.

Diante desses processos de vinculação, o *Mulherio* continuou sendo observado pelo SISNI que indicou que além de sua redação na FCC, ele era “composto e impresso” na sociedade anônima (S.A.) “*O Estado De São Paulo*, situado à Av. Engenheiro Caetano Alvares, 55, São Paulo”³⁴⁴. Na tentativa de entrelaçar fios entre contestadores e subversivos, mais uma problematização estava dada ao periódico pelo SISNI: a proximidade com o jornal conhecido popularmente como *O Estadão* e que havia sido sufocado a pouco pela censura prévia presente nas dependências do periódico. Entre essas “proximidades”, uma “mais grave” foi “descoberta” pelo SISNI e demandou ainda mais atenção do aparelho informacional ditatorial: o *Mulherio* tinha subvenção financeira da *Fundação Ford*³⁴⁵. Ainda em 1981 o CISA faz essa consideração sobre o periódico, apontando essa informação como problemática em semelhança ao financiamento do *Voz da Unidade* que era realizado “cerca de 80% pela Seção de Finanças do Comitê Central do PCB[...], dinheiro esse, recebido do PCUS”³⁴⁶, *Partido Comunista da União Soviética*.

A óbice do financiamento do *Mulherio* através da *Fundação Ford* está na leitura governamental de que esta organização social era uma organização de fachada ligada ao *Movimento comunista internacional* (MCI). Desde antes do surgimento do *Mulherio*, a relação da fundação com as pesquisas sobre as mulheres e tese da suposta ligação desta com o MCI já era de ampla difusão dentro do SISNI. Analisando a subversão no Brasil em 1979, o CIE dizia que em 19 de agosto de 1979

[...]a *Folha de São Paulo* noticiou que a ***Fundação Carlos Chagas* (FCC) concederia até Cr\$200.000,00 a pesquisadores de qualquer área que desejassem estudar a ‘condição da mulher’**. Os projetos inscritos serão julgados por uma ‘Comissão de especialistas’, no início de 1980, que levará em conta a importância do tema escolhido, a adequação da metodologia proposta e a qualificação do pesquisador responsável. **Esse trabalho já vinha sendo feito com o apoio da Fundação Ford** (FF) (que financia o *Centro Brasileiro de Pesquisa* - CEBRAP). Sobre o tema, a *Fundação Carlos Chagas* informa que é importante saber quais as formas de organização das mulheres, qual a sua capacidade de mobilização política, qual a sua participação

³⁴³ DUARTE, 2019, p.3.

³⁴⁴ Informe nº 277/119/ASP/82. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-82011980, 09 jun. 1982, p.1-4.

³⁴⁵ Informe nº 0664/CISA-RJ. Fundo CISA, Identificação: BR.DFANBSB.VAZ-0-0-35457, 18 nov. 1981, p.1-8.

³⁴⁶ Informe nº 0664/CISA-RJ. Fundo CISA, Identificação: BR.DFANBSB.VAZ-0-0-35457, 18 nov. 1981, p.1-8.

sindical e qual a consciência que tem dos problemas da sociedade e daqueles que lhes são específicos³⁴⁷ – grifos nosso.

Sem inicialmente explicitar qual seria o problema subversivo da atuação da FCC, já que esse era o objetivo primordial do relatório, o CIE esclarece que há uma ligação financeira entre essas entidades e uma proximidade, do ponto de vista do financiamento, visando estudar questões femininas. Todavia, não tarda pro relatório coligar a *Fundação Ford* ao comunismo: Em 10 de setembro de 1979,

[...]teve início na PUC-RJ um seminário, cujo título proposto foi *Mulher E Sociedade*. Faziam parte da coordenação Joelle Juillard, para o tema *Estudo do homem e da mulher na sociedade*. Fanny Tabak abordaria o tema *Recentes estudos em torno da mulher*. Estiveram presentes membros da *Fundação Carlos Chagas*, técnicos da FINEP/SEPLAN-PR (que está financiando uma pesquisa sobre a violência e o uso das Forças Militares e Paramilitares), técnicos do CNPq (que financiou a maior parte dos temas da SBPC), da OEA, da ***Fundação Ford (que, junto com a Fundação Carlos Chagas, patrocina as pesquisas sobre a mulher, dentro da orientação publicada na Voz Operária nº 159)*** e da *Fundação Calouste Gulbenkian*. **Nessa oportunidade, foram debatidos os financiamentos sobre a Pesquisa sobre a Mulher**³⁴⁸ – grifos nosso.

A orientação supostamente seguida pela FCC e FF, era a proposta do PCB divulgado em seu periódico, *Voz Operária*, e que se intitulava *plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher*. A orientação, indicada e estudada em detalhes ao longo do capítulo anterior, buscava conscientizar, mobilizar e arregimentar mulheres para lutarem para suas causas junto ao PCB. Dentro de uma visão ampla da luta feminina, o *partidão* indicava como objetivo da luta feminina a discussão sobre “igualdade de direitos, igualdade de salários, os problemas dos filhos para as mulheres que trabalham, creches, educação, prostituição, abusos dos patrões contra as empregadas, sexualidade”, entre outros.

Uma luta tão ampla, e tão óbvia para maior parte das mulheres que vivenciavam esses problemas cotidianamente, mas que serviu para o SISNI fazer uma ligação direta entre o PCB e as fundações – e, obviamente, seus financiados, caso do *Mulherio*. A indicada relação dessas fundações com o PCB está inserida na lógica das organizações de fachada/frente, da luta psicossocial e da preparação pré-revolucionária das massas – no caso as mulheres – para uma suposta tomada de poder comunista – que estudamos em profundidade no capítulo anterior.

Em maio de 1982, agora com o *Mulherio* já em circulação, a suposta relação entre a *Fundação Carlos Chagas*, a *Fundação Ford*, o *Mulherio* – suas pesquisas e divulgações sobre

³⁴⁷ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

³⁴⁸ Informação nº 253 S/102-A5/CIE. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-80007775, 24 abr. 1980, parte 3 de 6, p.1-99. Arquivo Nacional.

a realidade feminina – e o *Movimento Comunista Internacional* é reiterado. Essa correlação de movimentos é apontada pelo CISA, baseado no artigo intitulado ‘*Filantropos*’ de *Estados Unidos financian a castristas*, publicado na revista mexicana *Réplica*, nº 144 (janeiro de 1982).

Segundo o órgão informacional:

O artigo coloca a *Fundação Ford* como uma virtual organização de frente do *Movimento Comunista Internacional*, mencionando nominalmente *Nita Rous Manitzas* e *Jeffrey M. Pureyear*, funcionários dessa entidade, como a *conexão castrista* dentro da *Fundação Ford*.

Releva observar que o jornaleco *Mulherio*, editado em São Paulo bimestralmente por um grupo de pesquisadoras da *Fundação Carlos Chagas*, tem o apoio financeiro da *Fundação Ford*. Sua editora-responsável é Fúlvia Rosenberg³⁴⁹.

Havia no informe do CISA não somente mais uma prova da suposta ligação da FCC e da FF ao comunismo, estava ali abertamente indicado que essas instituições do MCI estariam despejando rios de dinheiro na edição do *Mulherio*: reverberando suas ideias dentro da comunicação social. Além do *Mulherio*, os tentáculos do Movimento Comunista Internacional também estariam postos, através da Fundação Ford, em outras entidades populares e subversivas:

O jornal *O Globo* de 09 de dezembro de 1981 noticiou diversas doações efetuadas pela *Fundação Ford* em diversos países, num total de US\$ 1,5 milhão, entre os quais o Brasil: *Comissão Pastoral de Favelas do Rio de Janeiro* (150 mil dólares) e *Centro para a Defesa dos Direitos Humanos de João Pessoa - Paraíba* (120 mil dólares), entidade dirigida pelo Arcebispo progressista D. José Pires, e que realiza intenso trabalho de conscientização junto a trabalhadores rurais e silvícolas³⁵⁰.

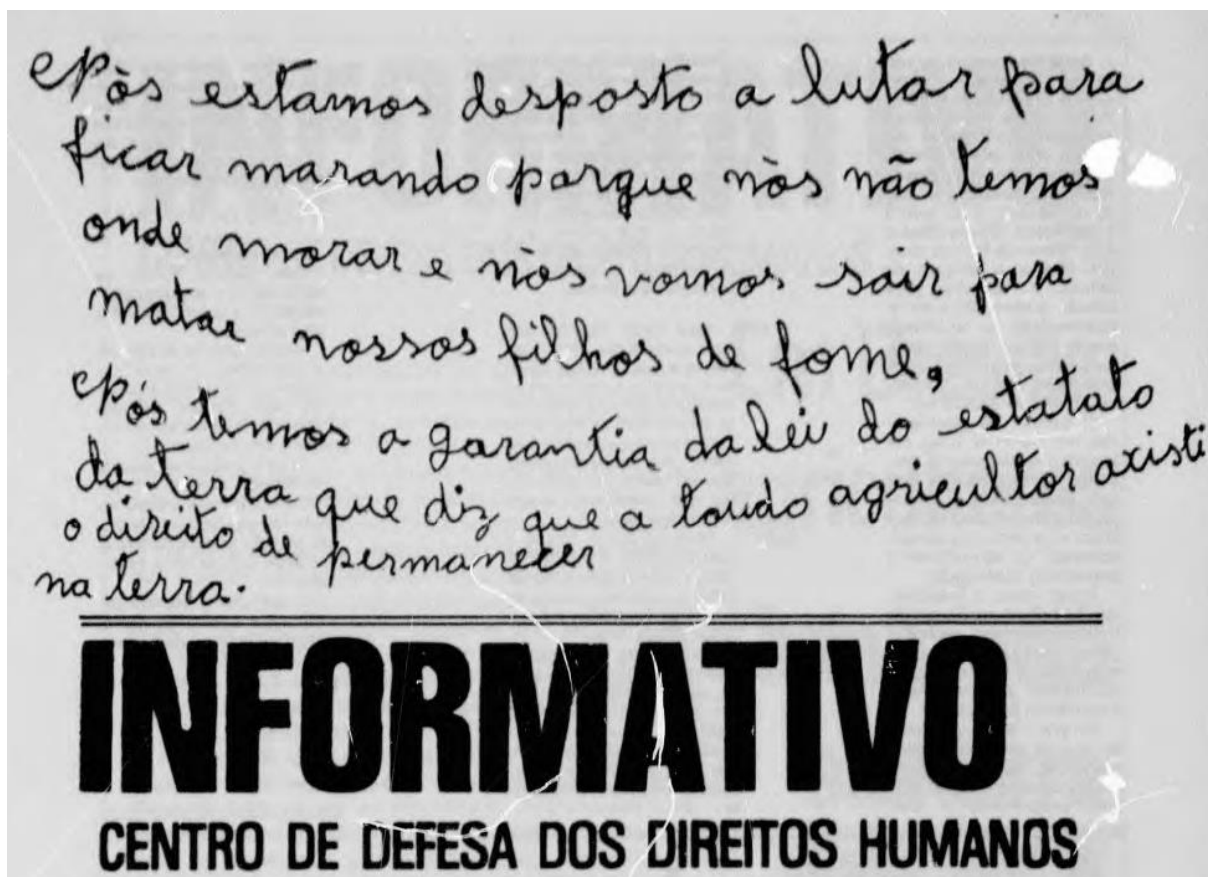
Luta de mulheres, luta pelos Direitos Humanos e luta habitacional/por melhores condições de vida de favelados. Todas subvencionadas pela *Fundação Ford*; todas dentro das lógicas de financiamento e estratégia pacífica adotadas pelas organizações comunistas após a derrota das estratégias guerrilheiras; todas dentro da necessidade de se financiar lutas “populares” e aparentemente “neutras”, mas que tinham objetivos subversivos. A lógica de aproximação entre as organizações de frente/fachada e as entidades nacionais também se repete entre os próprios grupos internos: o *Centro para a Defesa dos Direitos Humanos de João Pessoa* (CDDH) e o *Mulherio*. Em encaminhamento do SNI, o CDDH – “com sede na Rua Visconde de Pelotas, nº 171, 2º andar, João Pessoa (PB)” – era espiado através do *Relatório de atividades do ano de 1981*, produzido pela divisão de *Assessoria e Educação Popular* (AEP) do grupo. Neste relatório a AEP do CDDH define que

³⁴⁹ Informe nº 6166/220/CISA-RJ. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-82025167, 25 mai. 1982, p.1-10.

³⁵⁰ Informe nº 6166/220/CISA-RJ. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-82025167, 25 mai. 1982, p.1-10.

Constitui grande preocupação dos que fazem o CDDH/AEP, reforçar o movimento popular, apoiando diretamente as mobilizações populares que vem ocorrendo dia a dia, através de entidades de classe, organizações populares e entidades democráticas. Neste sentido, diversas entidades, sob a coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/AEP, organizaram o *Comitê Permanente de Apoio as Lutas Populares*³⁵¹.

Figura 11 – CDDH de João Pessoa e lutas populares através da *Fundação Ford*



Fonte: Relatório de atividades de 1981 do CDDH³⁵²

A relação entre a CDDH e o *Mulherio* é dada não somente pelos financiamentos concedidos pela *Fundação Ford* e sua suposta ligação com o MCI, mas também pela atuação da CDDH no debate das questões femininas, inclusive com uma comunicação do *Mulherio* junto a eles naquele ano³⁵³. Escrito a mão no relatório de atividades do CDDH anexo pelo SNI é possível ler: “Nós estamos dispostos a lutar para ficar morando, porque nós não temos onde morar e não vamos sair para matar nossos filhos de fome. Nós temos a garantia da *Lei do Estatuto da Terra* que diz que a todo agricultor existi o direito de permanecer na terra”.

³⁵¹ Encaminhamento nº 023/119/ARJ/82. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.III-82003284, 31 mar. 1982, p.32.

³⁵² Encaminhamento nº 023/119/ARJ/82. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.III-82003284, 31 mar. 1982, p.9.

³⁵³ Encaminhamento nº 023/119/ARJ/82. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.III-82003284, 31 mar. 1982, p.42.

Ao SISNI, não cabia que *Fundação Ford* financiasse essas organizações esquerdistas e seus discursos contestatórios do ponto de vista dos movimentos sociais; e essa subvenção indicava, mais uma vez, que a FF era parte do projeto de poder do comunismo internacional. A relação entre a Fundação e o comunismo internacional é detalhado pela CISA através do artigo '*Filantropos*' de *Estados Unidos financian a castristas*. Escrito por Gustavo Ferran, a notícia afirma que:

El grupúsculo de emigrados castristas(...) que buscan el diálogo con el dictador Fidel Castro, volvieron a reorganizarse y crearon el *Círculo de Cultura Cubana Inc.*, con el apartado G.P.O. Box 2174, New York, N.Y. 10016[...]. **Estas reuniones son llamadas encuentros culturales y literarios para encubrir su verdadero propósito subversivo y para ser elegibles a becas y donaciones de organizaciones filantrópicas capitalistas como la Ford Foundation, que parcialmente pagó los gastos del Seminario del Círculo en La Habana.** Los castristas en los Estados Unidos han recibido más de un millón de dólares de las fundaciones *Field Foundation, Ford Foundation, Andrew W. Mellon Foundation, Ottiger Foundation, Rockefeller Foundation, Shalan Foundation, Stern Fun y Tinker Foundation*, entre otras[...]. La *Ford Foundation*, con sede en el 320, E.43, St. New York, N.Y., 10017, se fundó en 1936 por el magnate automovilístico Henry Ford y su hijo Edsel[...]. La conexión castrista en la fundación es a través de Nita Rous Manitzas y Jeffrey M. Pureyear. Manitzas es asesora de la División Latinoamericana de la *Ford Foundation* y con el castrista David Barkin editó en 1974 el libro *Cuba: The Logic of the Revolution*[...]. El 31 de octubre de 1975 Manitzas participo en la *Conferencia sobre las relaciones internacionales de la Revolución Cubana* en la New York University[...]. **En septiembre de 1977 la Ford Foundation donó \$5000 dólares al African American Institute en Nueva York, para cubrir los gastos de viaje de técnicos africanos exiliados que desearan regresar a Angola y Mozambique y trabajar para esos gobiernos marxistas. En noviembre de ese año otorgaron \$7500 para la Séptima Reunión Nacional del Latin American Studies Association (LASA) que preside Carmelo Mesa Lago, celebrada en Houston, Texas, donde participaron los funcionarios y escritores del régimen cubano[...]. En noviembre de 1977 la Ford Foundation entregó \$17500 dólares a Potomac Associate en Washington, D.C., para un estudio sobre el restablecimiento de relaciones entre Estados Unidos y Cuba**³⁵⁴ - grifos nosso.

A notícia anexa pelo CISA sobre os auxílios injetados pela *Fundação Ford* nesses diversos eventos marxistas e castritas indicaria sua inequívoca vinculação ao MCI. A doação dada pela fundação aos *Encuentros culturales y literarios* e a nomeação dos encontros visando indicar uma suposta neutralidade corroboraria para a visão da FF como organização de fachada/frente desse MCI. Já durante o governo democrático de José Sarney, uma comissão de mulheres organiza o *III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe*. O comitê de organização era formado³⁵⁵ por Maria Aparecida Chumaher (do jornal *Ruthlante*), Maria Tereza Mac Nevin Egger Moellwald (pseudônimo Marise Egger – militante do PCB), Maria Tereza

³⁵⁴ Informe nº 6166/220/CISA-RJ. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-82025167, 25 mai. 1982, p.1-10.

³⁵⁵ Informe nº 1330/140/B8P/85. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017264, 10 set. 1985, p.1-69. Arquivo Nacional.

Aarão (integrante do *SOS Mulher – SP*), Maria Terezinha Vieira Verardo (do jornal *Mulherio*), entre outras. Usando a mesma técnica de indicar as “mínimas ligações suspeitas” ao citar cada uma das mulheres responsáveis pelo evento – uma ligada ao PCB, outra ao *Mulherio*, assim em diante –, o SNI indica a importância da *Fundação Ford* na realização do evento:

Foi realizado no Período de 31 de julho a 04 de agosto de 1985, na colônia de férias do *Serviço Social do Comércio* (SESC), em Bertioga (SP), o *III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*, com a presença de cerca de 800 mulheres de diversos países, entre os quais: Paraguai, Nicaragua, Porto Rico, Bolívia, França, Inglaterra, Itália México, Honduras, Barrados, Colômbia, Nepal, Filipinas Paquistão, Canadá, Uruguai, Argentina, Peru, Venezuela Portugal, Chile, EUA, Alemanha, Aruba, Dinamarca, Índia, Nova Zelândia, Equador, República Dominicana, Bahamas e Brasil. **Como a Comissão Organizadora, formada por 23 mulheres, não tinha condições de arcar com todas as despesas, a Fundação Ford concedeu um empréstimo no valor de US\$ 40 mil**, a ser quitado após o recebimento das inscrições. Outras verbas foram angariadas através da venda de camisetas e doações. A *Fundação Ford*, também, doou 100 bolsas para as mulheres que não tinham condições de participar do encontro (50 para São Paulo e 50 para outros Estados).³⁵⁶

A reiterada insistência dos órgãos do SISNI em vincular a *Fundação Ford* ao MCI (e nessas conexões iam os subvencionados pela FF, como a CDDH e o *Mulherio*), baseou-se apenas na ligação que esse instituto tinha com projetos relacionados aos Direitos Humanos e das minorias oprimidas, em todo o planeta, especialmente na América Latina. Levantamos no capítulo anterior a aversão que a luta emancipatória das minorias gerava dentro do SISNI e cabe refletir sobre isso aqui. Ademais, como aponta Wanderson Chaves, a *Fundação Ford* tinha acordo direto com o programa ideológico *U.S. Doctrinal Program*. Instrução governamental estadunidense que visava a “formação e arregimentação de quadros de esquerda, particularmente em áreas do mundo em desenvolvimento”, e utilizava a FF de maneira central devido “seus compromissos institucionais com o deslocamento das esquerdas do neutralismo e do comunismo”³⁵⁷. Com um passado de ligação notória com a CIA e atuante nos países centrais europeus sendo abertamente anticomunista, a *Fundação Ford* deslocou seus financiamentos e sua atuação em 1953, após a morte de Stálin, para os países do mundo em desenvolvimento – mantendo uma posição menos explícita sobre a relação comunismo-capitalismo no globo.

A Fundação pretendia que o CCF (*entidade ligada a CIA*) compusesse sua frente ampla de atração de lideranças nessas novas regiões de interesse, buscando, nesse ajuste de prioridades, a transposição do padrão de atuação dos seus órgãos e periódicos, que era o apoio à **construção de regimes políticos de orientação ocidental, parlamentar e democrática e o suporte a vozes influentes e moderadas**. Mas, como ficara explícita na escolha por não realizar uma oposição vocal à conferência de Bandung, a orientação para a periferia do mundo ocidental não seria mais a do anticomunismo e do antineutralismo militantes, que tinham sido

³⁵⁶ Informe nº 1330/140/B8P/85. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017264, 10 set. 1985, p.1-69. Arquivo Nacional.

³⁵⁷ CHAVES, 2015, p.123

determinantes até então. Para o sociólogo da Universidade de Chicago, Edward Shills, estes postulados deveriam ser substituídos pela **apologia do desenvolvimento**, [...tendo os] jovem classe média como alvo central da ofensiva. **[Esses jovens e a classe média do mundo em desenvolvimento seriam], segundo análises da CIA, as menos internacionalizadas e as mais ignorantes da realidade norte-americana. Esse descolamento característico teria consolidado princípios de orientação e comportamento negativos nesse segmento social, particularmente:**

a) o marxismo;

b) o ceticismo, no descrédito da propaganda norte-americana, particularmente a sobre a resolução satisfatória do racismo nos EUA;

c) o ‘radicalismo’, na defesa do estatismo como meio de resolução das reformas sociais³⁵⁸.

Assim, a atuação da *Fundação Ford* visava trazer à pauta da educação e Direitos Humanos um escopo ocidentalista e democrático, moderando o costumeiro radicalismo que insurgia nas esquerdas latino-americanas. Logo, o financiamento proposto pela entidade não se localizava apenas em grupos plenamente ocidentalizados: era preciso infiltrar-se em grupos que tendiam à esquerda mais radical, para tentar neutralizá-los. Longe de ser uma fundação comunista, o instituto aproximou-se de diversos grupos marginalizados e as alianças propostas entre a FF e as lutas identitárias de variados grupos foi o suficiente pra coligar a Fundação ao comunismo internacional.

A defesa de estudos que focavam a luta das minorias³⁵⁹ era a tônica do financiamento da Fundação Ford, mas também de seu subvencionado o *Mulherio*. Em informe produzido em 11 de maio de 1982, através da *Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais* (SESP/MG) e da *Secretaria Da Segurança Pública do Rio Grande do Sul* (SSP/RS), para o SNI, o *Mulherio* era observado como um periódico que unia a luta emancipatória feminista e negra: duas lutas malvistas pelo aparelho informacional ditatorial.

[...]falando pelo Estado do Rio de Janeiro, Lélia Gonzalez relatou que nas comemorações do dia 20 de novembro, dedicado a Consciência Negra, o *Movimento Negro Unificado* (RJ) fez um trabalho junto à Escola de Samba *Mocidade Guararapes*, de onde saiu o enredo do Carnaval de 1982, versando sobre a revolta dos Malês da Bahia. **Anunciou, ainda, que possuem um espaço no jornal independente *Mulherio*, onde se abordam questões relativas à mulher negra**³⁶⁰ – grifo nosso.

A fala espiada de Lélia Gonzalez, umas das mulheres que participavam do conselho editorial do *Mulherio* e uma das maiores militantes e teóricas do feminismo negro, fora dada no *III Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado*, realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), no período de 09 a 11 de abril de 1982. Na sessão de abertura, além de Lélia

³⁵⁸ CHAVES, 2015, p.123

³⁵⁹ Além do financiamento de estudos que auxiliassem o “desenvolvimento” no mundo latino-americano.

³⁶⁰ Informe nº 21-1647/82 SCI/SSP/RS. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.GGG-82005308, 11 mai. 1982, p.1-30. Arquivo Nacional.

falaram outros grandes representantes do movimento negro nacional: todos endossando a importância da luta unificada entre negros e demais seguimentos oprimidos da sociedade civil. Em relação a isto, Dalmir Francisco Costa, presidente do *Movimento Negro Unificado* (MG), afirmou em suas palavras iniciais:

[...]que o objetivo principal do Congresso Nacional [*do Movimento Negro Unificado*] era o de unificação real do movimento, para levá-lo a lutar pela verdadeira ‘democracia racial’ ao lado de entidades, sindicatos, associações de bairros e outros setores progressistas deste país, objetivando dar um ‘basta’ na situação pela qual passa a maioria do povo brasileiro.³⁶¹

A unificação das lutas dos “oprimidos” tão preocupante para o aparelho informacional ditatorial, que observava a formação de várias frente unívocas contra o regime, era explicitado pelo presidente do MNU (MG). Essa reunião progressista era necessária para dar um “basta” na situação que o governo deixa passar a maioria dos brasileiros. O SISNI sabia e vigiava isto, do mesmo modo que era consciente da relação do movimento negro e feminista: aqui mais do que explicitado pela Lélia Gonzalez. A autora feminista fora uma das pioneiras mundiais na intersecção das lutas raciais e de gênero e buscou, ao longo de seus artigos no jornal, debater a questão do trabalho doméstico, da discriminação racial e sua clivagem de gênero que isolava a mulher preta da estrutura social. Além da crítica, Lélia buscava normalizar o corpo feminino e negro, tão regulado pelo padrão de beleza branco e eurocêntrico.

Liberdade é o nome do maior bairro negro de Salvador. E, **se a gente leva em conta que Salvador é uma cidade cuja população é majoritariamente negra, pode-se imaginar o que seja a Liberdade, como dizem os baianos.** Existe ali uma rua, que é o coração do bairro, mas que ninguém chama de rua e sim de o Curuzu[...]. Foi no Curuzu que, há alguns anos atrás, surgiu o polo irradiador de uma verdadeira revolução cultural afro-baiana: [...*criou-se*] um bloco. **Mas não se tratava de um bloco a mais, dentre os já numerosos, com nome de nações indígenas norte-americanas (o que nos leva a pensar que o oprimido sempre reconhece o outro oprimido, mesmo através de filmes de faroeste) ou brasileiras e sempre objeto da maior violência policial (quem não conhece a terrível repressão sofrida pelos Apaches, por exemplo?).** Tratava-se de um bloco afro, ou seja, um bloco assumidamente negro e disposto a afirmar os valores culturais afro-brasileiros, a começar pelo próprio nome: **Ilê Aiyé.** Enfrentando os mais diferentes tipos de dificuldades, inclusive acusações de racismo ‘às avessas’ (o que nos leva a afirmar que **o racismo ‘às direitas’ é muito bem aceito neste país**), o grupo de fundadores[...] botou o bloco na rua no carnaval de 1974[...]. A ideia de instaurar a ‘Noite da Beleza Negra’, visando a marcar anualmente todo um processo de revalorização da mulher negra, tão massacrada e inferiorizada por um machismo racista, assim como por seus valores estéticos europocêntricos³⁶².

361 Informe nº 21-1647/82 SCI/SSP/RS. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.GGG-82005308, 11 mai. 1982, p.1-30. Arquivo Nacional.

362 Informe nº 157/82-SI/DPF.1/LDA/PR. Fundo: DI/DPF. Identificação: BR.DFANBSB.ZD-0-0-0045A, 06 mai. 1982, p.1-8. Arquivo Nacional.

Além da fala de Lélia no Congresso do MNU de Minas Gerais, havia uma reverberação de suas ideias, do ponto de vista nacional, pelo *Mulherio*. O excerto acima é parte do artigo *Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô!*, publicado no *Mulherio* de nº 6, e que fora apreendido pela polícia federal do Paraná, na cidade de Londrina, durante as comemorações do 1º de maio de 1982. Na matéria, Lélia subverte o padrão de beleza imposto aos corpos negros, realizando um questionamento estético e empoderando o corpo negro feminino.

De modo leve, o artigo de Lélia sugere a plena liberdade que o bairro soteropolitano da Liberdade, majoritariamente negro, teria. Ao longo da matéria que versa sobre o bairro, a criação do bloco *Ilê Aiyê* e os concursos de beleza negra de Salvador, a autora ainda demonstra como é comum entre as minorias a consciência das suas lutas e a identificação com a luta de outros oprimidos. Criticando aqueles que repreendem o aparecimento dos blocos afro acusando-os de “racismo reverso”, a autora deixa claro que no país ainda é bem comum e aceito o racismo “à direita”: aquele que acredita que não é importante a luta por igualdade racial, que vê o Brasil como uma “democracia racial”, aquele que é a visão do aparelho institucional ditatorial.

Figura 12 – Beleza negra no *Mulherio*



Fonte: *Mulherio*³⁶³

O debate proposto por Lélia neste artigo, assim como o indicado por outras feministas, foram a tônica da edição nº 6 do *Mulherio*, que estava sendo distribuído no dia do trabalho de

³⁶³ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mar./abr. de 1982, nº 6, p.3

1982, na concha acústica de Londrina (PR). O evento fora organizado pelo PCdoB, após divergências com outras entidades de esquerda que queriam realizar um 1º de maio unificado. Realizado na cidade de Londrina, berço do primeiro grande jornal feminista, o *Brasil Mulher*, o evento recebeu a adesão de algumas entidades, entre elas a *Frente Democrática da Mulher Londrinense*, presidida por Maria Auxiliadora Zacarelli Barnabé.

Em informe produzido pela *Assessoria De Segurança E Informações* (ASI), da *Universidade Estadual de Londrina* (UEL), eram relatados aos órgãos informacionais que haviam faixas no local com diversas palavras de ordem, como: “contra a fome e opressão”, “pela assembleia nacional constituinte livre e soberana” ou “por eleições diretas”. Além dos anúncios contra as agruras que passavam os trabalhadores, os cartazes presentes no local tinham uma conotação antigovernista, logo antiditatorial. Além das palavras de ordem, o evento realizou a venda dos jornais *O grito da verdade*, *Mulherio*, *Correio Sindical de Unidade* e *Tribuna da Luta Operária*³⁶⁴.

O informe da ASI/UEL indica que haveriam anexo ao documento anúncio e jornais. De fato, na documentação há alguns recortes de jornais de dias anteriores, anunciando o evento, e de dias posteriores, indicando como ele aconteceu. Ainda há um panfleto que fora distribuído no local, mas houve a perda do anexo 1. Não considerando essa perda, não havia nenhum jornal, que ali fora distribuído, entre as apreensões da ASI/UEL. Todavia, um dia após, a Polícia Federal do Paraná indica que havia confiscado um dos jornais distribuídos no local e havia remetido ele ao conhecimento dos órgãos informacionais: era o *Mulherio*³⁶⁵ em seu nº 6. Diante de tantos periódicos classistas, como o *Tribuna da Luta Operária* coligado ao PCdoB, recolheram o feminista. Não há uma explicitação do porque disto, mas cabe uma observação do conteúdo do jornal para entender o recolhimento e a anexação dentro do SISNI.

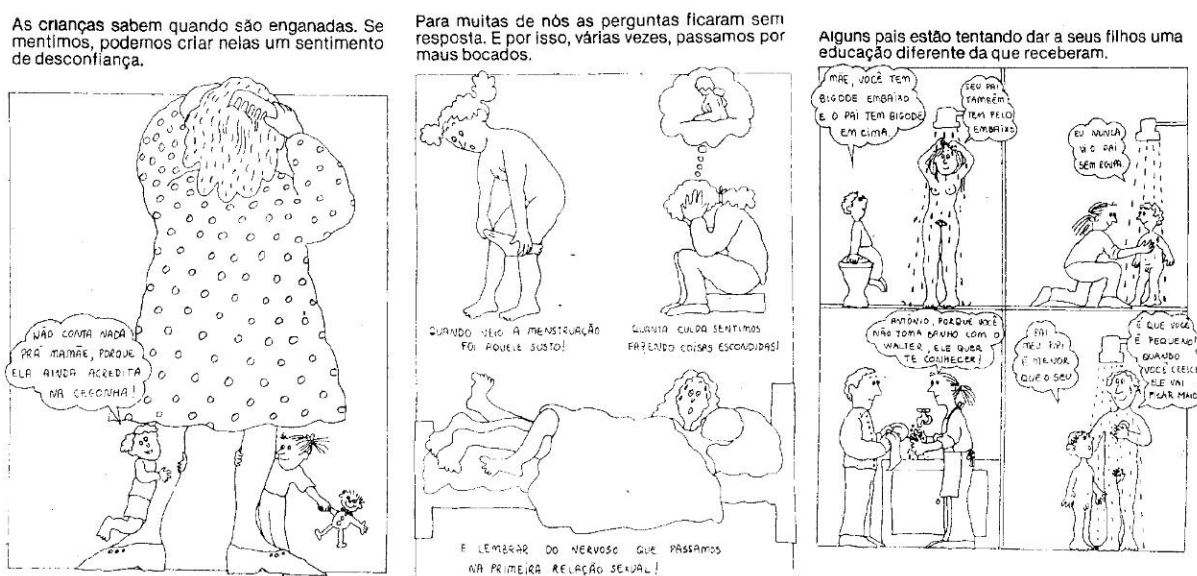
Operárias e mulheres, mulheres e operárias: na encruzilhada entre a exploração econômica, a dominação de classe e a opressão sexual. Entre a produção e a reprodução. Entre a casa e a fábrica. Elas aparecem como um tipo especial de mutantes[...]. Em busca de um retrato destas mutantes. nós lançamos, Helena, Leda, Rosa e eu, numa pesquisa. [...]O resultado nos surpreendeu. Por detrás dos dados que indicam o crescimento do número de mulheres trabalhando na indústria, além da evidência de que cresce também o número de mulheres sindicalizadas, descobrimos um cotidiano onde gesta lentamente uma consciência, uma identidade e uma prática cheias de vivacidade e força

³⁶⁴ Informe nº 063/82/ASI-FUEL. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.NNN-82002949, 05 mai. 1982, p.1-4.

³⁶⁵ Informe nº 157/82-SI/DPF.1/LDA/PR. Fundo: DI/DPF. Identificação: BR.DFANBSB.ZD-0-0-0045A, 06 mai. 1982, p.1-8. Arquivo Nacional.

Além da reportagem sobre beleza negra de Lélia, que já citamos, era possível observar nas páginas do *Mulherio* apreendido, uma matéria de Marina Ferreira Rea, que volta a discutir a questão do aleitamento materno: criticando a omissão da sociedade e do governo no cuidado dos bebês e a necessidade de pressioná-los para divisão da tarefa. Crítica também é o artigo *nem santa, nem babá* de Cristina Bruschini, que discute a situação laboral das professoras, incluindo o modo que a sociedade observava o trabalho docente e os menores salários direcionados às mulheres dessa categoria. A última citação é da matéria *Mutantes da fábrica*, de Elizabeth Souza Lobo, onde a autora busca evidenciar a conscientização da crescente massa de mulheres operárias: posicionando-se como trabalhadoras, como sindicalizadas e participando de movimentos por mais liberdades dentro das fábricas, na igreja, partidos e até em suas casas.

Figura 13 – Educação sexual da FCC no *Mulherio*



Fonte: *Mulherio*³⁶⁶

Acima podemos observar ilustrações de Eva Furnari indicadas no *Mulherio* e que visavam servir de educação sexual. Nelas são indicados a importância do debate acerca da sexualidade nas famílias para sanar a falta de conhecimento dos jovens sobre seus corpos e diminuir a dificuldade que as mulheres passam na primeira menstruação ou na primeira relação sexual. A matéria do *Mulherio* divulga as ilustrações indicando que estão inseridas nos folhetos da série *Esse Sexo que é nosso* produzida pela própria *Fundação Carlos Chagas* e com a participação de mulheres que também estão no periódico: Carmem Barroso Do Amaral e

³⁶⁶ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mar./abr. de 1982, nº 6, p.5

Cristina Bruschini. Dentro da linha de lançamentos, os quadrinhos estão inseridos no folheto que se intitula *quando os filhos perguntam certas coisas*. A série de folhetos sobre educação sexual que o *Mulherio* divulga e participa, com atuação direta de suas jornalistas, continuará com lançamentos ao longo da década de 1980 e constantemente chamará atenção do aparelho informacional ditatorial por seu caráter atentório a moral e aos valores nacionais.

Seja pela amoralidade de seu conteúdo, seja pelo conteúdo contestatório ao governo e seus valores sociais, seja em sua suposta ligação às organizações de fachada/frente do *Movimento Comunista Internacional* e a outros grupos de lutas contra a opressão do Brasil, o *Mulherio* estava sendo espiado pelo SISNI e tendo seu conteúdo anexado pelo órgão. A relação do *Mulherio* com outros contestatórios é, mais uma vez, revelada através da relação do mesmo com o alternativo feminista Goiano *Mariação*. Os jornais que se autoindicavam mutuamente ao longo do ano de 1983 estavam presentes nas comemorações do dia internacional da mulher de Goiânia (GO). O evento organizado pelo *Centro de Valorização da Mulher* (CEVAM) e pelo *Serviço Social do Comércio* (SESC), entre os dias 5 e 9 de março de 1983 estava sendo espiado pela Agência de Goiânia do SNI, que tinha como missão na jornada:

- 1) Levantar os locais dos eventos programados e acompanhar as principais atividades das feministas, no período de 05 a 09 de março de 1983, em Goiânia/GO;
- 2) Relacionar as principais entidades: feministas, classistas e de grupos políticos presentes às comemorações;
- 3) Obter as reivindicações e deliberações dos grupos feministas, na ocasião.³⁶⁷

Diante do encargo o SNI vigia o evento. Entre os acontecimentos do evento, chama a atenção do órgão as diversas falas de mulheres politizadas. Criticando os padrões de gênero adstritos às mulheres, Anita Cristina afirma que a “dominação da mulher começa na família, desde o momento em que nasce. Ela é conduzida a ficar em casa, a fazer os serviços domésticos, enquanto o homem deve conhecer o mundo dos negócios, aprender a se auto proteger, etc.”, não bastando a crítica social à família, instituição basilar ao regime ditatorial brasileiro, a militante continua “mas não culpemos só a família, a culpa está é no sistema que sustenta a sociedade”. Goiaz Do Araguaia Leite, falando sobre o trabalho feminino dentro da sociedade capitalista, afirma que “a mulher é a grande sustentadora do Capitalismo, visto que possui uma mão de obra barata e em abundância”.

Haja vista a clivagem de gênero que direciona a opressão, primordialmente, às mulheres – seja na família, nas fábricas ou na praça pública –, a militante Maria Alice Menezes indica a

³⁶⁷ Ordem de Busca nº 019/19/AGO/SNI/83. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.RRR-83004994, 02 mar. 1983, p.1-31. Arquivo Nacional.

solução: “a opressão existente contra o sexo feminino está diretamente relacionada aos regimes de países totalitários, logo, a sua libertação é exclusivamente de caráter político e só será conquistada no momento em que houver uma profunda mudança na sociedade”³⁶⁸. Ao aparelho informacional, escutar essas palavras já é evidencia clara da proximidade do movimento feminista e da luta antitadadura e anticapitalista. Os livros revendidos no evento, e que também poderiam ser facilmente encontrados na Livraria Cultura de Goiana, também reiteravam a união das lutas. Entre as obras citadas estavam: *Além dos Fragmentos: o Feminismo e a construção do Socialismo*, de Hilary Wainwright, e *Sobre a Mulher: Coleção Bases 17*, de Marx, Lênin e Engels.

Entre os materiais distribuídos no local e anexados na ordem de busca do SNI está o recém-lançado boletim informativo do grupo feminista de estudos de Goiânia *Mariação*, que em seu número 1 faz menção honrosa ao *Mulherio*, além de informar que as próprias escritoras do boletim também revendiam o periódico paulista. Estas afirmam que

Achamos que a troca de informações entre as diversas pessoas ou grupos existentes é de fundamental importância para o crescimento e a solidificação do movimento feminista. Fazemos agradecimentos especiais ao jornal *Mulherio* (a cada dia melhor), que gentilmente referiu-se ao nosso Boletim, reproduzindo inclusive parte do nosso editorial. Foi principalmente através dele que as mais diferentes pessoas tomaram conhecimento do Boletim *Mariação* e se interessaram pelo trabalho do nosso grupo. Comunicamos que o nº 4 do *Mulherio* está sendo vendido pelos componentes do Grupo Feminista de Estudos.³⁶⁹

O relato do *Mariação* evidencia, ao menos, duas coisas: a importância do *Mulherio* dentro do feminismo e sua imprensa – afinal este era um dos maiores, mais organizados, mais vendido e melhor financiado; e a relação cordial e unitária que o jornal promove aos seus congêneres. É com este tamanho nacional, com essas relações diversas com entidades ligadas às lutas das minorias e entremeadas com outras organizações feministas e da política de esquerda que o *Mulherio* estava sendo visto pelo SISNI.

Durante setembro de 1983 e maio de 1984 a espionagem do periódico “cessou”³⁷⁰: não pelo processo de abertura política proposto pelo governo, mas sim por causa da pausa que o *Mulherio* fez, diante das dificuldades financeiras e as divergências do conselho editorial do jornal e a FCC. A edição 14, para os meses de julho e agosto de 1983, já indicava a pausa que o periódico teria que tirar: “Mulherio corre perigo!; Por falta de dinheiro, é possível que este

³⁶⁸ Ordem de Busca nº 019/19/AGO/SNI/83. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.RRR-83004994, 02 mar. 1983, p.1-31. Arquivo Nacional.

³⁶⁹ Ordem de Busca nº 019/19/AGO/SNI/83. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.RRR-83004994, 02 mar. 1983, p.1-31. Arquivo Nacional.

³⁷⁰ Pelo menos em parte, como veremos a seguir.

seja o penúltimo número de *Mulherio*”³⁷¹. A efetiva parada do periódico realmente acontece na edição seguinte, para os meses de setembro e outubro de 1983, mas sua capa (abaixo) antecipava sua volta: o “*Mulherio* não pode parar”.

Figura 14 – *Mulherio* não pode parar!



Fonte: *Mulherio*³⁷²

O *Mulherio* não estava sendo mais produzido, mas sua voz continuava ecoando pelo país e acabou sendo “escutada” pelos órgãos informacionais: o periódico aparece em informe para *Acompanhamento Das Atividades Dos Movimentos De Pressão*, da Agência de Curitiba do SNI, produzida em 27 de junho de 1984, mas com referências aos acontecimentos da primeira metade do ano, momento em que estava em hiato. O SNI ao observar o movimento de mulheres do PMDB de Santa Catarina, espia a comemoração que estas organizam para o 8 de março de 1984, Dia internacional da Mulher.

Esse evento é todo marcado pelo seu posicionamento político abertamente a favor das eleições diretas: da “venda de plásticos, camisetas, chaveiros e outros objetos com slogans em favor da realização de eleições diretas”; até a fala de Clair Castilhos Coelho³⁷³ de que “embora as questões feministas sejam urgentes, a mulher também compreende que neste momento a prioridade é a eleição direta para Presidente de República, e que chegou a hora de

³⁷¹ FCC. *Mulherio* corre perigo!. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago. 1983, nº 14, p.2.

³⁷² FCC. *Mulherio*, São Paulo, set./out. de 1983, nº 15, Capa.

³⁷³ Naquele momento, coordenadora do núcleo municipal de mulheres do PMDB de Florianópolis (SC).

abandonarmos as denúncias e partirmos diretamente a pratica”.³⁷⁴ Nesse clima antiditatorial e a favor de eleições diretas ocorriam apresentações do grupo teatral *Unidade Móvel* e buscava-se informar o público, através da distribuição dos jornais *Mulherio* e *Lutas da Maioria* (do próprio PMDB).

A volta do *Mulherio* ocorreu oito meses após a comercialização da edição de nº 15 e cerca de 2 meses após a observação da distribuição de edições anteriores sua em Florianópolis. Em maio de 1984, o periódico regressa sem a vinculação direta da FCC e com uma equipe responsável mais enxuta, mas que ainda trabalhava e mantinha ligações com a FCC. Deste momento, até a última edição do *Mulherio*, em 1988, o periódico passa a ser responsabilidade do *Núcleo de Comunicação Mulherio*, continua com a subvenção da *Fundação Ford* e a jornalista Inês Castilho é promovida ao cargo de editora responsável. No mês de maio de 1984 o *Mulherio* volta a circular e em junho já é possível observar o SISNI espiando-o.

Produzido pela agência de São Paulo do SNI, no dia 15 de agosto de 1984, um informe sobre os *Principais Acontecimentos no Campo Psicossocial em junho de 1984* já indicava a volta do *Mulherio*. Para o meio informacional a atuação da imprensa, dos movimentos, partidos, igrejas, etc., no debate público era o principal meio de luta subversiva e acontecia, sobretudo naquele momento, no ringue do campo psicossocial. Nesse campo, “a atividade das *Organizações Sociais* amplia-se na conjuntura, alicerçada num ‘trabalho de massa’ ativo e constante, facilitado pelo clima de abertura”³⁷⁵. Nessa lógica, o informe sobre junho de 1984 observava questões dos movimentos sindical, religiosos, educacional, da comunicação social e populares. Dentro dessa investigação, era citado a volta do periódico e encaminhado informações sobre o relançamento:

JORNAL MULHERIO

Foi relançado recentemente em São Paulo. O periódico procura defender as teses feministas em geral e sua sede situa-se na Rua Amália de Noronha, 268, bairro de Pinheiros, nesta Capital. São responsáveis pela publicação:

- Fúlvia Rosemberg, Psicóloga
- Inês Castilho
- Adélia Borges
- Cecília Simonetti
- Vera Soares³⁷⁶

³⁷⁴ Informe nº 0404/19/ACT/84. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.NNN-84005064, 27 jun. 1984, p.1-44. Arquivo Nacional.

³⁷⁵ Relatório periódico mensal nº 08/82. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-87060448, 10 set. 1982, p.42. Arquivo Nacional.

³⁷⁶ Informe nº 175/19/ASP/84. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-84016083, 15 ago. 1984, p.1-119. Arquivo Nacional.

Figura 15 – O voltamos que voltamos do *Mulherio*



Fonte: *Mulherio*³⁷⁷

No último ano completo sob o jugo dos militares, a palavra de ordem dentro do movimento feminista e nas demais minorias e partidos políticos de oposição, do ponto de vista das lutas gerais, foi por eleições diretas. O próprio movimento de mulheres do PMDB de Santa Catarina, que estava distribuindo o *Mulherio* em seu evento do 8 de março, delimitava sua luta para o ano de 1984 nessa perspectiva. O movimento peemedebista,

[...]manteve reunião, em fevereiro de 1984, para discutir um plano de trabalho para o ano de 1984, e também para posicionar-se publicamente em favor das eleições diretas, ‘tendo em vista a gravidade do momento nacional e a necessidade de mobilização de toda a sociedade brasileira’[...]. Em 20 de fevereiro de 1984, divulgou manifesto distribuído à imprensa, no qual tece críticas ao Regime, em praticamente todos os campos, finalizando com a apologia da realização imediata de eleições diretas para a Presidência da República³⁷⁸

³⁷⁷ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mai./jun. de 1984, nº 16, p.2

³⁷⁸ Informe nº 0404/19/ACT/84. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.NNN-84005064, 27 jun. 1984, p.1-44. Arquivo Nacional.

Com o *Mulherio* não havia de ser diferente. Em seu nº 16, indica em seu conteúdo, em sua capa e contracapa a luta pelas *Diretas Já*. Fazia isso sem esquecer das pautas feministas clássicas, e encaminhava a luta geral contra a ditadura em conjunto com suas lutas específicas em relação ao direito ao aborto e às creches, por exemplo. O periódico não só apoiava o movimento por eleições diretas pra presidente, como discutiu a importância das mulheres nesta manifestação e como, “de repente”, para esse grupo, tornou-se um “prazer colorido, musicado e emocionado” fazer passeatas. Ao fazer essas afirmações o periódico ainda indica uma imagem (foto abaixo) de uma manifestante segurando um cartaz contrário ao FMI e suas políticas que tiravam a independência dos corpos e escolhas femininas: indicando que é possível unir as lutas.

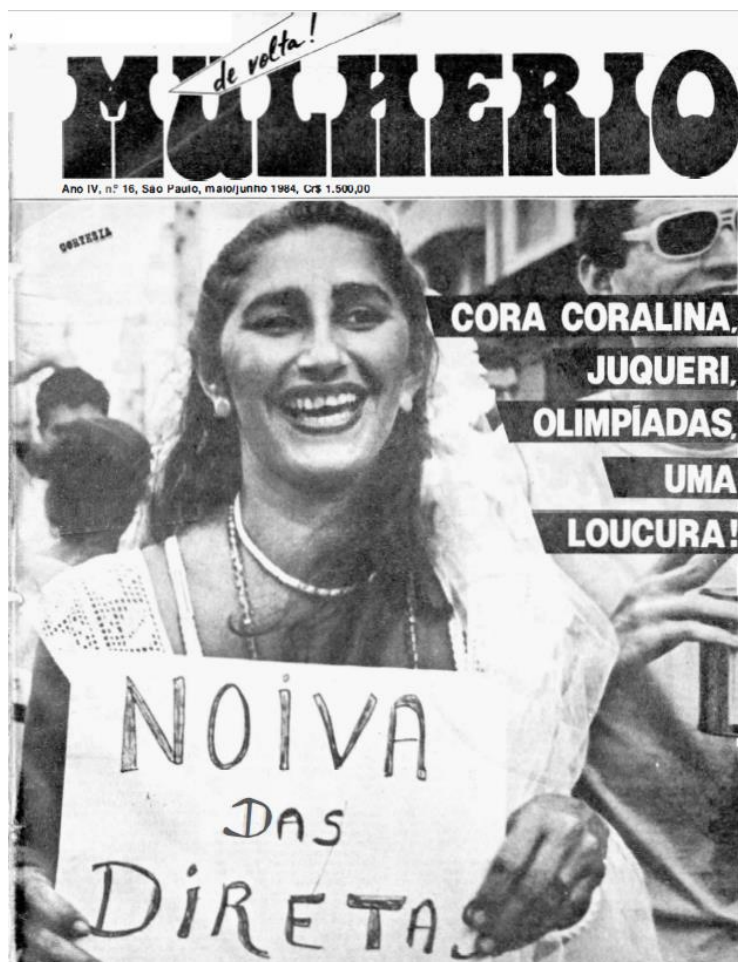
Figura 16 – Direitos e diretas, tudo ao mesmo tempo



Fonte: *Mulherio*³⁷⁹

³⁷⁹ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mai./jun. de 1984, nº 16, p.4

Figura 17 – Na entrada, a feliz noiva das diretas



Fonte: *Mulherio*³⁸⁰

Figura 18 – Na saída, a feliz viúva das indiretas



Fonte: *Mulherio*³⁸¹

³⁸⁰ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mai./jun. de 1984, nº 16, Capa.

³⁸¹ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mai./jun. de 1984, nº 16, Contracapa.

Em agosto de 1984, o *Centro de Pastoral Vergueiro* (CPV) indicava o *Mulherio* de número 16 para leitura de seus participantes. A entidade, ligada à ordem dos dominicanos e à teologia da libertação, atuava através de educação eclesial e popular e era porta-voz de diversos movimentos de contestação ao regime ditatorial brasileiro. A indicação do *Mulherio* pelo CPV, assim como as outras recomendações que o centro fazia em seu *Informe Bibliográfico*, eram para os órgãos informacionais da ditadura uma propaganda adversa.

O *Centro De Pastoral Vergueiro* (CPV), através do seu setor de Documentação e Pesquisa, edita mensalmente um boletim denominado *Informe Bibliográfico*, destinado a fornecer aos movimentos populares e sindicais ‘dados e análises sobre a realidade nacional: a política, a economia, as igrejas, a cultura, os partidos políticos, a legislação’, pois considera que ‘a informação é um elemento chave na luta dos movimentos populares e sindicais’. [...Os] títulos selecionados possuem temática sócio-política adversa.³⁸²

O informe apreendido em 29 de agosto de 1984 pela Agência de São Paulo do SNI, era mensalmente editado e trazia em seu volume os assuntos adversos que o governo não queria reverberando na sociedade: conteúdos sobre movimentos populares, metalúrgicos, intersindicais, operários, educação popular, trabalhadores rurais; além de debater questões sobre segurança nacional, violência urbana, economia, indígenas, salários, conflitos de terras, posseiros e, claro, sobre mulheres e creches. Em relação ao *Mulherio* de número 16, o CPV indicava como importante a leitura do artigo *Agitação nas creches* de Fúlvia Rosemberg. A matéria do *Mulherio*, supostamente adversa, diz

Quem pensou que a luta por creches era fogo-de-palha se enganou: o pedaço anda num agito só. E mais, a luta está se espalhando pelo país afora. Vários textos e materiais visuais como vídeos e filmes estão sendo produzidos. Joinville, Juiz de Fora, Osasco e outros municípios estão criando suas redes de creches, tudo isso dando força à palavra de ordem: creche é um direito da população.³⁸³

A luta por creches fora tônica principal e unificadora entre os periódicos feministas de primeira geração, a igreja católica progressista e os partidos de esquerda mais tradicionais. Diante da radicalidade comportamental do movimento feminista, essa ainda continuou sendo uma agenda contígua entre os grupos e que, facilmente, o CPV indicara ao seu público. Ademais, a pauta que é histórica do *Mulherio* já fora observada pelo aparelho informacional em diversos momentos através de informes e anexações. Um assunto perigoso a ser debatido em praça pública e com um adendo: a solicitação por creches era realizada, primordialmente,

³⁸² Informe nº 2451/ASP/14/84. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-84016168, 29 ago. 1984, p.1-99. Arquivo Nacional.

³⁸³ FCC. *Mulherio*, São Paulo, mai./jun. de 1984, nº 16, p.16.

por mulheres que seguiam, pelo menos de modo parcial, o papel social que a *doxa* social indicava aos seus corpos, o papel de mãe que buscava o melhor ao seu filho.

Dentro das espionagens dos órgãos informacionais que atingiam o *Mulherio* nesse seu regresso, é interessante observar como, apesar da saída da FCC, o periódico e suas colaboradoras continuavam sendo vistas de modo próximo pelo aparelho informacional da Ditadura. Em 5 de julho de 1984, o CISA produziu um informe sobre a problemática do curso de Educação sexual que a Fundação estaria produzindo, a distribuição da cartilha *esse sexo que é nosso*, que já havia aparecido no *Mulherio* e a relação da fundação com o Movimento Feminista e o próprio *Mulherio* (que nessa última edição já havia terminado a relação com a FCC oficialmente).

A *Fundação Carlos Chagas* (Av. Professor Francisco Morato, nº 1565, São Paulo/SP), já há algum tempo vem apoiando diversos eventos ligados ao Movimento Feminista, tais como: promoção de cursos, debates e seminários, edição de livros e revistas de cunho eminentemente feminista. Das publicações editadas e/ou patrocinadas pela *Fundação Carlos Chagas*, destacamos as seguintes:

[...]c) *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*, livro editado pelas pesquisadoras da *Fundação Carlos Chagas*, a pedido da UNICEF (*Fundo Das Nações Unidas Para A Infância*), que propõe recomendações quanto a programas governamentais de assistência à mulher;

d) *Jornal Mulherio*, editado bimestralmente na *Fundação Carlos Chagas*, com apoio financeiro da *Fundação Ford*, com sede na cidade de Nova Iorque/USA; e

e) *Sexo e Juventude (Um Programa Educacional)* - livro de Carmem Barroso Do Amaral e Cristina Bruschini, com ilustrações de Eva Furnari. Pretende apresentar técnicas, utilizadas num Programa de Educação Sexual, desenvolvido pela equipe da *Fundação Carlos Chagas*, em outubro de 1979, por iniciativa da *Frente De Mulheres Feministas*. Essa Frente, fundou em 26 de junho de 1981, a *Casa Da Mulher*, na rua Almirante Marques Leão, 807, São Paulo/SP, cujo aluguel é pago com verba destinada por uma entidade holandesa.³⁸⁴

O cunho “eminentemente feminista” das proposições da FCC era indicado, entre outras coisas, pela edição dos livros *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil* e *Sexo e Juventude*, e do jornal *Mulherio*. O primeiro dos livros era dividido em três partes e tinha focalizado na última assuntos sobre “a participação da mulher em grupos e organismos ligados à Igreja Católica, aos Sindicatos, aos partidos políticos, ao movimento feminista e aos movimentos unitários de base”. Sob a organização de diversas mulheres, o único nome ligado a obra citada e que continuou diretamente ligado ao *Mulherio*, naquela edição 16, foi o de Fúlvia Rosemberg.

Apesar disso, outros nomes novos da *Fundação Carlos Chagas* também participaram da nova fase do *Mulherio*, caso de Albertina de Oliveira Costa. Além disso, na edição 16 e nas posteriores do *Mulherio*, diversas mulheres de sua primeira fase voltaram a escrever, discutir

³⁸⁴ Informe nº 0505/135/CISA-RJ. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-84043741, 05 jul. 1984, p.1-17. Arquivo Nacional.

pauta ou assinar matéria – e também estão citadas pelo CISA nesse documento: caso de Carmem Barroso do Amaral, Elizabeth Souza lobo e Cristina Bruschini, por exemplo. Por mais que a ligação entre a FCC e o *Mulherio* não fosse mais direta, havia ali uma proximidade de pauta e de pessoal que não cessou entre as duas fases do periódico.

A ligação entre o jornal e a FCC ainda poderia ser observada na nota que o informe insere sobre a distribuição da cartilha *esse sexo que é nosso*, que além de jornalistas ligadas ao *Mulherio* daquele momento, ainda teve sua existência divulgada no periódico em edições anteriores. Entre as colaboradoras dos folhetos estavam Carmem Barroso Do Amaral, Cristina Bruschini, Elisabeth de Souza Lobo, Marta Suplicy e Zuleika D'Alembert. A consideração do CISA sobre o mesmo indica o limite da luta feminista e sua problemática para os órgãos informacionais: mulheres que debatiam sobre sua liberdade, seu corpo e sua sexualidade agiam de modo inadequado para os agentes do SISNI.

Recentemente, a *Fundação Carlos Chagas* propôs ao *Fundo de solidariedade do estado de São Paulo*, cuja Presidente, Lucy Montoro, é a esposa do Governador de São Paulo André Franco Montoro, um *Curso De Educação Sexual*, com duração de três dias, que foi ministrado a vinte profissionais da equipe técnica (Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos, Educadores Artísticos) objetivando a reciclagem desse pessoal que atua junto à comunidade. Durante o curso, **foram distribuídos cinco folhetos de educação sexual com o título: *Esse sexo que é nosso*, considerados por esses profissionais como tendenciosos, feministas e homossexualísticos. Somente seis técnicos concluíram o curso.** Os folhetos foram idealizados por um grupo de mulheres/pesquisadoras da *Fundação Carlos Chagas*, em colaboração com um grupo de mulheres donas-de-casa do *Clube das Mães de Diadema*, de São Paulo. **Sua realização foi possível graças ao financiamento da Fundação Ford** – grifos nosso.³⁸⁵

Seguindo o rastro do financiamento e apoio dos movimentos, tão comum ao aparelho estatal informacional, há uma compreensão no SNI da relação entre a FCC e o governo paulista, naquele momento sob o comando dos Montoros. Lucy Montoro, presidenta do *Fundo de solidariedade do Estado de São Paulo* juntou-se as mulheres da fundação e possibilitou um curso de educação sexual pautado nas cartilhas sexuais mencionadas. A *Mulherio* de nº 6 já havia divulgado algumas dessas imagens que estavam anexas dentro do SNI. Agora, mais uma vez, as ilustrações e seus textos eram anexados em um informe da agência. Às três imagens que já haviam sido divulgadas pelo periódico feminista e que demonstravam a importância do debate sexual dentro de casa em relação aos jovens, meninos e meninas, fora anexado tantas outras que reforçavam a normalidade da discussão sexual, da saúde e dos corpos femininos.

³⁸⁵ Informe nº 0505/135/CISA-RJ. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-84043741, 05 jul. 1984, p.1-17. Arquivo Nacional.

Figura 19 – Cartilha de educação sexual e a necessidade de união feminina



Fonte: Cartilha *Esse sexo que é nosso*³⁸⁶

Dentro do SISNI o curso de educação sexual e suas cartilhas eram gastos públicos desnecessários promovidos pela FCC com o apoio do Estado de São Paulo e da *Fundação Ford*. Além das despesas, o evento indicava e normalizava condutas inadequadas aos valores patriarcais, cristão e ocidental da família tradicional, basilar da sociedade brasileira, segundo a DSN. Esses problemas acabaram fazendo com que apenas seis técnicos concluíssem o curso, e acabou gerando em todos uma crítica aos procedimentos tendenciosos do evento que normalizaria condutas “feministas e *homossexualísticas*” (*sic*). Especificamente sobre a cartilha, é evidente que ela debatia questões da vida sexual da mulher, a liberdade que perdiam quando mães, desconstruía padrões de beleza, entre outros. Mas ali também havia crítica direta a negligência governamental ditatorial em relação às creches (imagem acima) e à saúde pública feminina (folha seguinte).

³⁸⁶ Informe nº 0505/135/CISA-RJ. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-84043741, 05 jul. 1984, p.1-17. Arquivo Nacional.

Figura 20 – Cartilha de educação sexual: a saúde, o prazer, a vida e o corpo



Fonte: Cartilha *Esse sexo que é nosso*³⁸⁷

³⁸⁷ Informe nº 0505/135/CISA-RJ. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-84043741, 05 jul. 1984, p.1-17. Arquivo Nacional.

Havia assim uma confluência crítica direta ao governo, mas uma pauta específica de empoderamento sexual e corpóreo feminino naquela cartilha: todas eram óbices para a Ditadura; e a união entre elas era problema de Segurança Nacional, subversão e abertura moral que levaria, indubitavelmente, ao comunismo. A relação entre as pautas feministas, a quebra da moralidade e dos papéis sociais que esse grupo propunha e a suposta infiltração comunista que trariam é, por vezes, reforçada dentro do aparelho informacional do SISNI. Investigando os principais acontecimentos do campo psicossocial em agosto de 1984, a agência de São Paulo do SNI delimitava, nesse campo que era o novo foco do MCI na sua infiltração social, a relação entre a luta feminista, o *Mulherio* e o marxismo.

Palestra Sobre Emancipação Da Mulher: Foi realizada em 28 de agosto de 1984, no auditório da *Folha De São Paulo*, a convite do jornal *Mulherio*. A psicanalista francesa, Marie Claire Boons, expôs acerca do processo de emancipação da mulher francesa, a partir de 1968. Falou também sobre o problema da psicanálise enquanto processo de conhecimento e **as relações entre marxismo e psicanálise**³⁸⁸ - grifos nosso.

Durante o mês de agosto de 1984, o jornal *Mulherio* manteve contato com a psicanalista francesa Marie Claire Boons para realização de uma palestra sobre emancipação feminina. A psicanalista marcou presença no Brasil na culminância do evento, no dia 28 do mesmo mês, e versou não somente sobre a emancipação feminina, como falou da relação entre marxismo e psicanálise. Sabendo da corrente de pesquisa da autora, que costumeiramente debatia essa relação teórica, o *Mulherio* mais uma vez estava “divulgando assuntos de interesse da mulher, de forma contestatória e promovendo o socialismo”.

Diante de tantas correlações prévias, conforme demonstramos, a simples participação no *Mulherio* era suficiente para delimitar um “problema” na atuação feminina em outras frentes. Em apreciação sobre o lançamento da revista mensal *Brasil Extra*, em 8 de agosto de 1984, a agência paulista do SNI busca traçar os “antecedentes” – quase criminais – dos jornalistas, colaboradores e editores responsáveis pela nova publicação. Todos editores e grande parte da equipe eram listados em nome completo e, ao lado de cada um, era indicado participações em partidos políticos de esquerda ou em conhecidos periódicos da imprensa alternativa e crítica ao governo ditatorial, como o *Movimento*.

Dentro da equipe do *Brasil Extra*, o editor-adjunto Flávio Furtado de Andrade era lembrado por sua participação como “membro do conselho editorial do jornal *Em tempo* e”

³⁸⁸ Informe nº 2451/ASP/14/84. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-84016418, 1º nov 1984, p.1-94. Arquivo Nacional.

por ser “integrante do Comitê Central (CC) da *Organização Revolucionária Marxista/Democracia Socialista* (ORM/DS)”. Já o editor-associado, Bernardo Kucinski, era o “ex-colaborador do extinto semanário *Movimento* e membro do PT”. O colaborador Alfredo Hélio Syrkis, era “ex-militante da *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR)” e ainda seria “filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e colaborador do semanário *Pasquim*”. Citando vários partidos, grupos e periódicos que se posicionavam contra o governo ditatorial brasileiro e claramente à esquerda, a apreciação indica que a Diretora e Editora Responsável pela nova Revista seria Marília Andrade: que teria como antecedente o fato de ser “jornalista e membro do corpo de colaboradores do jornal *Mulherio*”³⁸⁹.

Assim, a simples participação no periódico feminista *Mulherio* era posto em pé de igualdade acusativa ao de participantes anteriormente ligados a luta armada, como o caso de Alfredo Syrkis, ex-militante da VPR. Dentro de tantas ligações subversivas, o SISNI já tinha clareza ideológica para delimitar o *Mulherio* como um jornal subversivo e, possivelmente, ligado a um Movimento Comunista Internacional. Entre ligações frágeis e até errôneas, essa certeza do aparelho estatal poderia levar aos agentes informacionais atuarem em poucas frentes: antes, com a censura prévia em voga, eles censuravam o material dos periódicos antes mesmo de serem editados; durante os *anos de chumbo* a imprensa crítica era fechada, seus membros presos e até mortos; durante o processo de abertura, o aparelho estatal ainda tentou agir prendendo jornalistas³⁹⁰ e utilizando milícias para achacar, intimidar, agredir e queimar bancas e jornais com linha editorial à esquerda³⁹¹.

Todavia, a morte de Vladimir Herzog e, principalmente, o atentado ao Riocentro, marcaram um novo momento na história política do Brasil. A publicidade dos casos e a discussão pública da culpabilidade militar acabou retirando a aquiescência do regime perante a opinião pública. Essa discussão, que era proposta inclusive pelos grupos sociais que aqui estudamos, foi crucial para a derrubada do regime. Há discussões historiográficas que apontam, inclusive, o desejo da linha dura de manter Figueiredo no poder após 1985, mas a luta popular e os acordos do alto clero político e econômico não permitiram a continuação de uma Ditadura que fracassava, também, do ponto de vista econômico.

³⁸⁹ Apreciação nº 2253/16/ASP/84. Fundo: SNI. Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-84016072, 9 ago 1984, p.1-94. Arquivo Nacional.

³⁹⁰ Incluindo a prisão que levou a morte de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975.

³⁹¹ Processo que levou a derrocada financeira de diversos alternativos. Inserimos essa discussão com mais detalhes no segundo capítulo dessa dissertação.

Dentro da nova configuração política que se formava coube ao SNI indicar uma das poucas ferramentas que lhes restaram nesses últimos respiros da Ditadura Militar brasileira de 1964: o sufocamento financeiro dos periódicos que agiam de modo subversivo, contestatório e/ou atentando à moral e aos bons costumes. Nessa perspectiva, a agência de São Paulo do SNI publicou em 4 de setembro de 1984 a seguinte recomendação:

Nos seguintes veículos de comunicação social da área desta ASP/SNI **não se recomenda a difusão de publicidade, anúncios e atos oficiais por parte de órgãos da Administração Pública Federal:**

- *A Classe Operária*: jornal clandestino de periodicidade mensal editado em São Paulo/SP pelo comitê central do *Partido Comunista Do Brasil* (CC/PC do B);
- *A Esquerda*: jornal quinzenal legal editado em São Paulo/SP. Exprime o pensamento político da *Corrente Renovadora* (CR) do PCB;
- *Folha De São Paulo*: jornal diário e legal que publica artigos de pessoas ligadas a organizações subversivas de diversos matizes e que frequentemente procuram denegrir a imagem do Governo, de autoridades federais;
- *Playboy*: revista mensal que publica assuntos atentatórios à moral e aos bons costumes;
- *Tribuna Da Luta Operária*: jornal semanal legal editado pelo PC do B[...];
- ***Mulherio*: tabloide bimestral que se propõe a defender os direitos da mulher. É apoiado por organizações de esquerda.**
- *Mulher Paulista*: jornal editado pela *Federação Das Mulheres Paulistas* (FMP), que é apoiada pelo MR-8³⁹².

Todavia, a última tentativa da linha dura, que permanecia em peso no SNI, fracassa. Em relação ao *Mulherio*, ocorre a “vitória” do periódico acerca da tentativa de sufocamento proposta pelo órgão informacional no final de 1984; triunfo que perpassa pela queda do próprio regime, em março de 1985, e permanece por mais três anos, até a queda definitiva do jornal. Cientes da relação do *Mulherio* e de sua equipe com órgãos governamentais, em São Paulo, e com entidades internacionais, como a *Fundação Ford*, o aparelho informacional tentava reduzir o financiamento do periódico para assim silenciá-lo. Porém, a queda chegou primeiro à própria Ditadura Militar: em 15 de janeiro de 1985 o congresso nacional reuniu-se e votou, de modo indireto, a indicação de Tancredo Neves e José Sarney para os cargos de presidente e vice-presidente da República; marcando para o dia 15 de março a remoção dos militares do executivo nacional.

Diante da eleição de Tancredo Neves para a presidência, a agência B8P³⁹³ encaminha ao SNI um relatório sobre os *principais acontecimentos no campo psicossocial em janeiro de*

³⁹² Informe nº 2516/ASP/14/84. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-84016193, 4 set. 1984, p.1-9. Arquivo Nacional.

³⁹³ Fora do organograma inicial do SISNI, a agência B8P, ao que tudo indica, seria um órgão informacional do *II Exército de São Paulo* e utilizaria a estrutura do antigo DOI/CODI: é o que indica Rafael Aroni em sua recente tese que investigou a impunidade dos responsáveis pelas mortes de canavieiros paulista na década de 1980, após greve, e que utiliza farta documentação da agência. Cf. ARONI, Rafael. *Práticas de justiça em transição*:

1985. O relatório indica que, mesmo diante da eminente perda do poder, os órgãos informacionais seguiam acompanhando o campo psicossocial. No documento diversos representantes da sociedade civil aparecem efusivos diante da democracia que brotava no país. Em relação as expectativas do novo governo que assumiria o poder em março daquele ano, o *Mulherio* é representado por fala da diretora do jornal à época, Inês Castilho

Os seguintes representantes da sociedade civil revelaram suas expectativas em relação ao Governo TANCREDO NEVES:

[...] – **Inês Castilho, diretora do jornal *Mulherio*:**

‘Os movimentos de mulheres sentem que a Nação respira melhor e que há um sentimento muito agradável pelo encerramento desse ciclo de vinte anos. Mas lembram ao candidato eleito que não há muito tempo a perder. A situação do País é grave e **é necessário que sejam tomadas com urgência as medidas que levem às mudanças necessárias.** Esperamos também que seu governo dê mais apreço à **participação das mulheres no poder**, mas que sejam bem definidas quem serão essas representantes³⁹⁴ – grifos nosso.

A fala de Inês Castilho representa não só a opinião dela ou do *Mulherio*, mas, conforme aponta a jornalista, a todos os movimentos de mulheres. Estes estariam felizes e teriam, agora, a capacidade de respirar melhor com o fim da Ditadura. Além da crítica ao regime que estava para se encerrar, Inês aponta que o governo precisava aumentar a participação feminina na política – realizando indicações que realmente tenham apreço a pauta feminista – e precisava ter como objetivo uma série de “grandes mudanças”. Mudanças solicitadas por uma mulher feminista, definitivamente, não estavam de acordo com os preceitos dos órgãos informacionais.

Pondo fim formal à Ditadura Militar brasileira de 1964, José Sarney assume a presidência da República de modo temporário, devido a doença que impediria a posse do presidente Tancredo Neves, em 15 de março de 1985. Todavia, devido a um câncer e uma série de erros médicos, à época indicado para a população como uma “diverticulite”, Tancredo morre em 21 de abril daquele mesmo ano e José Sarney assume efetivamente a cadeira presidencial do país. Todavia, o golpe da perda do poder executivo nacional, que não era anseio dos militares linha-dura presentes no SISNI, não representa seu fim definitivo: o SNI permanece dentro do organograma da esplanada dos ministérios até 1990, no governo de Fernando Collor de Melo. A permanência do órgão informacional no país sempre fora criticada abertamente por entidades de esquerda que, de modo correto, denunciavam a contínua prática de vigilância que o órgão manteve já sob os preceitos democráticos.

legalismo autoritário e impunidade na apuração de mortes nas greves canavieiras dos anos 1980 (Doutorado em Ciência Política). Campinas: UNICAMP, 2021, p.156.

³⁹⁴ Informe nº 59/140/B8P/85. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017009, 7 jun. 1985, p.1-71. Arquivo Nacional.

Já no Brasil democrático, o Ministério Do Exército³⁹⁵ produz através do *Comando do II Exército* e anexa junto ao SNI um *Relatório periódico de informações* referentes aos meses de junho e julho de 1985. Todo eivado de linguagem anticomunista e crítico aos movimentos identitários e sua união, o documento explicita a permanência da leitura dos órgãos informacionais de uma suposta união de movimentos sociais ao Movimento Comunista Internacional. Além disso, há uma clara continuação da leitura de mundo, dentro dos órgãos informacionais, sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional. A abertura política proposta desde os últimos anos ditatoriais e consolidada naquele momento era objurgada pois, no campo político “a permissividade outorgada pela nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos gerou a criação de uma gama enorme de legendas, quase impossível saber-se todas”³⁹⁶. Especificamente sobre os movimentos de massa o relatório é taxativo:

Diversos segmentos da sociedade vêm sendo insuflados, espicaçados, açulados para agitação, sob a pseudo motivação de melhoria de condição de vida, de benefício ao homem, de aprimoramento da democracia. **Os interessados na conturbação da ordem, buscando mesmo exacerbação da violência frontalmente contrária a índole brasileira, não medem esforços, aguilhoando aqui e ali, em busca da divisão, da confrontação de classes, raças e sexo, para mais facilmente atingir o fim colimado que, por ser tão cristalino, tornar-se-ia ofensivo à inteligência escrevê-lo com todas as letras. Vemos movimentos de empregados versus patrões, de negros contra brancos, da mulher confrontando o homem, etc.** Os líderes desses movimentos ocupam, normalmente, camadas proeminentes: são políticos, intelectuais, sacerdotes de várias hierarquias. Dos antagonismos citados, alguns estão na esfera teórica, (negros e mulheres) enquanto outros já estão na fase da ação (sindical e sem-terra), com maior ou menor agressividade, testando as autoridades constituídas e a lei³⁹⁷ – grifo nosso.

Logo, o movimento das minorias oprimidas continuava sendo observado, pelos órgãos informacionais, como uma luta que “conturbava a ordem”, cindia a sociedade em divisões de “classes, raças e sexo” e levaria a um “fim colimado”: a derrocada da moral social e a chegada ao comunismo. Em relação ao “movimento feminino” o relatório indicava a atuação de Zuleika D’Alambert (ligada ao PCB); Maria Amélia De Almeida Teles (ligada ao PCdoB) e Carmen Barroso, “do Conselho Editorial do Jornal *Mulherio*, pesquisadora da *Fundação Calos Chagas* e Professora do Departamento de Ciências Sociais da USP”, debatendo a questão da Assembleia Nacional Constituinte. O debate das três mulheres, incluindo outras tantas, ocorreu entre os dias

³⁹⁵ A capa do relatório indica a autoria do *Ministério Do Exército*, através do Comando do II Exército, na sua 2ª seção. Já o arquivamento do processo indica como agência responsável a B8P, o que corrobora com a tese de Rafael Aroni de que a B8P seria uma agência remodelada pelo exército e que utilizaria a estrutura do antigo DOI/CODI paulista.

³⁹⁶ Relatório periódico de informações nº 07/85 – CMDO II Exército. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017209, 30 jul. 1985, p.1-44. Arquivo Nacional.

³⁹⁷ Relatório periódico de informações nº 07/85 – CMDO II Exército. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017209, 30 jul. 1985, p.1-44. Arquivo Nacional.

11 de junho a 2 de julho de 1985 e fora patrocinado pelo órgão governamental do *Conselho Estadual Da Condição Feminina De São Paulo* (CECFP). Carmem Barroso ainda teria sua participação evidenciada através da presença que teve na *III Conferência Mundial sobre a Mulher* da ONU.

Conferência Mundial da Mulher

No período de 10 a 22 de julho de 1985 realizou-se em Nairobi/Quênia, a *Conferência Mundial de uma década das Nações Unidas para a Mulher/1985*

Representando o Brasil, participaram as seguintes mulheres:

- Eva Alterman Blay - presidente do *Conselho Estadual da Condição Feminina/SP*;
- Carmen Barroso - do jornal *Mulherio*;
- Ana Maria Rodrigues Da Silva - *Ala Portuguesa* - MR/8;
- Eunice Michiles - senadora pelo PFL/AM;
- Maria Ruth De Souza - ‘Ruth Escobar’ – PCB [...];
- Efigênia De Oliveira - presidente do *Centro De Mulheres do Cabo/PE*;
- Heleieth Iara Bongiovani Saffioti - PCB³⁹⁸

Em relação as mulheres que formaram o *Mulherio*, podemos observar entre as citadas a figura de Eva Alterman Blay e Heleieth Saffioti, que participaram do conselho editorial do periódico ao longo de sua primeira fase. Outrossim, Carmem Barroso, que aparece nominalmente como jornalista do *Mulherio* na documentação investigativa militar, também havia saído da equipe oficial do periódico entre a pausa de 1983 e 1984. Todavia, está última continuava presente nas páginas do *Mulherio* por bem mais tempo. A edição de nº 21 do *Mulherio*, referentes aos meses de abril, maio e junho de 1985, trazia Carmem falando da proposta de educação sexual que continuava empreendendo junto do governo do estado de São Paulo e de seu trabalho como pesquisadora no balanço da Década da Mulher.

Na edição seguinte, escrita para os meses de julho, agosto e setembro, Carmem Barroso continua nas laudas do *Mulherio*. Erro relatorial produzido por informação desatualizada dentro do órgão informacional, ou por ainda lerem o nome da militante e estudiosa nas páginas do periódico, uma coisa é certa: a fala dela continuava no periódico corriqueiramente. Nesta edição de nº 22, Carmem Barroso aparece em entrevista à Inês Castilho, falando justamente da *III Conferência Mundial sobre a Mulher* da ONU. Buscando uma fala que demonstrasse o que houvera ocorrido no evento que participou, Carmem considera que as vozes presentes na conferência foram unânimes no direcionamento das lutas femininas em direção à “conquista da paz”. Essa consideração era feita, a partir do entendimento que a corrida nuclear proposta pelos EUA era um desperdício de dinheiro, que poderia ser muito mais bem gasto. Na tentativa de buscar a paz global, a conferência de mulheres insere seu discurso próximo a visão militarista

³⁹⁸ Relatório periódico de informações nº 07/85 – CMDO II Exército. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017209, 30 jul. 1985, p.1-44. Arquivo Nacional.

da luta comunista para a ‘coexistência pacífica’ – segundo o SISNI, estratégia orquestrada pelas organizações de fachada do MCI.

Convencidas de que há alguma coisa de profundamente irracional num mundo onde um míssil leva seis minutos para ir da Europa a União Soviética, enquanto a maioria das africanas têm que andar durante horas, diariamente, para suprir de água sua família, as mulheres estão decididas a alcançar a paz e preservar o planeta. Nosso país é o mundo, vivemos sob o mesmo céu: essa a certeza que tivemos durante aqueles dias na África.

Figura 21 – Carmem Barroso continuava no *Mulherio*



Fonte: *Mulherio*⁴⁰⁰

Além da afirmação sobre a necessidade de uma luta pela paz e a crítica à corrida nuclear estadunidense, Carmem Barroso ainda indica a importância de Fidel Castro para a realização do evento, indicando uma possível aliança futura:

Agora, dez anos depois (da *III Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU*), o feminismo é uma visão muito respeitada. Tão respeitada que está sendo cortejada por todo mundo, inclusive Fidel Castro, que mandou um avião fretado de Cuba, levando para Nairobi mulheres da América Latina. Reconhecendo a importância do movimento, ele se propõe a um diálogo, a troca de ideias, e quem sabe a uma aliança⁴⁰¹

Nossa leitura é reforçada pela própria visão dos órgãos informacionais, concluindo suas considerações sobre o movimento de mulheres, o exército correlaciona-o com a dissolução social, com Movimento Comunista Internacional, cita nominalmente a *III Conferência Mundial*

³⁹⁹ FCC. *Mulherio*, São Paulo, jul./ago./set. de 1985, nº 22, p.7.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

sobre a Mulher da ONU. Para os militares que produziram o relatório do Ministério do Exército, enviado ao SNI, a luta feminista estava dividindo a sociedade brasileiro e isso seria “deplorável, impatriótico e comunizante”. Para eles:

Fomentar um atrito dessa natureza é deplorável e impatriótico, **acorde, entretanto, com o fim comunizante: dividir para mais facilmente vencer.** As **Organizações Subversivas têm criado diversas entidades que representem as mulheres e vêm controlando as que já existiam.** Com a instituição pelo Governo do Estado de São Paulo da **Secretaria da Condição Feminina, o trabalho das OS nesse sentido foi muito facilitado,** com o desenvolvimento de congressos, conferências, reuniões e debates, para o que **contam como apoio daquela Secretaria.** Há ligações dos movimentos de mulheres com *Organizações de Frente do Movimento Comunista Internacional*, destacando-se o MR-8, que, constantemente, vem enviando representantes seus a cursos e congressos no exterior, principalmente em Cuba, na *Federação Democrática Internacional De Mulheres (WIDF)* e na *Frente Continental Contra a intervenção na Nicarágua.* **O Partido Comunista Cubano (PCC), por sua vez, é o organismo que tem garantido a participação de elementos brasileiros em reuniões em outros países, como é o caso da Conferência Mundial de uma década das Nações Unidas para a Mulher 85, realizada de 10 a 22 de julho de 1985, em Nairobi/Quênia, com participação de elementos do PCB e MR-8, o que comprova as ligações com o Comunismo Internacional**⁴⁰² – grifos nosso

Além da cisão social, que criaria o clima perfeito para a infiltração comunista no Brasil os militares criticavam a relação do movimento feminista com a *Secretaria da Condição Feminina* do governo de São Paulo, que estaria subvencionando vários eventos de mulheres. A recomendação para o não-financiamento público dessas instituições, arma principal na tentativa de sufocamento dos movimentos até pouco tempo, já não era mais obedecida. A relação do *Partido Comunista Cubano* com as feministas brasileiras, inclusive elementos ligados ao PCB e MR-8, incluindo o financiamento castrista para a ida de mulheres brasileiras ao evento da ONU reiterava a visão dos órgãos informacionais que viam no feminismo uma frente do MCI. O relatório periódico de informações do Ministério do Exército, finalizava suas considerações sobre o período democrático brasileiro que ali iniciara da seguinte forma:

Constata-se, do visto no presente RPI (*Relatório periódico de informações*), um frenético, desordenado e desenfreado caminhar de massas tangidas para fins somente almejados pelas esquerdas. No bojo da democracia ‘conquistada’ (liberdade plena sem respeito a do próximo), cresce a violência, não lhe escapando à sanha nem o Exército – Instituição – nem seus integrantes. Vemos, contra o primeiro, campanhas difamatórias, tentativas de imputação de responsabilidade em casos que não lhe dizem respeito, provocações extemporâneas e descabidas, tudo com sensacionalismo, para desacreditá-lo perante a opinião pública e para confundir o povo, valendo-se, para tanto, da imprensa escrita e televisionada infiltrada e manipulada por elementos de esquerda⁴⁰³.

⁴⁰² Relatório periódico de informações nº 07/85 – CMDO II Exército. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017209, 30 jul. 1985, p.1-44. Arquivo Nacional.

⁴⁰³ Relatório periódico de informações nº 07/85 – CMDO II Exército. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.EEE-85017209, 30 jul. 1985, p.1-44. Arquivo Nacional.

Além do arremate esquerdista na construção do seu objetivo de comunização – que se aproximava – ou da Democracia nacional conquistada vista “como liberdade plena sem respeito a do próximo”, havia no relatório militar um claro medo da comunicação social da imprensa. Principalmente em relação a desconstrução da visão popular sobre o exército, seus integrantes e o período de horror que construiu no Brasil entre 1964 e 1985. Com essas preocupações e com sua ideologia mantida de maneira quase intacta o aparelho informacional seguiu funcionando, mesmo após a Democracia nascer no Brasil.

Continuou também espiando a atuação do *Mulherio*. Datado de janeiro de 1986, o CISA produz um informe que versa especificamente sobre o jornal, citando acontecimentos de sua história e focando nos últimos meses de 1985. Indicando sua origem na *Fundação Carlos Chagas* e a importância do financiamento da *Fundação Ford*, o CISA adverte, sem provas, que a volta do jornal em 1984 aconteceu graças ao “patrocínio financeiro do *Trabalho Missionário Evangélico* (instituição alemã-ocidental) e da *Campanha Da Quaresma* (Órgão holandês)”⁴⁰⁴. Informação não difundida por nenhuma instituição ligada a história do periódico, pelas mulheres que produziram o jornal ou a bibliografia existente sobre o *Mulherio*. Parece uma mentira ou equívoco militar, que visava tecer proximidades, principalmente do ponto de vista financeira, entre diversas instituições progressistas e críticas ao militarismo.

Após breve resumo sobre a fundação do *Mulherio*, o CISA usa o termo jornaleco para referir-se ao feminista e reforça a responsabilidade editorial da jornalista Adélia Lúcia Borges de Gusmão e sua ligação com o jornal *Movimento*⁴⁰⁵. Depois dessa introdução, o órgão informacional passa a traçar a proximidade entre o periódico e o governo do Estado de São Paulo, através do *Conselho da Condição Feminina* do Governo paulista: a propósito, proximidade existente desde o período de divulgação das cartilhas de educação sexual da FCC. Nessa indicação, o CISA ressaltava a participação de Alda Marco Antônio no *Conselho da condição feminina* do Governo de São Paulo, que seria um “organismo infiltrado pelo *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB), que abriga feministas de diversas matizes”⁴⁰⁶. E essa vinculação

⁴⁰⁴ Informação nº 8/86/135/CISA-RJ. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-86055444, 10 jan. 1986, p.1-6. Arquivo Nacional.

⁴⁰⁵ Informação nº 8/86/135/CISA-RJ. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-86055444, 10 jan. 1986, p.1-6. Arquivo Nacional.

⁴⁰⁶ Tirando a participação da Alda no Conselho Editorial da Revista *Presença da Mulher*, em 1986, há pouca vinculação histórica documentada sobre a relação desta com as feministas comunistas. Atualmente no PSD, e com um histórico ligado ao PMDB e suas alianças com o PSDB paulista, a política tem participação na luta pelos direitos das mulheres à época estudada, todavia, de modo mais independente. Alda chegou inclusive a participar do conselho editorial da Revista *Presença de Mulher* ligada ao PCdoB e que difundia teses feministas marxistas, porém, o convite para sua participação no conselho foi feito pela diretora da Revista, Ana Rocha, visando ampliar

era reforçada com a relação íntima dos Conselhos da Condição da Mulher nacional e estadual, visto que o Nacional, vinculado ao *Ministério da Justiça*, era repleto de “mil e tantas feministas”, que trabalhavam “na condição de militantes ou simpatizantes de organizações comunistas, afinadas com a preconcebida ideologização e marxização do ensino no país, mister onde se destacam o PCB, o PCdoB e o MR-8”, tudo isso “com o respaldo da *Secretaria de Educação do Estado de São Paulo*”.

Cabe considerar aqui pontos obnubilados pelo relatório e que demonstram que qualquer tentativa de ‘marxização’ almejada pela distribuição do *Mulherio* em terras paulistas, encontraria importantes barreiras – além do fato de que as ideias marxistas estavam longes de serem as mais preponderantes no periódico. À época do relatório, o Estado de São Paulo encontrava-se sob o governo de André Franco Montoro, filiado ao MDB, já a pasta da educação estava comandada pelo economista de formação Paulo Renato Costa Souza. Ambos se tornaram, mais tarde, fundadores do PSDB, por isso Montoro é por muitos apontado como o iniciante do ciclo que até 2022 dominava o eleitorado paulista.

Mais tarde Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza chegava sem experiência à secretaria de educação: ligado politicamente a José Serra e intelectualmente a Fernando Henrique Cardoso, sua escolha era com objetivo em agradar os aliados políticos de Montoro. Como secretário de educação, mostrou-se muito mais “técnico” do que “ideológico”: seus principais planos envolviam a construção de novas escolas, descentralizando o ensino e aumentando a capacidade da rede estadual paulista. Mudou pouco os quadros da secretaria, ouvindo os servidores de postos de comando, porém ignorando os professores. Do ponto de vista político, retirou massivamente os integrantes do PT que estavam na pasta da educação⁴⁰⁷. Vemos assim um perfil de um democrata, que chegou a livrar muitos da perseguição de Pinochet na instauração da ditadura de segurança nacional chilena, mas que estava longe de ideias mais à esquerda, ligadas a classe trabalhadora. Por mais que pensassem que todos oposicionistas fossem um só, Montoro e Paulo Renato estavam longe de serem comunistas: assim, pensar que o governo paulista endossaria e permitiria que as ideias feministas se

os debates e questões femininas tratadas no periódico: informando sobre mulheres em trabalhos além dos padrões de gênero; discutindo a questão do divórcio, da sexualidade, e da violência doméstica, etc. Para mais detalhes sobre a revista e a participação de Alda nesta, favor ler: VENTURINI, Mariana. Comunistas no Brasil e a questão da mulher – parte 5. **Portal Vermelho**, 29 mar. 2021. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2021/03/29/comunistas-do-brasil-e-a-questao-da-mulher-parte-5/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁴⁰⁷ BORGES, Zacarias Pereira. **A política educacional do Estado de São Paulo durante os governos do PMDB (1983-1994): a proposta partidária e sua execução**. Campinas, SP: 2001. TESE UNICAMP p.106-131.

propagassem no seio escolar, com escusos objetivos marxistas, é incabível. Mas era essa a principal consideração do informe do CISA:

Em outubro de 1985, as **escolas** de primeiro e segundo graus da rede estadual de ensino de São Paulo **começaram a receber exemplares do jornal *Mulherio*, por iniciativa da Fundação para o Livro Escolar de São Paulo**[...]. O *Conselho da condição feminina* do Governo de São Paulo[...], em março de 1985, promoveu um *Seminário para Mulheres Sindicalistas*, em São Paulo (SP), também sob os auspícios da *Fundação para o Livro Escolar* de São Paulo, **órgão oficial ao Governo do Estado, que agora distribui aos jovens estudantes de São Paulo, uma publicação que se insere, pelo caráter político-contestatório do Movimento Feminista, que representa, como veículo altamente nocivo à formação da juventude**⁴⁰⁸ – grifos nosso.

Deste modo, o movimento feminista seria um propagador de cisões sociais que tenderiam à marxização social e o *Mulherio* seria veículo de propagação dessas ideias “altamente nocivas à juventude”. Logo, a distribuição do periódico *Mulherio* às bibliotecas públicas das escolas paulistas, no ano de 1985, era plenamente malvisto pelos órgãos informacionais. A palavra dessas mulheres jornalistas e feministas chegando aos ouvidos das crianças seria nitroglicerina pura: explodindo as canduras de nossa juventude. Além da distribuição através da *Fundação para o livro escolar* de São Paulo, o *Mulherio* também estaria repassando seu conteúdo contestatório e “altamente nocivo à formação da juventude” através de inserções em capítulos de livros de *Organização Social e Política Brasileira* (OSPB).

Disciplina montada no período militar brasileiro para difundir um ideal ufanista da história e geografia do país, após a abertura democrática ela subverteu seus princípios iniciais, principalmente após o lançamento da obra *OSPB - Introdução A Política Brasileira*, de autoria de Carlos Alberto Libanio De Christo, o Frei Betto, em 21 de fevereiro de 1986. O livro era dividido em dezoito capítulos e segundo os órgãos informacionais “se desvincula do objetivo didático abraçando a ideia de exercer propaganda ideológica de caráter marxista”. Entre os dezoitos capítulos do livro, há um que versa sobre a questão das mulheres e cita o *Mulherio* em algumas partes.

Um dia na vida das trabalhadoras rurais (‘boias-frias’):
Elas acordam às três e meia, quatro da manhã. Vão pro fogão fazer a comida que comerão mais tarde, já fria. E ainda torcer alguma roupa que ficou de molho, acordar os maridos e os filhos, cuidar deles. Seis da manhã. Ainda está escuro quando vão pro ‘ponto’, lugar da espera do caminhão que leva à roça, canavial plano a perder de vista. As que têm filho pequeno saem ainda antes, carregando, além da sacola, as crianças para a creche ou casa de parente, onde passam o dia. O cansaço anuvia a expressão de todas, jovens ou velhas. A alegria e a doçura que milagrosamente mantêm estão mais apagadas, mas ainda presente. Parece resignação: sabem que o dia de amanhã será

⁴⁰⁸ Informação nº 0008/86/135 CISA-RJ – Assunto: Imprensa alternativa – Jornal *Mulherio*. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-86055444, 10 jan. 1986, p.3-4. Arquivo Nacional.

como o de ontem, como tem sido há mais de dez anos. Mas têm plena consciência do quanto são exploradas, elas e seus companheiros. E que sua condição de mulher exige um trabalho adicional, pra além do dos homens. Na praça da cidade, que serve de ‘ponto’ ao caminhão, elas se despedem com um abraço forte. Logo desaparecem nas esquinas. Quase meia hora mais tarde passa uma delas: num braço a sacola, no outro o carrinho de bebê. Sua segunda jornada já começou⁴⁰⁹.

O artigo citado acima chama-se originalmente *as boias-frias* e fora escrita por Inês Castilho para o jornal *Mulherio* de nº 17. Presente no livro do Frei Betto, a reportagem evidencia a dupla jornada feminina e é um dos demonstrativos da relação do *Mulherio* com outros grupos sociais progressistas. Além dessa relação, os órgãos informacionais indicam que o livro de OSPB do Frei Betto pregaria “o lado negativo do sistema capitalista, responsabilizando-o por tudo que há de ruim, ao mesmo tempo em que prega o socialismo como a salvação; incentiva a luta de classes; e desacredita as instituições vigentes”⁴¹⁰. Desacreditando a exploração capitalista que as boias-frias passavam e a dupla jornada de trabalho dessas mulheres, o *Mulherio* aparece nesse relatório. A aproximação entre lutas, vista acima, era parte da organização do movimento feminista naquele momento: era o que dizia um informe produzido pelo *Comando Militar do Sul*, difundida ao SNI.

O movimento feminista, naquele ano de 1986, não constituiria “uma ação isolada”, mas procurava-se somar “a outras forças, buscando desenvolver determinadas ações comuns, dentro da conscientização de massa, tão pretendida por facções esquerdistas que sonham com o poder”⁴¹¹. Citando evento promovido pela *Associação Catarinense em Defesa da Mulher* em 7 de maio de 1986 e com a presença de Leonor Zamora, prefeita de Aycucho/Peru, o informe segue espionando as feministas. Indica que no evento foram citados movimentos considerados subversivos e Leonor tecera crítica ao governo ditatorial peruano, que fazia uma política de salários congelados, desaparecimento de mercadorias dos mercados, com sequestro e assassinato de pessoas. Tudo isso aconteceu enquanto no local eram vendidas “camisetas com estampas sobre a guerrilha da Nicarágua, o jornal *Mulherio* e a revista *O Trabalho*”⁴¹².

Torna-se cada vez mais intensa a participação da mulher na sociedade atual, seja ocupando cargos de projeção, de natureza política ou profissional, seja liderando movimentos feministas no país. [Partidos e governo] envidarão esforços no sentido de arregimentá-las para as próximas eleições e para a Constituinte. [...] Os partidos de

⁴⁰⁹ Informe nº 1284/430/BIC/86. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-86056010, 13 mai. 1986, p.1-125. Arquivo Nacional.

⁴¹⁰ Informe nº 1284/430/BIC/86. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA-86056010, 13 mai. 1986, p.1-125. Arquivo Nacional.

⁴¹¹ Informação nº 062-M54/E2/CMS. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.GGG-86014144, 16 jun. 1986, p.1-51. Arquivo Nacional.

⁴¹² Informação nº 062-M54/E2/CMS. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.GGG-86014144, 16 jun. 1986, p.1-51. Arquivo Nacional.

esquerda também disputam o seu concurso e procuram atraí-las as suas causas. São inúmeros os casos de aliciamento e de doutrinação ideológica de líderes feministas, feitos pelas Organizações Subversivas, tornando-as colaboradoras ou militantes dessas organizações. **Na verdade, todas as OS, mesmo aquelas mais fechadas e conservadoras, possuem representações feministas (alas, seções, frentes, etc...), que atuam como entidades de fachada, financiando e apoiando movimentos, cooptando novos militantes e difundindo as ‘bandeiras’ do partido.** Por outro lado, verifica-se que as mulheres atuando nos partidos de esquerda, demonstram qualidades e eficiência neste tipo de trabalho, não ficando nada a dever aos demais membros, alcançando, com isso, posições de chefia e de liderança na organização, apesar de todos os preconceitos existentes contra elas. **A mulher militante de OS torna-se extremamente perigosa, pelo radicalismo de suas atitudes e pensamentos, inteligência, persistência e pelo determinismo com que delineia os seus objetivos**⁴¹³ – grifos nosso.

Diante da exposição, cabe considerar a continuação da visão dicotômica da Doutrina de Segurança Nacional nos órgãos informacionais, mesmo com o fim da Ditadura brasileira de 1964. No relato documental citado, é observável como o meio informacional continuava vendo a luta feminista dentro de um espectro colaboracionista e até mesmo instrumental, perante a organização dos partidos de esquerda – incluindo os comunistas. Diante da independência e da multiplicidade organizativa do movimento feminista e do próprio *Mulherio*, não se torna razoável pensar em uma união comuno-contestatória: e a lógica repetir-se-á por maior parte dos periódicos presentes em nosso estudo, incluso os com ligações a partidos e organizações políticas tradicionais, já que mesmo estes divergiam entre si.

Especificamente em relação ao *Mulherio* e aos periódicos feministas, o panorama observado pelos órgãos informacionais acaba vinculando qualquer tipo de contestação as posições de gênero feminino como ameaça ao regime: sem nenhuma separação, a priori, de reivindicações públicas e ou privadas. Até reivindicações sobre propagandas que estereotipavam o corpo da mulher serviram pra justificar a ideia de que um movimento organizado de contestação feminina poderia gerar querelas sociais que auxiliariam o Movimento Comunista Internacional. Assim, as redações jornalísticas dando exemplos e auxiliando o ensino das mulheres em uma busca emancipatória de vida, requerendo e demandando melhores condições, nos mais variados espaços, era um potencial perigo social.

Ademais, cabe ressaltar a variada gama de posições revolucionárias que os relatórios buscam incutir ao *Mulherio* e demais investigados que propunham debater as questões feministas, sem buscar as especificidades ou ponderar as relações dos grupos com outras entidades. A propósito, a tentativa de aglutinar as lutas feministas – como ocorre nos demais

⁴¹³ Informação nº 062-M54/E2/CMS. Fundo SNI, Identificação: BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.GGG-86014144, 16 jun. 1986, p.1-51. Arquivo Nacional.

movimentos minoritários – também é perceptível através da utilização dos termos “feminista” ou “feminino”, pelos órgãos informacionais. Ao citar esses termos como sinônimos e ao aglutinar tantos movimentos, em um só – utilizando o singular –, os órgãos informacionais, mais uma vez, reforçavam a falsa ideia de unidade que supõem existir entre os variados grupos de mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo aponta Ana Duarte, a crescente historiografia ligada às questões de gênero, até agora, lançara luz, “prioritariamente, aos movimentos de resistência ou combate à ditadura. Mas há uma lacuna clara no que diz respeito à análise sistematizada de discursos e ações ditatoriais marcadas” pela delimitação dos papéis de gênero⁴¹⁴. A afirmação da autora, lançou luz sobre nossa curiosidade acerca da atuação dos órgãos informacionais em relação aos debates gênero-dissidentes. Esse interesse levou-nos a investigação aqui posta, delimitada pela luta feminina nos periódicos alternativos e propriamente feministas, durante o período da distensão ditatorial.

Nesse processo, o gênero demonstrou-se categoria funcional para análise histórica. Fora através do questionamento dos papéis de gênero naturalizados às mulheres que diversos periódicos tiveram sua atuação espiada pelos órgãos do SISNI: alguns debatiam maior liberdade sexual às mulheres; outros questionavam a violência de gênero que focalizava sobremaneira o corpo feminino; tantos demandavam a participação de mulheres na política nacional, seja através de participação institucional, seja em passeatas e/ou movimentos de base.

Em comum as lutas pela libertação, autonomia e protagonismo feminino estava um aparelho informacional que via nisso tudo um atentado à moral e aos bons costumes da sociedade brasileira, uma propaganda adversa do governo, um movimento contestatório, um ato subversivo ou até uma ação através de organizações de fachada e/ou frente ligada ao *movimento comunista internacional* (MCI). Quebrando a expectativa social sobre o que deveria ser um papel feminino, principalmente dentro do campo familiar, as vozes dos periódicos desrespeitavam moralmente uma das principais bases de fundamentação ideológica dos militares: a família tradicional e cristã brasileira.

A retórica que dissolvia os papéis de gênero através da imprensa alternativa, corroía a sociedade de diversos modos: criticava o papel dos homens e do governo, em prol de mulheres que falavam em público e, supostamente, abdicavam de sua feminilidade, do posto materno, da sexualidade “correta” – heterossexual –, que eram taxadas de mal-amadas, virgens ou putas, comunistas e/ou contestatórias. Na divisão dicotomizada proposta pela Doutrina de Segurança Nacional, que via um inimigo interno em tudo que fosse contrário aos valores ocidentais, capitalistas e cristãos, a gênero-dissidência tornou-se um problema de segurança nacional. Não é simples coincidência a rotulação de Xênia Bier, do *Mulherio*, de Marta Suplicy, do *Brasil Mulher*, do MFPA e seu *Maria Quitéria*, do *Nós Mulheres*, do programa *Malu Mulher*, entre

⁴¹⁴ DUARTE, 2011, p.9.

tantos outros sujeitos e entidades tão diversas, como comunistas, como atuantes da frente do *Movimento Comunista Internacional*.

Há na confrontação direta ao regime e no enfrentamento aos seus valores morais uma percepção similar de perigo dentro dos órgãos informacionais da Ditadura. Sobretudo após o tombo final das guerrilhas, momento onde o SISNI passou a identificar na luta política e moral do campo psicossocial a principal atuação do MCI: seria por essa via que entidades de fachadas, movimentos de massas e oprimidos, instituições internacionais, periódicos, entre tantos, dissolveriam os valores tradicionais da nação e implantariam, pouco a pouco, a desunião e valores amorais que, indubitavelmente, levaria o país à comunização.

A lógica de aproximação da pauta moral e do movimento de mulheres ao MCI era observada dentro do *Mulherio* que pautava a necessidade do debate sobre a saúde mental e sexual da mulher, que discutia a violência cotidiana que a mulher passava ao longo de toda sua vida, muitas vezes causadas por homens próximos e com a conivência de um Estado machista. Esse nexos aglutinador ainda recairia sobre outras discussões morais propostas por mulheres perante a opinião pública: a busca por aceitação e normalização da sexualidade lésbica do periódico *Chanacomchana*; a mulher que discutia sexo no *Pasquim* ou na *TV Globo* e que recebia apoio dos periódicos feministas; a relação do movimento feminista e do movimento gay, elencado no *Jornal do Gay*; e até simples peitos femininos representando a liberdade no *Bagaço*. Tudo acabava indicando corrosão da sociedade, subversão e caminho para a comunização.

A correlação entre os movimentos e periódicos feministas e a subversão do MCI também era notório através de matérias jornalísticas que contestavam o regime ditatorial e sua atuação – que realizavam o que os órgãos informacionais chamavam de propaganda adversa e/ou subversiva. Qualquer mínima crítica ao governo levaria os órgãos informacionais a traçarem aproximações entre os periódicos feministas nacionais, outros periódicos, partidos políticos, órgãos nacionais e internacionais ligados aos direitos humanos e ao fomento da pesquisa científica, à URSS ou à Cuba: o *Mulherio* criticando a campanha de aleitamento materno; a briga por mais creches relatada no *Mulherio* ou no *Brasil Mulher*; a luta por mais qualidade na saúde pública em relação a vida sexual das mulheres e de seus filhos, ou o acesso a um acompanhamento melhor durante a gravidez, algo tão corriqueiro dentro do *Mulherio*. Tudo acabava correlacionado a subversão: havia um apriorismo acusatório direcionado a luta feminista e das minorias.

Enquanto nos anos de Chumbo, Médici ficava feliz ao ligar a TV no *Jornal Nacional* e observar um país “uniforme”, sem “brigas” e “divisões” sociais. As pautas indicadas pelos alternativos feministas, já durante a abertura democrática – lenta e gradual –, indicavam um país cindido, um padrão de gênero que superexplorava a mulher no trabalho doméstico e profissional, na sua posição de mãe e esposa, enquanto beneficiava homens e o estado. Além dos movimentos feministas, outros tantos mostravam que a visão de Médici até recente tempo era simplista e errônea. Visão de homem rico, branco e ditador: que não só queria manter seus privilégios, como sufocava os que criticavam a organização desigual da sociedade. Diante da generalização de movimentos, periódicos e partidos que estavam “corroendo” os valores sociais e evidenciando as diversas contendas/desigualdades que existiam e privilegiava os homens do poder, a ditadura agiu de modo a manter os ordenamentos sociais.

Seja através de acusações sobre adversidade, contestação ou amoralidade, havia na visão do aparelho informacional, uma crescente e constante subversão do movimento feminista, sua imprensa e demais lutas minoritárias, com ligação clara ao *Movimento Comunista Internacional*. Essa perspectiva era reiterada pela relação dos periódicos e das feministas com entidades internacionais, que eram ligadas de alguma forma com partidos de esquerda e até comunistas, mas também com simples instituições ligadas aos Direitos Humanos internacionais ou até instituições filantrópicas burguesas, caso da *Fundação Ford*.

Outro fator de preocupação entre os militares era a discussão dentro da opinião pública e dos periódicos em relação a luta das minorias oprimidas, suas semelhanças e uma possível união entre esses: movimento feminista, movimento gay e lésbico, movimento negro, movimento indígena, diversos grupos identitários, estavam “tomando consciência” de suas condições sociais de oprimidos, observando a similitude em suas lutas e projetando eventos, reivindicações e organizações, para atuar em conjunto. A possibilidade desses grupos organizarem-se em frentes, unir-se a partidos de esquerda e/ou comunistas, organismos internacionais, trabalhadores desempregados, favelados, para conquistar mais direitos e questionar a atuação governamental, deixava os órgãos informacionais ainda mais resabiados.

Essa correlação de forças sendo vista de modo perigoso pelos órgãos informacionais, em relação ao governo ditatorial, fazia sentindo, em parte, visto a atuação crítica dos grupos em relação as não-conquistas proporcionadas pela morosidade, conivência e vontade dos ditadores. Todavia, mesmo nessa lógica de contestação à pauta do governo e, sobretudo, em relação a ligação ao MCI, essas aproximações só faziam pleno sentido na visão maniqueísta do aparelho

informativa, visto que essa era uma percepção que ignorava a multiplicidade dos sujeitos observados: dentro do próprio movimento e imprensa feminista; fora e em relação aos vários movimentos minoritários. Simplesmente, as investigações militares partiam das pequenas correlações entre algumas mulheres e grupos feministas com algumas organizações abertamente ou supostamente comunistas e retiravam toda e qualquer agência e independência feminina. Não viam nelas a independência e o constante conflito e disputa sobre o próprio significado da luta feminista: por vezes, com mulheres querendo distanciar-se de qualquer ação comunista ou de classe.

Diante do “perigo” observável na reverberação das pautas dos movimentos sociais oprimidos na imprensa escrita, o SISNI atuou através do silenciamento: até 1975 um forte aparelho censório prévio fora direcionado a essa mídia; após o fim da censura prévia, investigações e censuras posteriores continuavam de pé; além disso, cientes da dificuldade financeira de maior parte dos alternativos, o impedimento de propagandas institucionais buscou sufocar o debate proposta por essa imprensa; sem contar a aliança de agentes do SISNI com setores da linha-dura e outras milícias paramilitares de extrema-direita no processo de ameaça e queima de periódicos “subversivos” e bancas jornalísticas que insistiam na venda destes.

Todo esse ideal sufocador e a tentativa de conter a gênero-dissidência (além de outros conflitos sociais) era construído, reconstruído e direcionado centralmente pelos órgãos do SISNI através de seus informes, relatórios, encaminhamentos, pedidos de busca, entre outros documentos aqui analisados. Deste modo o aparelho estatal se organizou, ao longo do tempo, para buscar consolidar sua visão social conservadora acerca das questões de gênero e do lugar social dos sujeitos generificados. Periódicos que contestavam esses lugares de gênero, naturalizavam indicações vistas como incorretas e amorais de gênero ou aliavam a pauta feminista a preceitos mais liberalizantes e de esquerda, estavam sujeitos a atuação dos órgãos informativos.

Essas considerações ficaram ainda mais explícitas quando investigamos cronologicamente documentos produzidos pelos órgãos informativos em relação ao *Mulherio*. Escolhemos aprofundar a relação investigatória do SISNI em relação ao mais feminista dos feministas, o *Mulherio*, para detalhar duas contendas que já havíamos observado na atuação estatal perante a pauta feminista que reverberava em outros jornais – até da grande imprensa: a primeira discussão relacionava-se as pautas feministas sensíveis para os órgãos informativos; a segunda problemática recaía sob a observação do SISNI, diante dos

periódicos alternativos organizados pelas e para as mulheres, identificando seu protagonismo e atuando de modo contestatório aos padrões de gênero vigentes.

Foi através da investigação cronológico desse periódico que identificamos em detalhes a organização do SISNI em relação às pautas e reivindicações femininas. O *Mulherio* trazia em suas páginas matérias sobre a ineficiência do estado na penalização de violadores de mulheres; citava os exemplos emancipatórios “esquerdistas” francês e cubano na luta feminina; ou ainda elencava reportagens requerendo creches. Tudo isso atentava a sanha investigatória e acusatória do SISNI, fazendo o aparelho informacional produzir relatórios, buscar informações, repassar informes, indicando subversão, amoralidade e comunização dentro do jornal.

A relação do *Mulherio* com diversas entidades e jornais feministas, como *Mariação* e *SOS Mulher*, com a CDDH, com a FCC, com a *Fundação Ford*, com Lélia González e o *Movimento Negro Unificado*, com Heleieth Saffioti e o PCB, com governo do Estado de São Paulo – a família Montoro, a cartilha e palestra de educação sexual, e a colocação do *Mulherio* nas escolas paulistas. Tudo era motivo de nota, repasse informacional e atuação do SISNI perante o livre exercício cidadão de produzir discussão pública e exercer uma plena liberdade de imprensa e expressão. Além, dessas relações, o periódico ainda era visto através de distribuições em diversos eventos partidários, universitários, comemorativos ao Dia do Trabalho ou ao Dia Internacional da Mulher, o que também reforçaria esse lugar “contestatório” do periódico. Aos órgãos informacionais, tudo ligava o *Mulherio* à subversão, à amoralidade, à comunização social. Até suposições completamente idealizadas e inverossímeis serviam para admoestar a atuação do periódico: como a suposta correlação de pauta entre o alternativo feminista e o *Voz Operária*, periódico do PCB, em seu nº 159.

Diante do exposto, compreendemos que as intervenções investigativas e autoritárias dos aparelhos informacionais estudados visavam controlar a circulação de discursos gênero-dissidentes, impedindo às mulheres acessos a outras formas de ser e estar naquela sociedade. Sendo esse controle parte da estratégia de poder para manter a ditadura e o regime de pé: sem isso, a derrocada da Ditadura e a possibilidade de abertura a regimes de esquerda e/ou comunistas era algo plausível para os agentes dos órgãos informacionais. Os entes do SISNI observavam as questões da mulher como um assunto de segurança nacional: visto os crescentes debates que poderiam dissuadir as mulheres de seus papéis “naturais” – naturalizados; ou pior, que visavam unificar as lutas dessas mulheres em uma frente antiditatorial e supostamente revolucionária comunista.

Isso em uma sociedade com grande contingente populacional de mulheres precisaria ser impossibilitado. Logo, o controle das temáticas de gênero e das falas públicas de mulheres políticas, seja do ponto de vista sexual, seja estritamente político-contestatório, passava a ser objetivo crucial para o aparelho estatal de Segurança Nacional brasileira. A partir das investigações e censuras aos periódicos feministas e demais que tratavam dessas temáticas, os militares acreditavam que a continência generalizada de parte dos corpos femininos e o coturno de seu poder castrense teriam força suficiente para paralisar, controlar ou ainda findar a história das lutas feministas, femininas e dos demais grupos gênero-dissidentes – afora as lutas minoritárias e de classe.

A propósito, a correlação em semelhança que a Ditadura observava perante a luta das “minorias oprimidas” gerava dentro do aparelho informacional um profundo preconceito às pautas dos grupos identitários e um apriorismo na “culpabilidade subversiva” desses grupos. Ao fim, o SISNI fazia essa aglutinação de lutas, ignorando toda a divergência entre os meios comunicacionais e as mulheres e homens que os produziam. Especificadamente dentro da crítica a atuação dessas mulheres e dos discursos gênero-dissidentes, a única ligação constante entre os movimentos é a posicionalidade política dessas mulheres, que em diferentes matizes, participavam do debate público.

Ainda cabe considerarmos alguns limites e possibilidades que esse trabalho deixa em aberto. As organizações dos fundos e séries documentais oficiais, privilegiam a política institucional ou os movimentos políticos mais proeminentes: a busca por termos chaves ligado ao *Mulherio* e a temática feminista, após desbravamento prévio na série *movimentos contestatórios* do fundo DSI/MJ, foi a saída para escrita dessa dissertação. A falta de um fundo ou uma série arquivística ligada ao movimento feminista e sua imprensa torna o trabalho mais desgastante, mas não impossível. Todavia, diante da desarticulação documental, estamos conscientes que há uma variabilidade de possibilidades no debate que aqui buscamos propor. Focalizamos nossa discussão em documentos que explicitavam a atuação dos periódicos feministas em correlação direta ao comunismo ou a subversão.

Perdura ainda uma importante gama documental a ser analisada, que demonstra a busca ditatorial por controlar os debates de gênero, em suas dimensões macro e micro políticos. Aqui explicitamos alguns meandros da tática militar de cercear os debates de gênero como uma tentativa de findar qualquer tipo de mudança maior em relação à liberdade feminina – e o suposto comunismo e subversão que estes, constantemente, observavam nos mais variados

debates feministas. Ainda há um longo caminho a si percorrer nas documentações ligadas especificadamente às liberdades femininas, sobretudo sexuais, e que não eram correlacionados de modo direto ao comunismo internacional e/ou nacional. Cabe sopesar que essas discussões gestavam irritações, investigações e repressões dentro do aparelho estatal da ditadura. Já sabemos que a ditadura admoestou tanto a contista erótica-lésbica Cassandra Rios, que ela fora a mais censurada de todo período. Também sabemos que Marta Suplicy tinha seu quadro matinal na TV Globo constantemente recortado. A Revista Realidade, nº 10, de janeiro de 1967, fora vetada integralmente pela censura por trazer entrevistas de mulheres sobre parto, casamento, maternidade, sexualidade e ter fotos de mulheres parindo. Falta agora compreender a correlação entre tudo isso, compreender os porquês implícitos e explícitos na documentação estatal e qual o sentido de poder existente nessas atuações: a relação de tudo isso com a existência e continuação do regime.

Diante da documentação investigada e das diversas vezes que a temática da sexualidade feminina apareciam dentro dos relatórios, informes e pedidos de busca do SISNI levantamos duas hipóteses para começar a responder essas dúvidas – e que se conectam com nossas conclusões gerais, diante de nossa seleção documental: a primeira é de que havia uma correlação dentro dos aparelhos informacionais do movimento de mulheres, suas discussões sexuais e uma contestação do próprio regime, que defendia a uniformidade da sociedade familiar e tradicional brasileira, em seus papéis de gênero padrões – e delimitava no comunismo a derrocada dessa tradição; a segunda gesta desse período de “abertura democrática”, a partir de 1974, quando ocorre a derrota das guerrilhas nacionais e passa a ser evidenciado a identificação da pauta de luta das mulheres dentro de uma movimentação reivindicatório de “frentes” que contestavam, em suposto uníssono, a existência do autoritarismo ditatorial. Sem se excluir e com tantas outras possibilidades que possam ser reveladas, essas hipóteses abrem caminhos pra compreender com mais detalhes a atuação do aparelho estatal governamental diante da diversidade e desarticulação documental.

Outra análise que merece maior aprofundamento em outros estudos documentais é a que se direcione ao medo que o debate público proposto pelas mulheres, perante a sociedade, gerava nos militares. Aqui identificamos o temor que o aparelho estatal tinha da conscientização feminina proposta pelas feministas, diante do alto contingente populacional de mulheres: cerca de 50% da sociedade. Todavia, cabe considerar ainda o debate sobre os usos de gênero pelos militantes e militares, através da disseminação de ideias no espaço público: principalmente

levando em consideração trabalhos de Cristina Scheibe Wolff⁴¹⁵ ou de Luc Capdevila⁴¹⁶, sobre os apelos emotivos das resistências realizadas por mulheres em relação aos regimes autoritários. Aqui identificamos o receio do aparelho informacional em observar mulheres organizando-se e posicionando-se contra o regime em suas posições de mães, sem acesso a filhos torturados, sem acesso a saúde pública e pré-natal, sem alimentação suficiente para sua família diante da carestia nacional. Há de se organizar um trabalho central também em relação a essas mulheres que se organizam diante do papel de gênero esperado no seio familiar e que transgridam na busca por protagonismo político, evocando o papel tradicional de mãe e esposa.

A inconclusa história que aqui apontamos também se delimita através do tempo, afinal, mesmo com o fim da Ditadura, o aparelho informacional governamental continuou de pé e seguiu observando o *Mulherio* e feministas ao longo do período democrático: assim como observou a eleição de Tancredo Neves, a posse de José Sarney, movimentos grevistas do período democrático, a imprensa escrita e radio-televisada através de diversas temáticas propostas após 1985, a ascensão do petismo e do lulismo nas eleições de 1989. Todas essas atuações dos órgãos informacionais parecem acompanhar a lógica de Segurança Nacional proposta na DSN – sua visão dicotômica de mundo e uma profunda ojeriza à esquerda tradicional e identitária.

A propósito, essa aversão “esquerdista” dentro das forças armadas continua fazendo parte do cotidiano e do sentido de poder das organizações militares. Na lógica braudeliana, o oceano é visto como metáfora para a organização dos tempos históricos e há plena ligação entre a história de tempo longo e as ondas que chegam à costa da atualidade histórica, em seu tempo médio e curto. Logo, esse horror anticomunista das forças armadas vem de outrora: vem dos ditames internacionais da Guerra Fria, vem da perseguição getulista aos comunistas, vem do interesse socioeconômico dos privilegiados, vem do uso social de discursos antiesquerdistas, antes mesmo da existência da Ditadura Militar. Utilizados pelos ditadores de 1964, parte dessa ideologia continua até hoje entre nós. Assim, outro campo a se aprofundar é o da reverberação desses discursos até a atualidade.

O fim da Ditadura Militar brasileira iniciada em 1964 e terminada em 1985 não cessou o pensamento ideológico militarista que sustentou as ações ditatoriais: pelo contrário, há uma continuação das ideias dentro dos órgãos militares e instituições civis na atualidade. Isso é

⁴¹⁵ WOLFF, 2015.

⁴¹⁶ CAPDEVILA, 2001.

perceptível socialmente e observável em alguns pontos elencados em nossa dissertação, através dos exemplos onde termos e ideias de outrora continuam se repetindo: o 5º GAC AP e sua defesa da “Revolução de 1964” (*sic*); o ex-presidente Jair Bolsonaro e sua crítica aos estudantes “idiotas úteis”, supostamente utilizados como massas de manobra por esquerdistas dentro das universidades; Congressistas, como o Izalci Lucas, que em 2015 denunciava a união da ideologia de gênero com o marxismo para destruição da família.

Há assim uma similitude ideológica dentro das forças armadas e em parte da sociedade, em relação a certa odiosidade à luta das minorias oprimidas e suas pautas socioeconômicas e identitárias. O constante reforço militarista contra organizações de fachada humanitárias, ligadas ao MCI de modo supostamente sigiloso, ajuda a explicar a aversão ao feminismo e outros movimentos ligados aos direitos humanos, entre os militares. Ademais, existe no sentido de poder dessa instituição uma rigidez hierárquica que é pouco aberta as mudanças propostas por estes movimentos, perante o que seria a naturalidade da sociedade para estes.

Desse modo, nosso trabalho finaliza-se. Entre avanços e limitações que aqui buscamos sintetizar, demonstramos a centralidade do gênero dentro da organização social brasileira e a tentativa informacional ditatorial em controlar a atuação de mulheres e a reverberação de pautas feministas no debate público, proposto pela imprensa escrita alternativa, em tempos de abertura democrática. Esse controle, dentro de uma visão aglutinadora de lutas socioeconômicas e de minorias sociais, sob um possível apoio do MCI, é a tônica da atuação dos órgãos informacionais da Ditadura após a desarticulação da guerrilha do Araguaia em 1974 e a crescente reverberação de debates contestatórios das minorias na imprensa e, logo, também na própria sociedade. Destarte, a luta feminista continuou malvista dentro dos órgãos informacionais, sobretudo através de suas relações com comunistas nacionais e internacionais, organismos internacionais de direitos humanos e na luta contra a própria Ditadura militar. Assim, ultimamos que ser mulher e participar da política nacional de modo contestatório aos papéis de gênero e ao regime ditatorial fora observado dentro do SISNI como duas faces de uma mesma questão: como um problema de segurança nacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50**. Recife: Ed. Oito de Março, 2004.
- ALESP, 2015. **Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva (Tomo 1 – Estruturas e sistemas de repressão)**. São Paulo: ALESP, 2015.
- ALVES, José E.D.; CORRÊA, Sônia. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. **Livros**, p. 121-223, 2015.
- ARONI, Rafael. **Práticas de justiça em transição: legalismo autoritário e impunidade na apuração de mortes nas greves canavieiras dos anos 1980**. (Doutorado em Ciência Política). Campinas: UNICAMP, 2021
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 11-20, jul./dez. 2014.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: brasiliense, 1987.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Edusp, 1999.
- BEZERRA, S. **No direito, o gênero: mulheres e experiências na Paraíba**. (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2016.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BORGES, Zacarias. **A política educacional do Estado de São Paulo durante os governos do PMDB (1983-1994): a proposta partidária e sua execução**. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, SP: UNICAMP, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade – Relatório: volume I**. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. **Crimes da ditadura militar**. Brasília: MPF, 2017.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre: France-Allemagne-Bolívie-Argentine, Deuxième Guerre mondiale – années 1970-1980. **Annales de Bretagne et des Pays de l’Ouest**, Bretagne, v.108, n.2, p. 103-128, 2001.

CARBONI, Maria. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 2008.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em ciências da comunicação). São Paulo: USP, 2004.

CARNEIRO, Maria (org.). **Minorias silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

CARVALHO, Lucas. A censura Política à Imprensa na Ditadura Militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**, Curitiba, v. 59, n. 1, p. 79-100, 2014.

CASTELO BRANCO, Julinete. **‘Mas, a menina tinha tinta no cabelo...’: a reinvenção da independência feminina e as nuances dos arquétipos de sonhos, liberdade e juventude em Teresina na travessia dos anos 1980**. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2017.

CASTRO, Celso; D’Araujo, Maria; SOARES, Gláucio. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CHAVES, Wanderson. As agendas culturais da Guerra Fria e o ‘Programa Ideológico’: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, n. 9, p. 123-152, 2015.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

CONTREIRAS, Janaína. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de estado e violência sexual nas Ditaduras brasileira e argentina de Segurança Nacional**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

CORDEIRO, Janaína. **‘A nação que se salvou a si mesma’: entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFF, 2008.

COSTA, Albertina et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DA CUNHA, Maria. Homens e Mulheres nos anos 1960/70: Um modelo definido?. **História: questões & debates**, Curitiba, v. 34, n. 1, p. 201-222, 2001.

DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DOBERSTEIN, Juliano. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e imprensa entre 1964 e 1978**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Ana R.F. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 22-26 jun. 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

_____. Em regime de colaboração: Segurança Nacional e Gênero em cartas à censura no Brasil dos anos 1970. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p.72-89, abr. 2014a.

_____. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Diálogos**, v. 18, n. 1, p. 75-92, 2014b.

_____. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela Ditadura Militar brasileira (1964-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 17-22 jul. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-17, 2019.

ESTADO-MAIOR, do Exército. **Glossário de termos e expressões para uso no Exército**. Brasília: Ministério da Defesa, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001

FICO _____. **Reinventando o otimismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, M. **Páginas em luta: políticas públicas para mulheres como pauta em produções do jornalismo alternativo feminista brasileiro de 1970 e 1980**. (Mestrado em Jornalismo). Ponta Grossa – PR: UEPG, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GAMA, Rafael. **O sistema mágico: a imprensa e os valores femininos presentes no cinema**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC-SP, 2014.

GELLACIC, Gisele. **Despindo corpos: sexualidade, emoções e novos significados do corpo feminino no Brasil entre 1961 e 1985**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUC-SP, 2014.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

HEGEL, Georg. **Filosofia da História**. Brasília: UNB, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

KREUZ, Débora. **‘Elas têm um outro jeito de ser, de resistir’: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Pelotas - RS: UFPel, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988**. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

LIMA, Gabriela. **Memória, gênero e política: a militância das estudantes da UFES contra a Ditadura (1969-1972)**. (Mestrado em História), Vitória: UFES, 2017;

LIVRAMENTO, T. **As mulheres na imprensa alternativa: gênero e feminismo nas páginas do jornal Movimento**. (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2014.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MARCELINO, Douglas. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 70**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MATHIAS, Suzeley. O projeto militar de distensão notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 04-05, p. 149-159, 1995.

_____. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)**. São Paulo: UNESP, 2004.

MEDEIROS, Luciene. ‘Quem Ama Não Mata’: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

MIGUEL, Luís. Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MONTEIRO, Thiago. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Dmitri. **O Serviço Nacional de Informações (SNI): o Estado de Pernambuco vigiado**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2013.

NASCIMENTO, Lilian. **A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro - 1981-1988**. (Mestrado em História). Londrina – PR: UEL, 2015.

NASCIMENTO, Mirian. **A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2014.

NÓBREGA, Isabela. **(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios**. (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2015;

PAULA, Adriana. **Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de maio (1977-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2014.

PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 26, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

_____. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Barcelona: Ediciones Deusto, 2019.

PINSKY, Carla B (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAMOS, Jovelino; UCHÔA, Pedro C. (org.). **Memórias do exílio: Brasil 1964-19??**. São Paulo: Editora Livramento, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas - SP, n. 16, p. 115-136, 2001

_____. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara - SP, n. 8, p. 95-141, 1995.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.

SAMPAIO, Denise. **A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). João Pessoa: UFPB, 2021.

SARDENBERG, Cecilia. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?**. NEIM, Salvador: UFBA, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História UFPE – Dossiê: Gênero e Trabalho**, Recife, v. 11, n. 11, p. 9-39. Recife: UFPE, 2016.

SETEMY, Adrianna. **‘Em defesa da moral e dos bons costumes’: censura de periódicos no regime militar**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SIMÕES, Celso. Breve histórico do processo demográfico. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 39-73, 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Anderson. **Discursos e representações do corpo durante a Ditadura Militar no Brasil (1968-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). Natal: UFRN, 2016.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAMIÃO, Juliana S. **Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC-SP, 2009.

TELES, Maria. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WOLFF, Cristina S. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 975-989. Florianópolis: UFSC, 2015.